



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA

Rua Barão de Jeremoabo, nº 147 – CEP 40170-290 – Campus Universitário Ondina – Salvador-BA

Tel./Fax: (71) 3283-6256 – Site: <http://www.ppglinc.lettras.ufba.br/> – Email: pgletba@ufba.br

RAMON AREND PARANHOS

**AQUI, ALI, AÍ E LÁ NO DP NO PORTUGUÊS RURAL AFRO-
BRASILEIRO DE HELVÉCIA-BA**

Salvador
2019

RAMON AREND PARANHOS

**AQUI, ALI, AÍ E LÁ NO DP NO PORTUGUÊS RURAL AFRO-
BRASILEIRO DE HELVÉCIA-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva

Coorientador: Prof. Dr. Alan Norman Baxter

Salvador
2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Paranhos, Ramon Arend

AQUI, ALI, AÍ E LÁ NO DP NO PORTUGUÊS RURAL AFRO-
BRASILEIRO DE HELVÉCIA-BA / Ramon Arend Paranhos. --
Salvador, 2019.
186 f.

Orientador: Maria Cristina Vieira Figueiredo.

Coorientador: Alan Norman Baxter.

Dissertação (Mestrado - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LÍNGUA E CULTURA) -- Universidade Federal da Bahia,
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2019.

1. Contato Linguístico. 2. Deiticidade. 3.
Especificidade. I. Figueiredo, Maria Cristina Vieira.
II. Baxter, Alan Norman. III. Título.

RAMON AREND PARANHOS

**AQUI, ALI, AÍ E LÁ NO DP NO PORTUGUÊS RURAL AFRO-BRASILEIRO DE
HELVÉCIA-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva – UFBA (Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Eloisa Nascimento Silva Pilati – UNB

Prof. Dr. Danniell da Silva Carvalho – UFBA

RESUMO

Neste estudo é feita a descrição dos usos sintáticos e semânticos dos itens lexicais *aqui*, *ali*, *aí* e *lá*, dentro do domínio do DP (*determiner phrase*) em amostras de fala de 22 informantes da comunidade rural afro-brasileira de Helvécia/BA. Os dados foram quantificados com o objetivo de delinear a distribuição e a produtividade do uso de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* como dêiticos e como marcadores de especificidade. Tanto no *Português Brasileiro* (PB) quanto no *Português Europeu* (PE), esses elementos podem marcar relações dêiticas, indicando se uma entidade está próxima ao falante, *aqui*, próxima ao ouvinte, *aí*, em distância medial do falante e do ouvinte, *ali*, e em distância remota do falante e do ouvinte, *lá*. Nos dados analisados, descreve-se a existência de dois sistemas de deiticidade: o primeiro, observado nos dados dos informantes da Faixa Etária 3, é composto por apenas um demonstrativo, *esse*, que coocorre com *aqui/aí* e *lá*, marcando, respectivamente, oposições de proximidade e de afastamento; no segundo, característico dos informantes das Faixas Etárias 1 e 2, há possibilidade de uso de dois demonstrativos, *esse* e *aquele*, marcando oposições de [+ proximidade] e [- proximidade] e os reforçadores marcam oposições contrastivas em relação à pessoa do discurso, *falante/ouvinte*, ou tipo de distanciamento. No entanto, além do uso dêitico, no PB, *aí* e *lá* podem ser usados para indicar uma referência específica em um DP indefinido, como, por exemplo, na sentença *Cátia precisa vencer uma atleta aí para ser campeã*, em que *aí* atua como um marcador de especificidade, indicando uma referência específica que precisa ser vencida. A especificidade ocorre quando o falante pretende referir-se a um indivíduo único no conjunto denotado pelo NP, considerando que esse indivíduo possui alguma propriedade notável. Tendo em vista que não se observam registros do uso de elementos inicialmente locativos atuando como marcadores de especificidade no PE e em nenhuma outra língua românica, tem-se como objetivo verificar uma possível influência de contato linguístico no período de colonização do Brasil. Discute-se o contato tomando como base estudos do PB, do PE e de línguas africanas que foram trazidas para o Brasil, como as línguas *kwa*, principalmente do subgrupo *Gbe*, e as línguas *bantas*, principalmente as línguas faladas em Angola, como o *Kimbundu* e o *Umbundo*. No *Kimbundu*, por exemplo, há um marcador de especificidade pré-nominal e, no *Gungbe*, os determinantes são pós-nominais e marcam especificidade, fazendo oposição de definitude. Um processo semelhante ao que aconteceu no PB de Helvécia pode ser observado em comparação com línguas crioulas, como *Crioulo Haitiano* e como *Crioulo Mauriciano*, línguas formadas a partir da situação de contato, tendo o *Francês* como língua de superstrato, em que há um marcador pós-nominal de especificidade, oriundo de um item lexical inicialmente locativo, *là*. A partir dessas análises, pode-se tomar como hipótese que os usos de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá*, como marcadores de especificidade no dialeto de Helvécia, são possíveis resultados de uma situação de contato em um contexto de multilinguismo generalizado. Os dados foram analisados separadamente, reforçadores e especificadores, considerando fatores linguísticos relacionados aos dois usos, e fatores extralinguísticos, tais como faixa etária e escolaridade. Observa-se que esses elementos atuam normalmente com funções dêiticas, em coocorrência com demonstrativos. No que tange à especificidade, verifica-se que *aí* e *lá* são mais usados com essa função do que *aqui* e *ali*, principalmente em estruturas indefinidas, mas há possibilidade de uso em estruturas definidas. Assim, a estrutura interna do DP (DET_[+DEF] / DET_[-DEF] / DEM / NOME NU / PRON) revelou ser um fator condicionante para a marcação de deiticidade ou de especificidade. O estudo da fala de afro-descendentes traz evidências para se entender a emergência de um marcador de especificidade, bem como fornece uma base de dados para compreensão desse fenômeno em outras línguas.

Palavras-chave: Contato Linguístico. Deiticidade. Especificidade.

ABSTRACT

In this study, we describe the syntactic and semantic uses of the lexical items “*aqui*”, “*ali*”, “*aí*” and “*lá*”, in the determiner phrase (DP) based on data collected from the Afro-Brazilian rural community of Helvécia/BA. The data was quantified in order to delineate the distribution and productivity of the use of “*aqui*,” “*ali*,” “*aí*” and “*lá*” as a marker of deictic relations and as a marker of specificity. Both in Brazilian Portuguese (BP) and in European Portuguese (EP), these elements can be used to mark deictic relations, indicating proximity to the speaker, “*aquí*”; proximity to the listener, “*aí*”; medial distance to the speaker and the listener, “*ali*”; remote distance to the speaker and listener, “*lá*”. In the analyzed data, we describe the existence of two systems of deicticity: the first one, observed in the data of the informants in Age Group 3 (more than 60 years), is composed of only one demonstrative, “*esse*”, which co-occurs with “*aquí*”/“*ali*” and “*lá*”, marking, respectively, opposition of proximity and distal; in the second, characteristic of the informants of the Age Groups 1 and 2 (from 18 to 60 years), there is a possibility of using two demonstratives, “*esse*” e “*aquele*”, marking opposition of [+ proximity] and [- proximity] and the reinforcers mark contrastive oppositions in relation to the person of the discourse, speaker / listener, or distancing type. However, in addition to the deictic use, in BP, “*aí*” and “*lá*” can be used to indicate a specific reference in an undefined DP, as, for example, in the sentence “*Cátia precisa vencer uma atleta aí para ser campeã*” (*Mary must win a specific athlete to be champion*). In this sentence “*aí*” acts as a marker of specificity on the DP, marking a specific reference that needs to be overcome. Specificity occurs when the speaker intends to refer to a single individual in the group denoted by the NP, considering that that individual has some notable property. We don’t observe records of the use of initially locative elements acting as markers of specificity in EP and in other Romance languages, then we have the objective to verify a possible influence of linguistic contact in the period of colonization of Brazil. We present them based on studies of BP, EP and African languages that were brought to Brazil such as *Kwa* languages, mainly the Gbe subgroup, and the *bantu* languages, mainly the languages spoken in Angola, as *Kimbundu* and *Umbundo*. In *Kimbundu*, for example, there is a pre-nominal marker of specificity and, in the *Gungbe*, the articles are post-nominal and mark specificity, opposing definiteness. A similar process to what occurred in the BP of Helvécia can be seen in comparison with the creole languages, as *Haitian Creole* and as *Mauritian Creole*, languages formed from the situation of contact, having *French* as the language of superstrate, where there is, respectively, a post-nominal specificity marker, both from an initially locative lexical item, *là*. From these analyzes, we can confirm the hypothesis that the uses of “*aqui*”, “*ali*”, “*aí*” and “*lá*”, as markers of specificity in the Helvécia dialect, are possible results of a situation of contact in a context of generalized multilingualism. We analyze the data separately, reinforcers and specifiers, considering linguistic factors related to both uses, and extralinguistic, such as age range and schooling. We observed that these elements act normally with deictic functions, in co-occurrence with demonstratives. Concerning specificity, we describe that “*aí*” and “*lá*” are more used with this function than “*aquí*” and “*ali*” and the marking of specificity tends to be performed in indefinite structures, but there is a possibility of use in defined structures. We observe that the internal structure of the DP (DET_[+DEF] / DET_[-DEF] / DEM / NOME NU / PRON) has shown to be a conditioning factor for the use of a marker of deictic relations or a marker of specificity. The study of Afro-descendant speech helps on the understanding of the emergence process of a marker of specificity and as well as providing a database for analyzing these phenomena in other languages.

Words-key: Deictic. Specificity. Linguistic Contact.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	– Relação entre demonstrativos e demonstrativos reforçadores pelas GTs	18
Quadro 02	– Quadro comparativo do uso de demonstrativos em coocorrência com aqui, ali, aí e lá no PB e na GT	21
Quadro 03	– Marcação de relações semânticas dos demonstrativos entre as línguas	43
Quadro 04	– Demonstrativos na posição inicial do DP x demonstrativos não-iniciais	43
Quadro 05	– Coocorrência de demonstrativos com reforçadores em posição final e em posição não-final do DP e com outros elementos intervenientes	48
Quadro 06	– Parâmetro da escolha do artigo	67
Quadro 07	– Função e distribuição de determinantes em crioulos e suas línguas doadoras (HC, SuC, SR, Gungbe, Francês e Inglês)	106
Quadro 08	– Uso de determinantes e suas propriedades sintáticas no Gungbe (Gun), Kimbundu (Quim), PB e no PC	110
Quadro 09	– Distribuição dos informantes da comunidade de Helvécia por faixa etária, do Projeto Vertentes - UFBA	119
Quadro 10	– Distribuição dos informantes do corpus de controle – Comunidade de Helvécia	119

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	– Usos pragmáticos dos demonstrativos	36
Figura 02	– Gramaticalização de artigos e de demonstrativos	68
Figura 03	– Regiões de concentração do tráfico transatlântico com o Brasil	84
Figura 04	– Proporções de escravos africanos, e escravos brasileiros adultos e pré-adolescentes nas fazendas da Colônia Leopoldina	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	–	Número de escravizados por proprietário em 1840	114
Tabela 02	–	Distribuição geral de aqui, ali, aí e lá no domínio do DP	126
Tabela 03	–	Distribuição geral de coocorrência de nomes nus, determinantes e pronomes com aqui, ali, aí e lá	128
Tabela 04	–	Distribuição geral do uso aqui, ali, aí e lá em contextos semânticos de definitude e de especificidade	128
Tabela 05	–	Distribuição geral de aqui, ali, aí e lá por faixa etária	129
Tabela 06	–	Distribuição de uso situacional de determinantes em coocorrência com reforçadores	134
Tabela 07	–	Distribuição esse e aquele em coocorrência com reforçadores	134
Tabela 08	–	Distribuição geral do uso aqui, ali, aí e lá no DP quanto à deiticidade	142
Tabela 09	–	Distribuição de coocorrência de determinantes com aqui, ali, aí e lá marcadores de especificidade	151

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1.	A DEITICIDADE DE AQUI, ALI, AÍ E LÁ	16
1.1	AQUI, ALI, AÍ E LÁ: A DEITICIDADE NA GT E NO PB	17
1.2	AS PROPRIEDADES SINTÁTICAS DE AQUI, ALI, AÍ E LÁ NO USO DÊITICO	21
1.3	A DEFINIÇÃO DE DEMONSTRATIVOS NAS LÍNGUAS HUMANAS	26
1.3.1	Demonstrativos: definitude e deiticidade	29
1.3.2	As relações pragmáticas dos demonstrativos	34
1.3.3	Contextos de uso de demonstrativos e de determinantes	36
1.3.4	A morfossintaxe dos demonstrativos	40
1.4	AQUI, ALI, AÍ E LÁ: DEMONSTRATIVOS X ADVÉRBIOS	43
2.	USOS NÃO DÊITICOS DE AQUI, ALI, AÍ E LÁ NO DP: ESPECIFICIDADE E GRAMATICALIZAÇÃO	50
2.1	O USO DE AÍ E LÁ COMO MARCADORES DE ESPECIFICIDADE	53
2.2	O USO DE AQUI E ALI COMO MARCADORES DE ESPECIFICIDADE	60
2.3	A ESPECIFICIDADE E O PARÂMETRO DA AQUISIÇÃO DE ARTIGOS	61
2.4	GRAMATICALIZAÇÃO DE AQUI, ALI, AÍ E LÁ	67
2.4.1	A especificidade em línguas bantas e línguas kwa e a situação de contato	70
3	A FORMAÇÃO DO PB EM SITUAÇÃO DE CONTATO	76
3.1	AS TEORIAS DA FORMAÇÃO DO PB	76
3.1.1	A hipótese da crioulização no PBP	77
3.1.2	A hipótese da deriva secular	79
3.1.3	A sócio-história do Brasil e a periodização sociolinguística	80
3.2	AS TEORIAS DA FORMAÇÃO DE LÍNGUAS EM SITUAÇÃO DE CONTATO	85
3.2.1	A hipótese do Bioprograma e a aquisição de artigos de especificidade	87
3.2.2	Relexificação e a aquisição de artigos no HC	91
3.2.3	A hipótese da Transmissão Linguística Irregular (TLI)	96
3.2.4	Competição e seleção e aquisição de artigos de especificidade	100
3.3	REFLEXÕES SOBRE A MARCAÇÃO DE ESPECIFICIDADE EM SITUAÇÃO DE CONTATO	106
4	A COMUNIDADE, OS INFORMANTES E OS DADOS	113
4.1	A FORMAÇÃO DO DIALETO DE HELVÉCIA	113
4.1.1	O processo histórico de formação da Colônia Leopoldina	113

4.1.2	A força de trabalho escravizada na Colônia Leopoldina	114
4.1.3	A decadência da Colônia Leopoldina e a formação do dialeto de Helvécia	116
4.2	OS INFORMANTES DA COMUNIDADE DE HELVÉCIA	118
4.3	ORGANIZAÇÃO DOS DADOS	120
4.4	DADOS GERAIS DOS USOS DE AQUI, ALI, AÍ E LÁ	126
4.4.1	Quantificações dos fatores analisados	129
5	A DEITICIDADE E A ESPECIFICIDADE DE AQUI, ALI, AÍ E LÁ	133
5.1	DEITICIDADE EM HELVÉCIA	133
5.1.1	A dêiticidade situacional	133
5.1.2	Outros usos da deiticidade de aqui, ali, aí e lá	141
5.1.2.1	<i>Anaforicidade com reforçadores</i>	143
5.1.2.2	<i>Reforçadores e o uso dêitico discursivo</i>	145
5.1.2.3	<i>Uso recognitivo em coocorrência com aqui, ali, aí e lá</i>	147
5.1.3	Algumas considerações sobre os usos dêiticos de aqui, ali, aí e lá em Helvécia	148
5.2	MARCADORES DE ESPECIFICIDADE EM HELVÉCIA	149
5.2.1	Aqui, ali, aí e lá: Marcadores de especificidade em DPs indefinidos	150
5.2.1.1	<i>Há marcação de especificidade com aqui e ali?</i>	153
5.2.1.2	<i>Um marcador de especificidade aí/lá</i>	156
5.2.2	Possíveis usos de aqui, ali, aí e lá não dêiticos em DPs de referência única	160
5.2.3	A emergência de um marcador de especificidade no dialeto de Helvécia	165
5.3	ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS DADOS ANALISADOS	167
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
	REFERÊNCIAS	172
	APÊNDICES	181

INTRODUÇÃO

Neste estudo¹, são apresentados os usos de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá*² no DP (Determiner Phrase), tendo como base os dados dos *corpora* da comunidade rural afro-brasileira de Helvécia, do projeto *Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia*, coordenado Prof. Dr. Dante Lucchesi e pelo Prof. Dr. Gredson dos Santos. Pelo fato de não existir muitos estudos descrevendo os usos desses itens lexicais no Português Brasileiro (PB), não é possível realizar este estudo sem que haja diálogo com as teorias e as análises que já foram desenvolvidas sobre o tema em outras línguas humanas, sendo necessário apresentar as contribuições de estudos de diversas abordagens teóricas, desde as análises funcionalistas dos usos pragmáticos dos demonstrativos até a possibilidade de entender a posição que esses elementos ocupam na estrutura do DP, a partir da perspectiva gerativista.

No PB, de acordo com Cançado (2010), *aqui* marca proximidade do falante e *aí* marca proximidade do ouvinte, como nos exemplos em (1).

- (1) a. Maria, veja como [essa bolsa **aqui**]³ é linda.
 b. João, me dê [esse bloco de notas **aí**].

Em (1a), *aqui* possibilita identificar que se trata de uma bolsa próxima ao falante. Em (1b), observa-se o uso do *aí* indicando um bloco de notas que está próximo ao ouvinte e distante do falante.

Em outras línguas humanas, como nos exemplos do Francês, em (2), pode-se observar o uso de demonstrativos, *cette/ce*, coocorrendo com *là* e *ci* para indicar proximidade (*cette* __ *ci*) ou distância (*ce* __ *là*) do falante.

¹ A pesquisa aqui proposta dá continuidade ao trabalho que já vem sendo realizado desde o período de graduação (janeiro de 2009), com apoio do PIBIC/UFBA e orientação da Profª. Drª. Ilza Ribeiro.

² Escolheu-se padronizar a ordem desses elementos com base nas diferenciações semânticas: *aqui* e *ali* são usados mais frequentemente como dêiticos, enquanto *aí* e *lá* atuam também como marcadores de especificidade, como é discutido ao longo deste estudo.

³ Os exemplos são representados com uma numeração crescente a cada capítulo, no intuito de manter uma organização linear, facilitando a localização. Há três tipos de marcação que podem estar nos exemplos: i) é feita a marcação em negrito quando houver *aqui*, *ali*, *aí* ou *lá* (ou elementos que se considera neste estudo como semelhantes, quando traduzidos de outras línguas); ii) busca-se marcar entre colchetes, por exemplo [D NP], o DP. Isso não é feito em DPs com preposições e com artigos (da/do), ou se houver uma ambiguidade; iii) quando há uma anáfora, a entidade ou proposição que está sendo é sublinhado. As sentenças retiradas de outros estudos, terá sua fonte representada abaixo do conjunto de sentenças, com autor e página (quando possível), para que não tenha diversas entradas de citação a cada exemplo.

- (2) a. Cette/Ce femme-**ci**⁴. (Francês)
Essa mulher-aqui
b. Ce livre-**là**.
Aquele livro-lá

Neste estudo, assume-se que *aquí*, *ali*, *aí* e *lá* são reforçadores que estão no DP tal como discutido por Bernstein (1997) e Guardiano (2011). Esses elementos estabelecem oposições contrastivas de deiticidade, indicando proximidade ou afastamento do falante ou do ouvinte (LYONS, 1999; HIMMELMANN, 1996, 2001).

Além do uso como reforçadores, no PB, é possível observar, nos exemplos em (3) e (4), o uso de elementos originalmente locativos atuando como marcadores de especificidade.

- (3) a. Diversos professores saíram apressados da sala. [Um professor **aí**] derrubou um vaso.
b. A Cátia deve vencer [uma atleta **aí**] se quiser ser a primeira do *ranking*.
(TAVARES, 2001a, p. 230)

- (4) Comprei [um livro **lá**] da COPEC.
(PEREIRA, 2011, p. 192)

Para Tavares (2001a, p. 230), em (3a), trata-se de um professor específico que derrubou um vaso, podendo ter uma leitura partitiva do conjunto de *professores que saíram apressados da sala*. Em (3b), *para ser a primeira do ranking*, Cátia precisa vencer uma atleta específica. Tanto em (3a) quanto em (3b), *aí* atua como um marcador de especificidade, em um DP indefinido. Do mesmo modo, em (4), segundo Pereira (2011), *lá* atua como um marcador de especificidade em DP indefinido.

De acordo com Pereira (2011), o uso de elementos inicialmente locativos sendo usados como marcadores de especificidade não é observado nas línguas românicas em geral.

o PB se diferencia das línguas românicas em geral, pois parece ser a única língua que utiliza o advérbio, *a priori* locativo, com uma função totalmente diferenciada deste. Não é de conhecimento que, nas línguas românicas, um locativo tenha se transformado em marcador de especificidade (PEREIRA, 2011, p. 213-214).

⁴Na tradução dos dados de outras línguas, optou-se por não fazer distinção entre *esse* e *este*; assim todos os exemplos são traduzidos para a forma *esse* para indicar proximidade, exceto nos casos em que o sistema dêitico da língua faz oposição contrastiva entre essas formas.

Neste estudo, parte-se da hipótese de que a origem de usos como os registrados em (3) e (4) pode ser explicada pela existência de contexto de multilinguismo generalizado em que houve contato linguístico do português, das línguas indígenas e, sobretudo, das línguas de povos africanos que foram escravizados no Brasil. No Crioulo Mauriciano (MC), de acordo com Guillemin (2011, p. 13-15), *la* é derivado do locativo *là* do Francês e atua como um marcador de especificidade (Sp), em DP definido, como nos exemplos em (5).

(5) a. Torti **la** malad. (MC)

Tartaruga Sp doente.

A tartaruga (específica) está doente.

b. Sa rankont **la** kapavfer an Oktob 1999.

Dem encontro Sp pode ser em outubro 1999.

Esse encontro (específico) pode ser em outubro de 1999.

(GUILLEMIN, 2011, p. 13 e 15)

Em (5a), *la* exerce a função de referenciar uma entidade (*tartaruga*) específica, em um DP definido, sendo capaz de ser identificada pelo falante e pelo ouvinte. Do mesmo modo, o marcador de especificidade pode ocorrer em conjunto com um demonstrativo (Dem), como acontece em (5b), marcando especificidade.

O Gungbe é uma língua que foi trazida para o Brasil e, de acordo com Aboh (2004, p. 76-78), tem artigos pós-nominais *lɔ́/ɔ́é*, que marcam especificidade e se diferenciam quando a definitude, como nos exemplos em (6).

(6) a. Kɔ́kú m̀n t́ávò c̀è b̀ò ɖ̀ò è̀mì ná x̀ò [t́ávò **lɔ́**] (Gungbe)

Koku ver-Perf mesa 1sg-Poss e dizer-Perf 3sg Fut comprar mesa Spf [+definido]

Koku viu minha mesa e disse que gostaria de comprar a mesa (específica).

b. Kɔ́kú m̀n t́ávò c̀è b̀ò ɖ̀ò è̀mì ná x̀ò [t́ávò **ɔ́é**]

Koku ver-Perf mesa 1sg-Poss e dizer-Perf 3sg Fut comprar mesa Spf [-definido]

Koku viu minha mesa e disse que gostaria de comprar uma mesa aí/lá (específica).

(ABOH, 2004, p. 76-78)

De acordo com Aboh (2004, p. 76-78), nas sentenças em (6), observa-se que o determinante está na posição final do DP, como ocorre em (6a) e em (6b), com o DP na posição de objeto.

Nos dados de fala de informantes da comunidade rural afro-brasileira de Helvécia, observa-se que há usos de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* como reforçadores, indicando relações de deiticidade, como nos exemplos em (7).

- (7) a. [Esse **aqui**] sô eu, [esse **aqui**] eu tirei aqui, ó! Bem n[essa porta **aí**], na janela.
(HV-03)
- b. [aquela ôta terra **ali**] é nosso mesmo alí, ó...
(HV-06)
- c. Ah, é! A casa de Compania, assim como tá [essa casa **aí**]. Cumprido e já foi embora! [Esse] é du um moradô... de ûa moradô, [esse] é de oto, [esse **lá**] de oto, [esse **lá**] de oto... E pegá a istrada aí.
(HV-C)

No exemplo em (7a), a informante HV-03 faz uso do *aqui* como reforçador para identificar deiticamente entidades próximas, referenciando a ela mesma, faz uso do *aí* para indicar uma porta que não está próxima a ela. Em (7b), o informante HV-06 menciona uma terra *ali* que não está próxima nem dele nem do ouvinte. A informante HV-C, em (7c), usa diversos elementos dêiticos para apresentar as casas da região, estabelecendo distinções de localidade entre as casas mais próximas, com uso de *aí* e de *esse*, e as casas mais distantes com o uso de *lá*.

Há também o uso desses itens lexicais como marcadores de especificidade como nos exemplos em (8).

- (8) a. A pessoa fica ‘bestalhada, até o cachorro mermo! Se batê nos óio do cachorro... meu irmão tem [um cachorro **aqui**], o cachorro dele é cego.
(HV-07)
- b. Graças a Deus... de vez em quando, ela: “Ah! o cabeça, isso assim, assim...” Aí toma chá, toma [um comprimido **ali**], aí mesmo passa. No ôtro dia, vai pra roça; no ôtro dia, vai lavá uma rôpa, um coidado na panela, pa num queimá... e aí vai embora, né?
(HV-24)
- c. Quem? Eu? Eu... já sim... Eu ‘doeci... uma vez... uma vez... mas e... assim... quase assim, eu num... num coisa não... Fazia um chá assim, né... de [uma folha **aí**],

quarquê coisa, aí eu tomava, aí... eu levantava, né, qu'eu quase num... num frequenta muito esse negócio de... de métrico...

(HV-07)

- d. É por... 'cê sabe por causa de quê? Surgiu [um negôci' **lá**] de [uns camarado **lá**], [uns primo **lá**] que num ia com [o ôto **lá**]... e tal...

(HV-08)

No exemplo em (8a), a informante HV-07 faz uso do *aqui* para indicar um cachorro específico que o falante não conhece. Na segunda menção ao cachorro, *o cachorro dele* é já mencionado anteriormente e o ouvinte já pode identificar o referente. Em (8b), o informante HV-24 referencia um comprimido específico que toma para passar a dor de cabeça. A informante HV-07 faz chá de *uma folha aí*, uma folha que a informante, embora não tenha o desejo de revelar o nome da folha, especifica com o uso do *aí*. Em (8d), o informante HV-08 faz uso de quatro DPs em que *lá* é um marcador de especificidade.

Para entender se há um processo de gramaticalização/relexificação de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá*, neste estudo é feita a análise dos usos desses elementos no DP a partir de dados linguísticos da comunidade rural afro-brasileira de Helvécia. A análise é feita tanto da deiticidade como da especificidade para entender se houve um processo de gramaticalização, tal como proposto por Confessor (2013). Uma hipótese subsequente deste estudo é que a estrutura interna do DP (DET_[+DEF] / DET_[-DEF] / DEM / NOME NU / PRON) pode ser um fator condicionante para o uso de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* como marcador de especificidade ou como reforçador.

No primeiro capítulo deste estudo, é feita a análise dos usos de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* como elementos dêiticos no PB. No capítulo 2, é feita a apresentação de estudos sobre os usos de *aqui*, *ali* e, principalmente, *aí* e *lá* como marcadores de especificidade no PB. Apresenta-se também os usos de determinantes de especificidade em outras línguas humanas, como as línguas *kwa*, do subgrupo Gbe e línguas crioulas, como o MC e o Crioulo Haitiano (HC). No capítulo 3 deste estudo, apresentam-se as hipóteses que buscam explicar as influências de contato linguístico na formação de línguas crioulas e do PB. No capítulo 4, é feita a apresentação dos aspectos metodológicos deste estudo, descrevendo a comunidade de Helvécia, os informantes analisados e a seleção e a organização dos dados sócio-históricos e linguísticos. No capítulo 5, os dados de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* são descritos, buscando evidências para se entender a emergência de um marcador de especificidade pós-nominal a partir de elementos inicialmente locativos. Observa-se que demonstrativos podem coocorrer com esses

elementos para estabelecer relações dêiticas. Por outro lado, podem exercer função de um marcador de especificidade principalmente em DP [- definido]. A base de dados analisados possibilitou observar a coocorrência principalmente com artigos indefinidos e com nomes nus favorece o uso desses elementos como marcadores de especificidade. Por fim, no Capítulo 6, apresentam-se as considerações finais deste estudo e as questões que ainda precisam ser respondidas para futura agenda de trabalho.

1 A DEITICIDADE DE AQUI, ALI, AÍ E LÁ

De acordo com Cavalcante (2000, p. 24), itens lexicais como *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* podem atuar como dêiticos, ou seja, têm a capacidade de apontar ou indicar se algo está próximo ou distante, no âmbito espacial, em (1)⁵. Entre os tipos de dêixis⁶, podem ser de localização *espacial* ou *discursiva*⁷. Na primeira, uma entidade pode ser identificada espacialmente, enquanto na segunda, a entidade é identificada a partir do contexto discursivo, como em (2). Todas as relações dêiticas são estabelecidas a partir de um centro dêitico, que é necessariamente o ponto de vista do falante sobre a situação discursiva, sendo, portanto, uma relação egocêntrica (HIMMELMANN, 1996, p. 219 e 220; BÜHLER, 2011, 147)⁸.

(1) Este... aqui

(2) [Este trabalho] comenta algumas estratégias...

(CAVALCANTE, 2000, p. 28 e 53)

Himmelmann (1996, p. 219-220) caracteriza o uso dêitico de duas formas: a primeira é que todo objeto situado espacialmente/temporalmente tem um centro dêitico, situando algo em relações de contraste distintas (relações contrastivas), tomando como base a distância (proximal, medial ou distal) e/ou a pessoa do discurso (o falante, o ouvinte e, entre outros, o falante e o ouvinte); a segunda é que todo objeto que é situado corresponde a uma referência no universo do discurso. Nesse sentido,

a dêixis diz respeito principalmente às pessoas que participam da situação verbal, ou a lugares e tempos que são localizados a partir da situação de fala. Realiza-se sobretudo por meio dos pronomes, dos artigos, dos tempos dos verbos e de certos advérbios (ILARI, 2001, p. 55).

Pelas características semelhantes de deiticidade, há uma íntima relação entre os demonstrativos *esse*, *este* e *aquela* e os advérbios, *aqui*, *ali*, *aí* e *lá*. Lyons (1999, p. 113-116) observa que no latim, por exemplo, existiam três demonstrativos em oposição *hic*, *iste* e *ille*.

⁵Como apresentado nos exemplos em (1) da Introdução.

⁶Bühler (2011, p. 95) considera que a dêixis pode ser indicada em gestos (ostensiva), por símbolos, em que uma situação de fala possibilita a identificação especial das entidades e por anáfora que é do interior da linguagem.

⁷Cavalcante (2000, p. 36-65), com base no estudo de Fillmore (1971), identifica 4 tipos de dêixis: de pessoa; de tempo; de lugar; e do discurso, sendo que essas são formas de ‘metáforas’ da deiticidade espacial.

⁸Cavalcante (2000, p. 36-42) diverge dessa análise, entendendo que a relação do falante com o discurso e com o contexto de produção consistem o centro da enunciação.

De acordo com Cambraia e Bianchet (2008), na passagem do latim para as línguas românicas, compreende-se que esses demonstrativos podiam atuar como pronominais (demonstrativo sem nome explícito) e como adnominais (demonstrativos + nome). No latim, todos os demonstrativos eram acompanhados por outras formas de demonstrativos (*hic ille*) ou por elementos dêiticos (*ecce iste*) e por isso, em todas as línguas românicas, existem demonstrativos derivados de formas simples e de formas compostas. Do primeiro, *hic* (*este / aqui*), foram formados *aqui* (*eccum hic > aqui*) e *aí* (*ibiic > ad hi > aí*). O demonstrativo *iste* assumiu a relação de [+ proximidade] do falante, podendo observar isso em várias línguas românicas (Português e Espanhol, *esse / este*; Italiano, *questo*; Catalão, *aquest*). O demonstrativo *ille* atuava normalmente como pronominal de [- proximidade] e ora se gramaticalizou para um pronome de terceira pessoa (*ele / ela*), ora deu origem aos artigos definidos (*o / a*), a partir do seu uso adnominal, ora foi a base para a formação de demonstrativos de [- proximidade], *aquele*, e marcadores dêiticos, *ali* (*ad illic*) e *lá* (*ad ilac > alá*).

Ao decorrer da primeira parte deste capítulo, é discutido o aspecto dêitico de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá*, dando foco à análise semântica e às relações contrastivas, comparando a prescrição das GTs (Gramáticas Tradicionais) com os usos reais desses elementos, estabelecendo relações como reforçadores aos demonstrativos *este*, *esse* e *aquele*. Em seguida, é apresentado o uso desses reforçadores no PB, no intuito de compreender as suas características sintáticas e a sua classificação ora como advérbio ora como pronome/demonstrativo. Por fim, é feita uma síntese das principais questões sobre o tema, buscando compreender qual a caracterização mais adequada para *aqui*, *ali*, *aí* e *lá*.

1.1 AQUI, ALI, AÍ E LÁ: A DEITICIDADE NA GT E NO PB

Em geral, as tentativas de prescrição do uso da língua, a partir das Gramáticas Tradicionais (GTs), convergem em caracterizar *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* como advérbios de lugar, por modificar os verbos, adjetivos ou advérbios para indicar um local ou a localidade de um objeto que é mencionado pelo falante. Cegalla (1995, p. 243 e 244), por exemplo, caracteriza advérbio como “palavra que modifica o sentido do verbo, do adjetivo e do próprio advérbio.” e encaixa *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* no conjunto dos advérbios de lugar. Na construção sintática, os advérbios atuam como adjuntos adverbiais, termos acessórios que exprimem uma circunstância, desempenhando uma função secundária na oração⁹. Por vezes, a GT caracteriza

⁹Cf. subseção 1.2.

aqui, *ali*, *aí* e *lá* como pronomes demonstrativos reforçadores¹⁰ de local¹¹, enfatizando uma noção espacial que já foi mencionada anteriormente. O uso desses pronomes demonstrativos reforçadores de local está estritamente relacionado ao demonstrativo que é reforçado¹².

Dessa maneira, os exemplos em (3) expressam a proposta das GTs:

- (3) a. Pegue outro livro para você, pois [este **aqui**] já é meu.
 b. [Esse **aí**] não deixa de comparecer jamais às reuniões.
 c. [Aquele **lá**]!? Não acredito que possa me ajudar.
 d. A. Este é o amigo de quem você falava?
 B. Não, é [aqueleoutro **ali**].

(DUARTE, 2018)

O pronome reforçador *aqui* só poderia atuar como um pronome reforçador ao acompanhar o demonstrativo *este* porque exprime [+ proximidade] ao falante, como no exemplo em (3a). Em (3b), o demonstrativo reforçador *aí* atua enfatizando a informação de [+ proximidade] ao ouvinte e, portanto, só poderia reforçar o pronome *esse* que, de acordo com a GT, teria a mesma função. O demonstrativo *aquele* seria usado em coocorrência com *lá*, como em (3c), e com *ali*, como em (3d)¹³.

O quadro abaixo demonstra o uso dos demonstrativos e dos demonstrativos reforçadores de acordo com as GTs:

Quadro 01 – Relação entre demonstrativos e demonstrativos reforçadores pelas GTs

Demonstrativo	Demonstrativo reforçador
Este	Aqui
Esse	Aí
Aquele	Ali / Lá

Fonte: Elaboração própria.

¹⁰ Há também a caracterização de *mesmo* e *próprio* como reforçadores de demonstrativos, como em “isso mesmo” e “esse próprio”. Nesses casos, *mesmo* e *próprio* não reforçariam a noção dêitica espacial não foram analisados neste estudo.

¹¹ É importante destacar que as GTs também mencionam *cá*, *acolá* como advérbios de lugar ou como demonstrativos reforçadores de local que exercem, respectivamente, a função de marcar proximidade do falante, tal como *aqui*, e distância do falante e do ouvinte, tal como *ali* e *lá*. Nos *corpora* estudados, não houve registros de *cá* e de *acolá* como elementos pós-nominais e, portanto, não são utilizados na análise.

¹² Para maiores informações, conferir Cegalla (1995), Duarte (2018), Fares (2012) e iDicionário Aulete (2018).

¹³ Duarte. (2018) usa a forma *aqueleoutro* para evidenciar a possibilidade de *outro* ser aglutinado a *aquele*.

É importante mencionar que as GTs não diferenciam explicitamente o uso de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* como advérbios e como demonstrativos reforçadores, tratando-os por vezes como sinônimos ou como recursos de estruturas relacionadas. Pelas próprias prescrições das GTs, pode-se supor que, nas sentenças em (3), trata-se de reforçadores porque fazem parte da estrutura nominal¹⁴. Nas sentenças em (4a) e (4b), *lá* e *aí*, respectivamente, deveriam ser caracterizados como advérbios pelas GTs porque estariam modificando um verbo¹⁵:

- (4) a. [O menino chutou a bola] **lá** na vidraça.
 b. João viu [o bloco de notas] **aí**.

No PB, *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* são usadas de formas diferentes do que é prescrito pela GT para marcar deiticidade bem como as relações de [+/- proximidade], não caracterizando como um reforço semântico. Cançado (2010, p. 15), observando um processo de variação entre *esse* e *este*, propõe um quadro de três diferenciações no que tange ao uso de *aqui*, *ali*, *aí*:

- (5) a. Pega [esse livro/isso **aqui**] (próximo do falante).
 b. Pega [esse livro/isso **ali**] (distante do falante e do destinatário).
 c. Pega [esse livro **aí**] (próximo do ouvinte e distante do falante).

(CANÇADO, 2010, p. 15)

Construindo um paradigma mais amplo do que em (5), pode-se ilustrar as possibilidades de se estabelecer as relações dêiticas de demonstrativos no PB em coocorrência com *aqui*, *ali*, *aí* e *lá*. Nos exemplos em (6), os demonstrativos *esse/este* estão em coocorrência com reforçadores e, nos exemplos em (7), o demonstrativo *aquele* coocorre com reforçadores.

- (6) a. [Esse/Este livro **aqui**] está com a capa rasgada.
 b. [Esse/Este livro **aí**] está com a capa rasgada.
 c. [Esse/Este livro **ali**] está com a capa rasgada.
 d. *?[Esse/Este livro **lá**] está com a capa rasgada.

¹⁴ Nas seções subsequentes, é retomada a caracterização de advérbios e reforçadores.

¹⁵ Não se trata da modificação de um verbo tal qual é pressuposto pela GT. Para maiores informações, conferir Cinque (1999). Na próxima seção, também é apresentada a descrição desse uso por uma perspectiva cartográfica, a partir de Pereira (2011).

- (7) a. *[Aquele livro **aqui**] está com a capa rasgada.
 b. *[Aquele livro **aí**] está com a capa rasgada.
 c. [Aquele livro **ali**] está com a capa rasgada.
 d. [Aquele livro **lá**] está com a capa rasgada.

(PARANHOS, 2011, p. 37-38)

Em (6a) e em (6b), observa-se a possibilidade dos demonstrativos *este* e *esse* coocorrerem com o *aqui* e *aí*. Isso ocorre provavelmente porque no PB existe variação entre os dois demonstrativos, não estabelecendo uma relação de oposição como se preescreve na GT¹⁶. Em diversos estudos (CÂMARA JR., 2004; CASTILHO, 1993; RONCARATI, 2003; e, entre outros, PEREIRA, 2005), constata-se que os demonstrativos *esse* e *este* estão em relação de variação no PB com uma possível tendência de desaparecimento da segunda forma que é registrada com maiores índices na escrita ou na norma culta¹⁷. A partir dos exemplos em (6a) e (6b), observa-se também que não há uma relação exclusiva de coocorrência, tal como prevê a GT, em que *este* necessariamente precisaria coocorrer com o reforçador *aqui* ao mesmo tempo em que *esse* necessariamente deveria estar em relação de coocorrência com o reforçador *aí*.

Os exemplos em (6c) e (6d) podem evidenciar que há um processo de esvaziamento semântico para marcação de [+ proximidade] dos demonstrativos *esse* e *este*, ainda não consolidado no PB (RONCARATI, 2003), e que *ali* e *lá* estão em uma relação de oposição quanto à função dêitica que exercem na língua portuguesa. Isso pode ser constatado pelo fato de ser possível que os demonstrativos *este* ou *esse* coocorram com *ali*, confirmando a indicação dêitica de [- proximidade] do falante e do ouvinte. Contudo, isso não ocorre do mesmo modo com *lá*, pois o processo de esvaziamento semântico de marcação de [+ proximidade] dos demonstrativos *esse* e *este* não está completamente consolidado. Então, *ali* indica um afastamento medial do falante e do ouvinte enquanto que *lá* indica um afastamento remoto do falante e do ouvinte e, portanto, a depender da variedade do PB em estudo, os demonstrativos *esse* ou *este* não podem coocorrer com *lá*.

Nos exemplos em (7a) e (7b), evidencia-se que demonstrativo *aquele* não pode coocorrer com *aqui* e *aí* porque tem marcas semânticas de deiticidade mais bem consolidadas do que os demonstrativos *esse* e *este*, só podendo coocorrer com *ali* e *lá*, seja para evidenciar um afastamento medial seja para evidenciar um afastamento remoto.

¹⁶ Para a GT, *este* está relacionado à primeira pessoa e demarca proximidade com o falante enquanto que *esse* demarca proximidade do ouvinte, portanto está relacionado à segunda pessoa.

¹⁷ Para mais informações, cf. Paranhos (2011).

Com esse paradigma que esboça uma representação do uso da língua portuguesa no Brasil, o primeiro elemento diferenciador do que propõe a GT é a existência da variação entre *este* e *esse* no PB. Como existe uma variação entre *este* e *esse*, o segundo elemento caracterizador de diferenciação é a não estrita relação entre o demonstrativo e o reforçador (*este aqui* x *esse aí*). Como foi analisado por Paranhos (2011), *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* estão em oposição contrastiva¹⁸ quaternária, evidenciando uma entidade em relação à pessoa (falante ou ouvinte), ou ao grau do afastamento (medial ou remoto). Dessa forma, não é completamente adequado caracterizar *aqui*, *aí*, *ali* e *lá* como demonstrativos reforçadores, tal como caracteriza a GT, porque não reforçam relações dêiticas que já foram mencionadas, na verdade a função que exercem é de acréscimo de traço semântico, identificando as relações contrastivas¹⁹. Essas características são representadas no Quadro 02, abaixo:

Quadro 02 – Quadro comparativo do uso de demonstrativos em coocorrência com *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* no PB e na GT

	GT	PB (uso real)
[+ proximidade] do falante	Este ~ Este aqui	Esse ~ Esse aqui ~ Este aqui
[+ proximidade] do ouvinte	Esse ~ Esse aí	Esse ~ Esse aí ~ Este aí
[- proximidade] medial do falante e do ouvinte	Aquele ~ Aquele ali	Esse ali ~ Este ali ~ Aquele ~ Aquele ali
[- proximidade] remota do falante e do ouvinte	Aquele ~ Aquele lá	Aquele ~ Aquele lá

Fonte: Elaboração própria

1.2 AS PROPRIEDADES SINTÁTICAS DE *AQUI*, *ALI*, *AÍ* E *LÁ* NO USO DÊITICO

Na subseção anterior, a análise das propriedades do uso de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* foram focadas no plano semântico, buscando entender o que, de fato, esses elementos, que são chamados de *reforçadores*, expressam em relação à [+/- proximidade]. Nesta seção, é dado

¹⁸ É importante lembrar que, como dito inicialmente, o centro dêitico é uma relação egoísta, ou seja, é o ponto de vista sempre do falante. Pois, é o falante que estabelece situacionalmente se uma referência está próxima ou distante de si, do ouvinte ou, entre outras opções, do falante e do ouvinte. Para entender os diferentes sistemas de deiticidade nas línguas naturais, conferir Lyons (1999, p. 17-22).

¹⁹ Compreende-se que a rigor não há reforço semântico, mas escolheu-se neste trabalho denominar *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* como reforçadores por ser uma terminologia utilizada em diversos estudos. Essa denominação só se aplica para os usos dêiticos do domínio do DP, em posição fixa no final do DP, como é discutido nos itens posteriores. No entanto, caso outro estudo esteja sendo usado para explicações ou exemplificações, é a dotada a nomenclatura da fonte, pelo viés do(a) autor(a). Diessel (1999, p. 7), por exemplo, utiliza a denominação ‘demonstrativo adverbial’.

foco à discussão desses reforçadores no plano sintático no PB, retomando a discussão sobre advérbios e sobre demonstrativos.

Os estudos mais recentes sobre *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* têm dado destaque aos aspectos da gramaticalização desses elementos (MARTELOTTA e RÊGO, 1996; TAVARES, 2001a; 2001b; e 2002; CONFESSOR, 2013). Ao se analisar os aspectos da deiticidade, tais estudos partem do princípio de que são advérbios.

O entendimento de Câmara Jr. (2004, p. 77) compreende três critérios para classificação de vocábulos: i) semântico, conduzido pelo aspecto biossocial; ii) formal ou mórfico; iii) funcional, relacionado a função da palavra na sentença. Para o autor, advérbios não constituem um conjunto de classes de palavras, pois são, na verdade, vocábulos usados em determinadas funções ou em contextos com o intuito de exercer uma função modificadora. Nesse sentido, *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* são pronomes com função adverbial (CÂMARA JR., 2004, p. 124).

Bomfim (1988, p. 38) também defende que *aqui*, *ai*, *aí* e *lá* são pronomes, pois: são dêiticos; podem exercer a função de sujeito, como em (8); e podem anteceder pronomes relativos, como em (9). Desse modo, não podem ser classificados como advérbios.

(8) a. **Aqui** é o melhor lugar do mundo.

b. **Lá** continua um paraíso.

(9) **Lá** onde morei mora agora meu cunhado

(BOMFIM, 1988, p. 36)

Para Bomfim (1988, p. 36), nas sentenças em (8), *aqui* e *lá* mantêm suas características dêiticas, respectivamente, de proximidade e de distância, e são sujeitos das sentenças. Se pronomes relativos possuem sempre nomes como antecedentes, então *lá* não pode ser classificado como advérbio, pois antecede o pronome relativo *onde*, em (9).

Ilari (2007, p. 170) ressalta a dificuldade na caracterização de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* como advérbios dêiticos porque esses elementos têm particularidades nas suas propriedades sintáticas e não são acessórios, tal como a GT define, já que podem ocupar, inclusive, posições argumentais e serem operadores textuais, como em (10), a seguir:

(10) Mas a cadeia de supermercados **aqui** é do Recife.

(ILARI, 2007, p. 153)

Para Ilari (2007, p. 153), em (10), o dêitico, *aqui*, antecipa a função sintática e semântica da expressão que vem em seguida, ou seja, trata-se de uma expressão catafórica ligada ao *do Recife*.

No bojo dos estudos mais recentes da Gramática Gerativa, Pereira (2011), em um estudo cartográfico²⁰, investiga os usos de *lá* e observa que há diversos contextos sintáticos em que o *lá* é um advérbio²¹ e não apresenta marcação dêitica²² e há outros em que tais marcas se mantêm. No exemplo em (11), *lá* ocupa a posição sintática de Spec,TopP (*Specifier of Topic Phrase*) e o uso locativo ainda é demarcado (PEREIRA, 2011, p. 72 e 88):

- (11) a. **Lá** vem a Maria.
b. **Lá** vai o ônibus.

(PEREIRA, 2011, p. 72 e 88)

Para Pereira (2011, p. 72), em (11), *lá* é um locativo, atribuindo à sentença o sentido de fonte/origem, (11a) ou alvo (11b). Para comprovar isso, Pereira (2011, p. 78, 79 e 88) propõe três testes: i) redobro de *lá* em comparação com o redobro de outro locativo, em (12); ii) construção de interrogativa com *onde*, em (13); e iii) substituição de *lá* por outro locativo, como *aí*, em (14):

- (12) **Lá** vem Maria ***aqui / *aí / lá**.

- (13) ***(De) onde lá** vem Maria?

²⁰Entre as perspectivas gerativistas, está o projeto cartográfico que é “a tentativa de delinear mapas mais precisos e detalhados possíveis das configurações sintáticas” (CINQUE e RIZZI, 1999, p. 42). A partir da comparação dos dados de diversas línguas, o método comparativo, é possível delinear as categorias funcionais que existem para todas as línguas. Por isso, o projeto cartográfico faz uma análise microscópica. Cinque e Rizzi (1999, p. 49) entendem a cartografia tem como foco a pormenorização das estruturas geradas.

²¹Cinque (1999) propõe a teoria dos especificadores funcionais em que há advérbios circunstanciais, que têm flexibilidade sintática, não sendo, portanto, nem núcleos nem especificadores de projeções funcionais; e advérbios, propriamente ditos, que fazem parte da estrutura das projeções funcionais, ocupando a posição de especificadores ou de núcleos. A partir da análise de Cinque (1999), Pereira (2011) considera que *lá* pode ser um advérbio, sendo especificador de projeções funcionais hierarquicamente estabelecidas na periferia esquerda do IP, do vP e do NP. Além disso, *lá* pode ser um advérbio circunstancial, estando em uma projeção adjunta a uma projeção lexical ou funcional, pois são realizados em projeções adjuntas e podem ser realizados em diversas posições na sentença, tendo flexibilidade. Para Chomsky (1995, p. 32), há estruturas funcionais (CP, TP, DP e AgrP) e lexicais (VP, NP, AdjP, PP) e os adjuntos são elementos que estão incluídos e, portanto, são licenciados por essas estruturas, mas não estão contidos, não sendo, portanto, parte dos núcleos, especificadores ou dos seus complementos. Para entender mais sobre essa caracterização, conferir Miotto, Silva e Lopes (2007, p. 65-67), Cinque (1999) e Pereira (2011).

²²Os usos não dêiticos de *lá* serão apresentados no Capítulo 2.

- (14) ≠**Aí** vou eu / **Lá** vou eu. (Contexto: João está deixando o recinto onde a Maria também está.)

(PEREIRA, 2011, p. 78, 79 e 88)

Pereira (2011, p. 78, 79 e 88) argumenta que, em (12), caso o locativo usado seja *aqui* ou *aí*, a sentença é agramatical já que não é possível que haja concorrência com o *lá*, pois indicariam relações dêiticas opostas. A sentença em (13) também é agramatical porque não seria possível constituir uma pergunta com o *onde*, pois o *lá* já indica a fonte/origem. Nas sentenças em (14), caso se tente intercambiar *aí* por *lá*, a sentença poderia não condizer com o contexto, tendo em vista que João está deixando o recinto²³. Diante dos testes apresentados, não se poderia dizer que há perda semântica distal de *lá*, não caracterizando, portanto, como um expletivo²⁴.

Para Pereira (2011, p. 184), além da posição de Spec,TopP, *lá*, mantendo o sentido dêitico pode ser um advérbio circunstancial quando está no DP e, desse modo, o uso dos locativos no NP segue um padrão, como em (15) e em (16):

- (15) a. Este... **aqui**
 b. Esse... **aí/aqui**
 c. Aquele... **lá**
- (16) a. *Este lápis **lá** é meu.
 b. *Esse lápis **lá** é seu.
 c. Aquele menino **lá** é meu neto.

(PEREIRA, 2011, p. 184)

Para Pereira (2011, p. 185-187), não é possível a coocorrência de demonstrativo de primeira pessoa, *este*, e de segunda pessoa, *esse*, com *lá*. Nos contextos em que há coocorrência com o *esse* ou o *este*, *lá* não é dêitico, como nos exemplos em (17). Do mesmo modo, não é possível ter coocorrência de artigo indefinido, de artigo definido, e de nome nu com *lá* locativo, como nos exemplos em (18).

²³ Pereira (2011, p. 85-89) faz a discussão sobre a diferença entre as noções de fonte e origem, tendo em vista o *lá* e o *aí* e os verbos *ir* e *vir*.

²⁴ Butchers (1999, p. 91) e Greco e Vitral (1999, p. 12), *apud* Pereira (2011, p. 78), argumentam que *lá*, nesse contexto, é inserido, por *merge*, no Spec,IP (*Specifier of Inflection Phrase*), atuando como um sujeito expletivo. Pereira (2011, p. 78-82) argumenta contra essa proposta.

- (17) a. “O Bastos, ao que parece morava ainda no tempo da noiva viva [...] com uma mulher. E assim com esta continuou, pouco ligando. Bem. [Essa/Esta mulher **lá**] um dia teve ciúmes”.
- b. Seu Lungatava assistindo televisão quando aparece a Mãe Diná em um programa [...] Daí Seu Lunga diz: ‘Quero ver se ela advinha mesmo as coisas...’ Pega o número dela e depois de um dia liga:
- Alô – diz Seu Lunga.
- Pois não, quem fala? – Pergunta a Mãe Diná.
- [Essa mulher **lá**] advinha nada! E desliga o telefone.
- (PEREIRA, 2011, p. 185)²⁵

- (18) a. “eu tinha [um colega meu **lá**] que trabalhava...”
- b. “Aí eu fico assistindo [...] É um desenho que [o menino **lá**] gosta muito de esporte”.
- c. “quando eu acabo o dever, é, eu vejo [desenho **lá**]”.
- (PEREIRA, 2011, p. 185 e 186)²⁶

Segundo Pereira (2011, p. 186), a leitura dêitica só seria viável se existisse uma clara indicação de lugar, tal qual é representado em (19), mas nesses contextos, *lá* não faria parte da estrutura do DP.

- (19) a. eu tinha [um colega meu] **lá** em Perdões...
- b. [o menino] **lá** na cidade gosta muito de esporte...
- c. eu vejo [desenho] **lá** na sala...

(PEREIRA, 2011, p. 186)

Apesar dessa possibilidade, é preciso sublinhar que, em (19a), ‘lá’ simplesmente não faz parte da estrutura do DP. Em (19a), ‘lá’ faria parte do IP encabeçado por ‘tinha’ e possivelmente ocuparia uma posição de adjunta ao IP, em (19b), ‘lá’ faria parte do VP e possivelmente seria um predicativo locativo de ‘estar’, verbo elíptico que pertence a uma relativa reduzida e subordinada ao NP (“o menino (que está) lá”); por fim, em (19c), ‘lá’ faria parte do IP encabeçado por ‘vejo’ e possivelmente ocuparia uma posição adjunta ao IP. Disso, conclui-se que, quando ‘lá’ pós-nominal recebe interpretação locativa, ele não pertence à estrutura do DP e não é um

²⁵ Dados retirados de páginas virtuais (cf. PEREIRA, 2011, p. 186). O primeiro é um trecho do conto “Um caso Complicado”, de Clarisse Lispector. O segundo texto foi retirado de uma página de humor.

²⁶ Dados retirados de Alkmin e Chaves (2009, p. 4), de Alkmin e Chaves (2009, p. 3, entrevista 49) e de Alkmin e Chaves (2009, p. 3, entrevista 49).

especificador funcional (*adaptação do número dos exemplos nossa*, PEREIRA, 2011, p. 186).

Nesse sentido, Pereira (2011, p. 187) propõe que há uma representação sintática para o *lá* dêitico que é diferente do *lá* não dêitico dentro do DP²⁷. A rigor, o *lá* dêitico não está nem no DP, pois é um circunstancial e faz parte de uma estrutura relativa adjacente ao NP, tal como representado em (20):

(20) Aquele menino [(que estava) **lá**].

A partir desses estudos, foi possível observar as diferentes tentativas de caracterização de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá*. Para Câmara Jr. (2004), Bomfim (1988) e Ilari (2007), *lá* não é um advérbio porque não pode se encaixar nessa categoria e, para Pereira (2011), *lá* é advérbio por causa das funções sintáticas que exerce na sentença.

Tomando como base Bernstein (1997) e Guardiano (2011)²⁸, assume-se neste estudo que *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* são núcleos de uma projeção funcional dentro da estrutura do DP, não são adjunções, atuando, desse modo, como demonstrativos já que seguem uma estrutura fixa no DP.

1.3 A DEFINIÇÃO DE DEMONSTRATIVOS NAS LÍNGUAS HUMANAS

Nesta seção, discute-se o que são demonstrativos a partir de estudos interlinguísticos e é dividida em quatro subseções: na primeira, são apresentadas as definições de demonstrativos quanto à dêixis e à definitude; na segunda, é feita a discussão dos contextos pragmáticos de uso dos demonstrativos; na terceira, são apresentados testes e descrições das diferenças entre demonstrativos e artigos definidos; por fim, na quarta subseção, são apresentadas análises das propriedades sintáticas dos demonstrativos.

Para deixar mais claras as discussões realizadas nas subseções que seguem, é necessário apresentar brevemente, a partir da perspectiva formal da gerativa, o que é DP.

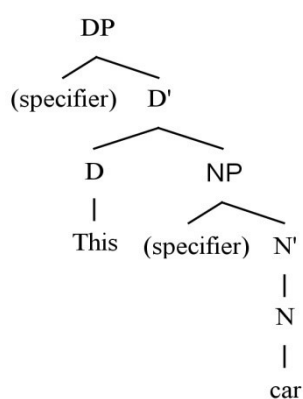
A partir de diversos estudos (RADFORD, 1997, p. 37-47; LYONS, 1999, p. 40-46 e 290-291; e, entre outros, MIOTO, SILVA e LOPES, 2007, p. 52-62), entende-se que *nomes*

²⁷ Na segunda subseção deste capítulo, é retomada a discussão que Pereira (2011) faz sobre o *lá* não-dêitico no DP, que é um marcador de especificidade.

²⁸ Conferir subseção 1.3.4.

(N) compartilham de propriedades gramaticais em comum²⁹ e são itens lexicais que fazem referência a entidades, a objetos no mundo (podendo ser concretos ou abstratos) e são núcleos do NP (*Noun Phrase*)³⁰ que é uma projeção lexical³¹. Abney (1987, p. 18-19) propõe a hipótese do DP que pressupõe que o determinante (*D ou Det*)³² é o núcleo da projeção funcional, DP, e o NP é o seu complemento. Lyons (1999, p.43) representa, em (21), a proposta de Abney (1987).

(21)



(LYONS, 1999, p.43)³³

Lyons (1999, p. 289-291) assume que é no especificador do DP que é atribuída a definitude e apresenta as vantagens de se ter uma análise baseada na hipótese do DP que são: (i) ter paralelismo entre a estrutura nominal e a estrutura da sentença que é uma projeção em que o I (inflection) é o núcleo³⁴; (ii) a teoria da estrutura de projeções se torna mais geral porque todas as categorias lexicais passam a ser complemento de uma projeção funcional; e

²⁹Radford(1997, p. 37-44) argumenta que *nomes* constituem uma categoria gramatical em comum e apresenta evidências morfológicas, como a pluralização e a coocorrência com determinantes, e sintáticas, como a substituição por outros elementos que compartilham das mesmas propriedades.

³⁰“(…) todas as projeções são formadas por concatenação de duas categorias que são concatenadas juntas para formar uma nova categoria. Essa projeção que é formada é endocêntrica sendo constituída a partir de um núcleo” (RADFORD, 1997, p. 88, *tradução nossa*).

³¹Uma projeção lexical tem um núcleo lexical, ou seja, itens lexicais que têm sentido descritivo e podem ter antônimos (RADFORD, 1997, p. 45).

³²Determinantes são assim chamados porque determinam propriedades referenciais (ou quantificacionais) e compartilham de propriedades gramaticais próprias. É uma categoria funcional porque: não têm antônimos; modificam um nome; ocupam uma posição fixa no DP; não podem coocorrer com outros determinantes; e não podem ser realizados sozinhos como um resposta (RADFORD, 1997, p. 45-48).

³³Cabe observar que Lyons (1999, p. 43) não está discutindo, nesse momento, a projeção do DP em um modelo minimalista.

³⁴Esse paralelismo entre as duas estruturas ajudaria a explicar as relações de nominalização tais como: *a destruição da cidade* e *a destruição da cidade pelo exército* que são estruturas paralelas, respectivamente, às sentenças *a cidade foi destruída* e *o exército destruiu a cidade* (LYONS, 1999, p. 291).

(iii) consegue responder de forma mais adequada quando os pronomes são projetados, visto que a sua condição era anômala³⁵.

Em uma perspectiva minimalista, Radford (1997, p. 151-154) assume que a hipótese do DP³⁶, baseando-se nos estudos de Abney (1987) e de Longobardi (1994). Ao adotar essa análise, o autor toma como pressuposto a existência de um determinante nulo que não é uma projeção supérflua³⁷. Para comprovar isso, Radford (1997, p. 151-154) analisa as propriedades semânticas do nome nu (Det Ø) que tem propriedades quantificacionais, como em (22), de pessoa, em (23) e de seleção de nomes, em (24).

(22) a. Eggs are fattening. (Inglês)

Ovos são gordurosos.

b. I had eggs for breakfast.

Eu como ovos no café da manhã.

(23) a. We syntacticians

Nós sintaticistas

b. You syntacticians

Vocês sintaticistas

c. Syntacticians

Sintaticistas

(24) a. I write poems

Eu escrevo poemas

b. I write poetry

Eu escrevo poesia

c. *I write poem.

Eu escrevo poema

(RADFORD, 1997, p. 152-153)

³⁵Na falta de um substantivo que acompanhasse o pronome (*ele*), teria que se considerar que esse é uma espécie de substantivo (N). Essa análise traria problemas já que pronomes não podem ser modificados por determinantes (**esse ele, *o eu*) (LYONS, 1999, p. 291).

³⁶A análise de Radford (1997) diverge da análise de Chomsky (1995) que defende que o traço de número é interpretável nos nomes, então o determinante é especificador de uma projeção NP.

³⁷O princípio de economia proíbe a existência de projeções supérfluas (RADFORD, 1997, p. 152).

Para Radford (1997, p. 152-153), em (22a), o DP *eggs* tem leitura genérica e, em (22b), tem leitura existencial (partitiva), evidenciando que há um D nulo que apresenta propriedades quantificacionais ao NP. Nas sentenças em (23), é necessária a presença de um determinante para indicação de 1ª pessoa e de 2ª pessoa, como respectivamente em (23a) e (23b), enquanto a ausência de um determinante marca 3ª pessoa. Por fim, um D nulo pode selecionar nomes contáveis no plural, (24a), e nomes de massa no singular, (24b), mas não pode selecionar nomes contáveis no singular, (24c).

A partir das análises de Abney (1987), Longobardi (1994), Radford (1997) e Lyons (1999), assume-se neste estudo a hipótese do DP em que o D é o núcleo que seleciona o NP como complemento e é dado foco às propriedades semânticas do DP.

Há outras projeções funcionais que podem ser selecionadas como parte do domínio do DP que podem indicar número, NumP (*Number Phrase*), quantificação, QP (*Quantifier Phrase*), qualidade (AdjP), etc (GUARDIANO, 2011³⁸; LONGOBARDI, 2005). Essas projeções funcionais necessariamente têm um núcleo que modificam o NP, atribuindo uma propriedade. De acordo com Bernstein (1997) e Guardiano (2008, 2009 e 2011), entre as projeções funcionais, está o Dem (*Demonstrative Phrase*) que atribui dêixis ao DP. Os demonstrativos (*esse, aquele*, por exemplo) ocupam a posição de Spec, DemP (*Specifier of Demonstrative Phrase*) e os reforçadores (*aqui, ali, aí e lá*) são núcleos, Dem (BERNSTEIN, 1997, p. 97-110).

1.3.1 Demonstrativos: definitude e deiticidade

Neste tópico, é feita a caracterização dos demonstrativos que são itens lexicais funcionais observados em todas as línguas humanas e são considerados dêiticos e definidos (GUARDIANO, 2008, 2009 e 2011). Inicialmente é apresentada a definitude e, em seguida, as discussões em torno da definitude e da deiticidade dos demonstrativos.

Há definitude em um DP, de acordo com Lyons (1999, p. 2 e 3) quando uma entidade é de conhecimento do falante e do ouvinte, ou seja, quando há familiaridade. Lyons (1999, p. 2 e 3) baseia-se em Hawkins (1978, p. 100 e 101) que propõe a hipótese da familiaridade como a capacidade do falante denotar uma entidade, ou seja, tornar uma entidade conhecida

³⁸A extensão das possíveis categorias funcionais pode variar a depender da perspectiva metodológica de trabalho. Guardiano (2011), em um estudo cartográfico, descreve diversas projeções funcionais que podem compor um DP: [DP SpecD° [Gen1 [(NumP) [AsP [DemP [Gen2P [NP]]]]]]].

tanto para o falante como para o ouvinte e o DP é definido³⁹. Nesse sentido, *a mesa*, em (25a), está relacionada a uma mesa definida que tanto o falante como o ouvinte têm familiaridade, conhecimento. Já o contrário é não definido - o falante pode ter ou não conhecimento sobre a entidade, mas o ouvinte com certeza não o tem, assim *uma mesa*, em (25b), não é definido, pois o ouvinte não tem familiaridade sobre ela.

- (25) a. João comprou [a mesa].
 b. João comprou [uma mesa].

Para Hawkins (1978, p. 128 e 129) a identificabilidade é a intenção do falante em definir uma entidade que o ouvinte pode pressupor como familiar. Lyons (1999, p. 6) apresenta a noção de identificabilidade, tal como apresentado em (26), e discorda dos estudos, como o de Hawkins (1978, p. 128 e 129), que argumenta que a identificabilidade é um fator que determina a definitude.

- (26) Me passa o martelo, por favor?
 (Contexto - Ana está tentando pendurar um quadro na parede. Quando João entra no quarto, Ana faz um pedido)
 (LYONS, 1999, p. 6)

Ao entrar no quarto, João não sabe que existe um martelo e também não lhe foi apontado o instrumento. Então, ele precisa localizar visualmente a entidade para que se torne um ente familiar. Ao pedir o martelo, Ana cria uma situação de identificabilidade, tornando a entidade familiar para João e por isso, no pedido de Ana, essa entidade é definida.

Lyons (1999, p. 6 e 7) considera que a noção de identificabilidade é limitada porque o ouvinte não conseguirá necessariamente identificar a entidade e o falante nem sempre conhece o referente, não podendo identificá-lo, como em (27) e em (28).

- (27) Eu acabei de ir a *um casamento*. [A noiva] usava azul.
 (28) Eu me pergunto quem é [o anestesista do turno].

(LYONS, 1999, p. 7)

³⁹ Na literatura sobre o tema (Lyons, 1999, p. 253-260), há divergências sobre a noção de definitude em relação à referência, seja do DP com artigo definido ou indefinido. Nesse sentido, a análise feita aqui é uma simplificação das discussões sobre o tema, trazendo o que é de mais geral, compartilhado entre grande parte dos estudos.

De acordo com Lyons (1999, p.7), na sentença em (27), é feita uma associação entre a noiva e o casamento e o ouvinte, pelo seu conhecimento de casamento, pode pressupor a existência de uma noiva, mas isso não quer dizer que o falante tem a intenção de identificar qual foi a noiva, por isso não há identificabilidade. Do mesmo modo, em (28), o falante não sabe quem é o anestesista e o uso do artigo definido é possível porque é raro existir contextos de mais de um anestesista em um mesmo turno. Em (28), se o determinante definido for substituído por um demonstrativo, o DP teria outro sentido, exigindo identificabilidade.

A outra noção importante para caracterização de um NP [+ definido] é a unicidade (LYONS, 1999, p. 8 e 9). A unicidade é contextual e, em alguns casos é absoluta, como antes de referentes inerentemente únicos como *o sol, a lua*. No mesmo sentido, a unicidade é capaz de explicar porque há definitude em DPs como *o primeiro, o vencedor, o mais velho*, que a entidade pode ser conhecida ou não, mas há pressuposição de unicidade.

Ionin, Koe Wexler (2004, p. 5) entendem que a noção de definitude está associada ao fato de que falante e ouvinte compartilham ou não da pressuposição da existência de um único indivíduo (ou de mais de um indivíduo, no caso do plural).

(29) [+ definido] – quando o falante e o ouvinte pressupõem a existência de um indivíduo único no conjunto denotado pelo NP.⁴⁰

(IONIN, KO e WEXLER, 2004, p. 5)⁴¹

Após apresentar o que é definitude, cabe explicitar a definição do que são demonstrativos e sua relação com a definitude.

De acordo com Guardiano (2008, 2009 e 2011), é possível fazer uma generalização universal: todas as línguas humanas têm ao menos um demonstrativo. Esses são considerados, normalmente, como dêiticos definidos, ou seja, denotam uma entidade como traço [+ definido], não sendo realizados em NP [- definido].

O traço dêítico, normalmente expresso em um demonstrativo, desempenha um papel semelhante ao de apontar, orientando a atenção do ouvinte para o

⁴⁰ [+definite], then the speaker and hearer presuppose the existence of a unique individual in the set denoted by the NP (IONIN, KO e WEXLER, 2004, p. 5, *tradução nossa*).”

⁴¹ Ionin, Ko e Wexler (2004, p. 6) apresentam a definição formal de definitude e indefinitude do seguinte modo:

a. Definitude - [the ξ] ζ expressa uma proposição que é...

Verdade - no índice i , se houver exatamente um α em i , e é ζ em i .

Falsa - em um índice i , se houver exatamente um α em i , e não é ζ em i .

Valor de verdade - em um índice i , se não houver exatamente um ζ em i (HEIM, 1991, p.9, *tradução nossa*).

b. Indefinitude - Uma sentença de forma [a ξ] que ζ expressa uma proposição que é verdadeira se existe pelo menos um indivíduo que é tanto ξ quanto ζ e o oposto é falso (HEIM, 1991, p. 26).

referente. Isso sugere uma conexão necessária entre [+Dem] e [+Def], o primeiro implicando o último. Eu entendo que demonstrativos, então, são necessariamente definidos (LYONS, 1999, p. 21)⁴².

Diessel (1999, p. 2) defende que demonstrativos compartilham diversas características semânticas e pragmáticas e define que um demonstrativo é um elemento que tem uma expressão dêitica e oposições contrastivas que por vezes pode ser intensificada por um demonstrativo adverbial (como *aqui, ali, aí e lá*, por exemplo)⁴³. Baseado em Fillmore (1982, p. 47), Diessel (1999, p. 74-78) propõe a nomenclatura de demonstrativos adverbiais para os itens lexicais dêíticos que fazem parte do sintagma nominal intensificando oposições contrastivas. Esses itens tendem a ser palavras independentes, mas podem ser cliticizados a um nome, a um demonstrativo ou a um outro determinante. Quando usado no sintagma nominal, não funciona como um operador do substantivo, mas como reforço, estando em relação de coocorrência.

Lyons (1999, p. 21) assume que os demonstrativos são dêíticos e [+ definidos] e afirma que há dois fatores que dificultam essa classificação: i) demonstrativos nem sempre marcam deiticidade; ii) demonstrativos nem sempre são [+ definido].

Lyons (1999, p. 19 e 20) observa que há línguas em que o demonstrativo não exerce exatamente contrastes dêíticos, sendo necessário o uso de marcadores dêíticos, tal como o Francês (*ce*)⁴⁴, do Checo (*ten*), e do Árabe Egípcio (*da*), como se observa, respectivamente, nos exemplos a seguir, (30), (31) e (32)⁴⁵.

(30) a. [Ce tarte-**ci**] est délicieuse. (Francês)

Essa torta-aqui está deliciosa.

b. [Ce tarte-**là**] est délicieuse.

Aquela torta-lá está deliciosa.

(LYONS, 1999, p. 112)

(31) a. [Tenhrad] / [Tyhrady] (Checo)

⁴²The deictic feature typically expressed on a demonstrative plays a similar role to pointing, guiding the attention to the referent. This suggests a necessary connection between [+ Dem] and [+ Def], the former implying the latter. I take demonstratives, then, to be necessarily definite (LYONS, 1999, p. 21, *tradução nossa*).

⁴³Diessel (1999, p. 2-4) considera que o demonstrativo adverbial é um das quatro configurações sintáticas que os demonstrativos tendem a seguir. As outras três são: pronominais, quando podem substituir um NP (por exemplo, *isso, aquilo*); adnominal, quando acompanha um nome (por exemplo, *esse menino, aquele menino*) e identificadores, quando retomam uma sentença (por exemplo, *eu imaginei isso que você falou*).

⁴⁴As formas do artigo (*le, la e les*) atuam como meros marcadores nominais.

⁴⁵Os exemplos em (4) foram adaptados de Lyons (1999, p. 112); os exemplos em (5) são traduzidos de LINGO (1998); e os exemplos em (6), são traduzidos de ARABIC (2011).

- Aquele castelo / Aqueles castelos
- b. [Tentohrad] / [Tytohrady]
Esse castelo / Esses castelos
- c. [Takniha] / [Tyknihy]
Aquele livro / Aqueles livros
- d. [Tato kniha] / [Tyto knihy]
Esse livro / Esses livros
- e. [To auto] / [Ta auta]
Aquele carro / Aqueles carros
- f. [Toto auto] / [Tato auta]
Esse carro / Esses carros

(LINGO, 1998)

- (32) a. [Ir-raagilda] / [il-bintdi] (Árabe Egípcio)
O-homemAFIXesse / A-garotaAFIXessa
- b. [Ir-riggaaladool] / [il-banaatdool]
O-homensAFIXesses / A-garotasAFIXessas

(ARABIC, 2011)

Lyons (1999, p. 19 e 20) argumenta que os demonstrativos franceses (30) são marcados através do marcador dêitico clítico (*ci X là*), denotando [+/- proximidade]. A forma do demonstrativo é a mesma do artigo definido (*ce*) e a diferença entre os dois determinantes está exatamente na marcação dêitica cliticizada⁴⁶. No Francês, portanto, quando há coocorrência com o dêitico, trata-se de um demonstrativo e, quando não há, é um artigo definido. No Checo, o demonstrativo *ten* apresenta, sozinho, a marcação dêitica distal, mas, quando cliticizado ao marcador dêitico *to*, é estabelecida uma oposição dêitica para marcar [+ proximidade], como nos exemplos em (31). Por fim, no Árabe Egípcio, representado nos exemplos em (32), há apenas um demonstrativo (sempre pós-nuclear), sinalizando [+ proximidade].

Na comparação dos exemplos em (30), (31) e (32), observa-se também que, no Checo e no Francês, o artigo definido não coocorre com o demonstrativo; o que não acontece no Árabe Egípcio, por ser necessária a coocorrência de um demonstrativo, marcando [+/- proximidade], e um artigo definido (*il/ir*), checando definitude (LYONS, 1999, p. 19 e 20).

⁴⁶Para Lyons (1999, p. 19 e 20), as formas do artigo (*le, la e les*) sobrevivem como meros marcadores nominais.

Além disso, Lyons (1999, p. 119) identifica que há línguas, como o Irlandês e o Ewondo, demonstrativos obrigatoriamente precisam coocorrer com artigos definidos. Nessas línguas, respectivamente, em (33) e em (34), o demonstrativo, embora tenha marcas dêiticas, não é movido para a posição de D. O determinante atribui o traço [+ definido].

(33) [an madra seo] (Irlandês)
o cachorro esse

(34) [é mvú ī] (Ewondo)
o cachorro esse

(LYONS, 1999, p. 119)

Em (33) e em (34), o demonstrativo ocupa a posição final do DP enquanto o determinante definido ocupa a posição inicial.

Em resumo, a partir dos estudos citados, observa-se que uma tendência para que os demonstrativos sejam caracterizados como itens lexicais [+ definido] e como dêiticos, normalmente indicando relações de oposições e de contraste.

1.3.2 As relações pragmáticas dos demonstrativos

De acordo com Himmelmann (1996 e 2001), o traço de [+ definitude] consegue estabelecer distinções entre os artigos indefinidos com relação aos artigos definidos e demonstrativos; contudo não tem a capacidade de estabelecer distinções entre os demonstrativos e artigos definidos. Isso acontece porque tanto artigos definidos como demonstrativos podem expressar relações dêiticas, estabelecendo usos de definitude: (i) pragmática; (ii) semântica.

Tomando como base a proposta de Himmelmann (1996 e 2001), compreende-se que a definitude pragmática envolve, para além do uso situacional (exofórico), relações endofóricas de três tipos: anafóricas, discursivas dêiticas e recognitivo (ou culturalmente compartilhado).

Uso do tipo anafórico – denota um elemento definido e identificável que já foi ou será introduzido no universo do discurso, durante a interação entre os interlocutores. O uso anafórico sempre denota uma entidade. É importante observar que o uso anafórico não pode

introduzir uma entidade pela primeira vez no discurso: a entidade já deve ter sido mencionada (ou será, no caso das catáforas), sendo retomada pelo falante e interpretada pelo ouvinte (HIMMELMANN, 1996, p. 226), como no exemplo em (35).

Uso dêitico discursivo – denota a uma proposição ou um evento, sentença ou proposição (HIMMELMANN, 1996, p. 224), como no exemplo em (36).

Uso recognitivo ou culturalmente compartilhado – denota um conhecimento culturalmente compartilhado entre os interlocutores. O falante denota uma entidade estabelecida no universo do discurso e o falante assume que o ouvinte irá identificar a referência⁴⁷ (HIMMELMANN, 1996, p. 230), como no exemplo em (37).

(35) Peguei três balões e *duas canecas*. Essas / As canecas estavam sujas.

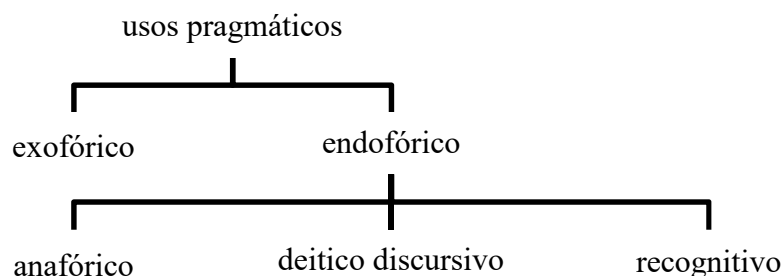
(36) *Ontem, em quatro jogos, os quatro times ganharam o jogo com o mesmo placar.*
Esse / O fato que foi narrado sempre acontece na terceira rodada do campeonato.

(37) Minha namorada é desse / do tipo de mulher para casar.

Em (35), há um uso anafórico do demonstrativo e do determinante em que o DP *essas / as canecas* retoma uma entidade mencionada anteriormente no discurso. Trata-se de um elemento definido, já introduzido anteriormente no discurso. No exemplo em (36), há uso dêitico discursivo em que o DP *esse / o fato que foi narrado* retoma uma proposição. Por fim, na sentença em (37), o *esse / o tipo de mulher para casar*, trata-se de uma entidade estabelecida no universo do discurso a partir de um conhecimento culturalmente compartilhado, desse modo, o falante pressupõe que o ouvinte conhece a entidade e, por isso, é [+definido].

Resumem-se os tipos de usos na Figura 01, a seguir:

⁴⁷Roncarati (2003, p. 149) identifica o uso dos recognitivos no PB: “Assim, a identificação da entidade de um referente como ‘Antigamente usava muito *aquele tablete de cleibom*, lembra?’ (Fat, Rec: 09) pressupõe acesso a um tipo de conhecimento situacionalmente evocado: o fato de a margarina ser vendida em um tablete avulso ou em uma caixinha com quatro tabletes. Por vezes, há menção a referentes estereotipados como em ‘eu sou aquela imagem de avó’. De acordo com Bollée (2004), demonstrativos podem atuar como informações culturalmente compartilhadas e, nesses contextos, não podem ser substituídas por artigos definidos.

Figura 01 – Usos pragmáticos dos demonstrativos

(DIESSEL, 1999, p. 6)

Lyons (1999, p. 116) aponta que, em grande parte das línguas, os demonstrativos deram origem a determinantes. Por isso, em muitas línguas, o demonstrativo e o determinante têm formas idênticas. Inclusive, muitos determinantes apresentam distinções dêiticas e atuam em contextos pragmáticos de anaforicidade, deiticidade e de conhecimento geral (ou culturalmente compartilhado) (LYONS, 1999, p. 158). A noção de anaforicidade é, para Lyons (1999, p. 161), tanto nos demonstrativos como nos determinantes, o resultado da transferência de um contexto dêítico espacial, em seu uso ostensivo, para uma dimensão temporal do discurso.

Nesse sentido, pode-se considerar que esses usos pragmáticos constituem também facetas das características dêiticas ao serem transferidas para a dimensão temporal discursiva. Além disso, os usos pragmáticos não seriam necessariamente marcas que diferenciariam os demonstrativos dos determinantes. Cabe destacar que a distinção entre o que é pragmático e semântico no DP é controversa. Lyons (1999, p. 159) compreende que há línguas em que um determinante ou um demonstrativo pode ter uma leitura dêítica ou pragmática. O autor defende que [+ definido] é uma categoria gramatical cuja relação de significado pode variar língua para língua, não sendo, inclusive, uniforme em uma mesma língua.

1.3.3 Contextos de uso de demonstrativos e de determinantes

Há contextos em que demonstrativos não podem ocorrer, diferente de determinantes definidos. Himmelmann (1996 e 2001) e Bollé (2004, p.2) apresentam tais contextos como de **definitude semântica** que compreendem: com referente único e universalmente conhecido;

genérico; anáfora associativa; proposições superlativas; proposições atributivas; completivas factivas; antes de números ordinais; e antes de nomes próprios⁴⁸.

(38) Referente único e universalmente conhecido

- a. O / #Esse sol
- b. A / #Essa lua

Bollé (2004, p. 2) compreende que, nos exemplos em (38), os demonstrativos *esse* e *essa* não podem preceder entidades universalmente conhecidas e únicas, tal qual *sol* e *lua*. Se houvesse um demonstrativo, para a sentença não ser agramatical, o DP deveria estar em um contexto em que se pressupõe a existência de mais de uma *lua* ou *sol* ou de um tipo de *lua* ou *sol*.

(39) Uso genérico

As / #Essas baleias são mamíferos.

Para Bollé (2004, p. 2), observa-se que os demonstrativos não podem introduzir sentenças genéricas, enquanto que os artigos definidos podem, como nos exemplos em (39).

(40) Anáfora associativa

- a. Ontem o *carro da dengue* passou na rua. A / *Essa fumaça era terrível.
- b. Pedro estava comendo *milho*. A / *Essa palha era retirada com facilidade.

A autora (2004, p. 2) argumenta que os exemplos em (40) evidenciam que é possível ter anáfora associativa com o uso de artigos definidos, enquanto não é gramatical ter uma anáfora associativa com uso de demonstrativo. O uso do demonstrativo seria aceitável se *fumaça* e *palha* fossem entidades dêiticas ostensivas, o que não acontece no passado por isso à agramaticalidade. Se fosse um contexto no presente, poderia ter o sentido dêítico, não sendo agramatical e nem uma anáfora associativa.

(41) Proposições superlativas

João é o / #esse corredor mais rápido da cidade.

⁴⁸ Cabe destacar que alguns desses contextos ((38), (41) e (44)) são de unicidade, nos termos de Lyons (1999, p. 9 e 10), podendo ter propriedades intrínsecas que inviabilizariam o uso de demonstrativo. Em todos os contextos, se for usado um demonstrativo, para a sentença ser gramatical, é necessário que haja identificabilidade, tal como aponta Lyons (1999, p. 7).

Para Bollé (2004, p. 2), seria inaceitável a realização de demonstrativo em uma proposição superlativa, como em (41); só seria possível ter uma construção com *esse* se lhe fosse atribuído algum valor afetivo (depreciativo ou apreciativo)⁴⁹.

(42) Proposições atributivas

O início da / *dessa guerra sempre é terrível.

Segundo a autora, em proposições atributivas, quando há o uso de demonstrativo, o DP tem uma leitura dêitica ou anafórica, tendo que ter uma entidade já prevista no universo do discurso, como se pode observar no exemplo em (42) em que não seria possível usar o demonstrativo nesses contextos.

(43) Completivas factivas

O / #Esse fato de que haja tanta vida na terra é relevante para a ciência.

O exemplo em (43) mostra que um DP iniciado com o NP *fato*, sendo relativizado, em que é possível o uso do artigo definido, mas o uso de demonstrativos não é aceitável.

(44) Antes de números ordinais

O / #Esse primeiro filho foi esquecido pela família.

Segundo Bollé (2004, p. 2), o uso de demonstrativos antecedendo números ordinais é inaceitável e o uso de artigos definidos é gramatical, como nos exemplos em (44). Só seria possível usar o demonstrativo nesse contexto se houvesse mais de um *primeiro*, ou se a sentença tivesse um sentido afetivo (depreciativo ou apreciativo).

(45) Antes de nomes próprios

a. O / #Esse Brasil

b. A / #Essa Maria

Para a autora, os exemplos em (45) mostram que não é possível usar um demonstrativo precedendo um nome próprio, a menos que no contexto esteja implícita a

⁴⁹Cf. Potts (2009).

informação de que há mais de um Brasil ou Maria, ou se houver um sentido afetivo (depreciativo ou apreciativo).

Ionin et al (2011, p. 123) apontam a importância de compreender o que é o contexto *default* (WOLTER, 2006, p. 63 e 76)⁵⁰ para entender a diferença entre determinantes definidos e demonstrativos. Os contextos de uso dos demonstrativos são *não-default*, resgatando o contexto saliente, enquanto que os artigos definidos são usados em relações contextuais *default*, sem a necessidade de retomada do contexto saliente. Nos exemplos em (46) e (47), há equivalência entre os contextos possibilitando o uso de artigos definidos e de demonstrativos.

(46) Eu vi *um cachorro*. O / Esse cachorro estava mancando.

(47) O pet shop tinha *cinco cachorros* e três gatos. Comprei os / esses cachorros.

(IONIN et al, 2011, p. 123)

De acordo com Ionin et al (2011, p. 123), na sentença (46), observa-se que *esse cachorro* e *o cachorro* representam unicidade, por já terem sido mencionados anteriormente. A possibilidade de alternar o uso de demonstrativos e de artigos definidos é explicada porque a situação *default* é equivalente à situação discursiva *não-default*. Em (47), os contextos de maximalidade também são equivalentes para a situação *default* e *não-default* e por isso é possível que haja alternância entre artigos definidos e demonstrativos.

Nos exemplos em (48), (49) e (50), o contexto *default* não é equivalente ao contexto *não-default*.

(48) a. Uma mulher entrou pela direita e *outra* pela esquerda. #A mulher estava segurando um buquê.

b. Uma mulher entrou pela direita e *outra* pela esquerda. Essa mulher estava segurando um buquê.

De acordo com Ionin et al (2011, p. 124 e 124), em (48), há contextos situacionais distintos. Como o artigo definido denota uma entidade única em contexto *default*, quando o

⁵⁰ A definição formal é dada por Ionin et al (2011, p. 123) *apud* Wolter(2006, p. 63 e 76):

Definido: uma sentença de forma [def A] é aquela em que B pressupõe que existe pelo menos um indivíduo que é A em Sn e afirma que o único indivíduo que A é também B em Sn.

Demonstrativo: uma sentença de forma [dem A] é aquela em que B pressupõe que existe pelo menos um indivíduo que é A em Sn onde Sn é NÃO-DEFAULT e afirma que o único indivíduo que A é também B.

Dada uma sentença A, uma variável de situação Sn é uma situação *default* apenas no caso de ser vinculada a A. Do contrário é uma situação *não-default*.

contexto tem mais de uma entidade, não sendo única, então é difícil considerar que o DP *a mulher* necessariamente esteja vinculado unicamente à segunda entidade, como se observa em (48a). Já em (48b) a situação imediatamente saliente é um contexto *não-default*, então o demonstrativo *esse* está vinculado à entidade mencionada mais recentemente.

(49) (Em uma galeria de arte) #A / Essa pintura é bonita.

Do mesmo modo, *uma galeria de artes* contém várias pinturas e o artigo definido não conseguiria, nesse contexto, indicar uma pintura definida. O ato de apontar ou de situar um objeto do espaço no discurso estabelece uma situação *não-default*. Por isso, em (49), é possível o uso de demonstrativos, enquanto o artigo definido não consegue identificar a entidade, tornando a leitura inaceitável.

(50) Eu vi *quatro cachorros* do lado de fora. *Dois dos cachorros* começaram a pular bem alto. Então, os / esses cachorros começaram a latir.

(IONIN et al, 2011, p. 124 e 125)

Observando o exemplo em (50), o artigo definido *os* denota as entidades no sentido de maximalidade *default*, ou seja, retoma *os quatro cachorros do lado de fora*, enquanto o demonstrativo *esses* necessita de um contexto *não-default*, retomando a entidade mais saliente que são *dois cachorros*.

Diante do que foi apresentado, é possível compreender que, nas sentenças de (38) a (45), o uso do artigo definido é possível porque existe apenas uma entidade única que pode ser depreendida e é um contexto *default*, dificultando, portanto, a possibilidade de uso do demonstrativo com o mesmo sentido, pois esse exige uma situação saliente. Nos termos de Lyons (1999, p. 7), o uso do demonstrativo exigiria identificabilidade.

1.3.4 A morfossintaxe dos demonstrativos

Há longa descrição do comportamento morfossintático dos demonstrativos em diversas línguas naturais, principalmente a partir dos estudos de Lyons (1999) e de Diessel (1999). Em síntese, ambos observam as relações de oposições dêiticas estabelecidas entre os demonstrativos e como podem ocupar distintas posições no DP.

À primeira vista, o comportamento morfossintático dos demonstrativos nas diversas línguas humanas pode parecer muito variável e de difícil sistematização. Foi possível observar, nos exemplos do Francês, (30), do Turco, (31), e do Árabe Egípcio, (32), algumas relações de cliticização de demonstrativos, nos dois primeiros, e afixação, no último. Além disso, nos exemplos do Irlandês, (33) e do Ewondo, (34), foi descrita a coocorrência dos demonstrativos com artigos definidos. Bernstein (1997, p. 91) descreve as propriedades sintáticas de demonstrativos nas línguas naturais, principalmente românicas e germânicas, e observa que, nas línguas escandinavas, como o Sueco, em (51), os demonstrativos podem ser reforçados por estruturas adverbiais. Ao fazer uma comparação com o inglês não-*standard*, (52), a autora observa que o reforçador é completamente dependente do demonstrativo:

- (51) [den **derre** huset] (Sueco)
 a-lá casa-lá
 Aquela casa lá
- (52) a. This **here** boy (Inglês coloquial)
 Esse aqui garoto
 Esse garoto aqui
- b. A/ The guy **here**
 Um / O garoto aqui
- c. *A/*The **here** guy
 Um / O aqui garoto

(BERNSTEIN, 1997, p. 90 e 91)

Comparando o uso de reforçadores com artigos definidos e com indefinidos, a sentença é gramatical se o advérbio estiver na posição final. Isso sugere que reforçador, no inglês, é completamente dependente do demonstrativo, sendo, portanto, um reforçador (BERNSTEIN, 1997, p. 91).

Ao observar a posição do demonstrativo e do reforçador no DP e a existência de outros elementos intermediários (adjetivos e possessivos), Bernstein (1997, p. 97-101) argumenta que: i) os demonstrativos reforçadores são núcleos de uma projeção funcional abaixo do DP e os demonstrativos são especificadores dessas projeções que se movem para Spec,D para checar definitude; ii) nas línguas românicas, há marcas fortes no núcleo de FP (uma projeção funcional hipotética que está entre o D e o N em que se realizam

concordâncias) que fazem com que o XP (NP mais modificadores) mova-se para Spec,FP, derivando uma posição pós-nominal dos reforçadores; iii) nas línguas germânicas, F é fraco e não é obrigatório o movimento, em termos de economia, fazendo com que o reforçador seja pré-nominal.

A partir do estudo de Bernstein (1997), compreende-se que existe uma projeção funcional de marcação de dêixis (DemP) em que o demonstrativo ocupa a posição de especificador (Spec,DemP) e o reforçador ocupa a posição de núcleo (Dem). Essa projeção funcional estaria logo abaixo do DP.

Com o intuito de entender a posição que DemP ocupa no DP, Guardiano (2008, 2009 e 2011) utiliza dois fatores para sistematizar as diferenças das propriedades sintáticas dos demonstrativos nas línguas naturais: (i) posição dos demonstrativos no DP; (ii) coocorrência com artigos definidos.

Com esses fatores, a partir da observação de várias línguas, Guardiano (2008, 2009 e 2011) propõe que as línguas se dividem em, ao menos, seis tipos quanto à morfossintaxe dos demonstrativos: há línguas em que o demonstrativo ocupa sempre a posição inicial do DP, como o Português⁵¹ e o Húngaro⁵²; em outras línguas, o demonstrativo nunca pode vir na posição inicial do DP, como o Hebraico e o Irlandês⁵³; e, em outras línguas, o demonstrativo pode vir ou não na posição inicial, como o Espanhol⁵⁴ e o Grego⁵⁵. Quanto à coocorrência dos artigos definidos com demonstrativos, somente em algumas línguas, tal qual o Português, não pode existir. Em outras línguas, Grego, Húngaro e Irlandês, a coocorrência é obrigatória para que as sentenças sejam gramaticais. Há línguas em que a coocorrência é opcional, fazendo com que o demonstrativo possa coocorrer ou não com artigos definidos, como o Espanhol e o Hebraico. Quando o demonstrativo não está na posição inicial do DP, sempre coocorre com artigos definidos, com exceção de línguas como o Hebraico.

Para Guardiano (2011), o movimento do demonstrativo é feito para marcar: (i) definitude, estando na posição inicial do DP; (ii) localidade, movendo-se para concordar em

⁵¹Guardiano (2008, 2009 e 2011) considera que línguas como Português, Italiano, Francês, Russo, Inglês, Finlandês, Polonês, Eslovano e, entre outras, Alemão, constituem um tipo de línguas em que o demonstrativo não coocorre com artigos definidos e ocupam a posição inicial do DP.

⁵²Húngaro é um língua em que demonstrativo sempre ocorre na posição inicial do DP e obrigatoriamente há coocorrência com artigos definidos (GUARDIANO, 2008, 2009 e 2011).

⁵³No Irlandês e no Gales, há coocorrência do artigo definido com o demonstrativo e segundo ocupa uma posição pós-nominal, sendo realizado após adjetivos (GUARDIANO, 2009, p. 45).

⁵⁴Línguas como Espanhol, Romeno e Búlgaro, há possibilidade de uso de demonstrativo na primeira posição do DP sem coocorrência com artigo definido e há a possibilidade desses elementos coocorrerem, mas o demonstrativo ocupa uma posição pós-nominal, após adjetivos (GUARDIANO, 2008, 2009 e 2011).

⁵⁵Um dos tipos de línguas descrito por Guardiano (2008, 2009 e 2011) é composto pelo Grego e Árabe em que há coocorrência obrigatória de demonstrativo com artigos determinantes e os demonstrativos podem ser realizados na posição inicial do DP ou em uma posição pós-nominal, após adjetivo.

traços de dêixis; (iii) demonstrativo *in situ*, marcando traços como referencialidade, pessoa e até definitude. As línguas se subdividem, a partir desses três traços, em 6 tipos, como se pode observar no Quadro 03⁵⁶:

Quadro 03 – Marcação de relações semânticas dos demonstrativos entre as línguas

1	Definitude	+	+	-	-	-
2	Localidade	0	0	+	+	-
3	Def/Ref/Pes	+	-	+	-	0
		It, En, Fr, Port	Hun	Esp, Rum	Grego	Gal, Irl, Heb

Fonte: Guardiano (2011, p. 48).

Guardiano (2011, p. 31) conclui que, nas línguas humanas, há dois tipos de demonstrativo: um fica entre na posição inicial do DP e marca *definitude*; o outro não fica na posição inicial do DP e não tem capacidade de marcar *definitude*, tendo valores sintáticos e semânticos mais próximos de adjetivos. O demonstrativo, quando está na posição inicial do DP, é movimento para essa posição. Quando não está na posição inicial, trata-se de uma operação de *merge*. Tais características foram resumidas no Quadro 04, abaixo:

Quadro 04 – Demonstrativos na posição inicial do DP x demonstrativos não-iniciais

	Demonstrativo no início do DP	Demonstrativo não-início do DP
Forma Lexical	Pode ser reduzido	Nunca pode ser reduzido
Semântica	Forte valor dêitico	Mais valor adjetivo ou avaliativo
Propriedades sintáticas	[+ <i>definitude</i>] Estável	[- <i>definitude</i>] Variável – instável

Fonte: Guardiano (2011, p. 32).

A partir das análises de Bernstein (1997) e Guardiano (2007, 2010 e 2011), buscou-se entender as propriedades de demonstrativos, descrevendo diversas línguas humanas, e os reforçadores são relacionados ao comportamento dos demonstrativos no DP. Nesse sentido, *aqui*, *ali*, *ai* e *lá* poderiam ser tratados como demonstrativos reforçadores, nos termos de

⁵⁶No Quadro 3, há a divisão de cinco tipos de línguas quanto à posição dos demonstrativos e à coocorrência com artigos definidos. O Hebraico configura um tipo a parte porque a coocorrência com artigos definidos é opcional.

Bernstein (1997), ou demonstrativos adverbiais, nos termos de Diessel (1999). Na subseção, 1.4, é feito um resumo das propostas buscando caracterizar esses marcadores dêiticos e elencar elementos para a análise.

1.4 *AQUI, ALI, AÍ E LÁ*: DEMONSTRATIVOS X ADVÉRBIOS

Como foi apresentado nas seções anteriores, parte-se da compreensão de que os advérbios são inseridos na sentença de duas formas: por concatenação, ocupando a posição de especificador ou de núcleo em projeções funcionais, não tendo, portanto, flexibilidade e seguindo uma rígida estrutura hierárquica; e por adjunção a projeções funcionais, os chamados advérbios circunstanciais, que têm mais flexibilidade (CINQUE, 1999).

Tendo em vista essas duas possibilidades, é possível questionar a caracterização do uso dêitico de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* como advérbios circunstanciais. Defende-se, neste estudo, que esses elementos ocupam: i) a posição de núcleo de uma projeção funcional dentro do DP, DemP, tal como propõe Bernstein (1997); e ii) a posição de núcleo de uma projeção adjunta, sendo um advérbio circunstancial, tal como propõe Pereira (2011).

Pereira (2011, p. 186) argumenta que *lá* é um advérbio circunstancial porque tem flexibilidade dentro do DP, tal como representado nas sentenças em (53).

- (53) a. eu tinha [um colega meu] lá (em Perdões).
 b. eu tinha lá (em Perdões) [um colega meu].
 c. lá (em Perdões) eu tinha [um colega meu].

(PEREIRA, 2011, p. 186)

A primeira coisa a se perguntar é se *lá* foi gerado em uma posição dentro do DP. Acredita-se que, nos três exemplos fornecidos por Pereira (2011, p. 186), *lá* é gerado em uma projeção adjunta a uma estrutura verbal (ou ao VP (53a), ou vP, (53b) ou ao IP (53c))⁵⁷, não tendo escopo sobre o DP e uma evidência disso é que *lá* está topicalizado em (53c), sem que o DP tenha sido topicalizado em conjunto. A partir de testes realizados neste estudo, de *wh*, de topicalização com redobro, de focalização, é possível comprovar que *lá* não é advérbio circunstancial ao DP, como nos exemplos em (54).

⁵⁷ Não é objetivo deste trabalho descrever o uso do *lá* circunstancial fora do DP.

- (54) a. Onde você tinha [um colega seu]?
 Lá (em Perdões).
 b. Lá (em Perdões) eu tinha [um colega meu] lá.
 c. Foi lá (em Perdões) que eu tinha [um colega meu].

Se o circunstancial, nesses exemplos, não faz parte do DP, resta saber quando *aqui*, *ali*, *ai* e *lá*, dêiticos, estão no DP. A partir dos mesmos testes, observa-se que *lá* também pode estar dentro do DP, mas ocupando uma posição não tão variável, tal como observado por Bernstein (1997, p. 100). Para testar essas possibilidades, adotou-se aqui o uso do demonstrativo *esse* em coocorrência com o reforçador *aqui* em DP pré-verbal, porque: i) é controversa a leitura de deiticidade de artigos definidos e indefinidos em coocorrência com reforçadores, principalmente com o *lá* e o *ai*, tal como apontado por Pereira (2011, p. 185 e 186), representado nos exemplos em (17) e (18), e por Bernstein (1997), representado nos exemplos em (52); ii) as posições pré-verbais parecem gerar menos ambiguidade, diferente de outras funções sintáticas, tal como em (53a). Os testes foram aplicados nos exemplos em (55), (56) e (57).

- (55) Pergunta-resposta, topicalização, clivagem e redobro
 a. Quem jogou a bola na professora?
 [Esse menino **aqui**].
 b. [Esse menino **aqui**], ele jogou a bola na professora.
 c. Foi [esse menino **aqui**] que jogou a bola na professora.
 d. #[Esse menino **aqui**], ele jogou a bola [na professora] aqui.

Nos exemplos em (55), observa-se que *esse menino aqui* é um DP, pois em construções *wh*, o DP pode funcionar como uma resposta a *quem*, como em (55a), pode ser topicalizado, como em (55b), e focalizado a partir da clivagem entre o verbo *ser* mais *que* como em (55c). O DP *esse menino aqui* também pode ser retomado com *ele*, em (55c), e não pode ser redobrado vinculado ao *aqui*, como em (55d), que, para ser gramatical, o reforçador precisaria estar relacionado ou ao DP *a professora* ou ser um advérbio circunstancial, indicando o local onde *esse menino aqui jogou a bola*.

- (56) Posição de *aqui* em DP clivado
 a. Foi [esse menino lindo **aqui**] que jogou a bola na professora.
 b. Foi [esse menino perturbado **aqui**] que jogou a bola na professora

- c. Foi [esse menino **aqui** de branco] que jogou a bola na professora.
- d. Foi [esse menino **aqui**, que está de branco], que jogou a bola na professora.
- e. #Foi [esse filho de Maria **aqui**] que jogou a bola na professora.
- f. #Foi [esse Marcelo Augusto Farias **aqui**] que jogou a bola na professora.

As sentenças são gramaticais quando *aqui* segue um adjetivo, em (56a) ou uma oração reduzida adjetiva (56b). Quando no DP há um PP com nome nu, como em (56c), ou uma relativa explicativa, como em (56d), deve seguir o núcleo e anteceder esses elementos para que a sentença seja gramatical. As sentenças em (56e) e (56f) têm um reforçador pós-nominal que é precedido, respectivamente, por uma completiva e um nome próprio, sendo gramaticais apenas se expressasse um sentido afetivo ou, no contexto, mais de um referente.

(57) Posição de *aqui* em DP pré-verbal

- a. *[Esse **aqui** menino] / *[**Aqui** esse menino] jogou a bola na professora.
- b. *[Esse menino **aqui** lindo] / [Esse menino lindo **aqui**] jogou a bola na professora.
- c. *[Esse menino **aqui** perturbado] / [Esse menino perturbado **aqui**] jogou a bola na professora.
- d. [Esse menino **aqui** de branco] / [Esse menino de branco **aqui**] jogou a bola na professora.
- e. [Esse menino **aqui** da escola] / *[Esse menino da escola **aqui**] jogou a bola na professora.
- f. #[Esse menino **aqui** que está de branco] / #[Esse menino que está de branco **aqui**] jogou a bola na professora.
- g. [Esse menino **aqui**, que está de branco] / #[Esse menino, que está de branco, **aqui**], jogou a bola na professora.
- h. [Esse filho **aqui** de Maria] / #[Esse filho de Maria **aqui**] jogou a bola na professora.
- i. #[Esse **aqui** Marcelo Augusto Farias] / #[Esse Marcelo Augusto Farias **aqui**] jogou a bola na professora.

O reforçador *aqui* é sempre pós-nominal, como nos exemplos em (57a), em que as sentenças se tornam agramaticais se ele preceder o núcleo nominal ou estiver na primeira posição do DP. Em (57b), a sentença é agramatical se o *aqui* estiver antes do adjetivo, mas é gramatical caso esteja posicionado após o adjetivo. Caso esteja precedendo a relativa reduzida, a sentença é agramatical, mas do contrário, vindo após a relativa reduzida, a

sentença é gramatical, como em (57c). Em (57d), observa-se que, se o *aqui* preceder uma construção genitiva sem artigo, a sentença é gramatical, mas, se vier após a genitiva, a sentença parece ser gramatical provavelmente porque o demonstrativo reforçador pode estar sendo interpretado como parte do PP. Nos exemplos em (57e), é possível observar que, quando *aqui* está posicionado antes do genitivo com artigo, *da escola*, a sentença é gramatical e é agramatical⁵⁸ se estiver na posição final do DP. Em (57f) e (57g), observa-se o uso do reforçador antes e depois de oração relativa, respectivamente, restritiva e explicativa. A sentença é inaceitável nas relativas restritivas porque seria necessário pressupor um contexto em que há dois meninos que estão de branco para que fosse adequada. Além disso, o *aqui* pode estar vinculado a *branco*, quando está após a relativa, causando ambiguidade. Ao preceder uma relativa explicativa, a sentença é gramatical, mas, após a relativa explicativa, é inaceitável, provavelmente porque gera ambiguidade. Quando *aqui* precede uma completiva, como em (57h), a sentença é gramatical, mas, após a completiva, parece ser inaceitável, pois pode ter uma vinculação afetiva com Maria ou Maria pode ter mais de um filho. Por fim, o mesmo caso acontece quando o demonstrativo e o reforçador estão acompanhando um nome próprio, pois seria necessário pressupor a existência de mais de um filho de Maria ou uma relação afetiva.

A partir dos testes realizados neste estudo, nos exemplos de (54) a (57), observa-se que a posição de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* no DP, quando dêiticos, não é flexível. Somente quando há um PP sem artigo torna-se possível a alternância de posição entre o reforçador e outro elemento dentro do DP. Nos outros contextos, ou a sentença se torna agramatical ou o significado é diferente, sendo necessário um contexto para que não seja agramatical.

Resumem-se, no Quadro 05, os resultados encontrados:

⁵⁸ A sentença poderia ser gramatical se o elemento estivesse apenas no segundo DP, *a escola*.

Quadro 05 – Coocorrência de demonstrativos com reforçadores em posição final e em posição não-final do DP e com outros elementos intervenientes

	Reforçador no final do DP	Reforçador em posição não-final no DP
Reforçador na posição inicial	DEM NP REF	*REF DEM NP
Reforçador na posição intermediária	DEM NP REF	*DEM REF NP
DP com adjetivo	DEM NP ADJ REF	*DEM NP REF ADJ
Coocorrência com relativa reduzida	DEM NP PART REF	*DEM NP REF PART
Coocorrência com PP (sem artigo)	DEM NP GEN REF	DEM NP REF GEN
Coocorrência com PP (com artigo)	*DEM NP GEN REF	DEM NP REF GEN
Coocorrência com PP completivo	#DEM NP PP REF	DEM NP REF PP
Coocorrência com relativa restritiva	#DEM NP REL REF	#DEM NP REF REL
Coocorrência com relativa explicativa	#DEM NP REL REF	DEM NP REF REL
Coocorrência com nome próprio	#DEM NP REF	#DEM REF NP

Fonte: Elaboração própria.

Bernstein (1997, p. 98-110) faz a análise do comportamento dos demonstrativos com reforçadores, identificando relações semelhantes entre as línguas românicas. No Francês, o demonstrativo e o reforçador ocupam posições semelhantes às descritas neste estudo, nos exemplos em (55), (56) e (57).

Guardiano (2008, 2009 e 2011) argumenta que o demonstrativo é concatenado em Spec,DemP e se move por *scrambling* para Spec,DP para checar traços de definitude. Em outras línguas, o demonstrativo fica *in situ*⁵⁹. Em geral, o demonstrativo *in situ* não pode ser reduzido, tem valor adjetivo ou avaliativo, não marca definitude, tem posição variável sintaticamente.

Aqui, ali, aí e lá, quando dêiticos, ao serem acompanhados de demonstrativo na posição inicial, não podem ser formas reduzidas, têm valor de identificação de contraste dêitico, não têm marcas de definitude e a posição não é variável.

É possível supor que *aqui, ali, aí e lá* são demonstrativos como a análise de Guardiano (2008, 2009, 2011)?

Assume-se neste estudo que se trata de reforçadores que ocupam a posição de núcleo de DemP, mas não se pode afirmar que são demonstrativos propriamente ditos, no sentido de marcação de definitude. Um limite para este estudo avançar nesse sentido é porque Guardiano

⁵⁹ No Quadro 04, as duas possibilidades de posições dos demonstrativos foram resumidas.

(2008, 2009, 2011) não sistematiza o uso de reforçadores nas línguas estudadas, então é difícil afirmar se há coocorrência de demonstrativos e artigos definidos com reforçadores em um mesmo DP. Nas línguas em que se observa isso, como o Norueguês, exemplo (51), é difícil afirmar o caráter do artigo, pois pode ser afixado até ao reforçador. Outro limite identificado é que, em muitas línguas, o demonstrativo tem a mesma forma fonética de um artigo definido ou de um reforçador. Isso acontece porque demonstrativos, artigos definidos e reforçadores, muitas vezes, são elementos lexicais próximos, em termos diacrônicos. Em termos de mudança, muitos demonstrativos são originados de reforçadores ao mesmo tempo em que artigos definidos e pronomes pessoais são originados de demonstrativos⁶⁰. Existem processos de mudanças nessas línguas? Como caracterizar o que é um demonstrativo?

Outro limite para caracterizar *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* como demonstrativos é o fato de que, nos exemplos em (55), (56) e (57), foi utilizado um contexto de demonstrativo em coocorrência com reforçador. Caso se use uma configuração de artigo com reforçador ou artigo indefinido com reforçador, seria possível observar diferenças nas proporções de gramaticalidade. Caso fossem demonstrativos, seria questionável a concorrência com artigos indefinidos, características mais próximas de um reforçador, por exemplo.

Assume-se que o reforçador, diferente dos demonstrativos, ocupa a posição de núcleo do DemP.

Neste capítulo, a partir do uso de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá*, é possível constatar as diferenças entre o uso do PB e as prescrições apontadas pela GT. A diferenciação inicial entre advérbios e reforçadores é demonstrada no processo de mudança do quadro dêitico no PB com o esvaziamento semântico da oposição entre os demonstrativos *esse* e *este* em que *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* passaram a ter o papel central na definição das oposições contrastivas. Desse modo, caracterizou-se, neste estudo, o sistema dêitico do PB como quaternário, com quatro formas contrastivas em oposição (*aqui*, *ali*, *aí* e *lá*) e se assume que, dentro do DP, são reforçadores que ocupam a posição de núcleo de uma projeção funcional que marca dêixis, DemP.

No próximo capítulo, algumas questões apresentadas aqui são aprofundadas no intuito de comparar os possíveis usos de dêiticos como marcadores de especificidade, bem como entender o processo de gramaticalização desses elementos.

⁶⁰ Cf. Capítulo 2 e Capítulo 3.

2 USOS NÃO DÊITICOS DE *AQUI*, *ALI*, *AÍ* E *LÁ* NO DP: ESPECIFICIDADE E GRAMATICALIZAÇÃO

Neste capítulo, no primeiro momento, descrevem-se os usos não-dêiticos de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* a partir de estudos da língua portuguesa, observando o PE e o PB. Nas subseções seguintes, é dado foco ao domínio do DP, buscando compreender o uso desses elementos como marcadores de especificidade e descrever suas principais características semânticas.

Começando pelo primeiro ponto, em um estudo formalista, tendo como base dados diacrônicos do português europeu (PE), Martins (2010 e 2011) identifica que *lá* tem um uso mais amplo do que o uso dêítico, podendo ser realizado com a função de marcador de negação metalinguística (1), marcador de ênfase (em sentenças imperativas, (2), e declarativas (3)) e marcador de questão retórica (4).

(1) Eu estou **lá/cá** um pouco preocupado. Estou morto de preocupação.

(2) a. Fica **lá** aí quieta.
b. Põe **lá** a mesa aqui.

(3) a. **Lá** está ele aqui outra vez.
b. **Lá** conseguimos!

(4) Há **lá** coisa melhor que estar na praia?

(MARTINS, 2011, p.3, 13, 15 e 17)

De acordo com Martins (2010 e 2011), em (1), *lá* e *cá* são usados para marcar negação, trata-se de um uso restrito a posição pós-verbal da sentença matriz. Após um verbo imperativo, o *lá* atua como um marcador de ênfase em que o sentido da sentença, em uma situação interativa, não é expressar um comando, mas fazer um pedido com veemência, como se observa nos exemplos em (2a) e (2b); inclusive, a autora ressalta que há possibilidade de realização de *aí* e de *aqui* nesses exemplos. Mas, se o *lá* preceder um verbo declarativo, como nos exemplos em (3a) e (3b), trata-se de uma leitura do *lá* como um marcador enfático de força assertiva ou adicionando um comentário em cima da mera afirmação da proposição. No exemplo em (4), há uma pergunta em que o *lá* é usado por um falante para direcionar a resposta do ouvinte retoricamente, ou seja, cria-se um contexto em que o ouvinte é orientado a

concordar com o falante a partir da pergunta. Esse tipo de construção é possível com verbo *haver*, *poder* e com outros verbos desde que seja uma construção interrogativa (*wh-phrase*).

Martins (2011, p.12) argumenta que *cá* e *lá* podem ocorrer também como marcadores metalinguísticos de negação, (1), entretanto, diferente de *lá*, o uso de *cá* é restrito quanto às outras opções de marcação (ênfase, (2 e 3), retórica, (4)). A autora observa ainda que o uso não dêitico de *lá* e *cá*, como em (1), pode ser observado no PE desde o século XIX (MARTINS, 2011, p. 11). Há registros, na obra de Gil Vicente, no século XVI, de uso não dêitico de *cá* e *lá*, contudo, não há registro desses como marcadores de negação metalinguística. A autora afirma que um elemento limitador da afirmação de processos de gramaticalização do *lá* e do *cá* no PE é a falta de documentos com registros de fala coloquial nos séculos XVII e XVIII. Isso se aplica também para as sentenças em (2) e (3), pois há registros do uso de *lá* nesses contextos nos séculos XVI e XIX do PE, mas faltam dados dos séculos XVII e XVIII. Quanto à sentença em (4), trata-se de um uso restrito ao PE contemporâneo e ao PE do século XIX. No século XVI, há registros de perguntas retóricas com o *lá* apenas quando são verbos imperativos e somente em contextos em que há um sentido de eco, um discurso indireto de como outro falante agiria.

A capacidade de uso do *lá* não somente como marcador de dêixis no PB também é verificada em diversos estudos. Pereira (2011), em um estudo cartográfico do *lá*, identifica a possibilidade desse elemento atuar com outras funções distintas dos usos identificados por Martins (2010 e 2011)⁶¹, como: i) checar traços de finitude, com o sentido de iminência ou de decorrência, como nos exemplos em (5); ii) indicar uma ação imperativa diretiva ou uma ênfase assertiva, como nas sentenças em (6); e iii) indicar concessão, veiculando informação dada, como em (7).

- (5) a. **Lá** vem/vai você contar piada de novo.
 b. O João estava arrumando suas malas para viajar, quando pegou às pressas seu pen-drive sobre a mesa da cozinha e disse: “Eu já **lá** ia deixar prá trás”.

(PEREIRA, 2011, p. 106 e 109)

De acordo com Pereira (2011, p. 106 e 109), na sentença em (5a), há um sentido de iminência e o *lá* é modal, não tendo marcas de fonte/origem, para o verbo *vir*, nem de alvo,

⁶¹ O foco aqui foi citar os traços funcionais que Pereira (2011) identifica no PB que não são identificados por Martins (2010 e 2011) no PE. Ressalta-se que Pereira (2011) diverge de algumas análises feitas por Martins (2010 e 2011) quanto à posição que *lá* ocupa. Para Martins (2010 e 2011), por exemplo, a negação metalinguística está no domínio do CP enquanto que Pereira (2011) argumenta que está na periferia à esquerda do IP.

para o verbo *ir*. Isso é expresso na possibilidade de realizar construções com *Wh onde* (como em *De onde lá vem você com piada de novo?*). Em (5b), a sentença tem um sentido de ação contínua, decorrência. Tanto em (5a) como em (5b), *lá* checa traços de finitude, portanto é inserido por *merge* em Spec,FinP (*Specifier of Finiteness Phrase*).

- (6) a. A chave! **Lá** vai.
 b. **Lá** isso é bem verdade aqui na região.

(PEREIRA, 2011, p. 114 e 144)

Para Pereira (2011, p. 114 e 144), quando está na posição de Spec,ForceP (*Specifier of Force Phrase*), *lá* contém traços de [+ diretivo], como em (6a), podendo ser parafraseado por um verbo imperativo como ‘pegue’. Nesse contexto, *lá* pode ser substituído por *aí* (*Aí vai a chave*), comprovando a perda de traço dêitico, distal. Já o traço de *lá* em (6b) é [+ declarativo] quando realizado para expressar uma assertiva enfática. A posição de *lá* é sempre pré-sentencial, portanto, ocupa a posição de Spec,ForceP.

- (7) Que ela seja paqueta ainda vai **lá**. Agora, sair com o Romário...

(MARTELOTTA e RÊGO, 1996, p. 137)

De acordo com Pereira (2011, p. 178), em (7), *lá* dá a idéia de concessão, já que veicula uma informação já dada – o *lá* não aponta necessariamente para uma localização espacial, mas está relacionado ao domínio discursivo, de um conhecimento partilhado socialmente. A autora argumenta que o *lá* ocupa uma posição pós-nominal, parecendo atuar no domínio de *bem*, que é um advérbio pré-verbal, desse modo, está na periferia interna do IP, estando no Spec,TopP (*Specifier of Topic Phrase*) interno. O *lá* pode ocupar uma posição de Spec,FocusP (*Specifier of Focus Phrase*), na periferia interna, se houvesse um foco constrativo (como, por exemplo, *vai lá ser paqueta, mas não “Maria Chuteira”*) (PEREIRA, 2011, p. 179). Como não é o caso, na periferia interna do IP, só resta a posição de Spec,TopP.

Por fim, Pereira (2011) também analisa sobre os usos de *lá* na periferia à esquerda do NP. A autora descreve o uso de *lá* como marcador de especificidade, como em (8), como intensificador e quantificador, em (9) como predicador, em (10).

- (8) Comprei [um livro **lá**] da COPEC.

(PEREIRA, 2011, p. 191)

Em (8), para Pereira (2011, p. 191) *lá* está no Spec,SP, marcando, desse modo, especificidade, identificação vaga ou valor depreciativo para o DP. No exemplo, não se trata de um livro distante do falante, mas de um livro qualquer de psicolinguística que o falante conhece, mas não identificou a informação para o ouvinte.

- (9) a. Eu não tenho [**lá** tanto talento em esportes].
 b. Ela tem [**lá** (todas as) suas dificuldades em Sintaxe].
 c. Seja [**lá** qualquer pessoa que for], receba com educação.

(PEREIRA, 2011, p. 219 e 223)

Para Pereira (2011, p. 219 e 223), na sentença em (9a), *lá* pode coocorrer com o intensificador *tanto*, Q, em uma sentença negativa, estando no Spec,QP. Já em (9b), a presença do quantificador é opcional visto que a intensificação é identificada pelo discurso prévio. Pereira (2011, p. 220) propõe dois testes de constituição para identificar se o QP está na estrutura do NP, não sendo oracional: a pronominalização (*Eu não tenho [isso] / * Eu não tenho lá isso*); e a topicalização (*Lá tanto talento em esportes, eu não tenho / * Tanto talento em esportes, eu não tenho lá*). Há uma categoria vazia no núcleo de (9b). Quanto à (9c), *lá* precede um quantificador universal, *qualquer*. Nesse contexto, tanto o QP quanto *lá* fazem parte do predicativo, não podendo ser omitido (A: *_Seja lá qualquer pessoa que for, comporte-se*. B: *_Mesmo se for um palhaço?* A: *_*Que seja lá. Comporte-se*).

- (10) a. Seja **lá** que pessoa/qual livro, aceite.
 b. Seja **lá** quem for, aceite.
 c. Seja **lá** como/onde for, aceite.
 d. Seja **lá** por que razão/de que direção for, prossiga.
 e. Seja **lá** bonito como for, não compre.

(PEREIRA, 2011, p. 191, 219, 223 e 225)

Segundo Pereira (2011, p. 225-233), as sentenças em (10), revelam o uso de *lá* em estruturas predicativas de núcleos diversos (respectivamente, D (com pronome), N (pronome), Adv (advérbio), P (preposição) e A (adjetivo)). Não se pode sugerir que *lá*, nesses contextos, ocupe a posição de Spec desses núcleos porque constituem, na verdade, itens *wh*, sendo categorias funcionais que são inseridas, por merge, no Spec,ForceP e essas categorias funcionais seriam movidas para Spec,FocusP.

A partir dos estudos de Martins (2010 e 2011) e Pereira (2011), dentre outros, observa-se que o uso do *lá* não é exclusivamente dêitico, tanto no PB como no PE; e que as propriedades sintáticas do *lá* não são as mesmas nessas duas variedades da língua portuguesa, visto que formações sintáticas iguais a (8) são agramaticais no PE.

o PB se diferencia das línguas românicas em geral, pois parece ser a única língua que utiliza o advérbio, *a priori* locativo, com uma função totalmente diferenciada deste. Não é de conhecimento que, nas línguas românicas, um locativo tenha se transformado em marcador de especificidade (PEREIRA, 2011, p. 213-214).

Cabe ressaltar que, para fins de corte deste estudo, o foco foi dado principalmente às propriedades semânticas no uso de *aqui*, *ali*, *ai* e *lá* dentro do domínio do DP.

2.1 O USO DE *AI* E *LÁ* COMO MARCADORES DE ESPECIFICIDADE

A partir dos estudos de Martins (2010 e 2011) e de Pereira (2011), foi possível compreender alguns usos de *lá* para além do uso dêitico. Nesta seção, é discutido o uso de *lá* e *ai* no domínio do DP, mais especificamente como marcadores de especificidade.

Seguindo a proposta de gramaticalização de Hopper e Traugott (1993, p. 7), Tavares (2001b, p. 5 e 6; 2002, p. 237 e 238) propõe que o processo de gramaticalização de *ai* acontece gradualmente com a mudança de uso em diferentes contextos sintáticos, por reanálise, até a sua efetivação, no seguinte sentido⁶²:

(11) [SN] + *ai* (dêitico) > [SN + x + *ai*] (dêitico) > [SN + *ai* (especificador)]
(TAVARES, 2001b, p. 5)

Esse processo de mudança linguística é caracterizado pela gradualidade na passagem de um estágio a outro, resultando não raro em sobreposição de significados e, conseqüentemente, ambigüidade entre enunciados (TAVARES, 2001a, p. 232 e 233).

De acordo com a autora, na passagem do primeiro momento para o segundo, originalmente *ai* é dêitico não estaria dentro do SN, ‘passando’ a ser utilizado em estrutura sintática interna ao SN com possíveis elementos intervenientes, tais como adjetivos, sintagmas preposicionados e relativas. Na passagem do segundo momento para o terceiro, *ai*

⁶² Tavares (2001a, 2001b, e 2002) faz uso da nomenclatura SN.

começa a perder suas marcas semânticas e passa a ser um especificador, sempre interno ao SN, com usos restritos. Tavares (2001a) apresenta os usos de *ai* como marcador de especificidade como representado nos exemplos de (12) a (19).

(12) Alternância de *ai* por *certo*

- a. Eu falei com [um menino **ai**].
- b. Eu falei com [um certo menino].

(TAVARES, 2001a, p. 210)

Tavares (2001a, p. 213) considera que “SNs indefinidos com *ai* e *certo* são marcados para a especificidade”, referindo-se a um elemento específico, ou seja, um elemento que, mesmo não sendo identificado pelo falante, pode ser compreendido como único, tal como se observa nos exemplos em (12a) e (12b).

(13) Especificidade

- a. A Cátia deve vencer [uma atleta **ai**] se quiser ser a primeira do ranking.
- b. A Cátia deve vencer [uma atleta] se quiser ser a primeira do ranking.

(TAVARES, 2001a, p. 212)

(14) Diversos professores saíram apressados da sala. [Um professor (**ai**)] derrubou um vaso.

(TAVARES, 2002, p. 230)

Um SN indefinido sem *ai* ou sem *certo* pode ser [+específico] ou [-específico], como ocorre se observa na distinção entre os exemplos de (13), ao se referir a uma atleta específica que precisa ser vencida, (13a) ou qualquer atleta, (13b). No exemplo de (14), o referente é resgatado da sentença anterior, indicando que, do universo de professores, um em específico derrubou o vaso. Como não se trata da primeira menção do referente, nesse contexto, a leitura de [+ específico] seria possível até sem a presença do *ai*.

(15) Leitura genérica

- a. [Um gato] come carne.
- b. *[Um gato **ai**] come carne.

(TAVARES, 2001a, p. 213)

Para Tavares (2001a, p. 213), a leitura genérica é permitida com um artigo indefinido *um/uma*, mas não é permitida se SN estiver com *aí*, justamente por ser um marcador de especificidade, como se evidencia na gramaticalidade de (15a) em oposição à agramaticalidade de (15b).

(16) Possibilidade de pós-posição a adjetivos

a. Eu comprei [um casaco azul **aí**].

(TAVARES, 2001a, p. 213)

(17) Possibilidade de pronome indefinido, *algum/alguns*, e numerais coocorrem com *aí*

a. Nicole falou com [dois homens **aí** que disseram que tu não vinhas].

b. Nicole falou com [alguns homens **aí** que disseram que tu não vinhas].

(TAVARES, 2001a, p. 215)

A autora argumenta que a posição do *aí* é rigidamente pós-nominal, e pode ser, inclusive, pós-posto a adjetivos, como em (16). Além disso, é possível o uso de numerais e de pronomes indefinidos, coocorrendo com *aí*, como, respectivamente, em (17a) e (17b).

(18) Identificação de referente por discurso indireto

a. Pois é, Pedro. Eu pedi para [uma certa pessoa **aí**] me trazer o trabalho mais rápido possível e até agora nada.

(TAVARES, 2001a, p. 220)

b. Pois é, Pedro. Eu pedi para [uma certa pessoa **aí**] me trazer o trabalho mais rápido possível e até agora nada. O problema é que nem lembro a quem pedi.

(PEREIRA, 2011, p. 203)

(19) Valoração negativa

a. A minha irmã contratou [um arquiteto **aí**] para projetar a casa e só teve dor de cabeça.

(TAVARES, 2001a, p. 227)

b. A minha irmã contratou [um arquiteto **aí**] para projetar a casa e só teve dor de cabeça. Apesar do serviço ter sido excelente, os gastos foram exorbitantes.

(PEREIRA, 2011, p. 203).

Por fim, Tavares (2001a, p. 213) observa também dois usos distintos de *aí*, a partir de contextos pragmáticos específicos, a partir dos exemplos em (18) e (19). Na primeira sentença, imagina-se um contexto em que há três pessoas no ambiente e a pessoa mencionada pelo falante, *uma certa pessoa aí*, corresponde a terceira pessoa no universo discursivo (que não é nem o falante nem o ouvinte). Nesse sentido, o falante usa o *aí* para expressar uma identificação do referente por discurso indireto.

Tais sentenças podem ser empregadas em um contexto em que o falante está comentando com Pedro a questão do trabalho que ainda não foi entregue e quis dizer indiretamente para uma terceira pessoa, provavelmente presente, capaz de ouvir o que foi dito, que ela já deveria ter trazido o trabalho (TAVARES, 2001a, p. 220).

Pereira (2011, p. 203) e Tavares (2001a, p. 225) observam que as implicaturas são canceláveis já que não integram o conteúdo semântico das expressões linguísticas, como se observa na sentença em (18b) em que o referente “*uma certa pessoa aí*” não pode ser um outro referente que faz parte do universo discursivo, cancelando, desse modo a implicatura. O mesmo ocorre nos pares em (19). A implicatura de (19a) está relacionada a um arquiteto qualquer que o falante não quer identificar e, nesse caso, trata-se o sentido pragmático é de um profissional “incompetente, de baixa qualidade” (2001a, p. 227). A implicatura pode ser cancelada, como ocorre em (19b), e em que o SN “*um arquiteto aí*” é [+ específico].

Pereira (2011) também registra os possíveis usos de *lá*, como marcador de especificidade, no DP, como nos exemplos de (20) a (25):

- (20) Alternância do *lá* por *qualquer*
- a. Houve um terremoto num país **qualquer** da Ásia.
 - b. Aconteceu um terremoto num país **lá** da Ásia.
 - c. Qualquer doce com coco me agrada.
 - d. ***Lá** doce com coco me agrada.

(PEREIRA, 2011, p. 190 e 194)

Pereira (2011, 190 e 194) afirma que há possibilidade de alternância de *lá* com *qualquer* como nas sentenças (20a) e (20b) em que se trata de um país da Ásia que o falante não quis ou não sabe informar, mas, embora faça parte de um conjunto amplo de possibilidades, é um país específico. Tanto *lá* como *qualquer* atribuem uma noção de vagueza, de identificação vaga do referente. A autora argumenta que *lá* e *qualquer* podem estar em

relação de alternância somente quando o segundo, *qualquer*, é pós-nominal, ocupando, ambos, a posição de especificadores de uma categoria funcional. Quando o *qualquer* ocupa a posição de pré-nominal, como em (20c), sendo um quantificador universal, núcleo do QP, não é possível ter alternância com o *lá*, como evidenciado em (20d).

(21) Uso de *lá* após nome próprio

- a. Vi [o ator **lá**] que sempre assiste TV na sala de espera do aeroporto.
- b. *Vi [o Márcio Garcia **lá**] que sempre assiste TV na sala de espera do aeroporto.

(PEREIRA, 2011, p. 191)

Para a Pereira (2011, p. 191), não é possível o uso de *lá* em um DP cujo núcleo seja um nome próprio, como se observa no contraste em (21a) e (21b), pois a noção de vagueza não é permitida com um referente já definido.

(22) Possibilidade de *lá* anteceder ou suceder adjetivos, possessivos e genitivos compostos por NPs nus

- a. “pegu [umas panelinha (**lá**) veia (**lá**)]”⁶³.
- b. “Eu tinha [uma colega (**lá**) meu (**lá**)]”⁶⁴.
- c. Ele usou [uma panela (**lá**) de ferro (**lá**)].

(PEREIRA, 2011, p. 191)

Pereira (2011, p. 191) observa que a distribuição sintática de *lá* permite que ocorra antes ou após adjetivos, (22a), possessivos, (22b), e genitivos com determinante, (22c). Nos três exemplos, *lá* atribui especificidade aos núcleos, respectivamente, *panelinha*, *colega* e *panela*, independente da posição em que apareça.

(23) Impossibilidade de *lá* referir-se ao N núcleo ao ser pós-posto a um genitivo com determinante realizado e a um complemento nominal

- a. Comprei [um livro **lá**] da COPEC.
- b. Comprei um livro [da COPEC **lá**].
- c. [Uma reação **lá**] ao comentário gerou tumulto na reunião.
- d. Uma reação [ao comentário **lá**] gerou tumulto na reunião.

(PEREIRA, 2011, p. 192)

⁶³ Dados retirados de Alkmin e Chaves (2009, p. 12, entrevista 47) *apud* Pereira (2011, p. 191).

⁶⁴ Dados retirados de Almeida e Carneiro (2008, p. 4) *apud* Pereira (2011, p. 191).

Segundo a autora, caso haja o *lá* após um genitivo com um determinante realizado ou um complemento nominal, como nos exemplos em (23), *lá* passa a se relacionar com o DP mais próximo ‘a COPEC’, (23a), com leitura dêitica, e ‘o comentário’, (23b), como marcador de especificidade.

- (24) Artigo indefinido, artigo definido, demonstrativo e nome nu coocorrendo com *lá*
- a. “eu tinha [um colega meu **lá**] que trabalhava...”⁶⁵.
 - b. “Aí eu fico assistindo [...] É um desenho que [o menino **lá**] gosta muito de esporte”⁶⁶.
 - c. “tinha [aquela mulher **lá**] que veio aqui... éh: comé que chama?”⁶⁷.
 - d. “quando eu acabo o dever, é, eu vejo [desenho **lá**]”⁶⁸.

(PEREIRA, 2011, p. 192)

De acordo com Pereira (2011, p. 192), artigo indefinido, em (24a), artigo definido, em (24b), demonstrativo, (24c) e nome nu (24d) podem coocorrer com *lá* marcador de especificidade. Em todos os casos, o falante sabe e não quis informar ou não se lembra da identificação da referência.

- (25) Incompatibilidade de *lá* em contextos genéricos

*[Gatos **lá**] são mamíferos.

(PEREIRA, 2011, p. 201)

Outro contexto que favorece reconhecer *lá* como operador de especificidade na estrutura do DP é o fato de não ser possível usá-lo em contextos genéricos, como em (25).

Em suma, ‘lá’, à semelhança das partículas indefinidas específicas, parece atuar como um operador de especificidade, pois ocorre em estruturas nominais que delimitam um referente (ou subgrupo de referentes) em uma classe. Além disso, ‘lá’ parece atuar como um operador de identificação vaga, à semelhança de ‘qualquer’, visto que a identificação do referente é tratada como dispensável (PEREIRA, 2011, p. 201).

A partir do estudo de Tavares (2001a), Pereira (2011, p. 204) faz um paralelo dos possíveis usos de *lá* e de *aí* como marcadores de especificidade no DP. O único contexto em que se diferenciam é a possibilidade de artigos definidos e do demonstrativo *este* coocorrer

⁶⁵ Dados retirados de Alkmin e Chaves (2009, p. 4) *apud* Pereira (2011, p. 192).

⁶⁶ Dados retirados de Alkmin e Chaves (2009, p. 3, entrevista 49) *apud* Pereira (2011, p. 192).

⁶⁷ Dados retirados de Alkmin e Chaves (2009, p. 19, entrevista 53) *apud* Pereira (2011, p. 192).

⁶⁸ Dados retirados de Alkmin e Chaves (2009, p. 3, entrevista 49) *apud* Pereira (2011, p. 192).

com *lá*, diferente de *aí*, sem que tenha valor dêitico. Embora ambos sejam marcadores de especificidade, *aí* tem mais restrições sintáticas. Pereira (2011, p. 204) ressalta que os dois não coocorrem, pois disputam a mesma posição funcional, como se pode observar na agramaticalidade em (26).

(26) *Eu tinha [um colega meu **lá aí**] que ele trabalhava com negócio de obra.

(PEREIRA, 2011, p. 204)

Quanto às implicaturas, ambos compartilham dos mesmos traços: não explicitação da identidade do referente; e depreciação. Nesses contextos, o *lá* pode ser usado com nome próprio, diferentemente do *aí* em que o referente é depreciado e a identidade é explicitada, como se observa em (27).

(27) [Aquele João **lá**] não é de confiança.

(PEREIRA, 2011, p. 206)

Nesse sentido, Pereira (2011, p. 206) difere o *lá* específico e marcador de identificação vaga do *lá* específico e modificador depreciativo, que permite o uso com nomes próprios.

2.2 O USO DE *AQUI* E *ALI* COMO MARCADORES DE ESPECIFICIDADE

Quanto ao uso de *aqui* e *ali* como marcadores de especificidade, no PB, Confessor (2013) analisa *aqui*, *ali*, *aí* e *lá*, a partir de vários *corpora* orais de norma urbana⁶⁹, identificando processos de gramaticalização de advérbios⁷⁰ em direção a marcadores de especificidade. Os dados de *aí* e *lá* são mais numerosos do que os de *ali* e *aqui*: 129 ocorrências com *aí*; 99 ocorrências com *lá*; 16 ocorrências com *ali*; e 5 ocorrências com *aqui*. O autor aponta que, pela frequência de usos, *aí* deve ter sido o primeiro elemento a ser gramaticalizado no sentido de se tornar um marcador de especificidade, seguido, por analogia, de *lá*, *ali* e *aqui*.

As características apontadas por Confessor (2013, p. 164) quanto ao uso de *aqui*

⁶⁹Corpus Discurso & Gramática: a língua falada na cidade de Natal; Banco Conversacional de Natal (BCN); Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba – VALPB; Projeto Variação Linguística Urbana na Região Sul do Brasil – VARSUL.

⁷⁰Confessor (2013) utiliza as nomenclaturas de advérbio e de SN.

como marcador de especificidade são: i) só aparecem em proposições existenciais ou prototípicas; ii) ocupam as funções sintáticas de objeto e absoluto⁷¹; iii) em todos os dados, *aqui* era realizado após um núcleo [+concreto] e trazendo uma informação nova, não mencionada ainda no discurso. Quanto ao *ali*, são descritas propriedades muito parecidas: i) só aparecem em proposições existenciais ou prototípicas⁷²; ii) ocupam as funções sintáticas de objeto, absoluto ou adjunto adverbial; iii) predomínio de realização com SN [+concreto], (87,5% dos dados) bem como a menção de uma informação nova no discurso (87,5% dos dados).

Por fim, acredito que o estudo de ALI e AQUI entre os marcadores de especificidade ainda não parece estar plenamente assegurado, visto que seu processo de emergência ainda me parece bastante incipiente, podendo vir a se intensificar no futuro ou não. Talvez a utilização em maior escala de AÍ e LÁ possa desestimular o uso desses itens como marcadores de especificidade (CONFESSOR, 2013, p. 164).

A partir do estudo de Confessor (2013), compreende-se que *aí* e *lá* tendem a ser usados com mais frequência como marcadores de especificidade, sendo o elemento central para afirmar que esses já possuem um estatuto sistemático no PB, já consolidados com outra propriedade que não dêitica. Para o autor, não é possível assumir que *aqui* e *ali* são marcadores de especificidade porque há frequência bem reduzida desses usos.

2.3 A ESPECIFICIDADE E O PARÂMETRO DA AQUISIÇÃO DE ARTIGOS

Após descrições do uso de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* no PB, identificando que, de um lado, *aqui* e *ali* tendem a ter um uso dêitico; e de outro, *aí* e *lá* apresentam configurações já bem consolidadas como um marcador de especificidade, cabe apresentar agora as discussões em torno de outras línguas naturais para entender como elementos inicialmente dêíticos passam a ter uso como marcador de especificidade. Dito isso, nesta seção, é apresentado o que é especificidade, diferindo da definitude, e, na próxima seção, é apresentada a gramaticalização.

Enquanto a definitude está relacionada à familiaridade, para grande parte dos estudos, o elemento característico da especificidade é a referencialidade (ENÇ, 1991; FODOR

⁷¹ Castilho (2010, p. 286-289) descreve absoluto como argumento único de uma sentença de verbo principal existencial ou apresentacional (que introduzem participantes no discurso).

⁷² Confessor (2013, p. 115 e 116) descreve construções prototípicas como aquelas formas por artigo indefinido (um/uma), núcleo do SN e marcador de especificidade (*aqui*, *aí*, *lá* e *ai*):

- (1) Umas pessoas aí
- (2) Uma mentira lá

e SAG,1982; e, entre outros, IONIN, KO e WEXLER, 2004)⁷³. Nos exemplos em (28) e (29), o autor apresenta sua definição de especificidade.

(28) Eu comprei [um carro].

(29) Passe-me [um livro].

(LYONS, 1999, p. 165)

Para Lyons (1999, p. 165-166), em (28), *um carro* é um DP indefinido e específico, trata-se de um carro que o falante reconhece a identidade, ou seja, há familiaridade para o falante, mas o ouvinte não reconhece, não é familiar ao ouvinte. Já em (29) tanto o falante como o ouvinte desconhecem o referente, então é um DP indefinido não específico. Lyons (1999, p. 167) parte do pressuposto de que se o falante conhece a referência, é específico – se não conhece, não é específico.

Enç (1991) compreende que ouvinte pode identificar se a referência é específica ou não, a partir de diversas estratégias usadas pelo falante.

(30) a. Ali [bir kitab-ı] aldı.

(Turco)

Ali DET_[-Def] livro-Acc compr-Perf

Ali comprou um livro lá/aí.

b. Ali [bir kitap] aldı.

Ali DET_[-Def] livro compr-Perf

Ali comprou um livro.

(ENÇ, 1991, p. 5)

Ao observar dados do turco, Enç (1991, p. 6) argumenta que, em construções acusativas, é atribuído ao DP indefinido específico um marcador de caso ((y)ı), como se observa em (30a). Quando o DP é indefinido e não é específico, o caso não é marcado no DP (30b). Esse tipo de marcação não existe no inglês, pois o indefinido do inglês pode ser [+ específico] ou [- específico]. O uso de adjetivos como *certo*, *específico* e *particular* formam sempre NPs específicos (ENÇ, 1991, p. 3). Além disso, há diversas outras maneiras de identificação da especificidade como a referência partitiva, construções existenciais e o escopo.

⁷³Lyons (1999, p. 165) observa que há um longo debate sobre o uso do termo ‘referencialidade’ para descrever relações de definitude, pois, a depender da perspectiva adotada, essa definição estaria relacionada estritamente à especificidade.

Para Enç (1991, p. 8), a familiaridade e a referencialidade seriam noções paralelas para a definição de definitude e de especificidade, respectivamente. Ou seja, a noção de familiaridade define se uma entidade é definida ou não, enquanto a referencialidade define se uma referência é específica ou não. A diferença entre familiaridade e referencialidade está na natureza da ligação com a menção prévia – na familiaridade/definitude, a entidade mencionada previamente é igual à menção seguinte, enquanto que, na especificidade, a menção é partitiva, como nos exemplos em (31) e (32).

(31) a. Odam-a birkaç çocuk girdi. İki kız-ı tanıyordum. (Turco)

Pos1sg-quarto-Dat diversas garotas entraram. duas garotas-Acc 1sg-conhecia
Diversas garotas entraram no meu quarto. Eu conhecia [duas garotas].

b. Odam-a birkaç çocuk girdi. İki kız tanıyordum.

Pos1sg-quarto-Dat diversas garotas entraram. duas garotas 1sg-conhecia
 Diversas garotas entraram no meu quarto. Eu conhecia [duas garotas].

(32) Cinco crianças chegaram atrasadas. Elas perderam o ônibus.

(ENÇ, 1991, p. 6 e 9)

Em (31a), a presença do *ı* (acusativo) possibilita interpretar que *duas garotas* é indefinido e é específico porque é uma referência partitiva da entidade já mencionada no discurso, *diversas garotas*. Ou seja, das *diversas garotas*, duas específicas e conhecidas entraram no quarto. Já em (31b) é indefinido e não específico, pois o DP *duas garotas* não se relaciona com o referente já mencionado previamente, sendo outras duas garotas não mencionadas anteriormente. Em (32), *elas* é definido, pois há identidade com o antecedente, familiaridade, e específico, retoma as cinco crianças e inclui. A especificidade, nesse sentido, é uma relação de inclusividade.

Neste estudo, assume-se a definição de especificidade de Ionin, Ko e Wexler (2004)⁷⁴, em (35), que consiste na intenção de especificar ou não a referência, pois, independente de existir um conhecimento partilhado entre falante e ouvinte, o falante prefere, ou não (no caso de [- específico]⁷⁵) especificar seu referente.

⁷⁴Ionin, Ko e Wexler (2004) sistematizam a proposta de especificidade de Fodor e Sag (1982), compreendendo que a noção de referencialidade está relacionada à intenção do falante em demarcar a unicidade do referente, no caso do singular, e a quantificabilidade para os plurais. A relação de especificidade não é vinculada ao conhecimento do falante, mas sim a relação interativa em que o falante pode ou não referenciar uma entidade.

⁷⁵Ionin, Ko e Wexler (2004) abordam a especificidade e a definitude como traços do DP: [+/- específico] e [+/- definido].

- (33) [+ específico] – quando o falante pretende referir-se a um indivíduo único no conjunto denotado pelo NP e considera que esse indivíduo possui alguma propriedade notável⁷⁶.

(IONIN, KO e WEXLER, 2004, p. 5)⁷⁷

Ionin, Ko e Wexler (2004) argumentam que, no inglês standard, os artigos *the* e *a* são, respectivamente marcadores de [+ definido] e [- definido] e usam os exemplos de Lyons (1999, p. 176), em (34), para mostrar que, no inglês coloquial, *this* atua como marcador de especificidade.

- (34) a. Peter intends to marry **a**/**this** merchant banker – (Inglês coloquial)
even though he doesn't get on at all with her.

Peter pretende se casar com **uma** comerciante, no entanto ele não vai se envolver com ela.

- b. Peter intends to marry **a**/??**this** merchant banker – though he hasn't met one yet.

Peter pretende se casar com **uma** comerciante, no entanto ele não conhece nenhuma ainda.

(LYONS, 1999, p. 176)

Ionin, Ko e Wexler (2004, p. 9) argumentam que, em (34a), pode ser usado tanto o *a* como o *this* porque satisfaz a condição de especificidade. Pela perspectiva do falante, existe uma propriedade digna de ser especificada na comerciante, trata-se, portanto, de um DP [- definido] e [+ específico]. Em contraste com (34b), em que o falante não tem a intenção de referir-se a uma comerciante específica e, desse modo, não carrega nenhuma propriedade digna de ser especificada do ponto de vista do falante - e o *this* não pode ser usado adequadamente.

Ao observar o uso de determinantes, marcadores de especificidade, em diversas

⁷⁶ “[+specific], then the speaker intends to refer to a unique individual in the set denoted by the NP and considers this individual to possess some noteworthy property” (IONIN, KO e WEXLER, 2004, p. 5, *tradução nossa*).

⁷⁷ Baseado em Fodor e Sag (1982, p. 389), com modificações, Ionin (2003, p. 56) propõe a seguinte definição formal para especificidade:

Especificidade - Uma sentença da forma [sp α] ζ expressa uma proposição somente naqueles contextos de enunciados c onde a seguinte condição é satisfeita: O falante pretende se referir a exatamente um indivíduo x_c em c , e existe uma propriedade φ que o falante considera notável em c , e x_c é ao mesmo tempo α e φ em c . Quando esta condição é satisfeita, [sp α] ζ expressa uma proposição que é verdadeira em um índice i se x_c é ζ em i e falso no sentido oposto (IONIN, KO e WEXLER, 2004, p. 6).

línguas⁷⁸, como nas línguas da polinésia, como no Samoano, e na língua Maori⁷⁹, Ionin, Ko e Wexler (2004, p. 12) propõem a existência do Parâmetro da escolha do Artigo⁸⁰. Há línguas de dois artigos que fazem a oposição entre [+ definido] e [- definido], como o inglês, e há línguas de dois artigos que são usados para fazer oposição de marcação de especificidade, como o Samoano em que *le* marca [+específico] e *se* marca [-específico]⁸¹, como em (35).

(35) a. Sa fesili mai **se** tamaitai pó-o ai **I-o** ma tama. (Samoano)

Pass perg-Dir Det senhora Wh-Pret quem Det-Poss 1Exclu pai.

Uma senhora perguntou quem é nosso pai.

(LYONS, 1999, p. 58)

b. O **le** uluggālli'i, fānau **I-a** lā tama 'o **le** teine 'o Sina.

Pres Det casal teve-criança Det-Poss3du Pres-criança Det garota-Pres Sina

Há um casal que tem uma criança, a garota se chama Sina.

c. 'Au-mai **se** niu!

Trazer=Dir Der coco

Traga-me um coco!

d. Alu i **se** tou aiga e moe. Pe **se** tama a ai!

Ir Ld Det 2.pl família Poss dormir Q Det garoto Poss quem

Vá para a sua família e durma! (Eu me pergunto) que é o seu pai!

e. E ai-na **le** gata.

Gen comestível Det cobra

Cobras são comestíveis.

f. E **le** tagi **se** agelu.

Gen não chora Det anjo

Um anjo não chora.

(MOSEL e HOVDHAUGEN, 1992, p. 259, 261 e 262)

Ionin, Ko e Wexler (2004, p. 10 e 11) argumentam que, em (35a), há uso dos dois

⁷⁸Lyons (1999, p. 59 e 178) observa que outras línguas também têm marcadores de especificidade, como o Sango, Hausa, Sissala, além do alemão, francês, inglês e etc, tornando um fenômeno observável em várias línguas naturais.

⁷⁹Maori tem os seguintes artigos (BAUER, 1993, p. 109 e 110): *a* - usado antes de nomes pessoais e, em algumas circunstâncias, nomes de locais; *te* - artigo definido - é usado em contextos em que não é permitido o artigo específico; *ngaa* - plural definido; *teetahi* - indefinido singular, e usualmente específico (*te* (o) + *tahi* (um)); *eetahi* - plural de *teetahi*; e *he* - indefinido, quando em contraste com *teetahi* pode ter um sentido não específico.

⁸⁰Article Choice Parameter (IONIN, KO e WEXLER, 2004, p. 12, *tradução nossa*).

⁸¹Nos exemplos em (35), escolheu-se colocar os artigos de especificidade em negrito para facilitar a identificação.

artigos: *se* é um artigo que faz referência a uma senhora não específica que o falante não quer identificar, constituindo um DP [- específico] e [- definido]; o falante usa o artigo *le* para indicar um DP [+ específico][+ definido]; há familiaridade porque, a partir do conhecimento culturalmente partilhado, não é comum que *pai* seja mais de uma entidade, sendo única e familiar; e o falante especifica o referente *pai* em conjunto com o possessivo. Os autores argumentam que, em (35b), dois DPs, *um casal* e *uma criança*, não são familiares ao ouvinte, [- definido], e há uso do artigo *le* para marcar [+ específico]. Como o falante fez referência a entidades específicas, faz uso do *le*⁸². O terceiro DP denota, de maneira associativa, a criança, *a garota*, nesse sentido, é [+ definido] e, por ser [+ específico], é feito o uso de *le*. O uso de *se* em um contexto [- específico] e [- definido] é observado em (35c) em que o falante não especifica qual coco quer. Em (35d), há dois DPs com o uso de *se* em dois contextos [+ definido] e [- específico]. Em uma sentença imperativa, o falante manda uma criança (provavelmente) ir para a sua família. Por *família* ser uma entidade única, é familiar e [+ definido], mas como o falante não conhece e não pretende especificar qual é a família da criança, então é [- específico] e usa-se o *se*⁸³. O mesmo ocorre no segundo DP de (35d); por *pai* ser familiar é [+ definido], mas, como não é uma referência específica, é usado o *se* no Samoano. A genericidade em Samoano é marcada com *e* e, nas sentenças em (35e) e em (35f), há um marcador genérico com o uso de artigo especificador, *le*, em (35e), e *se*, em (35f), não especificador. Cabe destacar que, no Samoano, em sentenças genéricas, o *se* é usado normalmente em interrogativas, sentenças negativas e genéricas. O *le* só é usado em sentenças genéricas com status de afirmação positiva⁸⁴.

A partir dos dados de (35), Ionin, Ko e Wexler (2004, p. 10-12) argumentam que o Samoano é uma língua em que os artigos fazem distinção entre [+ específico] e [- específico] e a definitude é indiferente. É o contrário de outras línguas de dois determinantes que fazem oposição de [+ definido] e [- definido], mas a especificidade é indiferente. Resume-se o parâmetro em (36).

⁸²Nesses dois contextos, seria possível traduzir como *um casal lá/aí* e *uma criança lá/aí*, para o PB, ou, de acordo com Lyons (1999, p. 58), *this couple* ou *this child*, para o inglês.

⁸³Na tradução para o PB ou para o inglês, esse DP necessariamente precisaria ser acompanhado de um determinante [+ definido], respectivamente, *a* e *the*, independente do fato de ser uma referência não específica.

⁸⁴ Em tese, é difícil entender a genericidade associada a um artigo de especificação, justamente porque expressam conceitos semânticos opostos. Tal como foi discutido na diferença entre artigos definidos e demonstrativos (HIMMELMANN, 1996 e 2001; BOLLÉ, 2004) e no uso de *lá* marcador de especificidade no PB (PEREIRA, 2011, p. 201), ao referenciar ou identificar uma entidade, não seria possível o uso genérico. Lyons (1999, p. 179-180) observa que, em diversas línguas, o uso de genéricos é feito com diversas estruturas de DP (Nome nu, DET_{+DEF} ou DET_{-DEF}) e que as distintas estruturas expressam conteúdos diferentes. No Samoano, só é possível genericidade afirmativa com *le* enquanto que o *se* é usado em genericidade negativa.

(36) Uma língua que possui dois artigos faz a seguinte distinção:

Marcação de Definitude: A distinção dos artigos é feita com base na definitude.

Marcação de Especificidade: A distinção dos artigos é feita com base na especificidade⁸⁵.

Quadro 06 – Parâmetro da escolha do artigo

Artigos agrupados por definitude

	+ definido	- definido
+ específico		
- específico		

Artigos agrupados por especificidade

	+ definido	- definido
+ específico		
- específico		

Fonte: Ionin, Ko e Wexler (2004, p.13).

A proposta de um parâmetro para escolha do artigo traz questões importantes para entender a formação de marcadores de especificidade *aí* e *lá* no PB. No inglês um demonstrativo dêitico, *this*, é usado (coloquialmente) como um determinante de especificidade, em DP [- definido] e em posição pré-nominal, como observado no exemplo em (34). No PB, foi possível observar a possibilidade de *lá* e *aí* atuarem como marcadores de especificidade em DPs indefinidos, em posição pós-nominal. Cabe entender como foi o processo de gramaticalização desses elementos bem como a formação do PB em situação de contato. A gramaticalização é discutida na próxima subseção.

2.4 GRAMATICALIZAÇÃO DE *AQUI*, *ALI*, *AÍ* E *LÁ*

Bollée (2004, p. 1), a partir do trabalho de Himmelmann (1996), propõe o seguinte esquema para representar o processo de gramaticalização de artigos e de demonstrativos:

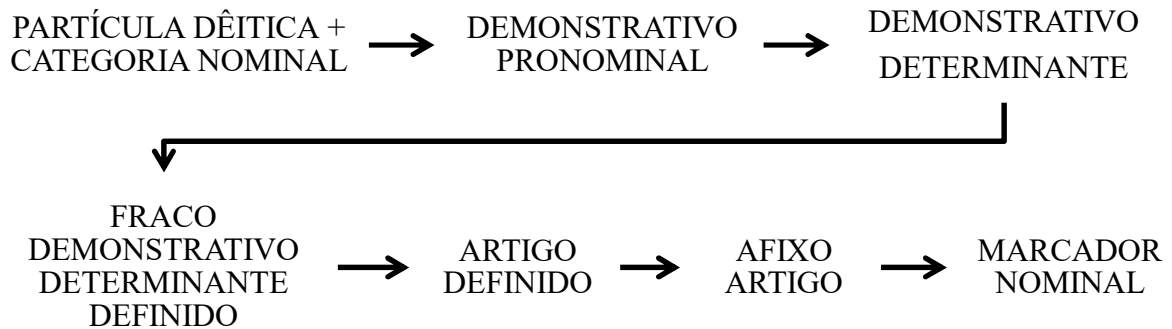
⁸⁵ The Article Choice Parameter (for two-article languages)

A language that has two articles distinguishes them as follows:

The Definiteness Setting: Articles are distinguished on the basis of definiteness.

The Specificity Setting: Articles are distinguished on the basis of specificity (IONIN, KO e WEXLER, 2004, p.13, tradução nossa).

Figura 02 – Gramaticalização de artigos e de demonstrativos



Fonte: Bollé (2004, p. 1).

Para Bollé (2004), o uso de uma categoria nominal com uma partícula dêitica possibilita a formação de demonstrativos pronominais. O demonstrativo pronominal passa a ser usado em posições distintas, como demonstrativo determinante em que é acompanhado por um núcleo nominal. O demonstrativo determinante começa a perder traços semânticos de deiticidade, tornando-se um demonstrativo determinante de traços fracos que pode ser gramaticalizado até virar um artigo definido. Quando o artigo definido começa ser usado em contextos já marcados de definitude, como antes de nomes próprios, pode se tornar um afixo ao nome e depois um marcador nominal.

O processo descrito por Bollé (2004, p. 1) pode ajudar a compreender a íntima relação entre reforçadores, demonstrativos e artigos definidos na formação do PB. Contudo, algumas questões surgem a partir desse esquema:

- a. Esse processo é unidirecional ou cíclico?
- b. Como um reforçador de propriedades dêiticas passou a ser usado sistematicamente como marcador de especificidade dentro do DP?
- c. Por que há no PB marcadores de especificidade e não há no PE?
- d. Como o processo de formação do PB, em um contexto de multilinguismo generalizado, contribuiu para a formação de um marcador de especificidade?

Quanto à *gramaticalização*, o termo foi cunhado por Meillet (1948, p. 131) que observa, em uma perspectiva diacrônica, o processo gradual de transição de formas autônomas até se formar uma palavra gramatical. Comumente o termo ainda é usado para expressar o processo diacrônico de alterações sintáticas, semânticas e morfofonéticas de um item, outrora, lexical, provocando a sua polissemia e o aumento da frequência de observação do mesmo que passa a ocupar tanto funções lexicais como funções gramaticais, até se tornar

um clítico (TAVARES, 2001; CONFESSOR, 2013). Hopper e Traugott (1993, p. 7)⁸⁶ apresentam uma síntese desse ciclo no seguinte esquema:

(37) item lexical > item gramatical > clítico > afixo flexional

Vitral e Ramos (2006) questionam dois aspectos das tradicionais análises de gramaticalização, que têm como base a perspectiva funcionalista: a noção de gradualidade; e de concomitância. São processos normalmente atribuídos à gramaticalização que analisam um fenômeno linguístico em perspectiva diacrônica. Os autores entendem que a análise sincrônica pode fornecer dados para compreender o processo de gramaticalização de maneira mais formalista, a partir do estudo quantitativo de frequência dos dados.

Em primeiro lugar, para Vitral e Ramos (2006, p. 24), a gramaticalização muitas vezes é tratada como um processo gradual, normalmente atribuído ao “‘olhar’ externo sobre a língua”, em que um item lexical, por exemplo, gradualmente ‘passa’ a ser um item gramatical. Essa noção de que uma coisa ‘passa a ser’ outra, por um lado, dá o sentido de ‘unidirecionalidade’ da gramaticalização e, por outro, esconde as diversas etapas do processo de mudança, atribuindo, por vezes, ao item um caráter indefinido ou ambíguo, como se não fosse, em determinado momento, nem uma coisa (lexical) nem outra (gramatical).

Nesse sentido, Vitral e Ramos (2006) defendem que não existe ambiguidade, ou indefinição, de classe de um item ao se assumir que esse, ao ser inserido na estrutura oracional, já tem uma definição de classe.

(...) na nossa visão, embora do ponto de vista diacrônico, seja possível falar de polissemia já que uma acepção de um item é gerada a partir de outra, no que concerne a uma dada sincronia, vale a pena considerar que as duas acepções de um item, para um dado falante ou numa gramática particular, se encontram numa relação de homonímia, isto é, como propomos, trata-se de duas entradas lexicais distintas (VITRAL e RAMOS, 2006, p. 25).

Com relação à concomitância, Vitral e Ramos (2006, p. 25 e 26) não entendem que haja necessariamente modificação de traços semânticos ou de substância morfofonética na gramaticalização, pois é possível que haja perda de substância morfofonética, e não haja modificação semântica⁸⁷. Por fim, ressaltam a importância de um estudo quantitativo para

⁸⁶ content item > grammatical word > clitic > affix inflectional (HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. 7, *tradução nossa*).

⁸⁷Para Vitral e Ramos (2006, p. 25 e 26), o inverso também é possível, tendo modificação semântica sem que haja perda de substância morfofonética.

entender os estágios do processo de gramaticalização, bem como observar se a relação de concomitância pode ser aplicada para determinado fenômeno.

Tendo em vista o que foi discutido, existem, entre tantas possibilidades observadas (MARTINS, 2010 e 2011; PEREIRA, 2011), duas formações sintáticas de *ai* e *lá* no DP na língua portuguesa: uma não dêitica; e a outra dêitica, como marcador de especificidade.

2.4.1 A especificidade em línguas bantas e línguas kwa e a situação de contato

Nesta subseção, são apresentados os usos de especificidade em línguas *bantas*⁸⁸, principalmente o Kikongo, o Kimbundu⁸⁹ e o Umbundo, e em línguas *kwa* (principalmente do subgrupo Gbe) porque são os principais grupos linguísticos de povos africanos que foram trazidos para o Brasil (BONVINE, 2008)⁹⁰. Em seguida, são apresentados os usos de especificidade no Crioulo Haitiano (HC) e no Crioulo Mauriciano (MC) em que houve a emergência de marcadores de especificidade em decorrência do contato linguístico.

Em muitas línguas bantas, segundo Katamba (2003, p. 107 e 108), há possibilidade de uso de um *aumento* para marcar especificidade⁹¹ em sentenças afirmativas⁹², como nos exemplos em (38)⁹³ e (39), do Ganda.

(38) a. ò-mú-limi ó-mú-néné ó-mú-kâddé ó-mû à-Ø-gênda! (Ganda)

Sp-1-fazendeiro Sp-1-gordo Sp-1-velho Sp-Num ele-Pres-uir

Um gordo, o/um [+específico] fazendeiro velho está vindo!

⁸⁸ Nurse e Philippson (2003, p.7-10) descrevem que há propriedades tipológicas que caracterizam as línguas bantas, dentre elas: (i) têm 5 a 7 vogais, que são sempre abertas; (ii) são línguas tonais; (iii) são línguas aglutinantes; (iv) todos os nomes são marcados para classe, com prefixos; (v) a ordem sintática normalmente é SVO; e (vi) o NP antecede modificadores (adjetivos, demonstrativos, etc); .

⁸⁹ Não há estudos sobre os marcadores de especificidade no Kimbundu e no Kikongo. Chatelain (1889, p.1) identifica como um artigo no Kimbundu, *o-*. Pode-se pressupor que há familiaridade entre as línguas: “As línguas principais com que o kimbundu confina – o kixikongo ao norte, as línguas kioko e luanda ao leste e umbundo ao sul – não são, por consequência, tão diferentes d’ele e entre si (...). Observamos, porém, que as línguas com que o Kimbundu tem mais analogia, são os seus vizinhos imediatos, o kixicongo, (...) e o umbundo, (...) e o kinyika (...)” (CHATELAIN, 1889, xiv do Prefácio).

⁹⁰ No Capítulo 3, são apresentadas as línguas que vieram para o Brasil bem como hipóteses sobre as possíveis influências do contato entre línguas.

⁹¹ Katamba (2003, p. 107-108) apresenta que alguns estudos consideram que pré-prefixo é um determinante ou um pronome. Isso ocorre porque esse elemento pode marcar definitude, especificidade, focalização ou ser um pronome, substituindo um nome. Diante de sua variabilidade de usos não pode ser entendido como um artigo definido como fazem alguns estudos que tentam comparar com as línguas européias.

⁹² De acordo com Katamba (2003, p. 107-108), em sentenças negativas, não se pode usar o marcador de especificidade, como em:

(1) te-tú-Ø-làbà mu-límí mu-néné
Neg nós-Pres-ver 1-fazendeiro 1-gordo
Nós não vemos o fazendeiro gordo.

⁹³ Nos exemplos das línguas bantas, *o-* representa morfemas que são pré-fixados ao nome ou ao verbo e *o≠* representa itens lexicais diferentes que são aglutinados.

- b. *mú-limimú-nénémú-kâddé ó-mû à-Ø-gênda!
 1-fazendeiro 1-gordo 1-velho Num ele-Pres-vir
 *Um gordo, um fazendeiro velho está vindo

- (39) a. è-nkóbé é-n-néné é-n-kâddéé-mû é-gênda!
 Sp-1-babuíno Sp-1-gordo Sp-1-velho Sp-Num ele-Pres-vir
 Um gordo, o/um [+específico] babuíno velho está vindo!
 b. *nkóbé ‘n-néné ‘n-kâddéé-mû é-gênda!
 1-babuíno 1-gordo 1-velho Num ele-Pres-vir
 Um gordo, um babuíno velho está vindo!

(KATAMBA, 2003, p. 107 e 108)

Para Katamba (2003, p. 107 e 108), o marcador de especificidade ò- (~ é-)⁹⁴ antecede todos os elementos do DP, denotando uma entidade específica que pode ser humana, como em (38a), ou não humana, (39a). Quando não há marcador de especificidade, a sentença é agramatical, como nos exemplos em (38b) e (39b).

Para Sommer (2003, p. 570 e 571), há uso de aumento também em línguas faladas na zona da Savana, incluindo línguas faladas em Angola como o Umbundo, em (40):

- (40) O-ú-mú-tu (Umbundo)
 [+ específico] Pessoa
 Uma pessoa aí / a pessoa

(SOMMER, 2003, p. 570 e 571)

De acordo com Sommer (2003, p. 570 e 571), no Umbundo, o aumento *o-* é invariável antes de consoantes e, antes de vogais, recebe um tom flutuante⁹⁵.

No entanto, não são todas as línguas bantas em que há o aumento para marcação de especificidade, como é o caso do Suaíli (KIMAMBO, 2016, p. 51)⁹⁶. Bearth (2003, p. 123) analisa as propriedades sintáticas das línguas bantas e observa que, a partir de dados do Suaíli, há um marcador que é pré-fixado ao verbo (marcador verbal de objeto) que atua como um marcador de especificidade, denotando uma referência humana específica, como em (41).

⁹⁴Katamba (2003, p. 107) observa que, no Ganda, a depender da classe do item lexical, o marcador de especificidade pode ter alteração de forma morfofonológica.

⁹⁵Na Gramática do Umbundo, de Valente (1964, p.65), embora quase todas as classes de palavras sejam iniciadas com *o-*, o autor não considera que se trata de um *aumento*.

⁹⁶Kimambo (2016, p. 51) caracteriza o *aumento* como *pré-prefixo*.

(41) Mama a-na-m#penda m#toto. (Suáíli)

Mamãe cl1-Prog-cl1#ama cl1#criança

Mamãe ama uma criança [+ específico]

(BEARTH, 2003, p. 123)

De acordo com Bearth (2003, p. 123), em (43), o marcador verbal de objeto, *na*, é aglutinado ao verbo para marcar especificidade ao objeto direto, criança, sendo um DP [+ específico].

Kimambo (2016, p. 67-68) defende que, no Suáíli, o uso de marcador verbal de objeto só ocorre para marcar especificidade se o objeto inanimado, em um DP [- definido]. Se o objeto for animado, como em (42), o marcador verbal não marca especificidade.

(42) Nitamsaidia mtu yeyote. (Suáíli)

Ni-ta-m-saidi-a mtu yeyote

SM1-Fut-OM1-ajudar-fv pessoa alguma

Eu irei ajudar uma pessoa [- específico].

(KIMAMBO, 2016, p. 68)

Entre as línguas *kwa*, Lefebvre (1998, p. 88) observa que, em algumas variedades do Fongbe, do grupo Gbe, há dois determinantes pós-nominais, como nos exemplos em (43).

(43) a. [àsón dɛ́] (Fongbe)

caranguejo um [- específico]

b. [àsón dɛ̃]

caranguejo um [+ específico]

(LEFEBVRE, 1998, p. 88)

De acordo com Lefebvre (1998, p. 88), em alguns dialetos do Fongbe, há um determinante que marca [- específico], *dɛ́*, em (43a), e um determinante que marca [+ específico], *dɛ̃*, como em (43b).

O Gungbe tem dois artigos para marcar especificidade que fazem oposição de definitude *dé/ lɔ́* (ABOH, 2004, p. 77), e a marcação de não específico é feita com o nome *nu*, como nos exemplos em (44) e em (45).

- (44) a. Kókú mò n távò cè bò dḡ èmì ná xò [távò] (Gungbe)
 Koku ver-Perf mesa 1sg-Poss e dizer-Perf 3sg Fut comprar mesa
 Koku viu minha mesa e disse que gostaria de comprar uma mesa (não específica)
- b. Kókú mò n távò cè bò dḡ èmì ná xò [távò lḡ]
 Koku ver-Perf mesa 1sg-Poss e dizer-Perf 3sg Fut comprar mesa Spf [+definido]
 Koku viu minha mesa e disse que gostaria de comprar a mesa (específica).
- c. Kókú mò n távò cè bò dḡ èmì ná xò [távò dḡé]
 Koku ver-Perf mesa 1sg-Poss e dizer-Perf 3sg Fut comprar mesa Spf [-definido]
 Koku viu minha mesa e disse que gostaria de comprar uma mesa aí/lá (específica).
- (45) a. Kókú xò [távò lḡ lḡ]
 Koku compr-Perf mesa Det [+definido] Num
 Koku comprou as mesas velhas (específicas)
- b. Kókú xò [távò dḡé lḡ]
 Koku compr-Perf mesa Det [-definido] Num
 Koku comprou umas mesas lá/aí (específicas)
- c. [Távò xóxó] té wè Kòfì xò?
 mesa velha wh Foc Kofi compr-Perf
 Qual mesa velha Kofi comprou?
- d. *[Távò xóxó lḡ] té wè Kòfì xò?
 mesa velha Det [+definido] wh Foc Kofi compr-Perf
 Qual a mesa velha (específica) Kofi comprou?

(ABOH, 2004, p. 76-78 e 82)

De acordo com Aboh (2004, p. 76-78), observa-se que a o nome nu possibilita uma leitura não específica, como em (44a), enquanto que a realização dos determinantes *lḡ*, em 44b, e *dḡé*, em (44c), possibilita a marcação de especificidade, respectivamente, definida e indefinida. Tanto em (44b) como em (44c) os determinantes ocupam a posição final do DP. Nos exemplos em (45), ao coocorrer com um marcador de plural, *lḡ*, o determinante não fica na posição final, como se observa em (45a) e (45b). Em sentenças *wh*, como em (45c) e (45d), o marcador de especificidade não pode ser realizado ou a sentença se torna agramatical.

É possível observar que, em algumas línguas constituídas em situação de contato, o uso de determinantes pós-nominais foi resultado de um processo que envolve a passagem de

um elemento anteriormente dêitico, um reforçador, que assumiu características semânticas de determinantes. Algumas evidências desse fenômeno podem ser observadas nos dados do HC, representado no exemplo em (46):

- (46) [Tab la] (HC)
 mesa Det [+ definido]
 A mesa
 (LEFEBVRE, 2008, p. 200)

Para Lefebvre (2008), o HC é uma língua de base lexical francesa em que houve um processo de relexificação⁹⁷ do *là*, em que um elemento dêitico que indicava [- proximidade], tornou-se um determinante pós-nominal que marca [+ definido], ou seja, faz menção a uma entidade que pode ser identificada pelo falante e pelo ouvinte, como se observa em (46). A autora considera que não houve relexificação de um determinante pós-nominal de especificidade no HC porque não são em todas as variedades do Fongbe em que há uso de determinante de especificidade, sendo uma característica de alguns dialetos.

Ao observar dados do MC que, assim como o HC, é uma língua de base lexical francesa, Guillemin (2010, p. 5) defende que o marcador de especificidade pós-nominal *la*⁹⁸, também é oriundo do *là*, dêitico, do Francês, e resultado de uma influência de substrato de línguas Gbe⁹⁹. Esses marcadores de especificidade não se flexionam em gênero e nem em número e são realizados em DP [+ definido], como em (47) e (48).

- (47) Fred ti pe diskit enn liv interesan dan só klas. Mo'n al diskit [liv **la**] ek li apre.
 Fred AuxPart discutir um livro interessante em sua classe. eu+ir Prep discutir livro
 Det [+ específico] com ele depois.
 Fred estava discutindo um livro interessante na sua classe. Eu fui para discutir o livro
 com ele depois.
 (GUILLEMIN, 2009, p. 14)

- (48) [Sa zom ki okipp partaz delo lamer **la**].
 Det homem Comp ocupa distribuição água mar Det [+específico]
 O homem que cuida da distribuição da água do mar.

⁹⁷ O conceito de *relexificação* é apresentado no Capítulo 4.

⁹⁸ No MC, em nomes contáveis, o *enn* é usado para marcar [- definido], sendo em contextos [+/- específico]. Para marcação de [+ definido], se o referente for específico, usa-se o *la* pós-nominal, mas, se não for, usa-se apenas nome nu (GUILLEMIN, 2010, p. 13).

⁹⁹ Ao mesmo tempo, ao comparar o processo de formação de marcador de caso *i* no crioulo de Seicheles (SC), Guillemin (2011) reconhece também uma possível influência de línguas bantas.

(GUILLEMIN, 2007, p. 216)

Em (47), *la* é usado em um contexto de anáfora associativa (cf. HAWKINS, 1978; e HIMMELMANN, 1996 e 2001) e representa a segunda menção da referência *livro* que é antecedida pelo *enn*, [- definido] e [- específico]. O marcador de especificidade pós-nominal *la*, na sentença em (48), é antecedido por uma relativa restritiva, mas mesmo assim não deixa de estar relacionado ao núcleo, *homem*.

A autora analisa os usos de *la* no MC em uma perspectiva diacrônica, em (49):

- (49) a. Li bonsa bom Dié **là** qui dans vous paye, hein? (MC 1805)¹⁰⁰
 3sg bom DEM Deus DEM que em 2sgF country...?
 É bom que Deus esteja na sua terra...?
- b. Li bonsa Bondie ki dan u pei **la** ... (MC moderno)
 3sg bom DEM Deus que em 2sgF country DET [+ específico]...?
 É bom que Deus esteja na sua terra...?
- c. *Li bonsa Bondie **la** ki dan u pei (MC moderno)
 3sg bom DEM Deus DET [+ específico] que em 2sgF country...?
 É bom que Deus esteja na sua terra...?

(GUILLEMIN, 2007, p 13 e 14)

Ao se comparar os dados do MC do século XIX, em (49), Guillemin (2007) observa que houve uma mudança na configuração sintática do marcador de especificidade no DP, pois antes poderia ter elementos entre o *la* e o núcleo, contudo no MC moderno já não existe isso. O marcador de especificidade ocupa sempre a posição final do DP.

A gramaticalização dessas partículas foi acompanhada por uma mudança em sua sintaxe. Não é possível, no MC moderno, ter o *la* intervindo entre o NP e seus modificadores, como foi o caso do crioulo primitivo (e em francês). No MC moderno, *ladeve* ser DP final (GUILLEMIN, 2007, p. 13)¹⁰¹.

Partindo do pressuposto de que a formação da língua portuguesa no Brasil foi constituída em uma situação de contato em um contexto de multilinguismo generalizado, seria possível indicar que tal fenômeno fosse observável no PB?

¹⁰⁰ Dados retirados por Guillemin (2007, p 13 e 14) de Pitot (1805).

¹⁰¹ The grammaticalization of these particles was accompanied by a change in their syntax. It is not possible in modern MC to have *la* intervening between the NP and its modifiers, as was the case in the early creole (and in French). In modern MC, *ladeve* must be DP final (GUILLEMIN, 2007, p. 13, *tradução nossa*).

3 A FORMAÇÃO DO PB EM SITUAÇÃO DE CONTATO

Neste capítulo, apresentam-se propostas de formação do PB, considerando o contato linguístico ocorrido no período de colonização do Brasil, possibilitando a constituição de uma variedade da língua portuguesa que se distancia do PE. Busca-se compreender a emergência de um marcador de especificidade no PB a partir de elementos inicialmente dêiticos, *ai* e *lá*, como resultado da influência do contato.

Na primeira parte deste capítulo, é feita a apresentação das hipóteses da formação do PB e da formação sociolinguística do Brasil. Na segunda parte, são apresentadas algumas teorias sobre a formação de línguas em situação de contato como o Bioprograma, de Bickerton (1976, 1984, 1998, 2016), a Relexificação, de Lefebvre e Massam, (1988) e Lefebvre (1998 e 2008), a Transmissão linguística irregular, de Lucchesi e Baxter (2009), e, por fim, a Competição e Seleção, de Mufwene (2001) e de Aboh (2015).

3.1 AS TEORIAS DA FORMAÇÃO DO PB

O uso do termo *crioulo* para caracterizar uma língua nem sempre é feito passivamente nos estudos linguísticos. Para Mattos e Silva (2011), o termo *crioulo* carrega historicamente uma carga pejorativa e, mesmo quando usado como conceito científico, restringe-se a formação das línguas que surgiram a partir do contato das línguas europeias (Português, Espanhol, Francês, Holandês e Inglês) com as línguas chamadas, no século XVI, de ‘exóticas’ (línguas africanas, asiáticas e indígenas)¹⁰².

Entre os estudos do contato linguístico, a conceituação de línguas crioulas normalmente é atribuída àquelas que se formaram em um processo de contato em que houve relações escravagistas, como apontado por Lucchesi:

Essas línguas (crioulas) resultaram do contato massivo, radical e abrupto desencadeado pelo sequestro e escravização de cerca de dez milhões de africanos, trazidos para o continente americano pelos colonizadores europeus, entre os séculos XVI e XIX (LUCCHESI, 2009, p. 28).

Baxter e Lucchesi (1997) apresentam dois parâmetros em que o conceito de *crioulo* tem se fundamentado: a) contexto socioeconômico e político – ou parâmetro sociolinguístico;

¹⁰² Mattos e Silva (2011) parte da noção de *crioulo* para questionar se as línguas europeias, em geral, foram também crioulos, apontando tanto os aspectos históricos como os aspectos linguísticos que possibilitariam essa caracterização. Para a autora, não caracterizar o inglês, por exemplo, como uma língua crioula é resultado puramente de uma escolha política.

b) parâmetro linguístico – as características linguísticas semelhantes dessas línguas que se formaram em uma situação muito parecida. Entre as principais características, estão:

- i) o emprego do mesmo verbo para exprimir existência e posse;
- ii) a ausência da passiva e a preferência por construções em que o sujeito paciente é flexionado com um verbo transitivo direto;
- iii) a flexibilização de uma preposição, podendo exprimir lugar e direção; e
- iv) influências de substrato¹⁰³.

Para Baxter e Lucchesi (1997), essas semelhanças estruturais não são categóricas, mas são propensões dependentes de outras variáveis sociais e linguísticas, tais como a proporção de europeus para não europeus e a caracterização social (homogênea ou heterogênea) do grupo dominante.

A análise da concordância verbal tem sido muito recorrente nos estudos que consideram que o PB teria sido um crioulo.

A característica mais reconhecida das línguas crioulas é a redução da complexidade morfológica. Tipicamente, em comparação com suas línguas alvo ou de superstrato, as línguas crioulas exibem perda de flexão, nivelamento e regularização de paradigmas, eliminação de alternâncias morfofonêmicas e tendência a transmitir informações gramaticais com morfemas livres em vez de morfemas vinculados. Essas tendências são o resultado natural da situação social que existia no momento em que essas línguas foram criadas (GUY, 1981, p. 288)¹⁰⁴.

Há duas hipóteses que buscam explicar como se deu o processo de formação do Português Brasileiro (PB): 1) criouliização, defendida por Guy (1981) e Holm (1989, 1992); 2) a deriva secular, defendida por Naro e Scherre (2007). Nas próximas subseções, são apresentadas essas hipóteses.

3.1.1 A hipótese da criouliização no PBP

¹⁰³ Quanto à categorização de línguas como sendo de *substrato* e de *superstrato*, Garcia (2002, p. 70-72) mostra que há muitas tentativas de conceituação e que esses conceitos, inicialmente, foram empregados na linguística para caracterizar a formação das línguas européias. “Designa-se de substrato a língua que uma população utiliza e que, por várias razões (por exemplo, sua invasão e conquista por outra população), é abandonada e substituída por outra. [...] Designa-se de superstrato a língua introduzida na área de outra, mas sem substituí-la, podendo com o tempo vir a desaparecer” (FARACO, 1991, p. 42).

¹⁰⁴The most generally recognized characteristic of creolized languages is reduction in morphological complexity. Typically, in comparison with their target or superstrate languages, creoles exhibit loss of inflection, leveling and regularizing of paradigms, elimination of morphophonemic alternations, and tendency to convey grammatical information with free rather than bound morphemes. These tendencies are the natural result of the social situation which existed at the time when these languages were created (GUY, 1981, p. 288, *tradução nossa*).

Guy (1981, p. 287 e 288) com base em fatores sócio-históricos propõe que seria inevitável a formação de um pidgin no Brasil, avançando posteriormente para um processo de criouliização. Entre esses fatores estão: (i) até 1850, no Brasil, a relação de africanos ou de descendentes de africanos para europeus era de 3 para 1; (ii) grande parte desse contingente populacional estava no campo, no modo de produção do tipo *plantation*, favorecendo um processo de criouliização; (iii) há grande influência das culturas africanas no Brasil principalmente ao se comparar com o processo de formação das línguas espanholas na América. As principais evidências linguísticas são: (i) fonológicas, o *-s* final é apagado e há desnasalização das vogais finais; (ii) morfossintáticas, na concordância de número verbal¹⁰⁵ e nominal¹⁰⁶; (iii) e outras evidências, tais como léxico de origem de línguas africanas e a neutralização da passiva reflexiva *se*, que não concorda necessariamente com o sujeito plural (*nós se conhecemo*) (GUY, 1981, p. 305-306).

Guy (1981, p. 315) justifica que a descriouliização aconteceu no Brasil mais rapidamente do que em outros locais porque havia um acesso maior a língua de superstrato, como reflexo da proporção de brancos para negros e pelas relações estabelecidas entre as “raças”.

De acordo com Holm (1989, 1992), no Brasil, houve um processo de reestruturação parcial, formando um semi-crioulo. Holm (1989, p. 299-303; 1992, p. 407-409) apresenta os seguintes fatores sócio-históricos: (i) dados de números de escravizados importados¹⁰⁷; (ii) concentração da população escravizada em *plantation*, na produção de cana de açúcar, e na exploração do ouro; (iii) mistura de grupos linguísticos de diferentes origens para evitar revoltas; e (iv) a miscigenação. Entre os fatores linguísticos, estão: (i) a existência de itens lexicais de origem africana (por exemplo, *fubá*, do Kimbundu); (ii) a existência de palavras derivadas do português, mas com significado derivado de origem africana (como *pau* que pode significar *árvore* ou *bastão*); (iii) na fonologia, a existência de uma estrutura silábica de consoante e vogal, característica das línguas do Golfo do Guiné; (iv) na sintaxe, uso de mesmo verbo para *ter* para *estar* ou *haver*, não inversão entre sujeito e verbo em sentenças interrogativas, a dupla negação e, em algumas variedades, há uma única forma verbal para todas as pessoas no tempo presente (com exceção da primeira pessoa).

¹⁰⁵ Guy (1981, p. 294-299) argumenta que se trata do resultado de um processo de criouliização em que a concordância verbal de número e de pessoa foi apagada quase completamente e, a partir de um processo de descriouliização, a concordância volta a ser marcada parcialmente.

¹⁰⁶ Guy (1981, p. 299-304) argumenta que a primeira palavra do NP é quase sempre marcada para plural. Para o autor, esse sistema de marcação da concordância é observado da mesma forma em línguas crioulas, como Crioulo de Cabo Verde e Palenquero, em línguas bantas, como Songo, e no Yorubá.

¹⁰⁷ Para Holm (1989, p. 300), os primeiros africanos a chegar no Brasil tiveram contato com a Língua Geral.

3.1.2 A hipótese da deriva secular

De acordo com Naro e Scherre (2007), o processo de formação do PBP não pode ser entendido como crioulização, nos termos de Guy (1989) e de Holm (1989, 1992), mas como uma deriva secular, nos termos de Sapir (1949, *apud* NARO e SCHERRE, 2007). O conceito de deriva secular pressupõe que as línguas naturais seguem, ao longo do tempo, um determinado curso já preestabelecido. Para os autores, há uma tendência na língua portuguesa para que determinados fenômenos linguísticos ocorram. Tanto o PBP quanto o PE modernos são resultados de processos já predeterminados desde o português arcaico (PA). A diferença entre as duas variedades da língua portuguesa está no fato de que houve contato linguístico no Brasil, atuando como um catalisador que acelerou as mudanças dessa variedade.

As diferenças observadas na concordância de número verbal e nominal no PB, então, não seriam resultados de um processo de crioulização, mas de um processo que já faz parte do curso da língua. Em defesa desse ponto de vista, Naro e Scherre (2007) apoiam-se em dados do PA, do PE rural contemporâneo e do PBP, a partir de dados de falantes analfabetos do RJ.

No que tange a concordância verbal de número e de pessoa, considerando dados linguísticos de outras línguas latinas (francês, italiano, espanhol, galego), do PA e do PE rural, Naro e Scherre (2007) verificam que há semelhanças entre essas línguas com o PBP, tais como: i) variação na concordância de primeira pessoa do singular (*eu falo ~ eu fala*); ii) variação na concordância de número de terceira pessoa (*eles fala ~ eles falam*); e iii) variação na concordância de primeira pessoa do plural (*nós fala ~ nós falamos*). Em consideração a proposta de Duarte (1995) para a inclusão de formas pronominais, Naro e Scherre (2007) argumentam que se desenvolveu um quadro pronominal diferente no PB e conseqüentemente um quadro morfológico reduzido, exigindo a realização do sujeito.

Naro e Scherre (2007) argumentam que a variação na concordância nominal de número acontece de forma semelhante em dados do PE rural e do PA em que há uma tendência para marcar o plural no primeiro elemento e os elementos posteriores marcam plural por influência de saliência fônica. Ou seja, os elementos mais à esquerda tendem a marcar plural, diferentemente dos elementos mais à direita e, quando estão concordando, trata-se de um processo de saliência fônica.

Após apresentar brevemente as hipóteses da crioulização, Guy (1989) e de Holm (1989, 1992), e da deriva secular, de Naro e Scherre (2007), na subseção seguinte, é apresentado um panorama sócio-histórico do Brasil relacionado à proposta de periodização sociolinguística de Luchessi (2017).

3.1.3 A sócio-história do Brasil e a periodização sociolinguística

Luchessi (2017)¹⁰⁸ propõe uma periodização sociolinguística da língua portuguesa estabelecida no Brasil, a partir de um contexto de multilinguismo generalizado, em que houve diversas línguas em contato, sendo seguido de um processo de nivelamento linguístico, e é composto por 4 fases:

- 1ª fase (de 1000 a 1532): Tupinização da Costa¹⁰⁹
- 2ª fase (de 1532 a 1695): Multilinguismo generalizado
- 3ª fase (de 1695 a 1930): Homogeneização linguística
- 4ª fase (de 1930 aos dias atuais): Nivelamento linguístico

Para Luchessi (2017, p. 362 e 363), na primeira fase, há o processo de expansão territorial dos povos falantes de línguas do tronco tupi, ocupando o litoral brasileiro. Esse processo de expansão possibilita as relações de contato de línguas muito próximas e a formação de uma *koiné* de tupinambá¹¹⁰.

Para Luchessi (2017), inicia-se um processo de multilinguismo generalizado, nos termos de Mattos e Silva (2014, p. 14), com o estabelecimento dos portugueses no Brasil que passam a utilizar a *koiné*, denominada como língua geral, como instrumento de comunicação para uso da força de trabalho indígena para diversos fins.

Essa dominação do litoral pelos tupis teve grandes consequências para a história sociolinguística do Brasil, sobretudo nos dois primeiros séculos da colonização, tanto que os jesuítas, que adotaram o tupinambá como instrumento de catequese, denominaram esse idioma como *língua brasílica*, denominação que ganhou força no século XVII. Nas regiões periféricas do empreendimento colonial, como São Paulo e a Amazônia, o tupi e o tupinambá eram, respectivamente, a língua de intercuro (LUCHESSI, 2017, p. 362 e 363).

Luchessi (2009, p. 43 e 44) apresenta 5 diferentes usos linguísticos atribuídos ao

¹⁰⁸ Há outras propostas de periodização sociolinguística. Para mais informações, conferir Marlos Pessoa (2003, p. 16-19), Lobo (2003, 402 e 403); Noll (2008, p. 269-276). Em geral, todas as propostas consideram a existência de períodos de coexistência de várias línguas em território brasileiro que deixam de existir para um modelo de monolinguismo.

¹⁰⁹ “Ao considerar o conjunto mais amplo de línguas presentes, não apenas na atualidade, mas sobretudo na formação da sociedade brasileira, esta proposta se contrapõe às periodizações que dão primazia à língua portuguesa (o que não deixa de ser uma manifestação de eurocentrismo). (...) Outra manifestação de uma ideologia eurocêntrica é considerar que a história linguística do Brasil se inicia em 1500” (LUCCHESI, 2017, p. 349-350).

¹¹⁰“(…) as tribos indígenas que habitavam a costa (...), por falarem línguas muito aparentadas do tronco tupi, eram capazes de se comunicarem entre si utilizando uma espécie de *koiné*, decalcada da língua tupinambá (LUCHESSI, 2009, p. 43)”

termo *língua geral*, como:

- 1) *koiné*, utilizada na comunicação entre as diferentes tribos indígenas do tronco tupi que ocupavam a costa brasileira;
- 2) língua franca¹¹¹, do contato entre os portugueses e os indígenas;
- 3) língua nativizada que se estabelece no período inicial da colonização nos núcleos populacionais mestiços;
- 4) versão ‘gramaticalizada’ pelos jesuítas para a catequização, principalmente;
- 5) língua franca utilizada por outras tribos não falantes de línguas do tronco tupi¹¹².

A segunda fase da periodização proposta por Luchessi (2017, p. 364) é caracterizada pela existência de diversas formações linguísticas. Permanecem centenas de línguas indígenas, conservadas em suas respectivas tribos e a língua geral falada na costa brasileira é expandida para as regiões centrais do país. No nordeste, são estabelecidos os grandes empreendimentos de monocultura exportadora de cana-de-açúcar, de algodão e de tabaco¹¹³, usando principalmente a força de trabalho africana escravizada. Nessa região, são formados também os quilombos por escravizados foragidos. O autor supõe que, nesses contextos, é favorável a formação de pidgins e de crioulos do Português e o uso de línguas francas africanas faladas quilombos, com destaque para o Kimbundu.

Para Lucchesi (2017, p. 365 e 366), a terceira fase é caracterizada por um processo acelerado de restrição do multilinguismo, impondo o português como língua hegemônica. É dividida em três vagas de aportuguesamento, ou subfases:

- i. A primeira subfase é iniciada em 1695 em que, a partir do ciclo do ouro, há o primeiro processo de urbanização do Brasil com grande concentração de portugueses e escravos africanos. Nesse contexto, há também o avanço da pecuária, fazendo com que a língua portuguesa se difunda principalmente no sudeste. Essa subfase é encerrada com a chegada da família real ao Brasil, em 1808.
- ii. A chegada da corte portuguesa e a independência possibilitaram a formação da imprensa, a criação de escolas secundárias e superiores e de associações científicas.

¹¹¹Tarallo e Alkmin (1987, p. 89 e 90), o termo língua franca tem possível origem relacionada ao período das cruzadas na Europa e, modernamente, faz referência a uma ormação linguística para comunicação em situações de contato bilíngues e plurilíngues.

¹¹²Luchessi (2017, p. 363) argumenta que a expansão territorial da colonização portuguesa, através dos bandeirantes, formou duas línguas gerais no Brasil, com uso de língua franca: uma utilizada por tribos que não falavam tupi, sendo levada de São Paulo para as regiões de Minas Gerais, de Goiás e de Mato Grosso do Sul; outra falada inicialmente no Maranhão e levada o Pará e para o Amazonas.

¹¹³Bonvini (2008, p. 27) compreende que o uso da força de trabalho africana escravizada para o cultivo de algodão é característico do século XVIII, assim como o cultivo de arroz, a colheita de especiarias e a exploração de minas de ouro e de diamantes.

Esses novos instrumentos avançaram o processo de normatização da língua portuguesa, principalmente nos centros urbanos, que começaram a se consolidar. Resumem-se assim as principais características dessa segunda vaga de aportuguesamento, no período entre 1808 e 1850.

- iii. Esse terceiro momento se inicia em 1850 e se encerra em 1930. O primeiro marco é a implantação da Lei Eusébio de Queiroz em que a maior fonte de multilinguismo é erradicada. Somado a isso, há diminuição da polarização sociolinguística com a chegada de imigrantes asiáticos e de europeus, principalmente portugueses, que favorecem a luzitanização e a normatização purista.

Na quarta fase da periodização proposta por Lucchesi (2017), há um apagamento das marcas de contato da norma popular a partir da ampliação do processo de industrialização e de urbanização no Brasil, contribuindo na difusão da norma culta urbana, que cada vez mais se afasta do padrão lusitano. O processo de industrialização promove a concentração de renda e, conseqüentemente, a polarização sociolinguística, fomentando o preconceito linguístico. Constitui-se, assim, o processo histórico de formação das duas grandes normas do português brasileiro: a norma culta e a norma popular. Em síntese, os dois grandes vetores da polarização sociolinguística e “a consideração desse cenário polarizado é crucial para a compreensão dos grandes processos de mudança em curso no século XX, os quais vão definir as feições atuais da realidade linguística brasileira” (LUCCHESI, 2001, p. 93).

Para este estudo, é importante entender principalmente o multilinguismo generalizado e a participação das línguas africanas na fase na formação do PB.

As línguas africanas faladas no Brasil

Petter (2006, p. 126) estima que 200 a 300 línguas foram envolvidas pelo tráfico de povos escravizados sequestrados da África. Mattoso (1982, p. 53) afirma que, entre a segunda metade do século XVI e 1850, o Brasil foi um dos principais pontos de envio de povos escravizados sequestrados da África, representando 38% do total, o que equivale a mais de 3.500.000 de escravizados enviados para as Américas¹¹⁴. Mattoso (1982, p. 22 e 23) descreve quatro ciclos de importação de força de trabalho escravizada da África para o Brasil¹¹⁵:

¹¹⁴Pessoa (2001, p. 45) estima que a população de africanos escravizados que foram trazidos ao Brasil foi em média de 4.830.000.

¹¹⁵Note-se particularmente que o fim de um ciclo não encerra em definitivo a chegada de negros precedentes da região ligada ao ciclo anterior (MATTOSO, 1982, p. 22 e 23).

- (i) o ciclo do Guiné¹¹⁶, século XVI, em que os povos oriundos ao norte do Equador foram escravizados, principalmente, sudaneses;
- (ii) o ciclo do Congo e de Angola, século XVII, com a escravização de povos falantes de línguas bantas;
- (iii) o ciclo da costa de Mina, século XVIII, de falantes de línguas sudanesas, tendo um ciclo especificamente baiano, o ciclo da baía do Benin;
- (iv) escravizados de origens diferentes, principalmente da Angola e de Moçambique, século XIX¹¹⁷.

Segundo Mattoso (1982, p. 22 e 23), os portugueses tinham como política a mistura das diferentes etnias no intuito de impedir concentrações em uma mesma capitania. Ao tempo, havia predileções: na Bahia, os povos escravizados eram normalmente de origem sudanesa; em Pernambuco, de origem banta; e, no Rio de Janeiro, metade de origem sudanesa e a outra metade de origem banta.

Muitos estudos (BONVINI, 2008, p. 30 e 31; CASTRO, 2001, p. 45 e 46; PETTER, 2006, p. 126 e 127) descrevem que há duas principais áreas da África de origem dos povos escravizados: a) área oeste-africana, com mais diversidade de línguas e com mais variedade em termos tipológicos¹¹⁸; b) área austral, caracterizada por um número reduzido de línguas tipologicamente homogêneas e por ser a área de origem da maior parte dos povos escravizados¹¹⁹. Na Figura 3, a seguir, são representadas essas duas áreas.

¹¹⁶“tem seu ponto inicial na África ao norte do Equador e traz ao Brasil negros uolofs, mandingas, sonrais, mossis, haússas e peuls” (MATTOSO, 1982, p. 22).

¹¹⁷“O século XIX brasileiro vê chegar escravos das mais diversas procedências, porém com nítida predominância de negros de Angola e Moçambique, então possessões portuguesas” (MATTOSO, 1982, p. 23).

¹¹⁸“**atlântica**: fula (*fulfulde*), *uolofe*, *manjaco*, *balanta*; **mandê** (sobretudo, o *mandiga*); *bambara*, *maninca*, *diúla*; **gur**: subfamília *gurúnsi*; **cuá** (subgrupo *gbe*): *eve*, *fon*, *gen*, *aja* (designadas pelo termo *jeje* no Brasil); **ijóide**: *ijó*; **benuê-congolesa**: **defóide**: falares iorubas designados no Brasil pelo termo *nagô-queto*; **edóide**: *edo*; **nupóide**: *nupe* (*tapa*); **ibóide**: *ibo*; **cross-River**: *efique*, *ebíbio*; **afro-asiático**: *chádica*: *hauçá*; **nilo-saariano**: *saariana*: *canúri*” (BONVINI, 2008, p. 30, *as marcações são feitas pelo autor e representam as famílias e/ou grupos*).

¹¹⁹“H.10 *congo* (*quicongo*): *quissolongo*, *quissicongo* (*quissangala*), *quizombo*, *quissundi* (falada pelos bacongos, numa zona correspondente ao antigo reino do Congo) e *quivili*, *iuoio* (fiote), *quiombe* (faladas em Cabinda e em Loango); H. 20 *Kimbundu* (falada pelos ambundos, na região central de Angola, correspondente ao antigo reino de Ndongo), *quissama*, *quindongo*; H. 30 *iaca-holo*: *iaca*, *imbangala*, *chinji*; K. 10 *chôcue*: *uchôcue*, *ochinganguela*, *chilucazi*, *luena* (*luvale*); L. 30 *luba*: *chiluba-cassai* (*lulua*); L.50 *luanda*: *chilunda*, *urunda*; P. 30 *macua*: *omacua*; R. 10 *umbundo* (falada pelos ovimbundos na região de Bengela, em Angola): *umbundo*, *olunianeca*; R. 20 *cuaniama*, *indonga*: *ochicuaniana*, *cuambi*; R. 30 *herero*: *ochiherero*” (BONVINI, 2008, p. 30 e 31).

Figura 03 – Regiões de concentração do tráfico transatlântico com o Brasil



Fonte: CASTRO, 2001, p. 46.

Legenda: África Ocidental (região kwa): 1. Gana; 2. Togo; 3. Benim; 4. Nigéria. África Banto: 5. Gabão; 6. Congo-Brazzaville (República Popular do Congo); 7. Congo-Kinshasa (República Democrática do Congo); 8. Angola; 9. Moçambique.

Castro (2001, p. 25 e 29-32) afirma que a região banta é composta por 300 línguas muito semelhantes, faladas em 21 países. A principal característica dessas línguas é o sistema de classes para exprimir a oposição entre singular e plural por meio de prefixos. Para a autora, Kikongo, Kimbundu e Umbundo foram as línguas mais faladas no Brasil.

O uso do Kimbundu como língua franca é atestado em alguns registros históricos¹²⁰. Bonvini (2008, p. 32-38) destaca que, antes da chegada ao Brasil, a primeira experiência de contato linguístico dos povos escravizados acontece no continente africano em que existia um provável uso de uma língua veicular (o Kimbundu). O autor descreve que o Kimbundu era tão comumente falado no nordeste brasileiro que uma gramática dessa língua foi escrita em Salvador, pelo padre Pedro Dias.

(...) a obra de Dias constitui um duplo testemunho. Em primeiro lugar, ela testemunha o emprego corrente e habitual, no século XVII, no Brasil, de

¹²⁰Lucchesi (2017, p. 364) cita três fontes de análise: (i) Silva Neto (1963) afirma que era corrente o uso de Kimbundu no Quilombo dos Palmares; (ii) há uma referência do Padre Antônio Vieira de que havia catequeses em língua de Angola em 1660 (PETTER, 2006, p. 127); (iii) a primeira gramática do Kimbundu foi escrita em Salvador, em 1694, pelo padre Pedro Dias.

uma língua africana, o Kimbundu, falado por escravos originários de Angola, numa área geográfica extensa, não limitada apenas ao estado da Bahia. Os exemplos da gramática de Dias mostram claramente que se trata de uma língua em sua integralidade, próxima da que é falada atualmente em Angola. Não se trata, de maneira nenhuma, de um pidgin ou de uma língua mista. Isso é capital (BONVINI, 2008, p. 37 e 38).

Para Castro (2001, p. 38 e 39), no século XVIII, com a descoberta de minas de ouro e de diamante em Minas Gerais, em Goiás e na Bahia, há aumento da demanda de força de trabalho escrava e, conseqüentemente, o sequestro de povos ewe-fon. A concentração de povos africanos foi tão intensa que os povos escravizados usavam, de forma corrente, uma língua de base ewe-fon em Vila Rica¹²¹. Bonvini (2008, p. 39) afirma que a concentração era de 100.000 escravizados em média por ano em uma região pequena que incluía Vila Rica, Vila do Carmo, Sabará e Rio dos Montes. Segundo o autor, é nesse contexto que Antonio da Costa Peixoto publica o seu livro, *A obra nova da língua geral de mina*, em que se faz uma descrição da língua falada por esses povos escravizados. A partir de diversos registros linguísticos e sócio-históricos, Bonvini (2008, p. 39-45) considera que, embora tenha grande presença de vocabulário *fon*, não se trata efetivamente de nenhuma língua materna, mas sim um falar veicular em estágio de pidginização.

Na primeira parte deste capítulo, foram apresentadas as hipóteses da criouliização, Guy (1989) e de Holm (1989, 1992), e da deriva secular, de Naro e Scherre (2007), no intuito de entender as análises sobre o caráter do PBP como crioulo ou como uma variedade do PE. Em seguida, foi apresentada a proposta de periodização linguística de Lucchesi (2017) que busca justificar como a língua portuguesa no Brasil foi formada por um processo em que houve multilinguismo generalizado. Entre as línguas africanas que estiveram em contato com o português no Brasil, destacam-se as línguas bantas, principalmente o Kimbundu, Kicongo e Umbundo, e as línguas *kwa*, principalmente as línguas do grupo Gbe (Fongbe, Gungbe, Ewegbe).

3.2 AS TEORIAS DA FORMAÇÃO DE LÍNGUAS EM SITUAÇÃO DE CONTATO

Nesta seção, são descritas as principais características da formação de línguas em contexto de contato, no intuito de compreender como o contato, no Brasil, levou à gramaticalização de um elemento inicialmente dêitico para um marcador de especificidade inexistente no PE, conforme afirmado por Pereira (2011, p. 186). É feita a apresentação da

¹²¹Castro (2006, p. 7) comenta que Nina Rorigues registra em Salvador que alguns falantes ainda usavam um pequeno vocabulário de línguas *jeje-mina* (*fon*).

hipótese do bioprograma, de Bickerton (1976, 1984, 1998, 2016), da relexificação, proposta por Lefebvre e Massam, (1988), e por Lefebvre (1998 e 2008), da Transmissão Linguística Irregular (TLI), proposta por Lucchesi e Baxter (2009), e da competição e seleção, de Mufwene (2001) e de Aboh (2015). Antes, busca-se diferenciar formalmente as línguas pidgin das línguas crioulas bem como compreender o que são substratos e superstratos.

Roberts (2007, p. 385 e 386)¹²² observa que há diferenças no processo de aquisição uma segunda língua, L2, e de uma língua materna, L1. Um falante de uma língua adquirida como L2 pode ter fluência quase plena na língua alvo, na *performance*, mas não desenvolverá a competência linguística necessária para afirmar se determinada estrutura faz parte ou não daquela língua. Roberts (2007, p. 389) argumenta que, quando ocorre um contato interlinguístico, tal como na formação de pidgin e de crioulos, há três importantes propriedades: variação em certos parâmetros que inicialmente eram estáveis; perda de morfologia flexional; e o desempenho é ainda mais ineficiente em relação à língua alvo. Isso caracteriza um aprendizado imperfeito. A depender do tipo de formação social, esse aprendizado imperfeito pode influenciar diretamente na constituição de uma nova língua, uma língua crioula, já que gerações de falantes de L1 terão acesso a dados robustos de *input* que não correspondem diretamente nem à língua alvo nem à língua de substrato.

Lefebvre (1998, p. 1 - 3) resume diversos estudos que caracterizaram a formação de línguas pidgin e de línguas crioulas em seis principais aspectos:

- 1) são línguas desenvolvidas em comunidades multilíngues;
- 2) emergem geralmente em um contexto em que grande parte da população fala vários substratos como L1, enquanto a língua de superstrato, L2, é falada por uma pequena elite. Essa situação cria a necessidade de estabelecimento de uma língua franca;
- 3) falantes das línguas de substrato têm acesso restrito à língua alvo, nesse sentido a influência do acesso pode ser crucial para determinar se se formará um crioulo mais radicalmente afastado ou não da língua alvo;
- 4) diferente das mudanças linguísticas em que não há contato, com processos de

¹²²Roberts (2007, p. 385 e 386) apresenta as principais diferenças entre a aquisição de uma segunda língua, L2, e de uma língua materna, L1, a partir de três estágios característicos:

(i) no estágio inicial, a L1 é adquirida a partir da relação entre o *input*, ou dados linguísticos primários (*primary linguistic datas* - PLD), e a gramática universal (*Universal Grammar* - UG). Na aquisição de L2, como pode não ter inicialmente acesso direto à UG, espera-se que haja influência de variados aspectos da L1;

(ii) o estágio intermediário, é diferenciado de três formas para aquisição de L2: 1) pode ser afetado pela L1, assim como no estágio inicial, ou por um tipo de estado que não é predeterminado pela UG; 2) o processo da aquisição de L2 pode não ser o mesmo da aquisição de L1, ou porque tem acesso à UG quando não há configurações disponíveis na L1¹²², ou porque tem acesso direto à UG; 3) a aquisição de L2 parece não ser perfeita, podendo fossilizar estruturas que afetem um estágio final;

(iii) por fim, no estágio final, observa-se que a aquisição de L1 se aproxima muito mais da língua alvo do que a aquisição de L2 que parece ter constantes falhas nesse sentido.

inovações e de conservações que podem perdurar por muito tempo, no contexto de formação de pidgins e crioulos, as mudanças são abruptas, acontecem em um curto período de tempo;

- 5) línguas crioulas tendem a passar por processos de isolamento linguístico;
- 6) por fim, a estrutura linguística das línguas crioulas apresenta elementos tanto das línguas de substrato como das línguas de superstrato.

Em diversos estudos (LEFEBVRE, 1998, p. 4; BICKERTON, 2016, p. 6; SIEGEL, 2006, p. 3 - 6; HOLM, 2004, p. 4-7; MÜHLHÄUSLER, 1982, p. 100; LUCCHESI e BAXTER, 2009, p. 103-105), a principal diferenciação entre os pidgins e os crioulos é que os primeiros são resultado de um processo de aprendizado de falantes que já tinham uma língua constituída, L1 e aprenderam uma segunda língua. Já os crioulos são formações linguísticas constituídas em um processo de aquisição por falantes nativos.

Lefebvre (1998, p. 48) apresenta que há três perspectivas de análise das línguas crioulas: 1) universalista, relacionado ao bioprograma; 2) superstratista, que compreendem que os diferentes superstratos são responsáveis pelas características e distinções entre as línguas crioulas¹²³; 3) substratista, em que, ao contrário, os substratos determinam a formação de línguas crioulas.

Nas próximas subseções, são apresentadas as principais características da perspectiva universalista e de uma análise substratista, de acordo com definição de Roberts (2007, p. 419), que é a relexificação. Em seguida, são apresentadas a teoriada TLI, de Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009), e da Competição e Seleção, de Mufwene (2001) e de Aboh (2015).

3.2.1 A hipótese do Bioprograma e a aquisição de artigos de especificidade

Ao definir a hipótese do Bioprograma, Bickerton (1976, 1984, 1998, 2016) parte do pressuposto de que os primeiros falantes nativos de uma língua crioula tiveram que fazer adaptações e inovações, com o uso direto de mecanismos da faculdade da linguagem. O *pidgin* não pode ser considerado como uma língua, pois é, na verdade, uma versão simplificada de uma língua, usada pragmaticamente para contextos comunicativos.

Bickerton (2016, p 42 - 45) apresenta várias motivações para justificar a diferença entre pidgins e crioulos. A primeira é que, na formação de um pidgin, há diversidade de línguas de substrato, fazendo com que existam diversos pidgins diferentes. Somado a isso, o

¹²³ Por limites deste estudo, não são apresentadas as contribuições das análises superstratistas.

pidgin pode se diferenciar pelas influências de superstrato, pois há tipos distintos de exploração escravagista e também há diferentes proporções de população dos povos dominantes. Outra motivação é a dificuldade de precisar os processos internos de gramaticalização de crioulos, tendo em vista que essas línguas também estão em mudança – algumas com mudanças de longa data¹²⁴. Outro ator está relacionado às questões internas da língua e os processos de descrioulização, em que a língua de superstrato continua tendo influência em alguns crioulos. Por fim, um elemento que distingue pidgins de crioulos é o peso dado a determinadas evidências, ou seja, a análise teórica e metodológica sobre um crioulo. Para Bickerton (2016, p. 45), muitos estudos que se concentram na influência de substrato e não conseguem explicar porque outros crioulos apresentam as mesmas características tendo substratos tão diferentes.

Bickerton (1976, 1984, 1998, 2016) defende a hipótese do bioprograma porque grande parte das línguas crioulas compartilha de semelhanças estruturais que são distintas das línguas não crioulas, não sendo influenciadas diretamente nem pelas línguas de superstrato nem pelas línguas de substrato. Os fenômenos mais característicos desse tipo podem ser divididos em dois grupos.

Para Bickerton (1988, p. 276-278), no primeiro grupo, estão os elementos gramaticais perdidos por contato da situação de contato¹²⁵, tais como:

- a. Concordância de gênero;
- b. Concordância de número;
- c. Morfologia verbal afixável;
- d. Morfologia derivacional;
- e. Flexão de pronomes em caso e gênero;
- f. Preposições.

Para Bickerton (1988, p. 278; 2016, p. 48-67), no segundo grupo, há os elementos gramaticais básicos, elementos que, devido à erosão resultada do contato, são reconstruídos por meio da gramaticalização do seguinte modo:

- a. Focalização de constituinte ao se deslocar para o início da sentença;
- b. Sistema de artigos que fazem a distinção entre especificidade;
- c. Marcação de tempo, modo e aspecto com uso não afixado de elementos;
- d. Marcação de ação realizada, “irrealis” por meio de um complementizador;

¹²⁴Bickerton (2016, p. 44) pressupõe que há crioulos desde o século XVII, como é o caso do HC.

¹²⁵Bickerton (1988, p. 278) considera que esses elementos não têm valor referencial por possuir conteúdo semântico abstrato ou por ser meramente formal.

- e. Orações relativas com cópia pronominal e com cópia de sujeito;
- f. Dupla negação;
- g. Uso de mesmo verbo para indicação de posse e de existência;
- h. Não uso de cópula para predicação com adjetivos;
- i. Adjetivos funcionando da mesma forma que verbos;
- j. Não há alteração da ordem da frase para construção de sentenças afirmativas, imperativas e interrogativas;
- k. As palavras-wh têm dois morfemas sendo o primeiro uma forma reduzida da língua de superstrato;
- l. Construções passivas são extremamente raras.

Para este estudo, é interessante analisar o item (b). Bickerton (2016, p. 52) argumenta que o Crioulo inglês do Havaí (HCE) tem um sistema de artigos para especificidade há semelhança com dados de outros três crioulos: Crioulo de Guiné Bissau (CG), em (1); Papiamento, em (2); e Crioulo de Seicheles (SC), em (3).

- (1) a. Jan bai di buk. (CG)
 João comprou o livro (que você certamente conhece).
- b. Jan bai wan buk.
 João comprou um livro [+ específico].
- c. Jan bai buk.
 João comprou livro.
 João comprou um livro [- específico].
- d. buk dia f tru.
 Livros são realmente caros!

(BICKERTON, 2016, p. 52 e 53)

Para Bickerton (2016, p. 52-53), nos exemplos em (1a) e (1b), do CG, observa-se o uso do artigo definido *di* para marcar definitude, e do artigo *wan* para marcar especificidade nos contextos indefinidos. Quando o DP é realizado sem artigo, a referência pode ser indefinida e não específica, como em (1c), ou genérica, (1d).

- (2) a. mi tin e buki. (Papiamento)
 Eu tenho o livro.

- b. mi tin un buki.
Eu tenho um livro [+ específico].
- c. mi tin buki
Eu tenho livro.
Eu tenho um livro [- específico].
- d. buki ta caru!
Livros são caros!

(BICKERTON, 2016, p. 52 e 53)

Para o autor, aplica-se a mesma análise para o Papiamento, nos exemplos em (2), em que pode ter realização de um artigo para marcar definitude, *e*, [- definido] e [+ específico], *un*, e o \emptyset pode ser usado para contextos de [- definido] e [- específico] e de genéricos.

- (3) a. mô pe aste sa banan. (SC)
Eu estou comprando a banana.
- b. mô pe aste ê banan.
Eu estou comprando um banana [+ específico].

(BICKERTON, 2016, p. 52 e 53)

Para Bickerton (2016, p. 52-53), em SC, em (3a), o artigo definido *sa* marca relações de definitude e, em (3b), o artigo *ê* marca especificidade em contextos não definidos.

Bickerton (2016, p. 131) argumenta que há evidências do bioprograma quanto à marcação de especificidade dos artigos. Para isso, faz uma relação com estudo de Maratsos (1974 e 1976), sobre a aquisição de artigos no inglês em que se constata que a aquisição de sistemas de artigos (para marcação de especificidade) é estabelecida bem precocemente, até os 3 anos de idade (para a definitude, há estudos que divergem dessas evidências). Para Maratsos (1974 e 1976), de acordo Bickerton (2016, p. 134), o uso bem sucedido dos artigos se deve ao fato de ser um elemento recorrente na fala de adultos. Ao mesmo tempo, a diferenciação de uma referência específica e não específica no inglês é difícil de ser reconhecida simplesmente pelos poucos dados de fala a que a criança tem acesso, além de ser realizada em contextos abstratos – sem referências propriamente físicas¹²⁶.

¹²⁶ Quanto a isso, Bickerton (2016, p. 132-135) diferencia o reconhecimento de plural em comparação com o de especificidade. A marcação de plural tem uma morfologia (*-s*) que indica mais de uma entidade enquanto a ausência morfológica indica uma única entidade. Na marcação de especificidade, no inglês, existe um único artigo (*a/an*) e as diferenciações só são permitidas por um contexto discursivo. Por exemplo, em:

De fato, só podemos concluir que o específico/não-específico seria completamente impossível de aprender, por meio de dados linguísticos, ou de experiência, ou de qualquer processo de formação de hipóteses, ou de qualquer combinação viável destes. Para a criança fazer marcação de específico / não-específico tão cedo e tão bem quanto adultos, a aquisição teria que ser de alguma forma pré-programada¹²⁷ (BICKERTON, 2016, p. 136 e 137).

A análise de Bickerton (2016) sobre a emergência de um novo sistema de artigos em uma língua crioula (L1), com marcação de especificidade, a partir de uma situação de contato, não é aceita entre muitos estudos. Janson (1984, p. 313-317) argumenta que os exemplos de Bickerton se limitam a línguas crioulas que tiveram o Inglês como superstrato. Para o autor, não se encontra o mesmo fenômeno em línguas crioulas que tiveram o português e o francês como línguas de superstrato, rejeitando a hipótese de existência de um bioprograma. Além disso, ao analisar o uso dos artigos nas línguas crioulas, Janson (1984, p. 318-320) observa distinções entre as formas de marcação. No entanto, quando se observam as marcações de plural, parece haver mais sistematicidade entre os crioulos, em termos de processo de gramaticalização, ao se comparar com o uso de artigos no singular. Isso não quer dizer que há princípios universais de um bioprograma para marcação de plural, mas que os processos de formação de crioulos são semelhantes e os possíveis fenômenos universais se dão pelo ritmo nas quantidades de mudanças de crioulos.

A alegação de Bickerton de que todos os crioulos fazem uma distinção entre referências específicas e não específicas não se baseia em fatos. Uma descoberta negativa ainda mais importante é que os crioulos não são todos iguais, pelo menos não no que diz respeito aos artigos. (...) O que é específico para os crioulos é o ritmo e a quantidade de mudanças, mas não os princípios gerais de mudança (JANSON, 1984, p. 321).

3.2.2 Relexificação e a aquisição de artigos no HC

-
- i. Billy comprou um cachorro e um gato, mas seu filho só gosta do cachorro. [+ específico]
 - ii. Billy espera comprar um cachorro e um gato, mas ele não consegue encontrar [um cachorro] que realmente goste [- específico]

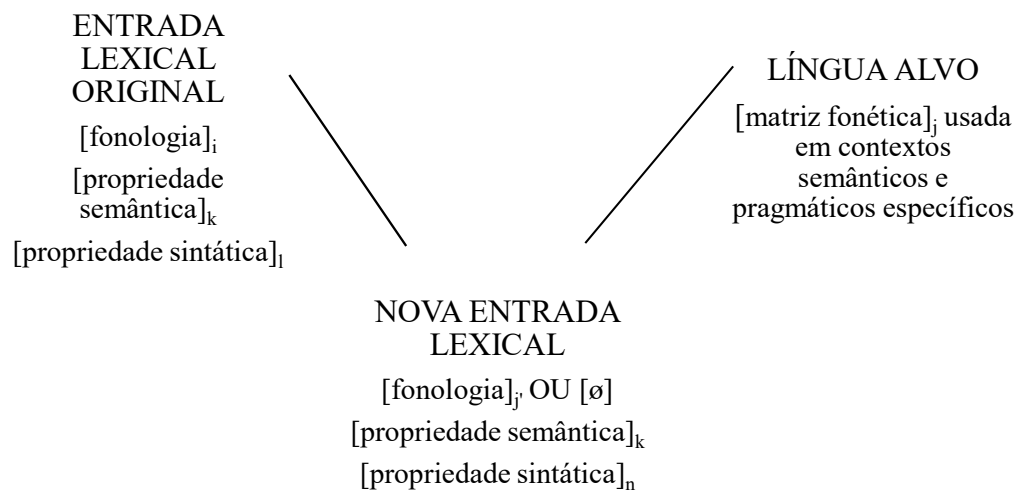
(BICKERTON, 2016, p. 133 e 134)

Há uso do mesmo artigo indefinido (*a/an*) e há duas relações semânticas distintas. Como a criança conseguiria identificar as oposições semânticas se não há traços morfológicos que possibilitam isso? Bickerton (2016, p.133-135) entende que os dados que são apresentados às crianças não constituem *corpora* extensos que possibilitariam que ela recorresse a qualquer momento para verificar a marcação de especificidade ou não. Desse modo, só se poderia explicar a existência de uma marcação prévia na UG.

¹²⁷Tradução de: Indeed, we can only conclude that the SNSD would be quite impossible to learn, by means of linguistic data, or of experience, or of any hypothesis-forming process, or of any feasible combination of these. For the child to make the SNSD as early and as successfully as he does, he would have to be somehow preprogrammed to make it (BICKERTON, 2016, p. 136 e 137)

Há diversos estudos que comentam a possibilidade de existir influências de substrato no processo de formação de línguas crioulas, dentre os quais Muysken (1981), que iniciou a sistematização da relexificação. No entanto, uma das principais contribuições foi realizada por Lefebvre e Massam, (1988) e Lefebvre (1998 e 2008), com a hipótese da relexificação. Tal hipótese consiste no entendimento de que, no processo de formação de crioulos, os falantes de uma língua (de língua de substrato) adotam uma entrada lexical de outra língua, da língua alvo, com adequações fonológicas, mas mantendo as marcações paramétricas e consequentemente propriedades sintáticas e semânticas da língua de substrato. A partir do esquema em (4), Lefebvre (1998, p. 16 - 18) propõe que a língua lexificadora, ou língua alvo, fornece entradas lexicais com uma matriz fonética que é usada em mais de contexto linguístico, tanto em termos semânticos como em termos sintáticos.

(4)



(LEFEBVRE, 1998, p. 84)

Para Lefebvre (1998, p. 16), ao ter contato com a língua lexificadora, os falantes da língua de substrato formam uma nova entrada lexical, preservando as propriedades fonológicas, semânticas e sintáticas de sua L1. A primeira coisa a se destacar é que a matriz fonética fornecida que forma uma entrada lexical não corresponde exatamente a uma palavra da língua lexificadora, pois os falantes da língua de substrato realizam adaptações com base em seu sistema fonológico. A representação fonológica, então, difere de ambas as línguas. Além disso, outra característica desse sistema é que a formação de uma nova entrada lexical não permite o acesso às propriedades semânticas e sintáticas da língua alvo, pois, em primeiro lugar, não há acesso a tantos dados para isso e, caso fosse acessada, não se trataria da

formação de uma nova entrada lexical, mas sim a cópia *ipsi litteri*¹²⁸. A autora entende que se trata de um processo que envolve uma cópia com ampliação de todas as entradas lexicais com um direcionamento semântico.

Lefebvre (1998, p. 37) propõe que o processo de relexificação envolve três condições necessárias para acontecer:

- i) deve existir correspondência semântica entre a entrada lexical copiada do léxico do substrato e a forma do superstrato – isso justifica porque somente as entradas de conteúdo semântico podem receber uma nova rotulação, sendo fonologicamente expressas;
- ii) a entrada lexical copiada deve ter propriedades de distribuição semelhante na língua de superstrato. Nesse sentido, a língua de superstrato fornece um léxico em que a semântica e a distribuição sintática se assemelham de algum modo ao que pode ser fornecido para formação de um novo item lexical.

Em segundo lugar, as propriedades de distribuição da língua de substrato devem ser semelhantes àquelas da entrada lexical copiada. Por exemplo, um determinante pós-nominal pode ser rotulado novamente com base em uma forma do superstrato que também ocorre pós-nominalmente. A nova rotulação de entradas lexicais da categoria funcional é, assim, restringida pelo que a língua de superstrato tem a oferecer em termos de itens lexicais de categoria principal cuja a semântica e a distribuição são apropriadas para fornecer uma matriz fonética para uma entrada lexical da categoria funcional copiada (LEFEBVRE, 1998, p. 37)¹²⁹;

- iii) a reclassificação de um item lexical pode ser motivada apenas pelas semelhanças fonológicas entre um item lexical da língua de substrato e um item da língua de superstrato.

Para Lefebvre (1998, p. 38), caso os falantes de uma língua de substrato não encontrem uma entrada lexical apropriada para a relexificação, há: possivelmente um abandono da entrada lexical; ou ela é copiada com o sinal fonologicamente nulo (\emptyset). Lefebvre (1998, p. 43-47) propõe que a relexificação envolve dois processos que atuam em conjunto: a reanálise e o nivelamento dialetal.

¹²⁸ Para Lefebvre (1998, p. 30-35), a relexificação consiste em processo em que uma entrada lexical é copiada e reavaliada. Esse processo se dá tanto na formação de línguas pidgin como de línguas crioulas. Além disso, a relexificação é o resultado de um processo de transferências, como nos processos que envolvem a aquisição de L2, mas, na formação de crioulos, necessariamente há diversas línguas de substrato em contato, gerando a necessidade de se ter uma língua franca.

¹²⁹ Second, the distributional properties of the superstratum form must be similar to those of the copied lexical entry. For example, a postnominal determiner may be relabeled on the basis of a superstratum form which also occurs postnominally. Relabelling of functional category lexical entries is thus constrained by what the superstratum language has to offer in terms of major category lexical items whose semantics and distribution are appropriate to provide a phonetic matrix for a copied functional category lexical entry (LEFEBVRE, 1998, p. 37, *tradução nossa*).

Segundo Lefebvre (1998, p. 43-45), a reanálise, assim como a relexificação, é um processo mental. A reanálise é um processo em que uma forma fonológica de uma entrada lexical se torna uma forma fonológica de outra entrada lexical – se a nova entrada lexical tiver propriedades gramaticais, então a reanálise também é definida como gramaticalização ou dessemanticalização. Esse processo pode ser compreendido de forma mais geral, na mudança linguística, e mais especificamente, na formação de línguas pidgin e de línguas crioulas. A gramaticalização, ou dessemanticalização, é um processo em que um item lexical passa a ser utilizado com funções sintáticas distintas, com uma função mais gramatical¹³⁰. A gramaticalização e a reanálise são fenômenos relacionados, contudo nem toda reanálise gera gramaticalização, pois um item pode ser reanalisado, sem que sejam atribuídas propriedades gramaticais. A relexificação é um processo relacionado à formação de línguas pidgin e de crioulos e é mais amplo que a reanálise, pois a primeira pode envolver processos de gramaticalização com elementos nulos, enquanto a reanálise perpassa por um processo que envolve um item lexical que é expresso fonologicamente.

Quanto ao nivelamento dialetal, Lefebvre (1998, p. 45) argumenta que, na literatura, refere-se à redução da variabilidade entre dialetos de uma mesma língua quando falantes dessas línguas são colocados em um mesmo contexto. Na formação de línguas pidgin e de línguas crioulas, o nivelamento dialetal tem um importante papel, pois, em uma situação de contato, há diversos dialetos de superstrato e de substrato, mas há um processo de nivelamento. No sentido usado por Lefebvre (1998, p. 46), o nivelamento está relacionado à redução da variação de itens lexicais produzidos pela relexificação de vários léxicos de substrato. O produto da relexificação não é uniforme e as características mais comuns, nos distintos processos de relexificação, irão se manter na língua crioula. Isso possibilita também compreender porque, em diferentes comunidades de uma mesma língua crioula, há variação das formas. O nivelamento dialetal, então, é um processo social de escolhas e de difusão das formas mais proeminentes do processo de relexificação.

Entre as evidências de Lefebvre (1998) para postular a existência de um processo de relexificação está o uso de determinante definido *la* no HC em (5).

- (5) [Tab la]
 mesa Det
 A mesa

(LEFEBVRE, 2008, p. 200)

¹³⁰ Conferir subseção 2.4.

Para Lefebvre (1998, p. 79 e 80), a presença do determinante *La* indica a informação de que há uma entidade que é denotada como um conhecimento partilhado tanto pelo ouvinte como pelo falante, ou seja, há familiaridade compartilhada e, portanto, definitude. O determinante tem formas alomórficas (*a, na, nan, e lan*) e é sempre pós-nominal, diferente do Francês em que os determinantes são sempre pré-nominais. Além disso, o determinante Francês é catafórico, pode ser usado em referências genéricas e pode ser partitivo. O determinante do HC pode ser separado do nome por uma relativa, o que não é possível no francês e, por fim, há palavras que são formadas com a aglutinação do determinante fazendo parte do nome, como em *larivyè*, no HC, e *la rivière*, no Francês. A autora argumenta que, por haver diferenças semânticas e sintáticas, o determinante no HC não é derivado do Francês. No mesmo sentido, o determinante francês não forneceu nem mesmo a base fonológica para formação do determinante no HC.

Com base nos dados do Fongbe, Lefebvre (1998, p. 81) defende que o determinante pós-nominal do HC tem as propriedades sintáticas e semânticas da língua de substrato e a entrada lexical é uma representação fonológica derivada da língua de superstrato, do *là*, que é um reforçador que ocorre no final dos constituintes. O *là* francês é o item relexificado, pois: i) ocupa a posição pós-nominal, até mesmo após uma relativa; 2) aparece como um marcador discursivo (DM) no Francês Popular quando acompanhado de um artigo (definido ou indefinido).

(6) a. [L' homme là] vient d'arriver. (Francês Popular)

Det homem DM acabou Prep chegar

O homem (lá) acabou de chegar.

b. [Un homme là] vient d'arriver.

Det homem DM acabou Prep chegar

Um homem (lá) acabou de chegar.

c. Un / l' homme là, qui vient d'arriver là

Det homem DM que acabou Prep chegar DM

Um / O homem (lá) que acabou de chegar (lá)

(LEFEBVRE, 1998, p. 83)

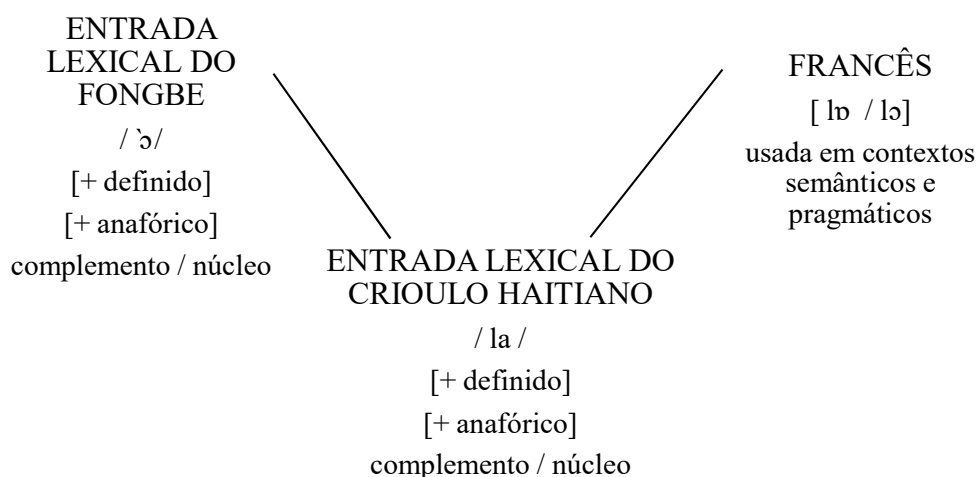
Para Lefebvre (1998, p. 83), *là* dêitico no Francês Popular tem as seguintes propriedades que favoreceram sua relexificação no HC:

-sintaticamente, ocorre em posição pós-nominal;

-pragmáticamente, é marcador discursivo, quando usado após determinante [+/- definido].

Na representação esquemática em (7), observa-se que os traços semânticos, [+ definido], e sintáticos, [+ anáfora] e núcleo de DP, do Fongbe, assemelham-se às propriedades sintáticas e semânticas do *la* no HC. A representação fonológica, contudo, é resultado da relexificação do item lexical *là* da língua francesa, a língua lexificadora.

(7)



(LEFEBVRE, 1998, p. 84)

3.2.3 A hipótese da Transmissão Linguística Irregular (TLI)

Para Lucchesi e Baxter (2009, p. 101) a TLI designa os processos históricos do contato entre povos falantes de línguas distintas, em termos tipológicos, por conta do colonialismo europeu. Nesses contextos, falantes de línguas não-européias são obrigados a adquirir a língua dos grupos dominantes, gerando variedades de L2 mais ou menos defectivas (a depender de cada contexto histórico) que podem fornecer os modelos para aquisição de língua materna (L1).

Dessa forma, o processo de transmissão linguística irregular pode conduzir à formação de uma língua historicamente nova, denominada língua crioula, ou à simples formação de uma nova variedade histórica da língua de superstrato, que não deixa de apresentar processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre as línguas (LUCCHESI e BAXTER, 2009, p. 101).

Para Lucchesi e Baxter (2009, p. 109-113), a TLI é um *continuum* de diferentes níveis de socialização e de nativização de uma L2 adquirida de forma imperfeita em um

contexto sócio-histórico específico. Esses níveis são distintos, pois são determinados por fatores sócio-históricos¹³¹ e podem se manifestar como:

- 1) um jargão;
- 2) uma gramática reestruturada (ou pidginização);
- 3) uma gramática nativizada (ou criouliização).

Em um primeiro momento, de acordo com Lucchesi e Baxter (2009, p. 102-105), a língua formada no contato abrupto da aquisição de L2 é um *jargão* que apresenta apenas os elementos essenciais para a comunicação básica, tendo redução da estrutura gramatical da língua alvo¹³². Baseando-se no estudo de Roberts (1999), os autores argumentam que há um papel ativo dos aprendizes da língua alvo como L2 que, por terem mais dificuldade de adquirir mecanismos e marcar parâmetros que não são comuns às suas línguas nativas, eliminam mecanismos gramaticais que não tenham valor referencial e realizam transmissão de propriedades de suas línguas originais¹³³.

Na pidginização, Lucchesi e Baxter (2009, p. 105-107 e 114-118) argumentam que, com a manutenção da situação de contato, o jargão assume novas funções interativas, passando a ter uma recomposição gramatical, por transferência funcional ou por gramaticalização, configurando um pidgin expandido¹³⁴, nos termos de Mühlhäusler (1986)¹³⁵. A transferência funcional está relacionada à expansão gramatical com uso de propriedades das línguas de substrato¹³⁶ enquanto a gramaticalização com as propriedades da

¹³¹Para Lucchesi e Baxter (2009, p. 107-109), entre os parâmetros sócio-históricos, estão: deslocamento forçado de populações de seu contexto geográfico original para outro contexto distinto; a proporção relativa entre a população escravizada e a população dominante, delimitando o acesso aos modelos de língua alvo; a existência de diversidade étnica e cultural dos povos escravizados, fazendo com que, quanto mais heterogênea for a composição dessa população, mais é necessária a emergência e a ampliação dos usos de uma língua de comunicação; a continuidade da importação de novos escravizados, reintroduzindo variedades defectivas de L2; a taxa de natalidade da população dominada, indicando nativização da L2 emergente.

¹³²Para Lucchesi e Baxter (2009, p. 102), a redução da estrutura gramatical é motivada por três fatores: (i) dificuldade de acesso à língua alvo; (ii) não acesso a dispositivos inatos por serem falantes adultos, em sua grande maioria; (iii) ausência de uma ação de normatização.

¹³³Lucchesi e Baxter (2009, p. 110) fazem uso da caracterização de Mühlhäusler (1986, p. 152-165) sobre os aspectos linguísticos de línguas pidgins que são: i) ausência de morfologia flexional; ii) tendência para ordem SVO; iii) não variação de ordem sintática em sentenças afirmativas, imperativas e Wh; iv) existência de quantificadores na periferia esquerda do CP; v) sistema pronominal reduzido a formas mínimas; vi) e, entre outras, o uso de poucas proposições.

¹³⁴De acordo com Lucchesi e Baxter (2009, p. 104), o processo de pidginização só ocorre se houver hibridização terciária (WHINNOM, 1971), ou seja interação verbal entre os diferentes falantes da língua alvo como L2

¹³⁵Mühlhäusler (1986) argumenta que nem todo pidgin necessariamente se tornará um crioulo, tal como ocorre na língua pidgin de TokPisen e o processo de gramaticalização de formas linguísticas perpassam um *continuum*, desde a formação de jargão até a expansão de um pidgin: Jargão > Pidgin instável > Pidgin estabilizado > Pidgin expandido.

¹³⁶A *transferência funcional* é proposta por Siegel (2008) e consiste em um processo que envolve a incorporação do material morfológico da língua de substrato ou uso do material lexical da língua de superstrato para estabelecimento de relações gramaticais.

língua adquirida por L2¹³⁷. Como exemplo dessa última, os autores citam o uso do demonstrativo *se*, no Crioulo São Tomé (ST), em (8).

- (8) milõ pa mole mu doke pa nõ po mata ploko se. (ST)
 Melhor Gen morrer 1sg que Pos 1pl pode mata porco esse/o
 É melhor para mim morrer do que matar esse/o porco para nós.
 (LUCCHESI, 1993, p. 98)

De acordo com Lucchesi (1993, p. 98), em (9), o demonstrativo *se* está em um contexto que pode ser compreendido tanto como artigo definido como demonstrativo¹³⁸. O mesmo fenômeno é observado por Lucchesi (1993, p. 89) quanto ao uso do demonstrativo *kel* no Crioulo de Cabo Verde (CCV). O autor analisa que o uso dos artigos, nas duas línguas, CCV e ST, compartilha semelhanças: (i) nos dois crioulos, o uso do artigo indefinido é regular para marcar [-definido] e [+definido]; (ii) não há registro de uso de artigos definidos, no entanto, os demonstrativos *kel/kes*, no CCV, e *se*, no ST, podem ser empregados como artigos definidos; (iii) não se observa em nenhum dos crioulos a distinção específico/não específico. Lucchesi (1993, p. 86) concorda com Janson (1984)¹³⁹ que o uso de artigos para marcação de especificidade não pode ser uma característica bioprograma de Bickerton (2016, p. 134)¹⁴⁰.

Além disso, Lucchesi e Baxter (2009, p. 105-107) argumentam contra o bioprograma, pois defendem que a reestruturação gramatical é realizada na formação do pidgin expandido, não necessariamente no crioulo. Além disso, para os autores, a TLI é um conceito mais amplo do que a crioulição/pidginização, pois ajuda a entender como os fatores sócio-históricos podem influenciar na reestruturação gramatical já que o acesso à língua alvo é determinante e pode ser mais ou menos intenso.

Lucchesi e Baxter (2009, p. 118-121) entendem que o terceiro nível do *continuum* da TLI envolve a formação de línguas crioulas como um processo sempre relativo, não podendo ser universalizado porque as características estruturais e as mudanças das línguas crioulas ocorrem do mesmo modo em outras línguas não-crioulas.

¹³⁷ Lucchesi e Baxter (2009, p. 114) consideram que a recomposição gramatical pode ser feita por ampliação das funções dos itens gramaticais que são incorporados na L2 emergente ou a gramaticalização de itens lexicais.

¹³⁸ Por outro lado, Alexandre e Hagemeijer (2007, p. 44) reconhecem que *se* é, na verdade, um marcador de especificidade em contextos [+definido] no ST, divergindo da análise de Lucchesi (1993) que considera como tendo função de artigo definido.

¹³⁹ Conferir subseção 3.2.1.

¹⁴⁰ No entanto, Lucchesi (1993, p. 86) não concorda com Janson (1984) sobre o fato do Francês e do Português compartilharem de semelhanças porque os crioulos em que ambas as línguas serviram com a função de língua alvo têm comportamentos distintos com relação ao uso de artigos definidos.

Uma língua crioula já formada desempenha virtualmente as mesmas funções comunicativas e sociais que qualquer outra língua natural e é transmitida normalmente de geração para geração, sendo adquirida pelas crianças com base na faculdade humana da linguagem como qualquer outra língua. Portanto, as suas características estruturais e funcionais fazem parte do leque de soluções geneticamente codificadas para todas as línguas humanas (LUCCHESI e BAXTER, 2009, p. 119).

Com base no estudo de Roberts (1999), Lucchesi e Baxter (2009, p. 119) defendem que línguas crioulas tendem a apresentar parâmetros de valores não marcados por conta da perda de morfologia que ocorre no momento inicial da transmissão linguística irregular. No entanto, nem toda língua sem parâmetro marcado pode ser considerada como um crioulo, mas apenas aquelas em que há uma relação histórica determinada.

Quanto ao PB, Lucchesi (2009, p. 70-73) afirma que houve uma TLI do tipo leve e não houve um processo de criouliização. No entanto, o auto não descartar que grande parte da população (índios e africanos) teve contato com a língua portuguesa e esses contingentes populacionais serviram como vetor de difusão e, ao mesmo tempo, realizaram mudanças linguísticas no português.

Os fatores que inibiram a criouliização passam, assim, a atuar como poderosos fatores de difusão nas mudanças induzidas pelo contato entre línguas nas mais diversas comunidades de fala do Brasil (LUCCHESI, 2009, p. 71).

Nesse sentido, é importante frisar a existência de dois pólos de formação do PB (Lucchesi, 2001, p. 93):

- i. de um lado, uma reduzida elite portuguesa, que correspondia a um terço da população brasileira, transmitiu, através de um processo geracional regular, diretamente a língua portuguesa para seus filhos e netos;
- ii. no outro lado, grande parte da população, dois terços, composta por índios e por africanos, foi obrigada a adquirir precariamente a língua portuguesa como língua de intercurso em um contexto de heterogeneidade linguística. As primeiras gerações de filhos e netos dessa parte da população adquiriram o português em um processo de transmissão linguística irregular, “constituído, em grande parte, por variedades de segunda língua mais ou menos defectivas” (LUCHESSI, 2017, p. 358). Esses contingentes populacionais, em um primeiro momento, tinham acesso a dados robustos da língua portuguesa, desenvolvendo, assim, línguas *pidgin*. No segundo momento, com a mudança geracional, o português deixa de ser uma segunda língua e

passa a ser uma língua materna, ganhando traços de criouliização, principalmente em contextos localizados.

3.2.4 Competição e seleção e aquisição de artigos de especificidade

A última das hipóteses a ser apresentada é a da competição e da seleção, proposta por Aboh (2015, p. 4-5), a partir dos estudos de Mufwene (2001), que compreende a existência de sistema híbrido, isto é, um sistema linguístico estável que emerge do contato de diferentes variedades linguísticas. Toda língua natural envolve sistemas híbridos como uma regra, pois, em todas as competências linguísticas que são formadas, há derivação de várias características que são expressas pelos PLDs. A discussão central, trazida por Aboh (2015, p.5), diz respeito a como as características sintáticas e semânticas de diferentes línguas em situação de contato, ou seja, em um contexto de coexistência e de competição de sistemas linguísticos, podem se combinar para formar uma nova língua. Nesse sentido, a situação de contato existe sempre em todas as línguas, podendo ocorrer de forma qualitativamente distinta: entre sistemas tipologicamente e geneticamente relacionados; ou não, no caso das línguas crioulas. Para o autor, a formação de línguas crioulas fornece muitos dados para investigar o processo de contato de diversos sistemas linguísticos, bem como os processos de competição e de seleção.

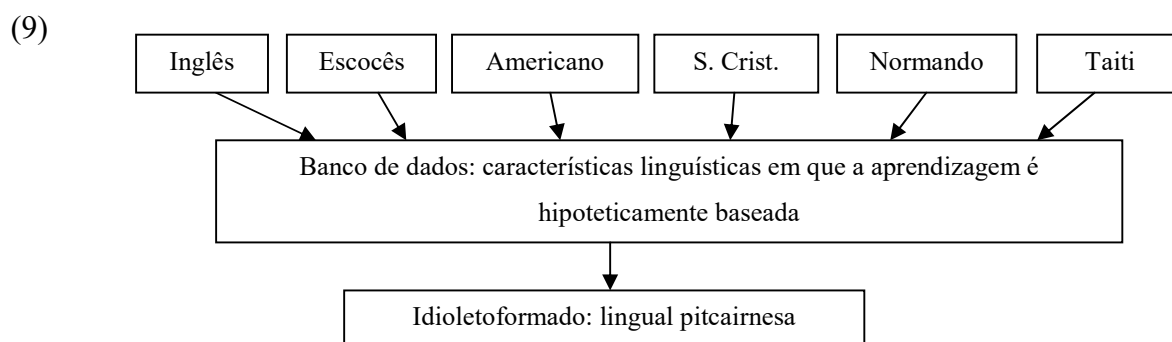
Para Aboh (2015, p. 7) um dos pressupostos dessa análise é que a aquisição da língua alvo, em contextos de formação de línguas crioulas, não foi um resultado consequente de uma replicação imperfeita do *input*¹⁴¹. Tanto a relexificação como o bioprograma compreendem que o processo de criouliização envolve um *input* falho na aquisição. Para o autor (ABOH, 2015, p. 8 e 61), pelo contrário, a complexidade das características morfofonológicas e sintático-semânticas das línguas crioulas só poderia ser explicada por um processo que envolve a combinação de características linguísticas distintas. “Argumenta-se que a língua emergente nunca é uma réplica de qualquer um dos sistemas de origem (nem da língua de substrato nem da língua de superstrato); em vez disso, envolve recombinações híbridas de características concorrentes” (ABOH, 2015, p. 11)¹⁴².

Nesse sentido, Aboh (2015, p. 112-115) faz uso do conceito de Mufwene (2001, p. 4) de *banco de dados* em que se descrevem as relações estabelecidas na formação do crioulo de

¹⁴¹ Nesse sentido, Aboh (2015) evidencia diversos fatos históricos que comprovam a aquisição da língua alvo como L2 de forma quase fluente, apontando como um fator para impossibilitar a formação de pidgins e de crioulos. Desse modo, a aquisição não pode ser considerada como defectiva. Como o conceito de *pidgin* está associado a uma aquisição defectiva, os processos de contato envolvem, na verdade, a formação inicialmente de uma *koiné*.

¹⁴² It is argued that the emergent language is never a replica of any of the source systems; rather it involves hybrid recombinations of competing features (ABOH, 2015, p. 11, *tradução nossa*).

Pitkern¹⁴³, no esquema em (9)¹⁴⁴.



Nessa representação, estou assumindo, junto com Mufwene, que o contato acontece primeiro no nível dos falantes individuais, na mente do aprendiz, que desenvolve um idioleto específico. A seleção cumulativa de propriedades semelhantes entre os idioletos leva, por convergência, a uma língua comum, isto é, uma Língua-E (ABOH, 2015, p. 115)¹⁴⁵.

Aboh (2015, p. 115-117) entende que a primeira formação linguística em uma situação de contato tem como resultado uma Língua-E, voltada para a comunicação funcional dos diferentes grupos linguísticos. O autor defende que as noções de competição e seleção são cruciais para compreender a formação de um novo sistema linguístico que é feito inicialmente na mente do aprendiz de L2, desenvolvendo um idioleto que emerge em Língua-E.

Para Aboh (2015, p. 117-120), a primeira característica a ser considerada é que a variabilidade linguística em uma *plantation* não era grande o suficiente para impossibilitar que os falantes de línguas africanas que foram escravizados não se comunicassem entre si. Isso é mais um mito do que uma realidade, pois, ao se analisar os dados sociais e linguísticos do HC e do SuC, o autor considera que não é possível se formar um crioulo entre as línguas dos povos africanos de uma mesma família, pois o contato linguístico na África existe muito antes da chegada dos povos europeus e nem por isso se desenvolviam crioulos¹⁴⁶.

¹⁴³ Trata-se de uma língua crioula falada nas ilhas Pitcairn, na Nova Zelândia. A formação da língua pitcairnesa envolve um contexto histórico com particularidades. Os marinheiros da tripulação do HMS Bounty realizaram um motim e 9 deles foram para as ilhas Pitcairn, até então desabitadas, levando consigo 19 taitianos, principalmente mulheres e crianças, constituindo uma população de 28 fundadores de diferentes línguas. 10 anos após a fundação, quase todos os homens morreram, sobrando apenas um homem inglês, 6 mulheres e 23 crianças.

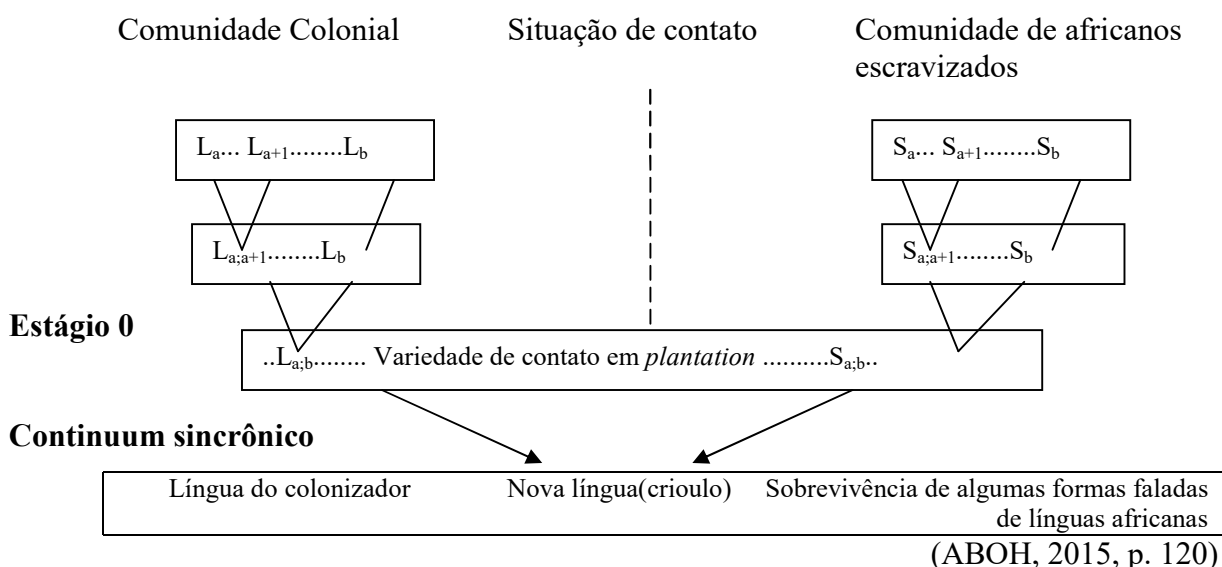
¹⁴⁴ Na formação social da ilha, desenvolveu-se uma espécie de *koiné* entre as diferentes formas de inglês e uma língua crioula com muitas características do inglês. Para Aboh (2015, p. 112), muitos estudos ignoram a formação desse crioulo que não se deu em uma situação de *plantation*.

¹⁴⁵ In this representation, I'm assuming, along with Mufwene, that contact first happens at the individual speakers' level, in the mind of the learner, who develops a specific idiolect. Cumulative selection of similar properties across idiolects leads, by convergence, to a communal language, that is, an E-language (ABOH, 2015, p. 115, *tradução nossa*).

¹⁴⁶ Cabe ressaltar que, tanto para Aboh (2015) quanto para Mufwene (2001), a definição de crioulo é um conceito político.

Para Aboh (2015, p. 119 e 120), descartando o modelo de um crioulo formado por um pidgin, a representação em (10) é mais adequada para compreender o processo de formação de uma língua crioula a partir de duas *koinés*: uma composta pela comunidade colonial; e outra pela comunidade de escravos.

(10)



Para Aboh (2015, p. 120), o processo de seleção já se inicia no estágio de formação das *koinés* em que algumas propriedades são selecionadas em detrimento de outras para a formação de uma Língua-E com propriedades comunicativas. É no Estágio 0, do contato de duas *koinés* diferentes, que se desenvolve o processo de competição e de seleção, propriamente dito, formando uma variedade do contato específica do contexto de *plantation*.

O que isto significa é que a competição e a seleção entre as variedades lexicadoras e de substrato foram mediadas frequentemente na variedade oriunda do contato em *plantation*, que evoluiria no crioulo como um vernáculo comunal (ABOH, 2015, p. 120)¹⁴⁷.

Para Aboh (2015, p. 120), o resultado desse processo, no atual contexto sincrônico, é a existência de três realidades linguísticas distintas: a permanência da língua do colonizador; a nova língua formada (crioulo); e a sobrevivência de algumas formas linguísticas faladas em contextos religiosos, práticas ancestrais, nomes de plantas e etc. No cenário desenhado, várias línguas alvo competem entre si, incluindo o crioulo. Sugere-se também que as outras

¹⁴⁷ What this means is that competition and selection between the lexifier and substrate varieties was often mediated in the nascent plantation contact variety, which would, evolve into the creole as a communal vernacular (ABOH, 2015, p. 120, *tradução nossa*).

populações de escravizados trazidas após a implantação de uma variedade do contato de *plantation* aderem à nova língua apenas se houver um processo já estabilizado e funcional, integrado na *plantation*. O autor compartilha com a análise da perspectiva gradualista da criouliização e assume que, durante o processo de estabilização de uma nova variedade, há um movimento fortemente direcionado contra as línguas africanas faladas pelas populações escravizadas, o que significa a formação de grupos monolíngues de falantes de emergente forma colonial, o crioulo¹⁴⁸.

O processo de competição e de seleção, no âmbito de Língua-E, isto é, sócio-histórico, ou ecológico, nos termos de Aboh (2015) e de Mufwene (2001), está relacionado à qual variabilidade pode permanecer funcionando, de forma estável, para estabelecer o processo comunicativo entre falantes de diferentes línguas. As línguas crioulas puderam ser expandidas e tiveram continuidade por causa de diversos fatores históricos: i) os próprios colonizadores precisavam aprender as estruturas das línguas africanas para manter a eficiência e o controle da produção, seja nas fazendas seja nas catequeses; ii) para os africanos, a língua crioula representava uma língua neutra que garantia o sucesso interativo; iii) além disso, eram línguas usadas para ascensão de *status quo*. Ou seja, as formações linguísticas que perduraram no processo de competição foram aquelas que respondiam melhor às questões socioeconômicas e ao poder político. Nesse sentido, os resquícios de uso de línguas nativas africanas eram limitados aos casos em que havia fuga, rebelião ou para ritos religiosos. Ao responder a pergunta “Por que então os falantes africanos não usavam a língua europeia?”, Aboh (2015) argumenta que isso não fazia sentido nem para os falantes de línguas africanas nem para os europeus, pois já tinham se estabilizado formações linguísticas funcionais para a comunicação¹⁴⁹.

Ao mesmo tempo em que os fatores de Língua-E, sociais, ou ecológicos, podem ajudar a compreender porque uma variante é escolhida em detrimento de outra, não contribuem no entendimento da estrutura morfossintática da língua escolhida como língua funcional. Isso só pode ser explicado por um processo de competição e de seleção no nível da Língua-I, que envolve recombinação, como apresentado em (11).

¹⁴⁸ Para comprovar que a tese de que houve um desaparecimento das línguas africanas de imediato em uma *plantation* é falsa, Aboh (2015, p. 123-125) evidencia a partir da *La grammaire abreege* e do *Mina-Jeje*, apresentada na subseção 3.1.3.1, *As línguas africanas faladas no Brasil*, a existência de livros de gramática das línguas africanas faladas por escravos no século XVIII, respectivamente, no Haiti e no Brasil. São registros de língua que compartilham de características semelhantes ao Gungbe e outras línguas do oeste da África.

¹⁴⁹ Para fundamentar tal ponto de vista, Aboh (2015, p. 127-129) traz exemplos de textos de catequistas e de textos institucionais, dirigidos até mesmo por generais e executivos franceses, sobre a necessidade de tradução dos documentos para línguas crioulas, pois era a língua falada por grande parte da população.

- (11) A recombinação de características (morfo)sintáticas é livre (isto é, não sujeitas a fatores ecológicos externos)¹⁵⁰

(ABOH, 2015, p. 136)

Em outras palavras, enquanto fatores ecológicos restringem a competição e a seleção de variantes no input, eles não determinam diretamente como essas variantes são combinadas no componente sintático. (...) Isso equivale a dizer que a competição e a seleção acontecem em dois níveis: a estruturação do input e a combinação de variantes selecionadas do input em um sistema sintático coerente (ABOH, 2015, p. 136 e 137)¹⁵¹.

Para Aboh (2015, p. 154), no plano da Língua-I, embora todas as propriedades de todas as línguas envolvidas na situação de contato sejam potencialmente passíveis de serem selecionadas para compor a estrutura da língua-I nova, a recombinação não acontece de maneira aleatória: os recursos relacionados às interfaces (por exemplo, sintaxe-morfologia, sintaxe-semântica/discurso, morfologia-fonologia) parecem ser mais competitivos do que outras propriedades formais.

Entre as evidências dessa hipótese, Aboh (2015, p. 8-11) argumenta que, ao comparar os dados do HC¹⁵² com o Surinamês (SuC)¹⁵³ e com o Gungbe, observa-se que, nas três línguas, há marcadores de especificidade, como em (12).

- (12) a. Wosiyòl manje [kowosòl a]. (HC)¹⁵⁴
 Rouxinol comeram graviola Sp [+ definido]
 Rouxinóis comeram a graviola (específica)
- b. Kofi, teki [a bana] tya gi mi. (SuC)
 Kofi pegue SP [+ definido] banana para dar 1sg
 Kofi, me dê a banana (específica)
- c. Àxwélé d̀ù [gbàdó l̩]. (Gungbe)
 Androinha comeu milho Sp [+ definido]

¹⁵⁰ The recombination of (morpho)-syntactic features is free (i.e. not subject to external ecological factors) (ABOH, 2015, p. 136, *tradução nossa*).

¹⁵¹ In other words, while ecological factors constrain the competition and selection of variants in the input, they do not directly determine how these variants are combined together in the syntactic component. (...) This amounts to saying that competition and selection happen at two levels: the structuring of the input, and the combination of variants selected from the input into a coherent syntactic system (ABOH, 2015, p. 136 e 137, *tradução nossa*).

¹⁵² Aboh (2015) considera que o *la* pós-nominal do HC é um determinante definido, tal como foi descrito por Lefebvre (1998), mas também marca especificidade.

¹⁵³ Aboh (2015) analisa tanto o Surinamês como o Sranan, são línguas faladas no Suriname que foram formadas a partir do contato de diversas línguas, principalmente as línguas *kwa*, do subgrupo Gbe e o Inglês.

¹⁵⁴ Dados retirados de DeGraff (1992, p. 105).

Andorinhas comeram o milho (específico)

(ABOH, 2015, p. 10, 187 e 188)

Para Aboh (2015, p. 185), no HC e no Gungbe, o determinante marca especificidade, definitude e é pós-nominal, sendo, portanto, uma adaptação da morfossintaxe do sistema de determinantes das línguas Gbe, mas, no SuC, é pré-nominal, tratando-se de uma transferência da morfossintaxe do inglês¹⁵⁵. Ao mesmo tempo, há muitas diferenças na estrutura do DP entre o Gungbe e o HC, como a posição dos adjetivos, sendo realizada depois ou antes dos nomes, respectivamente; do mesmo modo, os nomes nus do SuCe no SR compartilham de propriedades sintáticas e semânticas parecidas com o Gungbe.

No que tange as diferenças e semelhanças entre o HC, o Francês e o Gungbe, Aboh (2015, p. 186) considera que a periferia nominal do DP do HC é resultado da transferência do padrão das línguas Gbe, enquanto que a concordância nominal segue, por transferência, o modelo do Francês. Quanto à adoção do marcador de especificidade no HC, tanto o determinante marcador de especificidade das línguas Gbe como o determinante de definitude do Francês são potencialmente elementos que poderiam ser adotados pela língua crioula, contudo há diferenças de interface. No Francês, não há marcador de especificidade preenchido fonologicamente, (\emptyset), e, desse modo, a interface envolvida é puramente sintática, enquanto que nas línguas Gbe, as propriedades envolvem a interface discursiva e sintática, pois a especificidade é concatenada na periferia esquerda do NP. Com relação à transferência de concordância nominal do Francês para o HC, poderia ser explicada pela diferença dos tipos de adjetivos entre as línguas: nas línguas Gbe, só há adjetivos para cores, formatos, tamanhos e a maioria dos adjetivos são derivados de verbos; no Francês, há mais variabilidade de adjetivos, possibilitando, assim, mais interface, e consequentemente sendo selecionado no processo de transferência.

Quando se comparam os dados do SuC com o Inglês, Aboh (2015, p. 188-191) conclui que a transferência é justificada pela interface sintático-semântica/discursiva que existe na marcação de especificidade nas línguas Gbe, mas não no Inglês. Contudo, a morfossintaxe do Inglês operou mais fortemente na formação sintática do NP do SuC, em oposição à relação do Francês com o HC. Isso ocorre porque o sistema de marcação de plural do Inglês tem características distintas do sistema de pluralização do Francês.

O Quadro 07 resume o uso dos determinantes nessas línguas:

¹⁵⁵ Para Aboh (2015, p. 188), Do mesmo modo, no SR o determinante é pré-nominal e marca especificidade.

Quadro 07 – Função e distribuição de determinantes em crioulos e suas línguas doadoras (HC, SuC, SR, Gungbe, Francês e Inglês)

Determinantes	Crioulos			Substrato	Lexificadores	
	HC	SuC	SR	Gu	Fr	En
Uso de nome nu em NP genérico	+	+	+	+	-	-
Uso de nome nu em NP específico	+	+	+	-	-	-
Marcador de definido específico	+	+	+	+	-	-
Marcador de indefinido específico	-	-	-	+	-	-
Numeral <i>um</i> marca indefinido específico	+	+	+	-	+	+
Artigo marca definitude	-	-	-	-	+	+
Artigo e DEM marcam definido específico	-	-	-	-	+	+
Marcador de definido específico fundido com número plural	-	+	+	-	+	+
Marcador de plural separado	+	-	-	+	-	-
Marcador de especificidade sing. antes do N	+	+	+	-	+	+
Marcador de especificidade plur. antes do N	-	+	+	-	+	+
N antes do DET de especificidade (sing.)	+	-	-	+	-	-
N antes do DET de especificidade (plur.)	-	-	-	-	-	-
N antes do marcador de número	+	-	-	+	-	-
N antes do marcador de especificidade, precedendo um marcador de número	%	-	-	+	-	-
Relativa antes de determinante de especificidade singular	+	-	-	+	+	-
Relativa antes de marcador de número	+	-	-	+	-	-
Relativa antes de marcador de especificidade, precedendo um marcador de número	?	-	-	+	-	-
Artigos incluindo especificidade (sing/plur) antes de sentenças relativas	-	+	+	-	+	+
Adjetivo antes de N	+	+	+	-	+	+
N antes de Adjetivo	+	+	?	+	+	-
Numeral antes de N	+	+	+	-	+	+
Numeral depois de N	-	-	-	+	-	-
Demonstrativo antes de N	-	+	+	-	+	+
Demonstrativo depois de N	+	+	+	+	-	-
Possessivo antes de N	-	+	+	-	+	+
Possessivo depois de N	+	-	-	+	-	-

(ABOH, 2015, p. 190 e 191)

3.3 REFLEXÕES SOBRE A MARCAÇÃO DE ESPECIFICIDADE EM SITUAÇÃO DE CONTATO

Depois de apresentar brevemente as hipóteses de formação do PB (crioulização, deriva), na primeira parte deste capítulo, e as características e as hipóteses dos processos de formação de línguas em situação de contato (pidgin, crioulos, bioprograma, relexificação, TLI, competição e seleção), cabe discutir como essas perspectivas podem contribuir para

entender o processo de formação de um marcador de especificidade no PB a partir de uma situação de contato.

Nos últimos dois capítulos, foram apresentados diversos dados e estudos sobre determinantes de especificidade e marcadores de especificidade. Agora algumas dessas contribuições são retomadas com o intuito de justificar uma hipótese sobre a passagem de um marcador dêitico atuando como um marcador de especificidade no PB.

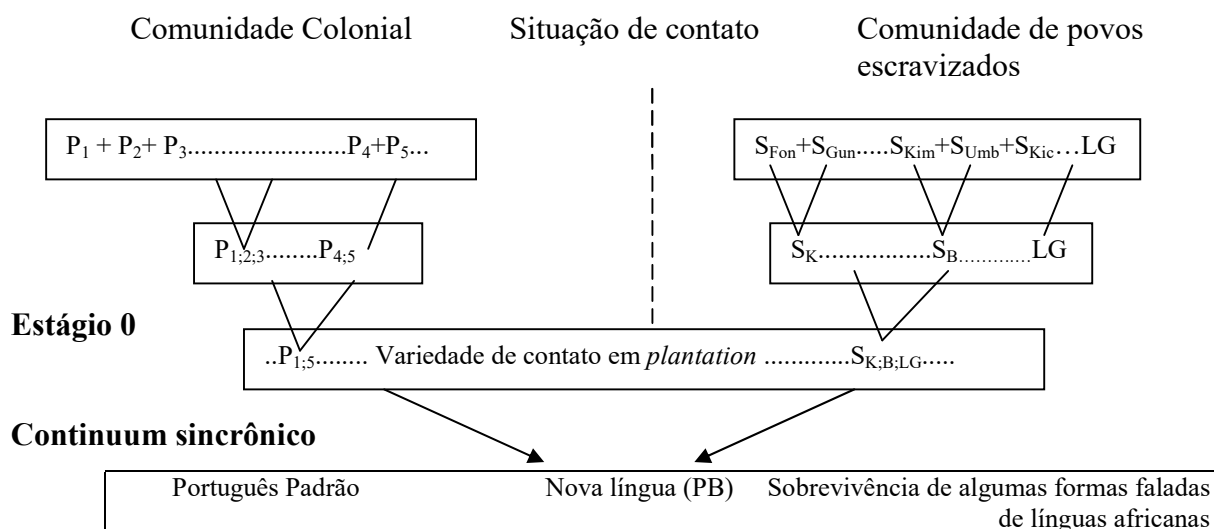
Este estudo é norteado pela hipótese de que os marcadores de especificidade *lá* e *ai* emergem no PB a partir do processo de contato linguístico que houve no Brasil. Assume-se a hipótese de Mufwene (2001) e de Aboh (2015), de que houve um processo de competição e de seleção de formas das diferentes línguas em contato em direção a gramaticalização de um marcador de especificidade. Na fixação dessa proposta, consideram-se os seguintes aspectos:

- 1) a situação de contato de diversas línguas no Brasil, tipologicamente e familiarmente distintas, desde as línguas de matriz indígenas, passando pelas línguas de matriz europeia e, por fim, de matrizes africanas, principalmente as línguas bantas de Angola e as línguas kwa, do subgrupo Gbe, teria levado ao desenvolvimento de um marcador de especificidade pós-nominal do PB a partir de elementos inicialmente dêiticos;
- 2) o fato de que as línguas de substrato do subgrupo Gbe terem um determinante de especificidade pós-nominal (ABOH, 2004 e 2015; LEFEBVRE, 1998; ROBERTS, 2007, p. 423), e as línguas *bantas* não terem artigos, marcando especificidade por meio de um aumento (KATAMBA, 2003, p. 107 e 108) ou um marcador verbal de objeto em construções indefinidas (KIMAMBO, 2016, p. 68), pode ter influenciado no processo de competição e de seleção de traços;
- 3) a homogeneização linguística impossibilitou a existência de algumas influências de substrato no DP do PB. No entanto, o marcador de especificidade torna-se uma estrutura gramatical no PB direcionado por um processo de mudança de baixo para cima, nos termos de Lucchesi (2001 e 2017), a partir de diversos dialetos do PBP.

Quanto ao primeiro ponto, de acordo com Lucchesi e Baxter (2009), em um contexto de multilinguismo generalizado, característico da formação da língua portuguesa no Brasil, houve o contato de diversas línguas tendo o português como língua alvo. Nesse sentido, não houve um processo de crioulização no Brasil em termos gerais, mas formaram-se jargões e línguas pidgin, necessários para o estabelecimento de comunicação. A formação de crioulos

foi particularizada, ocorrendo em alguns contextos específicos, como é o caso de Helvécia¹⁵⁶. No entanto, no PB, houve contato linguístico entre diversas línguas, principalmente as línguas indígenas, as línguas bantas de Angola e as línguas *kwa* (subgrupo Gbe). A partir de Aboh (2015), propõe-se aqui uma representação hipotética do contexto de *plantation* no Brasil, em (13):

(13)



A representação em (13) da formação do PB consiste em: (i) no âmbito da comunidade colonial, desenvolve-se um *koiné* de Português (P); (ii) na comunidade de povos africanos escravizados, a depender do contexto sócio-histórico, ao menos duas *koinés* são formadas de línguas tipologicamente próximas (uma de base banta (de Angola) e outra de base *kwa*); (iii) as línguas gerais também podem constituir um *koiné* atuando como substrato; (iv) no estágio do contato, estágio 0, forma-se uma variedade de contato da *plantation*; (v) no continuum sincrônico, continua existindo uma norma padrão que busca aplicar os modelos de uso da língua, há uma nova língua formada e sobrevivem algumas formas faladas de línguas nativas da África principalmente no âmbito dos rituais religiosos.

O segundo aspecto da hipótese defendida neste estudo está vinculado à noção de competição e de seleção, de Aboh (2015), e parte da compreensão de que as línguas de substrato dos grupos *bantu* e *kwa* têm grande diversidade de especificidade.

Nas línguas *kwa*, principalmente do subgrupo Gbe, há um determinante pós-nominal de especificidade, como no exemplo do Gungbe em (14), que faz oposição entre definitude (ABOH, 2004, p. 77).

¹⁵⁶ Conferir subsecção 4.1, *A formação do dialeto de Helvécia*.

- (14) Kɔ́kú xò [távò **ɪ**] / [távò **dé**] (Gungbe)
 Kuku compr-Perf mesa Sp [+ definida] / mesa Sp [- definida]
 Kuku comprou a mesa (específica) / uma mesa aí / lá (específica)
 (ABOH, 1998, p. 1 e 2)

Em muitas línguas *bantas*, há um aumento que marca especificidade em sentenças afirmativas (KATAMBA, 2003, 107 e 108), como em (15), do Ganda. Além disso, nas línguas *bantas*, um marcador de objeto pode atuar como marcador de especificidade, como em (16), no Suaíli¹⁵⁷ (BEARTH, 2003, p. 123)¹⁵⁸.

- (15) ò-mú-limi ó-mú-néné ó-mú-kâddé ó-mû à-Ø-gênda! (Suaíli)
 Sp-1-fazendeiro Sp-1-gordo Sp-1-velho Sp-Num ele-Pres-uir
 Um gordo, o/um [+específico] fazendeiro velho está vindo!
 (KATAMBA, 2003, p. 107)

- (16) Mama a-na-m#pendam#toto. (Suaíli)
 Mãe cl1-Prog-cl1#amor cl1#child
 A mãe ama uma criança [+ específico]
 (BEARTH, 2003, p. 123)

No processo de formação das duas *koinés* das comunidades de falantes escravizados, as marcas mais proeminentes, em termos de interfaces (por exemplo, sintaxe-morfologia, sintaxe-semântica/discurso, morfologia-fonologia), são afirmadas e é constituída uma Língua-E, de função comunicativa entre os diversos subgrupos linguísticos. Como a especificidade está vinculada a interface discursiva/semântica e sintática (ABOH, 2015, p. 190), nas *koinés* provavelmente são mantidas as marcações de especificidade pós-nominais, na *koiné Gbe*, e pré-nominais, na *koiné Angolana*.

Retomando o Quadro 07¹⁵⁹, proposto por Aboh (2015), é apresentado, no Quadro 08, o DP no Kimbundu¹⁶⁰, no Gungbe, no PB e no Português Clássico (PC)¹⁶¹:

¹⁵⁷Os exemplos em (14), (15) e (16) foram apresentados no capítulo 2 com os números, respectivamente, (39), (42) e (44).

¹⁵⁸Para Kimambo (2016, p. 67-68), no Suaíli, o marcador verbal de objeto só pode ser um marcador de especificidade se o objeto for inanimado, em um DP [- definido].

¹⁵⁹O Quadro 08 é uma aproximação do entedimento de como um reforçador inicialmente dêitico se tornou um marcador de especificidade no PB. Há alguns limites nessa análise: (i) necessidade de ter uma análise mais ampla da língua lexificadora; (ii) há diversas línguas substratos que não estão no quadro.

¹⁶⁰No Kimbundu, segundo Chatelain (1888, p. 15, 19, 27 e 64), possessivos, (i), numerais cardinais, (ii), e demonstrativos, (iii), são pós-nominais. A ordem do DP é N (nome) > A (adjetivo) > D (demonstrativo).

(i) mubika uami (ii) mutu umoxi (iii) mutu iú

Quadro 08 – Uso de determinantes e suas propriedades sintáticas no Gungbe (Gun), Kimbundu (Kim), PB e no PC

Determinantes	Substrato			Superstrato
	Gun	Kim	PB	PC
Uso de nome nu em NP genérico	+	+	+	?
Uso de nome nu em NP específico	-	+	+	?
Marcador de definido específico	+	+	-	-
Marcador de indefinido específico	+	-	+	-
Numeral <i>ummarca</i> indefinido específico	-	-	+	+
Artigo marca definitude	-	-	+	+
Artigo e demonstrativo marcam definido específico	-	-	+	+
Marcador de definido específico fundido com número plural	-	-	+	+
Marcador de plural separado	+	-	-	-
Marcador de especificidade singular antes do N	-	+	-	-
Marcador de especificidade plural antes do N	-	+	-	-
N antes do determinante de especificidade (singular)	+	-	-	-
N antes do determinante de especificidade (plural)	-	-	-	-
N antes do marcador de número	+	-	-	-
N antes do marcador de especificidade, precedendo um marcador de número	+	-	-	-
Sentença relativa antes de determinante de especificidade singular	+	-	-	-
Sentença relativa antes de marcador de número	+	-	-	-
Sentença relativa antes de marcador de especificidade, precedendo um marcador de número	+	-	-	-
Artigos incluindo especificidade (sing/plur) antes de relativas	-	-	+	+
Adjetivo antes de N	-	-	+	+
N antes de Adjetivo	+	+	+	+
Numeral antes de N	-	-	+	+
Numeral depois de N	+	+	-	-
Demonstrativo antes de N	-	-	+	+
Demonstrativo depois de N	+	+	-	-
Possessivo antes de N	-	-	+	+
Possessivo depois de N	+	+	+	+

Fonte: Elaboração própria.

A partir do contato entre a *koiné* do português e as duas *koinés* formadas das línguas

escravo meu
o meu escravo

pessoa um
uma pessoa

pessoa essa [+ proximidade]
essa pessoa aqui/aí

(CHATELAIN, 1888, p.15, 19 e 27)

Ao comparar com os dados do Umbundo, de Valente (1964, p. 123, 130, 132 e 140), a estrutura semelhante do DP é semelhante. No entanto, Valente (1964) e Chatelain (1888) não discutiam algumas questões como a posição das sentenças relativas. Agradeço também a Prof^a. Dr^a. Esmeralda Negrão e a Mestranda Aline Barreto pelas contribuições no entendimento da estrutura do DP do Kimbundu.

¹⁶¹Os dados do PC foram retirados de Floripi (2014) e Silva (2000).

Gbe e de *Angola*, em um primeiro momento, possivelmente o uso de determinantes de especificidade poderia ser observado. Ou seja, possivelmente, em um contexto de situação de contato, havia variabilidade de Línguas-I formadas em que o Parâmetro do Artigo (IONIN, KO e WEXLER, 2004) ora era marcado positivamente para especificidade ora era marcado positivamente para definitude. No processo de competição e de seleção dessas formas, emerge um marcador de especificidade pós-nominal, *ai ~ lá*, nos termos de Aboh (2015), a partir das propriedades sintáticas do substrato, principalmente o substrato *kwa*, por ser pós-nominal, tomando a forma lexical de locativos da língua lexificadora. Esse marcador de especificidade não é observado na língua lexificadora (PEREIRA, 2011) e não é semelhante ao determinante pós-nominal das línguas *Gbe* (ABOH, 2004), sendo formado a partir da competição e da seleção de traços. Além disso, a forma lexical de locativos é tomada da língua lexificadora porque já existiam usos semânticos não dêiticos desses elementos, principalmente o *lá*, como foi observado por Martins (2010 e 2011).

Não se desenvolveu um determinante de especificidade pós-nominal ou pré-nominal no PBP, em termos gerais, por influência dos fatores sócio-históricos de homogeneização linguística, nos termos de Lucchesi (2017). Desse modo, as formas que prevaleceram foram as mais próximas da língua lexificadora. Foi possível que houvesse uma gramaticalização/relexificação de um marcador de especificidade pós-nominal porque parece ser usado em um contexto não controlado¹⁶².

Desse modo, o terceiro aspecto da hipótese deste estudo é que os processos sócio-históricos de homogeneização linguística exerceram um papel fundamental para que algumas mudanças do PBP prevalecessem em detrimento de outras (LUCCHESI, 2001 e 2017). No PBP e no PB em geral, é assumido um sistema de marcação de definitude para artigos, não de especificidade, e a posição sintática pré-nominal, não pós-nominal. No entanto, algumas características menos controladas, permaneceram no PB - isso vale para o uso de um marcador de especificidade em posição pós-nominal que não entrava em concorrência com o uso de artigos definidos, podendo coocorrer, e não representava uma oposição semântica aos modelos de homogeneização linguística.

Ao se trabalhar com essa hipótese, entra-se em oposição à análise que considera que há um processo de gramaticalização em curso na passagem de um advérbio para um marcador de especificidade (MARTELOTTA e RÊGO, 1996; TAVARES, 2001a; 2001b; CONFESSOR, 2013), pois: i) a emergência do marcador de especificidade parece não ser resultado de uma

¹⁶²Um elemento que pode ajudar a entender porque é um contexto não controlado é o fato desse tipo de uso não ser preescrito nas GTs.

passagem gradual em curso de uma forma para outra a partir de esvaziamento semântico e da mudança de relações sintáticas; ii) a gramaticalização/relexificação de dêiticos para marcadores de especificidade no PB parece ser resultado do processo de contato.

Nos próximos capítulos deste estudo, são apresentados e analisados os dados de informantes de Helvécia, uma comunidade rural afro-brasileirana Bahia, buscando descrever os usos de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* como dêiticos e como marcadores de especificidade no PBP.

4 A COMUNIDADE, OS INFORMANTES E OS DADOS

Neste capítulo, apresenta-se a metodologia de análise dos dados da comunidade rural afro-brasileira de Helvécia e é dividido em quatro subseções: na primeira, apresenta-se a comunidade, descrevendo os fatos sócio-históricos de sua formação; na segunda, são apresentados os informantes estudados; na terceira parte, é exposto o processo de seleção e de organização dos dados linguísticos, bem como os fatores usados para este estudo; por fim, na quarta subseção, são exibidos os dados gerais da pesquisa, traçando os elementos mais importantes que são usados para discussão da deiticidade e da especificidade.

4.1 A FORMAÇÃO DO DIALETO DE HELVÉCIA

É importante apresentar o processo histórico de formação da comunidade de Helvécia e isso perpassa pelo estudo de Carmo (2010) que, em posse de registros do Arquivo Público do Estado da Bahia e de outros estudos, apresentou um panorama histórico da Colônia Leopoldina. Além disso, o estudo de Lucchesi, Baxter, Silva e Figueiredo (2009) fornece importantes contribuições para a caracterização linguística do dialeto de Helvécia.

Esta subseção foi subdividida em três subseções: na primeira, são apresentadas as principais informações sobre a formação da Colônia Leopoldina, de 1818 até 1840; na segunda parte, apresenta-se o apogeu da Colônia Leopoldina, de 1840 a 1871, a partir da importação massiva de força de trabalho escravizada, o incentivo à procriação e a constituição de famílias que influenciaram no processo de *crioulização*; na terceira subseção, o foco é dado aos processos históricos após 1871, no processo de isolamento da comunidade bem como a formação tardia de um *crioulo*.

4.1.1 O processo histórico de formação da Colônia Leopoldina

Um dos primeiros processos de ocupação territorial da região de Helvécia aconteceu com a fundação da Colônia Leopoldina, caracterizada como a primeira colônia alemã no Brasil¹⁶³. Essa colônia foi fundada em 1818, a partir da política de doação de sesmarias, política implementada por D. João VI, em 1808, para formar colônias agrícolas por estrangeiros. Carmo (2010, p. 13) ressalta que para constituir uma feição de América Portuguesa, o reino português utilizava diversas estratégias tais como a doação de terras,

¹⁶³Os colonos eram alemães, suíços e, principalmente, franceses (CARMO, 2010, p.22).

prevendo o pagamento dos custos da viagem de colonos estrangeiros e subsídios dos impostos pelos primeiros anos.

A vinda de imigrantes europeus fazia parte do conjunto dessas estratégias e tinha por objetivo branquear a população, povoar as fronteiras até então inabitadas e estimular a produção de gêneros alimentícios necessários ao abastecimento da população (CARMO, 2010, p. 13).

Segundo Carmo (2010, p. 22, 26-30), até 1838, não há registros do uso da força de trabalho escravizada nas fazendas da região que, pelo decreto de doação de sesmarias, só era permitido para o corte de árvores. Desde sua fundação, a agricultura familiar era a principal atividade da região, composta por colonos estrangeiros que vinham para o Brasil não somente para a produção agrícolas. Em 1840, a Colônia Leopoldina começa a se destacar na produção agrícola de café e já se tem registros do uso da força de trabalho escrava em larga escala, tal como afirma Carmo (2010, p. 41) “a média de escravos por lavrador era alta: 18,5, mas certamente não representava a realidade de todos os proprietários”. Estima-se que, nesse período, a Colônia Leopoldina concentrava 1036 escravos. Foi a partir da implantação da força de trabalho escravizada que a produção da cultura de café da Colônia Leopoldina prosperou, representando grande parte, cerca de 50%, da produção da província da Bahia.

Tabela 01 – Número de escravizados por proprietário em 1840

Tamanho da posse	Número de proprietários	%
Sem escravos	6	10,9
1 a 4	15	27,3
5 a 19	15	27,3
20 a 30	5	9,1
31 a 50	9	16,4
51 a 100	4	7,3
+ de 100	1	1,8
Total	55	100

Fonte: Carmo (2010, p. 41)¹⁶⁴

4.1.2 A força de trabalho escravizada na Colônia Leopoldina

De acordo com Carmo (2010, p. 90-91), com o aumento da produção de café, aumentava-se, em número menor, o contingente populacional de homens livres e, em larga escala, o número de trabalhadores escravizados. Até 1850, a população livre da Colônia

¹⁶⁴ Dados retirados de APEB, Relação dos lavradores da Colônia Leopoldina tanto nacionais quanto estrangeiros – 1840.

Leopoldina era constituída por 116 trabalhadores livres, incluindo lavradores, carpinteiros e, entre outros, ferreiros. Entre 1840 e 1860, a população de escravos saltava de 1036 para até 2000 escravos, tendo, em média, 10 escravos para cada homem livre.

Apesar de o número de residentes na Colônia Leopoldina ser algo difícil de precisar, de maneira geral, esses números estão de acordo com outras fontes, e indicam que houve um crescimento da população escrava na colônia acompanhando o desenvolvimento da cultura cafeeira na região” (CARMO, 2010, p. 91).

Carmo (2010, p. 105) observa que, a partir da proibição do tráfico de escravos, em 1850, grande parte dos proprietários incentivava a procriação e a formação de famílias de escravizados. Em 1860, “as fazendas da Colônia Leopoldina contavam com apenas 17% de africanos e as propriedades maiores tinham os menores índices de africanos em suas posses (12,1%)” (CARMO, 2010, p. 105). Segundo a autora, os casamentos de escravos aconteciam normalmente dentro da mesma fazenda e entre as mesmas origens étnicas. Desse modo, eram raros os casos de casamento de escravizados de fazendas distintas e de origem africana com os que nasceram no Brasil.

Alguns africanos mais velhos permaneciam solteiros na fazenda Pombal 2ª, mesmo havendo mulheres crioulas solteiras na mesma posse. A não ser que essas crioulas fossem suas parentas próximas, como filhas ou irmãs, o que inviabilizava as uniões, esses homens continuavam baseando sua escolha na origem étnica, mesmo em períodos de diminuição da população africana em geral (CARMO, 2010, p. 99).

Carmo (2010, p. 97-98) identifica que a formação dessas famílias é marcada por fortes traços de endogamia étnica e que as famílias de escravos, a partir do momento em que se constituíam como tal, tinham a possibilidade ter uma casa no terreno da fazenda.

Lucchesi e Baxter (2018)¹⁶⁵ já haviam identificado a existência de relações familiares endogâmicas em Helvécia. A partir do inventário da Fazenda Pombal 2ª, em 1858, a composição de escravizados é de 23 africanos, de 6 distintos grupos linguísticos¹⁶⁶, 33 (trinta e três) crioulos e 1 mulata, compondo 5 (cinco) casais africanos, 3 (três) casais crioulos e 2 (dois) casais mesclados, com homem crioulo e mulher africana. Os autores identificam que, nesse contexto, as crianças teriam o português como língua materna e, em ao menos três unidades familiares, é possível que tenham adquirido a língua dos seus pais.

¹⁶⁵ Para maiores informações, conferir também Baxter e Lucchesi (1999).

¹⁶⁶ Segundo Lucchesi e Baxter (2018), entre etnias estão: nagô; gêge; monjolo; benguela; moçambique; e cabinda. Isso possivelmente representa que eram falantes das línguas: Yorubá (nagô); línguas kwa (gêge), possivelmente Ewe, Fongbe e Gungbe; e línguas bantas que podem ser Kimbundu, Kicongo, Umbundo e outras.

Para a criança, nessa fazenda, fora do contato dos pais, as possibilidades de contato com modelos de português falado como língua segunda pelos outros escravos são, em termos puramente numéricos, maiores do que as possibilidades de contatos com o português nativizado falado pelos escravos (LUCCHESI e BAXTER, 2018).

Segundo Lucchesi e Baxter (2018), em 1854, em outras fazendas, também se registrava uma diversidade de grupos étnicos, “esta diversidade inter-fazenda e intra-fazenda implica que as influências do substrato tenderiam a ser diluídas na maioria das situações e muito específicas em uns poucos casos” (LUCCHESI e BAXTER, 2018).

Neste sentido, além da possibilidade da prevalência de algumas estruturas do substrato no processo de aquisição/nativização do português, deve-se pensar que seja muito provável a utilização de línguas africanas em determinadas fazendas durante as primeiras décadas da Colônia. Contudo, os efeitos desta presença linguística africana seriam diluídos a partir de 1850, com o fim da importação de africanos, o envelhecimento da população escrava africana e a mistura de escravos por meio do comércio de escravos interno à própria Colônia (BAXTER, 1999).

Carmo (2010, p. 30 e 31) ressalta que, até 1855, a Colônia Leopoldina era constantemente questionada sobre o seu caráter. O objetivo inicial de constituir uma Colônia ‘européia’ estava completamente perdido já que a composição demográfica era majoritariamente composta pela força de trabalho escravizada. Diante disso, as fazendas da Colônia Leopoldina perdem os subsídios e ajudas do Estado, contribuindo no processo de decadência da produção do café na região.

4.1.3 A decadência da Colônia Leopoldina e a formação do dialeto de Helvécia

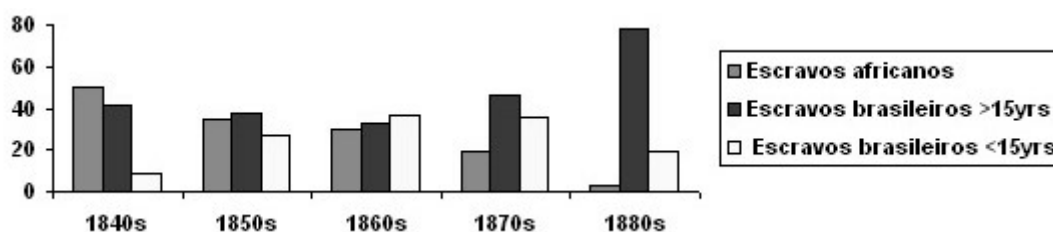
Carmo (2010) e Lucchesi, Baxter, Silva e Figueiredo (2009, p. 87) afirmam que alguns fatores contribuíram decisivamente para o declínio da produção da cultura de café na Colônia Leopoldina, dentre os quais: a dificuldade de transporte dos produtos; o aumento da produção de café em outras terras férteis da província; o fim do apoio do Estado a Colônia; as revoltas da força de trabalho escravizada; e, entre outros, a mudança da legislação em prol do fim do trabalho escravo (Lei Eusébio de Queiroz, 1850, Lei do Ventre Livre, 1871, e a Abolição da Escravatura, 1888).

Carmo (2010, p. 110) enfatiza que, até 1871, as mulheres escravizadas das fazendas da Colônia Leopoldina tinham altas taxas de fecundidade, correspondente a média de 2,901 filhos (aproximadamente 3 filhos por mulher), muito acima de outras localidades do país.

Na Colônia Leopoldina foi possível perceber que o número de crianças referidas nos inventários de proprietários diminuiu muito a partir de 1871, provavelmente em decorrência de não se avaliar crianças ingênuas (...) Não parece ter havido uma diminuição drástica no número de crianças nascidas a partir de 1871, como declaravam os proprietários de escravos. Provavelmente o que acontecia era uma manipulação dos senhores quanto às idades das crianças nascidas livres, para assegurar ilegalmente sua posse (CARMO, 2010, p. 110).

Lucchesi e Baxter (2018) apresentam, através da Figura 4 como a proporção de escravizados africanos e brasileiros foi se modificando após implantação da Lei Eusébio de Queiroz.

Figura 04 – Proporções de escravos africanos, e escravos brasileiros adultos e pré-adolescentes nas fazendas da Colônia Leopoldina.



Fonte: Lucchesi e Baxter (2018)

Lucchesi, Baxter, Silva e Figueiredo (2009, p. 87) destacam que, a partir da abolição da escravatura e da expansão da produção do café em larga escala para regiões mais férteis, houve um processo acelerado de decadência da produção e da exportação da Colônia Leopoldina. Os ex-cativos permaneceram nas terras vizinhas às plantações, sobrevivendo por meio das produções de subsistência, assim como seus descendentes que se mantiveram nas regiões vizinhas à Colônia Leopoldina, caracterizando um contexto de isolamento linguístico. Os habitantes da região foram isolados do convívio com outras comunidades e, por isso, grande parte da população é de uma origem comum e não se dispersou ao longo do território brasileiro, como aconteceu com outras comunidades afro-brasileiras. Foi constituída uma comunidade rural afro-brasileira, oriunda de um processo de ocupação de terras que foram abandonadas pelos seus donos ou que estavam em desuso para atividades de campo¹⁶⁷.

¹⁶⁷Para Lucchesi, Baxter, Silva e Figueiredo (2009, p. 86-87), atualmente, Helvécia é distrito de Nova Viçosa, com propriedades quase exclusivamente rurais, detendo grandes taxas de analfabetismo. A economia é baseada na agricultura familiar, na pecuária e na indústria de celulose. A população adulta jovem normalmente vende sua força de trabalho para as indústrias de eucalipto da região. As populações rurais, em geral, buscam novas formas de sobreviver, trabalhando na terra de parentes ou de grandes proprietários ou tentando recursos no mercado de trabalho urbano, já que há um processo de pauperização por conta das condições do campo, da falta de assistência social e da desapropriação, causada pelas plantações de eucalipto.

Lucchesi, Baxter, Silva e Figueiredo (2009, p. 92-93) afirmam que a importância do dialeto de Helvécia está em seu processo de *crioulização* recente (século XIX), ocasionado a partir do contato da língua portuguesa com substratos linguísticos de origens africanas, tendo como fatores desencadeadores: i. a relação histórico-demográfica da Colônia Leopoldina; ii. a utilização de força de obra escrava em larga escala; iii. a permanência dos ex-cativos nas terras; iv. o isolamento das comunidades que permaneceram. Esse provável crioulo tinha marcas lexicais da língua portuguesa, a língua lexificadora, e traços gramaticais das línguas de substratos¹⁶⁸.

A partir da análise dos dados históricos disponíveis, podemos concluir, em primeiro lugar, que a grande heterogeneidade etnolinguística da população de escravos africanos não criou uma situação favorável a interferências do substrato no processo de aquisição do português por essa primeira geração e na sua nativização, nas gerações seguintes. Por outro lado, a grande proporção de escravos em relação aos falantes de português (destacando-se o expressivo contingente de escravos africanos) teria dificultado em muito o acesso aos modelos de português falado como língua materna, no processo de aquisição/nativização da língua entre a população escrava. Desse modo, pode-se pensar que a variedade do português transmitida para as gerações seguintes de escravos e seus descendentes, na região de Helvécia, tenha passado por profundas alterações, semelhantes às que definem o que se entende hoje por *crioulização* (LUCCHESI, BAXTER, SILVA E FIGUEIREDO, 2009, p. 91).

Segundo os autores (2009, p. 94), ao mesmo tempo em que os dados históricos e linguísticos apontam para a possibilidade de existência de *crioulização*, observa-se uma rápida *descrioulização* do dialeto de Helvécia para uma forma mais próxima do PBP, tomando como base os inquéritos do projeto *Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia*.

4.2 OS INFORMANTES DA COMUNIDADE DE HELVÉCIA

Para realização deste estudo, foram utilizados dados de fala de 22 informantes da comunidade rural de Helvécia, sendo 12 mulheres e 10 homens, recolhidos pelo projeto *Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia*, coordenado pelo Prof. Dr. Dante Lucchesi e pelo Prof. Dr. Gredson dos Santos. Segundo Lucchesi (2009, p. 156), o objetivo desse banco de dados é investigar o português falado em quatro comunidades (Sapé, Helvécia, Cinzento e Rio de Contas), buscando verificar os fenômenos linguísticos e sociais proporcionados pela

¹⁶⁸ Castro (2010, p. 45-47 e 2006, p.104-113) afirma que, durante o período do século XVIII, na Bahia, o processo de importação da força de trabalho escravizada era predominantemente nagô (Yorubá). Baxter e Lucchesi (1999, p. 131-132) assinalam que, em algumas fazendas da Colônia Leopoldina, os escravizados africanos eram preponderantemente oriundos de regiões em que as línguas do ramo *kwa* eram mais faladas, enquanto que, na fazenda Reis, por exemplo, geralmente eram falantes de línguas bantas.

situação de contato que perpassam ou estão perpassando por mudanças linguísticas. Os *corpora* do projeto, no total, são constituídos por 48 inquéritos, distribuídos em 3 faixas etárias, sendo metade de informantes do sexo feminino e a outra metade de informantes do sexo masculino. Ao longo deste estudo, foram usados os dados de 18 informantes de Helvécia.

Fez-se uso do *corpus* de controle de Helvécia¹⁶⁹, coletados em 1994 pelo Prof. Dr. Dante Lucchesi e pelo Prof. Dr. Alan Baxter, com informantes da faixa 3, tendo todos mais de 80 anos¹⁷⁰. Buscou-se trabalhar com o *corpus* de controle com o intuito de verificar as possíveis mudanças em curso do fenômeno em estudo, o comportamento de *aqui, ali, aí e lá* no DP.

Nos quadros a seguir, Quadro 09 e Quadro 10, há uma síntese dos dados dos informantes nos dois *corpora*:

Quadro 09 – Distribuição dos informantes da comunidade de Helvécia por faixa etária, do Projeto Vertentes - UFBA

Faixa 1					Faixa 2					Faixa 3				
HV-Inq01	F	29a	A	N	HV-Inq07	F	42a	A	E	HV-Inq13	F	85a	A	N
HV-Inq02	M	28a	S	E	HV-Inq08	M	44a	S	N	HV-Inq15	F	80a	A	N
HV-Inq03	F	35a	S	E	HV-Inq09	F	54a	A	N	HV-Inq19	F	103a	A	E
HV-Inq04	M	30a	S	N	HV-Inq10	M	50a	S	N	HV-Inq20	M	70a	A	E
HV-Inq05	F	38a	S	E	HV-Inq11	F	60a	A	N	HV-Inq22	M	80a	A	N
HV-Inq06	M	39a	S	N	HV-Inq12	M	57a	A	N	HV-Inq24	M	67a	A	N

Legenda: Inq – Inquérito; a – anos; F – Feminino; M – Masculino; A – Analfabeto; S – Semianalfabeto; N – Nunca esteve fora da comunidade; E – Passou um período acima de 6 (seis) meses fora da comunidade.

Fonte: Lucchesi (2009, p. 159).

Quadro 10 – Distribuição dos informantes do *corpus* de controle – Comunidade de Helvécia

Faixa 3			
HV-InqA	F	+80a	A
HV-InqB	M	+80a	A
HV-InqC	F	+80a	A
HV-InqD	F	+80a	A

Legenda: Inq – Inquérito; F – Feminino; M – Masculino; A – Analfabeto.

Fonte: Elaboração própria

A partir de dados de informantes de três faixas etárias, incluindo os inquéritos de

¹⁶⁹ Agradecimentos ao Prof. Dr. Alan Baxter por disponibilizar os inquéritos.

¹⁷⁰ Não há precisão quanto às informações de idade, escolaridade e estada fora da comunidade. No entanto, presume-se que, seguindo a caracterização dos informantes do *corpus* do projeto Vertentes, são analfabetos.

controle na faixa etária 3, pode-se ter uma verificação de processo de mudança em tempo aparente¹⁷¹. Nesse sentido, a hipótese clássica da mudança em tempo aparente compreende que comportamento de um falante é constante, já que sua gramática é fixada após o período da puberdade. Nesse sentido, ao se gravar um falante de 80 anos no ano de 1994, seria acessada, na verdade, a realidade linguística de 1930.

Em termos simplificados, essa hipótese prevê que o processo de aquisição da linguagem se encerra mais ou menos no início da puberdade, estabilizando-se a partir desse momento ou, pelo menos, não sofrendo modificações significativas a partir de então. Assim a fala de um indivíduo com 75 anos, no ano 2000, representaria um estado de língua de sessenta anos atrás, ou seja, 1940 (PAIVA e DUARTE, 2003, p. 14).

Segundo Lucchesi, Baxter, Silva e Figueiredo (2009, p. 93), os falantes da faixa etária 3 tendem a apresentar mais formas conservadoras, ou seja, propriedades linguísticas mais aproximadas da formação de umavarietadede pidgin nativizada que se constituiu em Helvécia, enquanto que os informantes mais novos tendem a apresentar mais inovações, no sentido de formações características do processo de descrioulização.

4.3 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Para realização da análise, é necessária uma metodologia de observação dos dados tendo como primeira etapa a leitura e a releitura dos *corpora*. As sentenças foram divididas de acordo com o uso de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* dentro do DP¹⁷². Para eliminar possíveis dúvidas e ambiguidades, houve um processo de escuta dos arquivos de áudio das entrevistas disponíveis¹⁷³. Por fim, os dados foram revisados, selecionados, codificados e quantificados.

Um dos critérios de seleção foi a fixação dos dados a serem efetivamente analisados, pois *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* podem ocorrer em contextos distintos do que se pretende analisar, como:

- i. Expressões fixas – quando é utilizado o verbo *ser* mais o demonstrativo *isso* e *aí*, forma-se uma estrutura fixa com pouca variedade.
- (1) a. Então é [isso **aí**]... que só depois que me largo p'ela sacá... descaração dela, ela já tá

¹⁷¹ Predominante nos estudos sociolinguísticos, a mudança em tempo aparente é observada a partir da análise de dados linguísticos de uma comunidade de fala, observando a existência de grupos que tendem a apontar inovações no âmbito da mudança linguística e grupos que são mais conservadores (LABOV, 2008, p. 194; PAIVA e DUARTE, 2003, p. 13 e 14).

¹⁷² Não houve dados de *cá*, *aculá* e outros, no domínio do DP.

¹⁷³ As entrevistas do *corpus* de controle não tinham arquivos de áudio disponíveis e os dados ambíguos foram descartados.

me largado, inda... inda João Preto inda pegô ela deu uma surra lá... Num foi, ô num foi?.

(HV-22)

- b. (DOC: Aí ficava varrendo terrero.) INF: Varreno terrero. É [isso **aí**]. Ma na... no cativero pra trabaiá non.

(HV-B)

- c. Dava ieu, dava Tonho, dava Avelino, dava tudo. E... Norberto também dava. Sirênio tava bem, dava! Agora, comade Vitória queria as coisa aqui, ININT tomém... ININT e depois tava... perdido polado de Colatina. Que é o ôto lado. E... é [isso **aí**]!

(HV-20)

- ii. Repetições do documentador – quando a fala do documentador pode servir de gatilho para realização de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* dentro do domínio do DP.

- (2) a. (DOC 1: Teve alguma festa [essa semana **aqui**]?) INF: [Essa semana **aqui**], não. A semana passada teve.

(HV-01)

- b. (DOC: Hum...hum.... A família lá... Comé que era [a família **lá** onde a senhora trabalhava]?) INF: Ah! é... lá era... [a família **lá**] era... negócio de pensão, né?

(HV-09)

- iii. Discurso indireto – Todas as construções de discurso indireto foram descartadas.

- (3) a. E se num ia na casa do senhô... o senhô me dava um pedaço de... uma banana... uma coisa, ela botava... “Vamo...” botava você adiante... Vai lá e ININT a dona que deu 'ocê: “É a senhora que deu mia fia... [esse **aí**]?” -“Ié”- “Ah, ieu trôxe ela porque eu pensei ela que ‘panhô lá, porque se ela ‘panhava, ieu ia dá um côro nela, quando ‘cabava, eu dava a senhora pabatê”.

(HV-13)

- b. Aí que quando noi já vai e vai que casa de Gertrude tá daí como lá assim... nós já tá quase, quase perto esse reclama: -“Eta água, chuva, caroço de chuva que tá chuviscano, tá engrossano, e ventania tu. Ah! Aí céu ói: “BLRAM! BLRUNHUM!!!! “[Esse pé **aí**], ói, chuveu lá de dentro!

(HV-C)

- c. Eu falei: “Não, agora com esse sol, não. Ocê desculpe, com [esse tempo quente **aí**], não. Se dé, mais tarde, eu venho e tomo mai umazinha, pequenininha.” Ele falô: “Ô,

rapaz, mas porque que você... vida... véve a vida [tudo **aí**], nunca ninguém vê você bebendo?" Qu'eu não dou ousadia.

(HV24)

iv. Construções ininteligíveis – a transcrição dos registros de fala do Projeto Vertentes marca com ININT os elementos ininteligíveis, ou seja, aqueles em que não foi possível deduzir o que foi dito, podendo afetar a identificação do DP.

(4) a. É, de quando eu oiô assim... doeu... e aváí. Ih... meu pé tá... ficô com câmbra, eu foi, botô mão nas n'água, pocô o côdom, eu: pacote, pacote, pacote, pacote, pacote, pacote, até bicha ficô desse tamain assim ININT botô o cabeça pra báxo ININT **aí** na roça!

(HV-19)

b. Depois de operado, ele num tinha nem um ano 'inda que tinha operado, que ele veio do Rio, que tinha ido... [essa operação **lá**] no ININT, até aqui assim, ó.

(HV-03)

v. Ambiguidades – quando *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* estão em um contexto que tem leitura tanto de advérbio, estando fora do DP, ou como de reforçador.

(5) a. Tá vendo [isso] aqui?
b. Tá vendo [isso **aqui**]?

(HV-15)

Para compreender se *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* são reforçadores ou são advérbios, os dados foram observados a partir de dois contextos:

- I. há determinados contextos em que não se identifica ambiguidade, tais como a posição sintática (sujeito, foco, tópico), o tipo de construção verbal (existencial, com verbos psicológicos, ação realizada, ação em realização), a composição do DP, ou, entre outros, a identificação de contrastes estabelecida entre DPs;
- II. no dialeto de Helvécia, parece que há um sistema de redobro dos advérbios *aqui*, *ali*, *aí* e *lá*, quando são advérbios circunstanciais.

Os contextos descritos em (I), facilitam na identificação de que são reforçadores e são apresentados nos exemplos (6) a (10). Os contextos em (II) ajudam na identificação de que são advérbios, como nos exemplos em (11).

I. *Reforçadores*

(6) Focalização, topicalização e pronominalização

a. Só [essa **ali**] que foi Texeira. As ôtra tudo casa mesmo...

(HV-05)

b. Eu, ó, eu vô dizê o senhô... com... eu com idade de dez ano, eu... puxava a enxada, puxava a roda de relá mandioca, que... que é pafazê....[esses tempo **lá**], num teve tratô, motô.

(HV-11)

c. [Isso **aqui** da gente] é o que? Isso num tem carne não.

(HV-03)

Em (6a), a informante HV-05 denota deiticamente uma entidade, sua filha, presente no contexto discursivo, dizendo que só ela, em oposição às demais, nasceu em Teixeira. Como se trata de um DP clivado, estabelecendo contraste à outra informação ainda não dada (*as outras tudo*), verifica-se uma focalização. Em (6b), *esses tempo lá* denota deiticamente um momento anterior à situação discursiva, em termos remotos. O DP é topicalizado, possibilitando identificar que se trata de demonstrativo *esse* coocorrendo com reforçador. Em (6c), o DP *isso aqui da gente* está em uma sentença wh e é pronominalizado na sentença seguinte, sendo substituído inteiramente por *Isso*. Pode-se afirmar que, no primeiro DP, *isso* coocorre com *aqui*, sendo, portanto, um reforçador.

(7) Tipo de construção verbal

a. ele tava me contano que ele pegô até maniva quando tá... quando vendia [essa roça **ai**] pá farinhêra, ele pegô aí...

(HV-08)

b. Eles compraro [aquele projeto tudo **ali**].

(HV-06)

Na sentença em (7a), como se trata de uma ação passada ainda inacabada, não seria possível que *aí* fosse um advérbio porque a roça não estaria presente no contexto da venda. Portanto, *aí* é um reforçador, estando dentro do DP em coocorrência com o demonstrativo *essa*. Do mesmo modo, em (7b), trata-se de uma ação realizada e concluída e *ali* está dentro do DP. Caso seja feita a inversão, como nos exemplos em (8), há modificação no significado

da sentença, passando a indicar onde foi feita a ação já realizada, ou seja, o lugar que foi comprado o projeto denotado e que foi vendida a roça, respectivamente em (8a) e (8b)¹⁷⁴.

- (8) a. #Eles compraro ali [aquele projeto tudo].
b. #Vendia ai [essa roça].

(9) Composição do DP

- a. Agora, peto do ri lá de Alcobaça, ai em Nanuque, senhô entra assim no mêi de cacau, senhô se perde. Ó, cacau como ta ai. Se tratá [um pé de cacau desse **ai** todo], tirá futa só, senhô tira mais ô meno vinte lito de cacau, vinte lito, 'cê com dinhêro na mão.

(HV-22)

- b. [Isso **aqui** meu] bateu no chão, que na hora eu num sabia.

(HV-03)

O DP *um pé de cacau desse ai todo*, em (9a), é composto por diversos elementos: um complementizador, *de cacau*; um adjunto, *desse ai*; e um quantificador, *todo*. Em (9b) o DP está topicalizado e *aqui* antecede o possessivo *meu*, ajudando a identificar que se trata de um reforçador.

Por fim, há contextos em que os falantes fazem o contraste opositivo entre as formas de marcação de deiticidade, facilitando a identificação de reforçador no DP, como em (10).

(10) Identificação de contrastes

- a. E que, quando eu ia, os médico marcava com um prazo, né? Não, num dava tempo de ir não. Só que deu tempo, [essa lá], [essa duas **ai**] num deu não, em casa mesmo... e [essa **ai**], eu tinha... ganhei ela mesmo pertinho do hospital, e foi na casa da minha mãe, no Posto da Mata, né...

(HV-05)

- b. Amanhã eu tô lá. Lá já é meu, vá caçá [aquilo **ali**] pra lá, aqui é meu.

(HV-22)

A informante HV-05, em (10a), ao relatar como foi o processo de parto de suas filhas e, para distinguir cada um deles, estabelece oposições, introduzindo DPs. As relações de contraste, *essa lá*, *essa duas ai* e *essa ai*, denotam entidades diferentes que estão em oposição

¹⁷⁴Os dados desses usos não foram quantificados, mas, no dialeto de Helvécia, quando o advérbio é realizado logo após o verbo, tende a ser copiado após o DP, como nos exemplos em (11).

e *lá* e *aí* são reforçadores. Em (10b), há um contexto discursivo em que *ali* não poderia estar associado ao evento *caçar*, só podendo ser um reforçador já que o informante HV-22 estabelece oposição entre entidade a ser caçada do local para caçar, em relações opostas: *ali*, *lá* e *aqui*.

II. *Advérbios circunstanciais* - *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* aparecem mais de uma vez e, por isso, foram considerados como advérbios, não podendo estar no DP.

(11) a. Têma, né, fica aqui n[essa roça] aqui, acha que qualqué chazinho casêro, né, dá pra combatê...

(HV-01)

b. Minha mãe mora ali n[aquela chácra] ali.

(HV-06)

c. A gente criava era na cerca, fazia manga como é que tá aí [esse lagoa] aí...

(HV-05)

d. DOC2: Cadê... cadê o copo da... da...?

INF: Ma... Maria tá lá n[o córgo] lá, ó! Ma ININT mai ININT. Ieu: “Maru!” Boca tava cheia de sangue, “Huhm..!” Maria: “Que é mãe Teresa?” Aí que qondo eu... “ARHRA!”

(HV-B)

Parte-se do entendimento de que *aqui*, após o DP *essa roça*, na sentença em (11a), não pode ser um reforçador, mas apenas um advérbio. Ou seja, não seria um contexto em que existiria ambiguidade entre *aqui* reforçador e *aqui* advérbio, pois parece existir uma repetição do advérbio quando está relacionado ao verbo. O mesmo fenômeno é observado em (11b) com *ali*, em (11c) com *aí* e em (11d) com *lá*. Parece que há estruturas de redobro no uso do *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* quando estão fora do domínio do DP.

Após seleção, os dados foram codificados, com uso do programa Excel Office, de acordo com fatores característicos da estrutura sintática e semântica do DP, da posição das partículas locativas e fatores sociais, tais como:

- a) tipo de elemento usado (*aqui*, *ali*, *aí*, *lá*);
- b) a estrutura do DP (DET_[+DEF] / DET_[-DEF] / DEM / NOME NU / PRON);
- c) demonstrativo usado, caso tenha (*esse*, *este*, *aquêle*);
- d) existência de outros itens dentro do DP (adjetivo, possessivos, numerais);

- e) realização do núcleo nominal;
- f) animacidade do núcleonominal (animado, inanimado);
- g) definitude ([+/- definido]) e especificidade do DP;
- h) deiticidade do DP (situacional, anafórico, dêitico discursivo, recognitivo);
- i) número do DP (singular, plural);
- j) posição de *aqui*, *ali*, *ai* e *lá* no DP (final do DP ou outra);
- k) elemento que antecede *aqui*, *ali*, *ai* e *lá* (núcleo, determinante, adjetivo, numeral);
- l) função sintática do DP (sujeito, tópico, objeto, adjunto adnominal);
- m) faixa etária (faixa 1, faixa 2, faixa 3);
- n) sexo; e
- o) escolaridade.

Em seguida, os dados foram quantificados, com o objetivo de delinear a distribuição e produtividade do uso de *aqui*, *ali*, *ai* e *lá* no DP.

4.4 DADOS GERAIS DOS USOS DE AQUI, ALI, AÍ E LÁ

O objetivo desta subseção é expor os dados quantificados em termos gerais quanto à distribuição de *aqui*, *ali*, *ai* e *lá* no DP, com o intuito de identificar o que pode ser mais relevante para este estudo. Por limites deste estudo, a análise foi feita observando principalmente: a estrutura do DP(DET_[+DEF] / DET_[-DEF] / DEM / NOME NU / PRON); a definitude e a especificidade do DP; e a faixa etária. No próximo capítulo, os tópicos mais relevantes são retomados para discussão, tendo como foco os aspectos da deiticidade em comparação com a especificidade.

No total, foram quantificados 889 dados, como sintetizado na Tabela 02, a seguir.

Tabela 02 – Distribuição geral de *aqui*, *ali*, *ai* e *lá* no domínio do DP

	Ocorrências (%)	
Aqui	133	15
Ali	41	5
Ai	497	56
Lá	213	24
Total	884	100

Fonte: Elaboração própria.

Como é possível observar na Tabela 02, a frequência de uso desses elementos tem

diferenças significativas, provavelmente porque *aí* e *lá* possibilitam a marcação de especificidade e podem ser também reforçadores de deiticidade, enquanto *aqui* e *ali* tendem a ser usados apenas como reforçadores.

Parte-se da hipótese de que a concorrência de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* com demonstrativos, *esse/aquele*, (12a), pronomes, *ela/você*, (12b), artigos definidos, *a/o*, (12c), nomes nus, (12d), e artigos indefinidos, *um/uma*, (12e), poderia ser um contexto de favorecimento de uma estrutura de deiticidade, (12a), (12b) e (12c), ou de especificidade, (12d) e (12e).

(12) a. Onte mesmo eu vim de lá com [essa menina **ai**]... essa maior.

(HV-05)

b. DOC: Má, num... num...num... usa de fazê chiquero, assim, dêxá o porco preso, não?

INF: Ah, de usá, usa. Mas só que [eles **aqui**] num faz...num tá usano esse tipo de coisa.

(HV-04)

c. Porque acha que [a terra **aqui**] é pequena.

(HV-01)

d. eu mesmo me namorei, mas era atrás da parede, que o meu pai não dava confiança a ningue, [rapaz nenhum **lá**].

(HV-11)

e. Tinha aula aí, né, [uma moça **aí**] dava aula ali, uns pessoal que morava aqui...]

(HV-03)

Observa-se que os demonstrativos e os pronomes tendem a ser realizados em construções dêíticas, tendo pouco uso em construções não dêíticas. Os artigos indefinidos e nomes nus apresentam mais frequência de uso em DPs [- definido] e [+ específico]. O uso de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* em DP [+ definido] e [+ específico] é observado em 677 ocorrências (77%), como no exemplo em (12a), e há 207 ocorrências em DP [- definido] e [+ específico] em que esses elementos são usados como marcadores de especificidade, como no exemplo (12e).

Os resultados das quantificações foram resumidos na Tabela 03 e na Tabela 04:

Tabela 03 – Distribuição geral de coocorrência de nomes nus, determinantes e pronomes com *aqui*, *ali*, *ai* e *lá*

	Aqui	Ali	Aí	Lá	Total	(%)
Demonstrativo	90	12	274	80	456	52
Pronome	9	2	15	7	33	4
Art. definido	18	14	61	44	137	15
Nome nu	8	6	85	37	136	15
Art. Indefinido	8	7	62	45	122	14
Total	133	41	497	213	884	100

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode observar na Tabela 03, os demonstrativos coocorrem com mais frequência com *aqui*, *ali*, *ai* e *lá*. De acordo com Paranhos (2011), nos dados de Helvécia, só há dois demonstrativos, *esse* e *aquele*, e o segundo é uma estrutura inovadora no dialeto, mais usado entre os falantes mais novos (conferir Tabela A e Tabela B, Apêndice 1)¹⁷⁵.

Tabela 04 – Distribuição geral do uso *aqui*, *ali*, *ai* e *lá* em contextos semânticos de definitude e de especificidade

	Aqui	Ali	Aí	Lá	Total	%
[+ definido] [+ específico]	123	29	393	132	677	77
[+ definido] [- específico]	0	0	0	0	0	0
[- definido] [+ específico]	10	12	104	81	207	23
[- definido] [- específico]	0	0	0	0	0	0
Total	133	41	497	213	884	100

Fonte: Elaboração própria.

Grande parte das ocorrências de *aqui* (92%), de *ali* (71%), de *ai* (79%) e de *lá* (62%) é de uso em DP [+ definido]. Os elementos *ai* e *lá* atuam como marcadores de especificidade em DP [- definido] com muito mais frequência do que *aqui* e *ali*. Tal como caracterizado por Confessor (2013), não se pode assumir que *aqui* e *ali* são marcadores de especificidade em DP [- definido].

Outro fator que contribuiu para compreensão dos usos de *aqui*, *ali*, *ai* e *lá* como reforçadores dêiticos e como marcadores de especificidade foi a faixa etária, pois, a partir dela, observa-se processos de mudança de deiticidade no dialeto de Helvécia bem como o fato de que a especificidade já existia na comunidade, ajudando a identificar esse fenômeno como resultado do processo de contato linguístico.

¹⁷⁵Chama a atenção o fato de *lá* ser mais usado com *esse* (63 ocorrências) do que com *aquele* (17 ocorrências), e, ao mesmo tempo, *ali* é mais usado com *esse* (7 ocorrências) do que com *aquele* (5 ocorrências). Isso reafirma o fato de que o uso de *aquele* parece ser uma estratégia inovadora nesse dialeto.

Tabela 05 – Distribuição geral de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* por faixa etária

	Aqui	Ali	Aí	Lá	Total	%
Faixa 1	72	17	92	49	230	26
Faixa 2	38	5	134	62	239	27
Faixa 3	23	19	271	102	415	47
Total	133	41	497	213	884	100

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que, no dialeto de Helvécia, há possível emergência de *aqui*, que passa a ser usado com mais frequência entre os informantes da faixa 1 (54%) e da faixa 2 (29%). Há também a redução dos usos de *aí* (55% na faixa 3, 27% na faixa 2 e 18% na faixa 1) que passa a estabelecer oposição contrastiva com *aqui*. O uso de *lá* é reduzido na faixa 1 (23%) e na faixa 2 (29%) por causa da emergência de *aquele* para marcar [- proximidade] (Conferir Tabela B, Apêndice 1; e PARANHOS, 2011).

4.4.1 Quantificações dos fatores analisados

Nesta subseção, são apresentados os resultados gerais das quantificações tendo em vista os contextos linguísticos fixados cujos resultados foram pouco relevantes para a defesa da hipótese deste trabalho.

Aqui, *ali*, *aí* e *lá* ocupam a posição final do DP, tendo poucos registros em que não acontece isso (Conferir Tabela C, Apêndice 1), principalmente quando sucedido de quantificador, *tudo*, como em (13a), de possessivo, como em (13b), de adjunto adnominal, como em (13c), e do pronome *mesmo*, como em (13d).

(13) a. CIRC2: ININT a festa parece que vai ser boa.

INF: [Esse forte **aí** tudo] é que tive aí. Que tinha aí é meu. Eu num ia...

(HV-B)

b. De segunda vez, eu fui tirá uma lenha assim, quando eu tava com o machado, quando eu bati o machado no pau, quando bateu fez: taco! No toco... o ferrão assim... pegô.

DOC: - Pegô no senhô?

INF: - Pegô... bem n[isso **aqui** meu]. Aí, o que vale é qu'eu tinha levado um... uma mea garrafa de... do árcul.

(HV-24)

c. [Isso **aqui** da gente] é o que? Isso num tem carne não.

(HV-03)

- d. Os ônibus vaichei...! [Esses dia **aí** mesmo], com os ônibus, foi chei que nem... num tinha... cabia nem os grande, quanto mais os pequeno...

(HV-05)

A posição desses elementos no DP é parecida tanto na formação dêitica quanto na formação de especificidade, o que seria mais um elemento para justificar que *aí* e *lá* marcadores de especificidade são originados do *aí* e *lá* dêíticos por um processo de gramaticalização que envolveu a situação de contato, não envolvendo necessariamente uma ampliação das possibilidades sintáticas como é apresentado por Tavares (2001b e 2001a) e Confessor (2013).

Entre os 884 dados de uso de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá*, em 189 ocorrências (21%) havia mais elementos no DP do que o determinante e o núcleo, como nos exemplos em (13), correspondendo a mais de um quinto do total (Conferir Tabela D, Apêndice 1¹⁷⁶). Ainda que seja uma porcentagem pequena, é interessante observar que os dados de Confessor (2013, p. 124) evidenciam uma porcentagem próxima quando observa o número de elementos intervenientes entre o núcleo e o marcador de especificidade¹⁷⁷, 20% do total dos dados. Isso revela que as propriedades sintáticas são mantidas tanto no português afro-brasileiro quanto nas variantes urbanas estudadas por Confessor (2013). Parece não ser adequado afirmar que existe uma gramaticalização desses elementos por um processo de mudanças das relações sintáticas, pois os dados revelariam, na verdade, uma estabilização nas configurações sintáticas do uso desses elementos.

Normalmente *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* são antecidos pelo núcleo, (14a), ou pelo determinante, (14b), podendo ser antecido também por pronomes, (14c), adjetivos, (14d), adjuntos adnominais, (14e), e quantificadores, (14f). Não há dados em que esses elementos são antecidos por relativa ou por complemento nominal (Conferir Tabela E, Apêndice 1).

- (14) a. [A bica **ali**] secô.

(HV-03)

¹⁷⁶Ressalta-se que, dentro de *outros*, há numerais, adjetivos, adjuntos adnominais e complementos nominais. Foi feita uma junção desses elementos em um critério só porque, na primeira quantificação dos dados, foi observado que há poucos dados de *aqui* e *ali* com DPs ampliados, dificultando visualizar a comparação entre os quatro elementos. A existência desses elementos é importante para compreender a posição de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* no DP.

¹⁷⁷ Na tabela D no Apêndice 1, são apresentados os elementos que constituem o DP, podendo ser realizado antes, depois ou antes e depois de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá*. Neste estudo, os elementos intervenientes representam aproximadamente 17% dos dados, enquanto que os outros 4%, aproximadamente, estão após *aqui*, *ali*, *aí* e *lá*. Além disso, Confessor (2013, p. 124) não identifica elementos intervenientes entre *aqui* e *ali*. Nos dados deste estudo a frequência também é menor.

- b. Meu neto... ‘fiado d[esse **aí**]! É irmão d[esse **aí**]!
(HV-19)
- c. Porco, num cria não. Aí a gente... a gente criava... [eles **aí**] já tento criá muito, mas num dá certo... criá não.
(HV-05)
- d. Sim sinhô! Doente assim como ele tá, né? E tomano trompaço com [esse menino dele doente **aí**] tomem.
(HV-D)
- e. [O pé de café **aí**] carrega, às vez eu cata, consegui ININT de ninguém aí, que às vez uma lata de café, aí num dê que no pé, aí o café aqui ININT ninguém que num ‘teressa mais, né?
(HV-22)
- f. Eu tenho muita gente fora daí, meu fi... tenho um bocado... tenho um bocado. É Texêra... [esses canto tudo **aí**], eu tenho parente...
(HV-13)

Em 699 ocorrências (79%), o núcleo do DP é realizado, favorecendo o uso de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá*, como em (14a) (Conferir Tabela F, Apêndice 1). Quando o núcleo nominal não está realizado, como em (14b), normalmente é de uso dêítico, indicando situacionalidade.

Nos exemplos em (14a), (14e) e (14f), *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* estabelecem relações de deiticidade com núcleos inanimados, respectivamente, *bica*, *pé de café* e *canto*. Nos exemplos em (14b), (14c) e (14d), as relações são estabelecidas com núcleos animados, o entiado/irmão. Há mais uso de com núcleos inanimados (65%) do que com núcleos animados (35% - Conferir Tabela G, Apêndice 1).

Os DPs normalmente ocupam a posição de sujeito (28%), como em (15a), objeto direto (26%), em (15b), PP (16%)¹⁷⁸, em (15c), tópico (10%), em (15d), foco (9%), em (15e) (Conferir Tabela H, Apêndice 1).

- (15) a. Ali é só a farinha mesmo, côco verde... [esses **aí**] é mais fáci. Quando tivé caju... [tudo **aí**] é mais fácil...
(HV-01)
- b. DOC2: E já gostava de escutá as histórias.

¹⁷⁸Em PP, estão incluídos os usos de DPs em como complemento nominal, complemento oblíquo e objeto indireto. Os dados foram unificados por conta dos poucos usos de *aqui* e *ali* nesses contextos.

INF1: É... gostava de escutá [esses **ai**]

(HV-11)

c. [nos tempo **lá**], nêgo não tinha nada de negó' de bota, tudo era a perna mesmo...
descalço.

(HV-24)

d. E agora [essa **ai**] nós cria.

(HV-13)

e. Gostoso... É [esse **aqui**] qu' era remédio da gente. Ava Santa, autimige, autimige era
pra gente tomá chá...

(HV-11)

Há uma tendência de uso de DPs no singular quando há uso de *aqui*, *ali*, *ai* e *lá* (78%), como nos exemplos em (15e) e (15f). A leitura de plural é observada com menos frequência (22%), tanto na marcação por morfologia de número (14%), como nos exemplos em (15b) e (15c), como com leitura de plural, em que há um quantificador *tudo* ou *todo* (15%), como no segundo DP em (15a), *tudo ai* (Conferir Tabela I, Apêndice 1).

A quantificação dos fatores sociais de sexo (conferir Tabela J, Apêndice 1) parece não demonstrar possíveis inovações ou mudanças.

Do mesmo modo, parece que a escolaridade (conferir Tabela L, Apêndice 1) contribui na identificação de que *aqui* é uma inovação no dialeto dessa comunidade, sendo mais usado pelos poucos falantes escolarizados do que pelos falantes analfabetos.

5. A DEITICIDADE E A ESPECIFICIDADE DE *AQUI, ALI, AÍ E LÁ*

Neste capítulo, é realizada a descrição dos dados dos 22 informantes da comunidade de Helvécia, buscando traçar o comportamento de *aqui, ali, aí e lá* no DP no que tange a deiticidade e a especificidade. A descrição realizada tomou como pressuposto algumas características já discutidas sobre o dialeto de Helvécia, tais como:

- 1) a estrutura do DP ($DET_{[+DEF]}$ / $DET_{[-DEF]}$ / DEM / NOME NU / PRON) influencia no uso de *aqui, ali, aí* ou *lá* para marcar deiticidade ou especificidade;
- 2) o uso quase exclusivo do demonstrativo *esse* em comparação com *aquele*;

Para organização deste capítulo, escolheu-se realizar a divisão em duas subseções. Na primeira subseção, 5.1, descrevem-se os resultados da quantificação dos dados de deiticidade, passando pelos seus tipos de uso (exofórico/situacional, anafórico, discursivo e recognitivo). Em alguns contextos, o uso de *aqui, ali, aí e lá* possibilita identificar oposições que configuram sistemas distintos de deiticidade (exofórica) e de uso anafórico. Em outros contextos, não há oposições e prevalece sistematicamente o uso de uma forma ou de várias formas como variações. Na segunda subseção, descrevem-se os dados de *aqui, ali, aí e lá* como marcadores de especificidade, compreendendo as diferenças dos usos dos dois primeiros, *aqui* e *ali*, dos dois últimos, *aí* e *lá*. Por fim, foram apresentadas algumas reflexões preliminares a partir dos dados apresentados e descritos neste capítulo.

5.1 DEITICIDADE EM HELVÉCIA

5.1.1 A dêiticidade situacional

Com a ampliação dos usos de *aqui* e *aquele*¹⁷⁹ ocorreram mudanças no quadro de deiticidade do dialeto de Helvécia, possibilitando que mais distinções dêiticas contrativas fossem usadas, principalmente no âmbito dêítico situacional. Os resultados da quantificação dos usos situacionais de *aqui, ali, aí e lá* em coocorrência com determinantes, nomes nus, pronomes e demonstrativos são observados na Tabela 06, a seguir:

¹⁷⁹Na subseção 4.4, apresentou-se a possível emergência de *aqui* e de *aquele* somado aos dados obtidos com base no estudo de Paranhos (2011) e na Tabela B do Apêndice 1.

Tabela 06 – Distribuição de uso situacional de determinantes em coocorrência com reforçadores

	Aqui	Ali	Aí	Lá	Total	(%)
Demonstrativo	82	8	138	59	287	64
Pronome	9	1	10	6	26	6
Art. definido	17	10	31	22	80	18
Nome nu	5	4	34	13	56	12
Art. indefinido	0	0	0	0	0	0
Total	113	23	213	100	449	100

Fonte: Elaboração própria

Como se vê na Tabela 06, não há ocorrência de artigos indefinidos no uso situacional; ii. a coocorrência de reforçadores, *aqui*, *ali*, *aí* e *lá*, com demonstrativos é a principal estrutura de DP para marcação de deiticidade. Com a finalidade de compreender o quadro dêitico de Helvécia, é relevante analisar os dados considerando a coocorrência dos demonstrativos com os reforçadores, como na Tabela 07, abaixo.

Tabela 07 – Distribuição *esse* e *aquele* em coocorrência com reforçadores

	Aqui	Ali	Aí	Lá	Total	(%)
Esse	81	5	137	54	277	97
Aquele	1	3	1	5	10	3
Total	82	8	138	59	287	100

Fonte: Elaboração própria

O demonstrativo *esse* é realizado em 277 ocorrências, representando aproximadamente 97% dos dados, enquanto o *aquele* é usado em 10 dados, aproximadamente 3%. Nas duas ocorrências em que *aqui* e *aí* são realizados com *aquele*, parece que há marcação de [+ proximidade], como nos exemplos em (1a), de *aqui* com *aquele*, e (1b), de *aí* com *aquele*.

- (1) a. Aí, ININT dois, dois ININT, aí [naquela parte **aqui**], aí naquele assim ININT, aí eu dêxo, faço de dois meto, depois quando o maracujá tivé com seis mês, prantá coco-anão naquele mês.

(HV-06)

- b. DOC (1): E onça? Tinha onça aqui?

INF (15): Inhô?

DOC (1): Onça?

CIRC(1): Tinha onça ou não tinha onça? Tinha muita onça aqui...

INF (15): Às vez, dava onça que... que povo teve com medo até pá vai na roça. É... ô bicho brabo! Povo só vinha até [naquela ribeirão **ai**], ó, pra dento aí... Córgo da Lata... (HV15)

É importante destacar que, a partir da Tabela 07, quando se compara os dados de uso de demonstrativo em coocorrência com o reforçador, o demonstrativo *esse* é muito mais frequente em uso do que o demonstrativo *aquela*. Mesmo com a emergência do demonstrativo *aquela* atuando sozinho como marcador de [- proximidade], observa-se que prevalece o uso de *esse* em coocorrência com *lá* e *ali*.

A partir dos dados quantificados (Conferir Tabela B, Apêndice 1), observa-se um reordenamento no sistema de deiticidade dos demonstrativos e dos reforçadores, com inserção do demonstrativo *aquela* e ampliação do uso de *aqui*, principalmente quando se compara os dados dos informantes mais velhos, faixa 3, com os dados dos informantes mais novos, faixa 1 e faixa 2, possibilitando configurar dois sistemas distintos de oposições contrastivas de deiticidade.

(2) Sistema de Deiticidade 1

[+ proximidade]: Esse aí ~ Esse aqui ~ Esse

[- proximidade]: Esse lá ~ Esse ali

(3) Sistema de Deiticidade 2

[+ proximidade] do falante: Esse aqui ~ Esse

[+ proximidade] do ouvinte: Esse aí ~ Esse

[- proximidade] do falante e do ouvinte: Esse lá / ali ~ Aquele lá / ali ~ Aquele

No Sistema de Deiticidade 1, observado nos informantes da faixa 3, há um único demonstrativo, *esse*, e a demarcação de duas principais oposições contrastivas em que *esse lá* e *esse ali* marcam [- proximidade] e *esse aí*, *esse* e *esse aqui* marcam [+ proximidade]. Parece que esse último pode estabelecer oposição aos outros dois quando indica uma região¹⁸⁰.

Quanto ao Sistema de Deiticidade 2, há dois demonstrativos, *esse* e *aquela*, e ao menos três formas estabelecidas de oposição contrastiva. Com a emergência de *aqui* (Conforme Tabela 05, Capítulo 4, e Tabela B, Apêndice 1), entre os informantes da faixa 1 e da faixa 2, passa-se a situar elementos como próximos do falante ou que pertence ao falante,

¹⁸⁰Pode haver oposições contrastivas de quatro formas nos usos desses elementos de forma adverbial, mas, a partir dos dados quantificados de reforçadores, não é possível observar essas oposições.

diferenciando do uso de *aí*, voltado para entidades que estão próximas do ouvinte e distante do falante.

i. Sistema de Deiticidade¹, [+ proximidade]:

(4) a. *Aí* io ficô lá, depô cond'io saiu eu veo sai(r) aí ó! Eu chego aí nessa casa aí, ó! [Essa casa **aí**] eu que capinava, redó de [casa **aqui**].

(HV-B)

b. eu já escapô de morrê, ma num foi porque Deu viu que ainda num era a minha hora, porque [esse casa **aí**] já é nova, a casa que eu morava é lá, já tá, já tá véia, se acabô, ma um dia eu caiu uma febre doente.

(HV-A)

c. Ah, vai! Ieu num to dizeno? [Esse pé **aí**] é que machuco, *aí* é que ficô cambrado tirô lasca de pau, como eu tava conversano, aí ó..

(HV-C)

d. DOC: - É!? O senhô que começô abri aqui as coisa...

INF: - Tudo, [esse área **aqui**] é. Tá veno aí, desceu ali, mudô ali, tudo coquêro por todo esse mundo veio...

(HV-24)

e. Mas dá... mas aqui eu já conheceu, desde qu'eu me casei lá tamém já conhecia aqui, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, [esse] era lugá de casa de Maciano Serafim...

(HV-22)

Em (4a), o informante HV-B relata o seu deslocamento de um local remoto para próximo a casa vizinha, *essa casa aí*, que era uma área que ele capinava, *casa aqui*. Nesse contexto, não é possível diferenciar oposição contrastiva entre *aqui* e *aí*. A informante HV-A, em (4b), identifica a deiticamente, através do *aí*, a casa em que está que é diferente da casa em que ela morava antes, nesse sentido o demonstrativo em coocorrência com o reforçador atuam marcando [+ proximidade]. Acontece o mesmo em (4c), em que o demonstrativo em coocorrência com o reforçador *aí* é usado para denotar deiticamente como próxima a entidade *pé* que corresponde parte integrante do próprio falante. No exemplo em (4d), o informante HV-24 localiza a região em que está com o uso do demonstrativo, *esse*, e do reforçador, *aqui*. Em (4e), há uso do demonstrativo *esse* marcando [+ proximidade] sem coocorrer com reforçador.

Nos exemplos em (4), observa-se que há possibilidade de uso de *aqui* para estabelecer relações dêiticas contrastivas, mas esse elemento normalmente indica uma relação de localização próxima, não apresentando uma oposição direta com *aí*¹⁸¹. Parece que *aqui* é mais usado para indicar uma região, uma área ou uma redondeza, como em (4a) e (4d), enquanto que *aí* é mais usado para denotar entidades visivelmente concretas, como a perna do próprio falante, como em (4c), ou a casa em que está, como em (4b). Contudo, os poucos dados de uso de *aqui* dentro do DP entre os informantes da faixa etária 3 não permitem estabelecer uma generalização confiável.

ii. Sistema de Deiticidade 1, [- proximidade]:

(5) a. Tá bom! [Esse] é minha neta, [esse **lá**] é meu é sobrim neta; casado com o povo de meu fio...

(HV-19)

b. Ah, é! A casa de Compania, assim como tá [essa casa **aí**]. Cumprido e já foi embora! [Esse] é du um moradô... de ûa moradô, [esse] é de oto, [esse **lá**] de oto, [esse **lá**] de oto... E pegá a istrada aí.

(HV-C)

c. DOC: Tá bom, Porciana. A gente vendo uma beleza dessa aqui, batendo papo, manga boa. Mamón à vontade ali.

INF: [Mamón **lá**] non é minha non! Lá no Boleço lá de lá do corgo! É sim sinhô, é do Boleço lá até nesse Mundo veio lá, óia. De nós, é lá de cá, dele é lá de lá. É, sim.

(HV-D)

d. Graças a Deus... e depôs d[esse tempo **lá**], o pai criava, ele sabia do jeito que criava.

(HV-24)

Na sentença em (5a), há a oposição de deiticidade entre *esse*, indicando [+ proximidade] e *esse lá* que marca [- proximidade]. A informante HV-C, em (5b), usa diversos elementos dêiticos para apresentar as casas da região: a casa da companhia de celulose é tão comprida quanto *essa casa aí*; uma outra casa, *esse*, é de um morador; assim como *esse*, outra casa, de outro morador; *essa lá* indica uma casa mais distante, de outro

¹⁸¹No total, foram 21 ocorrências de *aqui* em uso dêitico nos dados dos informantes da faixa 3. Não se observa uma oposição entre *aqui* e *aí*, em termos de pessoa (1º pessoa x 2º pessoa), pois ambos são usados para indicar [+ proximidade], atuando por vezes como sinônimos, como no exemplo em (4a). Há 18 ocorrências de *aqui* indicando uma região, localidade ou área e, em 3 ocorrências, há uso para entidades concretas específicas (*essa casa aqui*, por exemplo).

morador; *esse lá* também de outro morador; e assim por diante até pegar a estrada *aí*. A informante estabelece distinção entre as casas com uso de *aí* e de *esse* para marcar [+ proximidade] e de *lá* para marcar [- proximidade]. Em (5c), a informante HV-22 estabelece diversas relações de oposição de proximidade nas sentenças: ao ser perguntada sobre os mamões *ali*, a informante responde que os mamões *lá* não são dela; os mamões são do território de outra pessoa, Boleço, que ocupa desde o córrego *lá* até Mundo velho *lá*; a propriedade dela é do lado de *lá* para *cá* enquanto a dele é do lado de *lá* para *lá*. É possível supor que a dêixis fosse completada por gestos, mas a informante só faz a distinção das referências próximas das distantes, não fazendo referência a possíveis relações intermediárias, com *ali*, por exemplo. Por fim, em (5d), há a distinção marcação de tempo remoto através da construção com demonstrativo *esse*, mais *tempo*, e *lá*. Em todos os dados relacionados à dêixis temporal, entre os informantes da faixa 3, há uma construção do tipo [*esse* [NP [*lá*]]], podendo o NP ser *tempo*, *época* e, entre outros, *povo*.

Há poucos dados de uso de *ali* (8 ocorrências), o que dificulta analisar as funções desse reforçador na estrutura de deiticidade. Observa-se também que a coocorrência de *esse* com *aí* não necessariamente estabelece uma entidade como próxima ao ouvinte, podendo ser próxima ao falante ou apenas próxima, sem indicação de pessoa.

Em resumo, o Sistema de Deiticidade 1, apresenta um único demonstrativo, *esse*, e duas formas em oposição, não realizando distinções de pessoa (1º pessoa x 2º pessoa) entre os usos de *aqui* ~ *aí* para marcar [+ proximidade] e de tipo de distanciamento (medial ou remoto) entre os usos de *ali* ~ *lá* para indicar [- proximidade].

iii. Sistema de Deiticidade2, [+ proximidade]:

- (6) a. É...[esse **aqui**] é... é uma... é uma semente que ele dá assim... na fôia.
(HV-08)
- b. [Esse **aqui**] sô eu, [esse **aqui**] eu tirei aqui, ó! Bem n[essa porta **aí**], na janela.
(HV-03)
- c. Tinha muita mata. Hoje, 'inda num existe mata aqui, por causa d[essa floresta **aí**].
(HV-04)
- d. Agora que posentô, mas, recebeu dois mês, no ôtro mês... [esse mês **aqui**], oh, ela já deu duas viagem pa recebê num recebeu.
(HV-05)

Na sentença em (6a), o informante HV-08 situa deiticamente uma semente a partir do DP com *aqui* como reforçador. Do mesmo modo, em (6b), a informante HV-03 usa *aqui* como reforçador para denotar entidades próximas a ela, ou fazendo referência a ela mesma, em oposição à localização da porta que está distante da falante. Em (6c), o informante HV-04 faz uso de *aqui* para indicar a região em que está em oposição ao DP *essa floresta aí* que indica outra região próxima, mas distante dele. Já em (6d) há o uso de *aqui* em um DP com demonstrativo *esse* para indicar tempo presente. A observação desses exemplos, de informantes da faixa 1 e 2, evidencia a ampliação dos usos de *aqui* em contextos não verificados na faixa 3, que passa a denotar entidades, como em (6a), a expressar relações temporais, como em (6d) e a estabelecer oposição mais marcada com *aí*, como em (6b). Além disso, *aqui* continua a indicar a identidade de uma região, como em (6c). Tanto a relação temporal como a denotação de entidades visivelmente concretas não é observada no Sistema de Deiticidade 1. Pode-se inferir que, na comunidade de Helvécia, houve especialização de usos desse reforçador¹⁸². Os dados apontam ainda para a modificação de *aí*, antes usado para indicar [+ proximidade], como em (4a), (4b) e (4c), e, nos falantes de faixa etária 1 e 2, observa-se seu uso para indicar uma relação contrastiva de [+ proximidade] ao ouvinte, como em (6b) e (6c).

iv. Sistema de Deiticidade2, [- proximidade]:

- (7) a. Nasceu, criô, tô aqui. [Aquele **lá**] é meu filho.
(HV-11)
- b. [aquela ôta terra **ali**] é nosso mesmo alí, ó...
(HV-06)
- c. Andava chei que, teve vez, pedimo, num teve nem passage pá carregá. Ah, [aquele tempo **lá**], meu irmão era muito melhó de que agora. Agora pra aqui modificô muito.
(HV-11)

Em (7a), a informante HV-11 faz uso do *aquele* em coocorrência com *lá* para denotar uma entidade, o filho, que está distante do falante e do ouvinte. Na sentença em (7b), o informante HV-06 menciona uma terra que não está próxima nem dele nem do ouvinte, mas que podem avistar, fazendo uso de um DP em que há coocorrência do demonstrativo *aquele*

¹⁸²No processo de especialização dos usos de *aqui*, há ampliação da frequência dos usos, passando de 21, faixa 3, para 26 ocorrências na faixa 2 e 66 ocorrências na faixa 1. Enquanto isso, com a especialização dos usos de *aí*, há redução de frequência de usos, passando de 138 ocorrências, na faixa 3, para 40 ocorrências na faixa 2 e 35 ocorrências na faixa 1.

com o *ali*. Em (7c), a informante HV-11 faz uma menção temporal com o uso de *aquele* em coocorrência com *lá* para indicar um tempo remoto, distante do momento de enunciação, diferente do momento presente que é indicado pelo advérbio *aqui*. A partir desses exemplos, observa-se a ampliação do uso de *aquele* que, nos informantes da faixa 3, praticamente não existe, como no exemplo em (1b), tornando-se um demonstrativo que marca [- proximidade], como nos exemplos em (7).

Enquanto isso, nos exemplos em (8), observam-se os usos de *esse* em coocorrência com *lá*, demonstrando que tanto *esse* como *aquele* são licenciados para marcar de [- proximidade] desde que sejam acompanhados por *ali* ou *lá*.

- (8) a. O pai d[essa **lá**] até meste obra, lá no Rio, ele mexe assim com obra.
(HV-03)
- b. E [esse tempo **lá**] num era assim, né? O que o senhô vê, o que os menino novo, né, como os menino de... se aquele tempo do pessoá tudo mais véio. É isso que ele fala.
(HV-11)
- c. É, a firma tá errado... a fi... a firma fala de que num é pacaçá, mas tem muito caça direto, vem caçá aí na ára da firma... que ‘cê num tá veno essa... [essa **lá**] é da firma... é... é da firma... é da Aracruz e da ININT.
(HV-08)

Em (8a), há a indicação de uma entidade, a menina, que está distante do falante e do ouvinte. O demonstrativo *esse* reforçador em coocorrência com *lá* também pode indicar uma relação temporal remota como acontece em (8b) em que a informante HV-11 faz uso desse recurso e depois retoma a noção temporal com *aquele tempo*. Por fim, em (8c), o informante HV-08 indica uma região que pertence às empresas de plantio de eucalipto e que está em relação de [- proximidade] do falante e do ouvinte.

Em resumo, com a introdução de *aqui* e de *aquele* no Sistema de Deiticidade 2, pode-se estabelecer um sistema binário, *esse* e *aquele*, com oposições contrastivas de ao menos três formas, [+ proximidade] do falante, [+ proximidade] do ouvinte e [- proximidade] do falante e do ouvinte.

Como explicar o fato de que no PE há um sistema ternário entre os demonstrativos (*este* x *esse* x *aquele*) e de que em Helvécia há a emergência de um sistema com a oposição de duas formas (*esse* (*aí* ~ *aqui*) x *essa lá* ~ *esse ali*)? Por que esse sistema se modifica para um sistema com ao menos três formas em oposições contrastivas?

As línguas que predominavam na Colônia Leopoldina eram o português¹⁸³, as línguas *kwa* e as línguas *bantas*. Em todas essas línguas, há sistemas ternários de demonstrativos¹⁸⁴, no entanto a posição do demonstrativo é diferente. Nas línguas *kwa* e nas línguas *bantas*, o demonstrativo está em uma posição pós-nominal, enquanto no PE é pré-nominal. Parece que a situação de contato linguístico possibilitou a existência de dois sistemas de dêiticidade em Helvécia. Essa parece ser uma agenda interessante para próximos estudos, comparando com outras línguas crioulas e com o sistema de dêiticidade de línguas africanas, tendo em vista que uma das hipóteses deste estudo está relacionada ao uso dessas expressões como marcadores de especificidade a partir da situação de contato que ocorreu no Brasil.

Em resumo, o que se observa no dialeto de Helvécia é um sistema de um único demonstrativo com oposições contrastivas binárias, em um primeiro momento; e dois demonstrativos com ao menos três oposições contrastivas, em um segundo momento. Há um processo de homogeneização linguística em direção ao PB¹⁸⁵, nos termos de Luchessi (2017), ou seja, no uso de dois demonstrativos que realizaram oposições de proximidade (*esse* x *aquele*), acompanhado de reforçadores que marcam as pessoas do discurso (1º pessoa, *aqui* x 2º pessoa, *aí*) ou o tipo de distância (medial, *ali* x remota, *lá*)¹⁸⁶, compartilhando traços de línguas que estiveram em situação de contato linguístico no Brasil.

5.1.2 Outros usos da deiticidade de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá*

Tomando como base o fato de que parece haver apenas um demonstrativo no dialeto de Helvécia, *esse*, e a necessidade de coocorrência com reforçadores para estabelecimento de

¹⁸³ Grande parte dos homens livres era de origem francesa e tinha o Português como L2. Conferir subseção 4.1.1.

¹⁸⁴ Sobre isso, Lyons (1999, p. 107-121) faz um estudo comparativo dos sistemas de deiticidade de diversas línguas humanas a partir do uso dos demonstrativos. O Ewondo (língua banta), por exemplo, tem um sistema ternário, com três demonstrativos que realizam a distinção contrastiva de pessoa (1ª, 2ª e 3ª) e tanto o Suaíli (língua banta) como o Yorubá (língua bête-congo) têm oposição binária com duas formas de demonstrativos diferentes. Para Nurse e Philippson (2003, p. 9), os demonstrativos nas línguas bantas são ternários e realizam oposição contrastiva de pessoa. Chatelain (1889, p. 27) descreve o Kimbundu como uma língua que tem três demonstrativos em que as oposições são feitas a partir de contraste de pessoa. Valente (1964, p. 140) identifica que o Umbundo tem três demonstrativos que também fazem oposição contrastiva de pessoa e são pós-nominais. Aboh (2015, p. 43, 47) observa que, nas línguas Gbe, os demonstrativos são pós-nominais, podendo vir antes ou depois de uma relativa, podem coocorrer com artigos e compartilham de semelhanças com as línguas bantas.

¹⁸⁵ Não se pode afirmar que houve uma influência do Português, como língua alvo, pois nesse há a oposição de três formas contrastivas feitas nos demonstrativos, *este* ([+ proximidade], 1º pessoa), *esse* ([+ proximidade], 2º pessoa) e *aquele* ([- proximidade], 1º pessoa e 2º pessoa) e, hipoteticamente, os reforçadores não seriam necessários dentro do DP, a menos que houvesse um contexto pragmático específico. Ao mesmo tempo, não se pode negar uma influência a língua lexificadora porque os quatro advérbios, *aqui*, *ali*, *aí* e *lá*, já existiam.

¹⁸⁶ Conferir Quadro 02.

relações dêiticas, investiga-se aqui como os reforçadores são usados em contextos de deiticidade que envolvem noções discursivas, não necessariamente situacional¹⁸⁷.

Entre os usos dêiticos dos demonstrativos (e dos determinantes definidos), a partir da análise de Lyons (1999, p. 161), compreende-se também a possibilidade de transferência situacional para o universo temporal do discurso, em que propriedades dêiticas são usadas no âmbito discursivo. São três os principais tipos de uso dêítico: o uso anafórico, (9); o uso dêítico discursivo, (10); e o uso recognitivo, (11)¹⁸⁸.

(9) Irmõe, ieu teve três. Três não, X'eu vê... Luceno, Roseno, Normélio, Ozébi, Livrino...
[Esses **ai**] que era meu irmão.

(HV-13)

(10) CIRC2: Eu num to falano não. Tou falano com Dona Luz.
INF: Hum! Ocê é a favô que você vai ficá na sua casa de lá, né? Eu não sei... Num tô gostano d[isso **ai**] não! Ocê vei suntá conversa!

(HV-B)

(11) Que, s'eu tivé uma pé de canela em casa, fâi vez... canela, é cravo, 'cê faz café mesma coisa, inda é mais gostoso que [aquele **lá** de pó].

(HV-22)

O uso anafórico retoma entidades definidas já mencionadas anteriormente, como em (9) em que o DP *esses ai* retoma os irmãos da informante. Em (10), há o uso de demonstrativo, *isso*, com reforçador, *ai*, para retomar uma proposição já mencionada anteriormente. O uso recognitivo, em (11), insere uma entidade que faz parte do conhecimento de mundo do falante e do ouvinte.

Os dados quantificados desses usos são representados na Tabela 08:

Tabela 08 – Distribuição geral do uso *aqui, ali, aí e lá* no DP quanto à deiticidade

	Aqui	Ali	Aí	Lá	Total	%
Situacional	113	23	213	100	449	70
Anafórico	5	2	97	10	114	17
Recognitivo	2	2	13	13	30	5
DêiticoDiscursivo	1	0	48	1	50	8
Total	121	27	371	124	643	100

Fonte: Elaboração própria.

¹⁸⁷Cf. subseção 5.1.1 e Tabela 06.

¹⁸⁸Cf. Tabela 05, Capítulo 4.

São 449 (70%) ocorrências de uso situacional, 114 (17%) de uso anafórico, 30 (5%) de uso recognitivo e 50 (8%) de uso dêitico discursivo. *aí* é mais frequente no uso dêitico discursivo e no uso anafórico, enquanto *aí* e *lá* apresentam proporções semelhantes no uso recognitivo.

Nas próximas subseções, esses usos são descritos observando a realização de reforçadores a partir da composição do DP (sendo precedidos por demonstrativos, por nomes nu ou por determinantes definidos) e da faixa etária. Ao realizar o cruzamento desses dados, são observadas duas características: não há ocorrências de artigos indefinidos em uso dêitico; e demonstrativos tendem a apresentar mais dados de coocorrência com reforçadores. Por fim, parece que esses usos de reforçadores são mais frequentes no dialeto de Helvécia porque só existe um único demonstrativo e, desse modo, a coocorrência com reforçadores possibilita a identificação de uma entidade ou proposição que é retomada como mais próxima (*aqui, aí*), ou como mais distante (*ali, lá*) do universo discursivo.

5.1.2.1 Anaforicidade com reforçadores

Quando é retomada uma entidade já mencionada anteriormente, tornando-a familiar, ou [+ definido], há o uso anafórico e tanto o falante como o ouvinte conseguem identificar qual é a entidade que está sendo retomada (ou inserida, no caso de catáfora). Nesses contextos, no dialeto de Helvécia, há uma preponderância quando há coocorrência de demonstrativos, principalmente o demonstrativo *esse*, com *aí*, como nos exemplos (12a), (12b), (12c) e em (13a) (conferir Tabela M, Apêndice I).

- (12) a. Irmõe, ieu teve três. Três não, X'eu vê... Luceno, Roseno, Normélio, Ozébi, Livrino...
[Esses **aí**] que era meu irmão.
(HV-13)
- b. INF: -Tem ôtro Emídio, moreu; Valentina... moreu; Ana, moreu; Cristina, morreu ...
DOC1: - Morreu.
INF: - É. [Esses **aí** tudo] moreu. Só ficô eu.
(HV-19)
- c. Maria non, [essa outra **aí**], Lepudina. Eu petô [ela **aí**] assim e... cabelo dela é grande, eu juntô com misse e cum tudo trocei... trocei, chamano ela!
(HV-C)
- d. DOC: Quem é que faz a barba do sinhô?

INF: Quem faz [baba **aí**] é... Julinho. Eu... é Julinho qu'eu manda fazê. Mas agora eu mandei eles pagarem poque esse já é outro. Agora mesmo custa sair.

(HV-B)

Em (12a), através do DP *esses aí*, a informante HV-13 retoma entidades mencionadas anteriormente, que são os seus irmãos. Em (12b), a informante HV-19 retoma as entidades *Emídio, Valentina, Ana e Cristina* por meio do DP *Esses aí tudo*. Em (12c), a informante HV-C realiza uma catáfora com o DP *essa outra aí*, que é mencionada logo depois, *Lepudina*. Em seguida, a informante retoma anaforicamente a mesma entidade por meio do DP *ela aí*. O informante HV-B retoma a entidade dita pelo falante, *a barba do sinhô*, através do DP *nu baba aí*, realizando uma anáfora. Todos os exemplos em (12) são de informantes da faixa 3 e é relevante destacar que há uso exclusivo do reforçador *aí* para uso anafórico, não apresentando oposições que possibilitem identificar que fosse retomado um referente mais distante.

Entre os informantes das faixas 1 e 2, há estratégias diferentes de uso da anaforicidade, pois, além do uso de *aí* como reforçador, como o segundo DP em (13a), há possibilidade de realizar anáfora com o reforçador *lá* e *aqui*, como nos exemplos em (13).

(13) a. esses português pegava esses preto vendia pra eles, vendia pr'esses alemão porque [esses nêgo **lá**] era bão de serviço... vendeu [tudo **aí**].

(HV-08)

b. Aí, ININT dois, dois ININT, aí naquela parte aqui, aí naquele assim ININT, aí eu dêxo, faço de dois meto, depois quando o maracujá tivé com seis mês, prantá coco-anão naquele mês. Aí [naquele mês **aqui**] aí eu planto feijão.

(HV-06)

c. eu... já tenho tempo, eu sei lá, eu nem sei se ele é vivo mais, viu? [Esse **lá**], eu nem sei é vivo... né?

(HV-03)

Em (13a), o informante HV-08 conta a história das fazendas e do trabalho escravo da região realizando diversas anáforas. Parece que o uso de *lá* é importante nesse contexto, pois poderia se diferenciar de *aí* que retomaria uma entidade mais próxima, *esses alemão*, enquanto que *lá* retomaria uma entidade mencionada mais remotamente, *esses preto*. O informante, em seguida, realiza o uso do DP *tudo aí* para retomar a entidade mais recentemente apresentada, no caso *esses nêgo lá*. Em (13b), o informante HV-06 descreve os

processos de organização dos plantios e a divisão do lote em partes e há um uso de *aquilo* coocorrendo com *aqui* para fazer menção ao mês em que se planta o feijão e o coco-anão, diferenciando do mês em que se planta maracujá. Parece existir uma noção de tempo mais próximo do momento atual por conta da coocorrência de *aquele* com *aqui*, não marcando tempo distante como é comum no PBP. Quando a informante HV-03 retoma uma entidade que foi mencionada anteriormente, mas que ela não vê faz tempo, faz uso do *esse lá* como se observa em (13c). Ao se comparar essa estrutura com (12a) e (12b), parece existir uma mudança no sistema de anaforicidade em que a noção de temporal está imbricada com a noção discursiva.

5.1.2.2 Reforçadores e o uso dêitico discursivo

Outro contexto que demonstrou favorecer o uso de *ai* é o uso dêitico discursivo, que consiste na retomada de uma proposição ou um evento já mencionado anteriormente. No dialeto de Helvécia, houve 49 ocorrências de uso dêitico discursivo com *ai*, *aqui* e *lá* (conferir Tabela N, Apêndice 1), sendo a forma predominantemente constituída pelo demonstrativo *esse* principalmente em sua forma de *isso* em coocorrência com o reforçador *ai*, como nos exemplos (14a), (14b) e (14d)¹⁸⁹.

(14) a. CIRC2: Eu num to falano não. Tou falano com Dona Luz.

INF: Hum! Ocê é a favô que você vai ficá na sua casa de lá, né? Eu não sei... Num to gostano d[isso **ai**] não! Ocê vei suntá conversa!

(HV-B)

b. DOC: É bom! A pessoa mesmo arranca! Quand'eu era pequena rançava os dente. Mãe mehmo, pai rançava os dente.

INF: Mas é [isso **ai**] que eu tô dizendo! Esse lá... [esse **ai**] tá com raí. Tá no fundo ai.

(HV-C)

c. DOC(1): E esse negócio do eucalipio aqui, você acha que...melhoró prá região, ô piorô? Com'ê que é?

INF(04): Rapaz, eu num sei direito, sobre [esse assunto **ai**], eu não sei te respondê nada... desse eucalipio, viu?

(HV-04)

¹⁸⁹Não se encontrou evidências de uso desse tipo com o reforçador *ali* e nem houve diferenciação entre os informantes quanto à faixa etária, sendo, portanto, um fenômeno observado de maneira muito similar entre as diferentes faixas.

- d. porque quando eu fui mesmo levei cinco ano sem vim em casa, [isso **aqui**] eu sei que eu num me esqueço, é...

(HV-05)

- e. DOC(1): E...pra aquela zona ali mais de cima de...Teixeira, acima de Teixeira...é Itabela...

INF(1): É...é...é hum...Texêra, Itabela, foram...Ô, menino! Ô...ô, Domingo abre...abre essa portêra aqui, pa mim, fazendo favô! Por causa que eu to convesano com rapa'í...

CIRC(1): Qual'ê a portêra?

INF(1): [Essa dali]. [Essa dali] pá podê passá lá...

CIRC(1): É...eu dêxo lá...

DOC(1): Vai entrá tropa aí?

INF(1): Vai...É...Sim, [a pergunta **lá**]? É...

DOC(1): Sim, então...num subia muita madeira não? Descia mais pro Espírito Santo?...

INF(1): É, descia pra Espírito Santo, é...ia mais é... ia mais é... daí'a pa muito pa...ia pa Nova Viçosa, sabe Nova Viçosa?

(HV-06)

Em (14a), o informante HV-B retoma uma proposição mencionada anteriormente, marcada em sublinhado, com o uso do demonstrativo *esse* em coocorrência com *aí*. Pode-se observar o mesmo fenômeno em (14b) em que a informante HV-C retoma a proposição do documentador que relata como os dentes deveriam ser arrancados por meio do DP *isso aí*, composto pelo demonstrativo *esse* com o reforçador *aí*. Na mesma sentença, observa-se o uso dêitico de *esse aí* para denotar uma entidade visível na situação discursiva que tinha o dente com raiz. Já em (14c), há o uso do DP *esse assunto aí* para retomar uma proposição do documentador que questiona sobre o plantio de eucalipto na região. A única ocorrência de uso dêitico discursivo com *aqui* é observada no exemplo em (14d) em que a informante HV-05 retoma o evento dito anteriormente por meio da coocorrência de *isso* como reforçador. Por fim, em (14e), é exposto o único dado de uso de *lá* em um DP composto por determinante e núcleo como reforçador atuando para retomar uma pergunta que foi interrompida bem anteriormente e era iniciada pelo documentador. É possível que tenha sido feito o uso de *lá* porque a proposição estava bem mais distante, no entanto, como se trata da única evidência, é difícil generalizar.

5.1.2.3 *Uso recognitivo em coocorrência com aqui, ali, aí e lá*

Entre os 889 dados quantificados, 30 são de uso recognitivo. A coocorrência é feita com somente com demonstrativos e, em 18 dados, há coocorrência do demonstrativo *esse* e em 12 do demonstrativo *aquele*. Destaca-se o fato de que o demonstrativo *aquele*, embora seja usado com menos frequência em termos gerais, tem uma frequência de uso maior nesse contexto específico do que nos outros contextos já apresentados (situacional, anafórico, discursivo), caracterizando, portanto, um contexto que facilita o uso de *aquele* em coocorrência com reforçadores. Além disso, há 3 ocorrências de uso recognitivo de informantes do sexo feminino e 27 ocorrências desse uso em dados de informantes do sexo masculino. Observam-se exemplos de uso recognitivo nos exemplos em (15), a seguir.

(15) a. É... é... de casa da minha menina é longe pa cidade, né? Agora se fô pa... pudê consultá quarqué lado, ou [esses particulá **lá**] mesmo... tudo bem, mas se vem pa cidade, é longe.

(HV-09)

b. Mas, porém... e tá enfeiano um pôquinho, porque tem [aquele marimbodo **ali**], num posso roçá.

(HV-02)

c. Mandioca guenta chuva, guenta sol...não tem esse negócio não. Vale é se crescê... é... Farinha sempre 'cê vende aí num bom preço ali... [esses precinho **aqui**], mas dá pra quebrá um galho melhó, porque 'cê vende um saco de farinha aí por seis mil aí, na rua ali.

(HV-08)

d. Que, s'eu tivé uma pé de canela em casa, fái vez... canela, é cravo, 'cê faz café mesma coisa, inda é mais gostoso que [aquele **lá** de pó].

(HV-22)

e. É eu vô pra Igreja, assistir oração, eu faço oração **lá** o dia todo como puder... Sai devagazinho, senão deita e dorme... muito melhó... que ficá perdeno noite de sono e, no mei d[esses novato **aí**, que 'cê num sabe se reza ô se num reza], fi' dum animal.

(HV-24)

A informante HV-09, em (15a), realiza o DP *esses partícula lá* para indicar determinadas clínicas particulares em que ela poderia se consultar sem precisar ir na cidade,

que é longe. Não se trata de clínicas que o falante e o ouvinte conhecem, mas clínicas familiares por compartilharem da característica de serem pagas. Em (15b), o *DP aquele morimbodo lá* denota uma entidade que o ouvinte pode depreender que se trata do ferrão do marimbondo, que não pode ser mexido. O *DP esses precinho aqui* é usado para indicar um tipo de preço acessível à venda da farinha que o ouvinte pode depreender que tipo de preço é. Em (15d), o informante HV-22 faz uso do demonstrativo *aquele* em coocorrência com *lá* para indicar uma entidade, um tipo de café que é feito de pó, que pode ser interpretada pelo ouvinte como familiar, caracterizando um uso recognitivo. Por fim, em (15e), HV-24 relata que, por vezes, fica em casa dormindo ao invés de ir para as rezas para não ficar no meio de pessoas que ainda não sabem rezar. Para isso, o informante faz uso do demonstrativo *esse* em coocorrência com o reforçador *ai*, elencando um tipo de novato, pessoa que não sabe rezar. Por ser inserida pela primeira vez no contexto discursivo, não se trata, portanto, de uma anáfora nem pode ser dêitico porque é uma entidade que não pode ser localizada na situação discursiva, sendo seguida por uma relativa explicativa.

5.1.3 Algumas considerações sobre os usos dêiticos de *aqui*, *ali*, *ai* e *lá* em Helvécia

Na primeira parte da análise dos usos de *aqui*, *ali*, *ai* e *lá*, foram descritos os usos dêiticos, entendendo-os em seu sentido mais amplo, ou seja, envolvendo desde o aspecto situacional (exofórico) ao uso anafórico, discursivo e recognitivo.

Em geral, em todos os tipos de usos dêiticos em que havia reforçadores, houve, de forma preponderante, a coocorrência demonstrativos com esses elementos, evidenciando que o fato de só existir quase exclusivamente apenas um demonstrativo no dialeto de Helvécia, *esse*, faz com que seja, em alguns usos, necessário e, em outros, possível o uso de *aqui*, *ali*, *ai* e *lá*, como reforçadores.

No uso dêitico situacional, o uso de reforçadores é necessário para os informantes da faixa 3, pois é a partir deles que são estabelecidas as relações oposições de [+/- proximidade]. Do mesmo modo, nos informantes da faixa 1 e 2, os demonstrativos começam a assumir relações mais estabelecidas de deiticidade, mas ainda assim os reforçadores são necessários para estabelecer as oposições contrastivas (pessoa, tipo de distância). Ao observar os dados de deiticidade do dialeto de Helvécia, parece haver indícios da influência do contato linguístico na formação de sistemas de deiticidade que estão se aproximando do PBP e que são diferentes do PE. Para ter uma análise mais aprofundada desse fenômeno seria interessante observar os dados de deiticidade de línguas crioulas e das línguas de substrato no

intuito de entender se houve influência de contato e como ela se manifestou na formação de um sistema de deiticidade que se diferencia do PE (CÂMARA Jr., 2004; CASTILHO, 1993; RONCARATI, 2003).

Quanto à anaforicidade, há dois sistemas também. No primeiro, dos informantes da faixa 3, há uso exclusivo do reforçador *aí* sem que haja oposições. No segundo sistema, há a emergência dos usos de *aqui* e *lá* para estabelecer oposições de anaforicidade. Parece que o uso de reforçadores, para os informantes da faixa 1 e 2, é necessário para estabelecer as oposições de retomada de entidades já mencionadas. No entanto, esse sistema parece se diferenciar do sistema usado no PB que pressupõe a oposição de *esse* e *aquela*, sem que haja reforçadores (RONCARATI, 2003). Diante disso, seriam importantes futuros estudos que comparassem o uso de demonstrativos e de reforçadores na anaforicidade.

No mesmo sentido, ao se observar o uso de reforçadores em contextos de dêixis discursiva, retomando um evento ou uma proposição, há uso quase exclusivo de *esse* em coocorrência com *aí*, sem que haja formas de oposição. Enquanto que no PB parece que há preferência de uso de *esse* e *aquela*, sem a existência de reforçadores (RONCARATI, 2003).

Por fim, no uso recognitivo, há um uso mais amplo do demonstrativo *aquela*, e os reforçadores também são usados nesses contextos. Também parece que no PB há uma inclinação para o uso recognitivo sem a presença de reforçadores (RONCARATI, 2003).

5.2 MARCADORES DE ESPECIFICIDADE EM HELVÉCIA

Nesta subseção, são retomadas as apresentações de definitude e de especificidade, a fim de entender o processo de formação de um marcador de especificidade no dialeto de Helvécia como resultado do processo de contato linguístico.

Segundo Lyons (1999, p. 02 e 03), a definitude está associada à familiaridade, que consiste na capacidade do falante e do ouvinte compartilharem o conhecimento de uma entidade. Um DP é definido quando o falante e o ouvinte conseguem pressupor a unicidade da entidade, enquanto que não é definido se o ouvinte não conhece a entidade, como no exemplo em (16).

- (16) o pai ficô de chegá agora, num sei nem se vém... trabalha em Vitória. É filho duns casal que mora aí embaixo, alí. Num deu certo.

(HV-03)

Em (16), a informante está falando sobre o pai de seus filhos e faz uso do DP *o pai* para denotar uma entidade que tanto o falante como o ouvinte podem pressupor unicidade, sendo um DP [+ definido]. No DP *uns casal que mora aí embaixo*, a informante sabe quem são os pais de seu ex-marido, mas o ouvinte não sabe, então é um DP [- definido] e há uso do artigo indefinido.

Tomando como base o estudo de Ionin, Ko e Wexler (2004, p. 5), entende-se por especificidade a intenção de um falante fazer referência a um indivíduo único no conjunto do NP. Ou seja, não se trata de um indivíduo que o falante tem em mente, tal como proposto por Lyons (1999, p. 167), mas da intenção do falante em fazer referência a uma entidade que pode ser ou não conhecido do falante, como no exemplo em (17).

(17) ...mas esse fazendêro aí solto [um tipo de um pêxe **aí**]... num sei que tipo de pêxe é esse aí não... é um grandão assim...

(HV-08)

Em (17), parece que o informante não sabe qual é o tipo de peixe, mas faz uso do *aí* para tornar a referência específica em um DP [- definido].

Entre os 899 dados de uso de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá*, 241 ocorrências correspondem a formas de uso desses elementos que não são dêiticos¹⁹⁰. A possibilidade de uso de um marcador de especificidade no dialeto de Helvécia ocorre de forma mais sistemática em contextos de DP indefinido. Os dados foram analisados em dois pares diferentes: de um lado *aqui* e *ali*, que apresentam menos frequência como marcadores de especificidade; de outro *aí* e *lá* que são usados com mais frequência e parecem revelar formas mais gramaticalizadas do marcador de especificidade. Essa discussão é feita na primeira parte desta subseção. Na segunda parte, observa-se a possibilidade de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* serem marcadores de especificidade em contextos de DP [+ definido], principalmente quando há pressuposição de unicidade da entidade. Por fim, na terceira parte, é feita uma síntese sobre as discussões dos dados analisados.

5.2.1 **Aqui, ali, aí e lá: Marcadores de especificidade em DPs indefinidos**

¹⁹⁰ Como foi observado nos dados da Tabela em 4, a existência de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* no DP levam necessariamente a uma interpretação específica do DP, podendo ser ou não definida.

Os dados de pronomes, demonstrativos e determinantes, principalmente, indefinidos coocorrendo com *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* como marcadores de especificidade em DP [- definido] são exibidos na Tabela 09, a seguir:

Tabela 09 – Distribuição de coocorrência de determinantes com *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* marcadores de especificidade

	Aqui	Ali	Aí	Lá	Total	(%)
Demonstrativo	1	2	5	1	9	4
Pronome	0	0	2	1	3	1
Art. definido	0	1	11	14	26	13
Nome nu	1	2	23	18	44	22
Art. indefinido	8	7	62	44	121	60
Total	10	12	103	78	203	100

Fonte: Elaboração própria

Como se observa na Tabela em 09, há favorecimento para marcação de especificidade com uso de determinante indefinido em coocorrência com *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* ao mesmo tempo em que o uso de demonstrativo em coocorrência com esses elementos tem uma frequência baixa, em comparação aos usos dêiticos.

Além disso, a possibilidade de marcação de especificidade com *aí* e com *lá* é muito mais frequente do que os usos de *aqui* e de *ali*. É importante diferenciar uma tendência para a marcação de especificidade acontecer com *aí* (51%), e com *lá* (38%), como nos exemplos em (18), enquanto que *ali* (6%) e *aqui* (5%), nos exemplos em (19), tendem a não ser estratégia mais usada para marcação de especificidade¹⁹¹.

(18) a. Tinha aula aí, né, [uma moça aí] dava aula ali, uns pessoal que morava aqui...

(HV-03)

b. É por... ‘cê sabe por causa de quê? Surgiu [um negóci’ lá] de [uns camarado lá], [uns primo lá] que num ia com [o ôto lá]... e tal...

(HV-08)

No DP *uma moça aí*, em (18a), a informante HV-03 faz uso do *aí* para tornar a referência específica em um DP [- definido]. Em (18b), o informante HV-08 faz uso de quatro

¹⁹¹Em termos gerais, não se pode negar que *ali*, em termos percentuais, tem uma possibilidade de ser usado como marcador de especificidade que supera a porcentagem do uso de *aí*. Os usos de *ali* como marcador de especificidade somam 12 ocorrências, representando aproximadamente 29% do total de usos gerais desse elemento enquanto que há 103 ocorrências de *aí* como marcador de especificidade, o que representa 21% do total de dados. Isso pode ser explicado pelo fato de *aí* ter um uso quase exclusivo em alguns contextos dêiticos como a dêixis discursiva ou uso dêitico exofórico entre os informantes da faixa 3 e da faixa 4.

DPs indefinidos em que há uso de *lá* como marcador de especificidade. Ao falar do negócio que surgiu, o ouvinte desconhece qual é, portanto, é um DP indefinido, mas também, para tornar um negócio específico, o informante insere em posição pós-nominal o *lá*. Do mesmo modo, *uns camarado lá*, *uns primo lá* e *o oto lá* são DPs indefinidos, mencionados pela primeira vez, e o falante teve a intenção de especificar os referentes, portanto, são específicos.

(19) a. Graças a Deus... de vez em quando, ela: “Ah! o cabeça, isso assim, assim...” Aí toma chá, toma [um comprimido **ali**], aí mesmo passa. No ôtro dia, vai pra roça; no ôtro dia, vai lavá uma rôpa, um coidado na panela, pa num queimá... e aí vai embora, né?

(HV-24)

b. A pessoa fica ‘bestalhada, até o cachorro mermo! Se batê nos óio do cachorro... meu irmão tem [um cachorro **aqui**], o cachorro dele é cego.

(HV-07)

Em (19a), o informante HV-24 relata sua rotina em que, após o trabalho na roça, fica com a cabeça doendo, sendo necessário tomar um chá ou um comprimido. Ao inserir pela primeira vez a referência, o informante especifica uma entidade, mas não teve a intenção de torná-la conhecida ao ouvinte. Do mesmo modo, em (19b), a informante HV-07 relata que seu irmão tem um cachorro e mesmo que o ouvinte não esteja familiarizado com a entidade, é especificada por meio de *aqui*. Na segunda menção ao cachorro, o DP *o cachorro dele* é [+definido] e [+específico].

É importante ressaltar que, comparando os dados obtidos neste estudo com os dados de Confessor, há proporções semelhantes: 51% de *aí*; 40% de *lá*; 6% de *ali*; e 3% de *aqui*. Embora sejam comunidades diferentes, formadas em contextos sócio-históricos distintos, a semelhança dos resultados pode evidenciar um processo de emergência de *aí* e *lá* como marcadores de especificidade que foi estabelecido no PB a partir de mudança de baixo para cima, nos termos de Lucchesi (2017).

Apartir dos dados sócio-históricos dos informantes de Helvécia, pode-se supor que o uso de *aí* e *lá* como marcadores de especificidade já era observado na comunidade, pois não é um fenômeno incorporado no dialeto pelos informantes que estiveram fora da comunidade (HV-02, HV-03, HV-05, HV-07, HV-12, HV-19 e HV-20) porque, ao retirar as ocorrências desses informantes (64 ocorrências), ainda prevalece mais de dois terços dos dados (139 ocorrências). Além disso, ao observar os dados de marcadores de especificidade por faixa etária, cada informante da faixa 1 tende a realizar em média 8,3 ocorrências; na faixa 2, a

média por informante é de 8,8 ocorrências; e, na faixa 3, de 8,3 ocorrências¹⁹². Não se observa, em termos gerais, um processo de mudança, com a aquisição desse fenômeno pelos informantes mais novos.

5.2.1.1. Há marcação de especificidade com *aqui* e *ali*?

Nesta subseção, são analisados os usos de *aqui* e *ali* e não é possível caracterizá-los como marcadores de especificidade, por duas motivações:

- i) nos dados de Helvécia, aproximadamente 91% das ocorrências de *aqui* são atestadas em uso dêitico (situacional, anafórico e recognitivo). Porém, há poucas ocorrências de *ali* tanto como dêitico quanto marcador de especificidade;
- ii) em alguns dados analisados, parece que *aqui* e *ali* atuam como se houvesse uma genericidade dêitica¹⁹³, ou seja, não seriam exatamente marcadores de especificidade, mas elementos em que a deiticidade não foi especificada¹⁹⁴, como se observa em (20) e em (21)¹⁹⁵.

(20) DP [- definido] + *ali*

- a. INF: - Ele vai...Ele manda eu vai em Juerana. Conde dá uma hora ININT, ele senta na frente de porta assim! Oiá quand'eu venho! Onde ele apontô, eu tenho que parar! Coisa boa tá lá no fogo! Quando ININT, quando acha bom ININT. Mas... quando ia sambá no terêro, assim bate barriga... Ah! Aí ele não ININT não! Aí fica ali e fica lá... Pá oiá ieu!

DOC1: - Era mesmo? Vigiava!

¹⁹²Entre os informantes da faixa 1, houve 53 ocorrências; da faixa 2, 68 ocorrências; e da faixa 3, 83 ocorrências. É importante lembrar que foram analisados 10 inquéritos de informantes da faixa 3.

¹⁹³Compreende-se neste estudo que o uso de *aqui* e *ali* nesses contextos compartilha de semelhanças com o uso de pronomes pessoais que são usados em contextos de *genericidade*, *indefinição* ou de *indeterminação*. A nomenclatura e a análise do fenômeno é diversa na literatura. Lyons (1999, p. 31 e 32) discute a vinculação de pronomes pessoais a DPs com quantificação universal, demonstrando que há uma leitura *indefinida*. Cavalcante (2000, p. 38-40), em um estudo funcionalista, argumenta que há uso indeterminativo de *ele* e uso genérico de *eu* e *você/tu* em contextos discursivos que, na verdade, mesmo genéricos, compartilham de deiticidade. Por limites deste estudo, não é possível ampliar a análise desse fenômeno.

¹⁹⁴ Escolheu-se trabalhar com esses dados nesta subseção, tendo como base o estudo de Confessor (2013, p. 135 e 136) que lista contextos de uso de *aqui* e de *ali* como marcadores de especificidade e se verifica semelhança com as ocorrências encontradas neste estudo.

¹⁹⁵Um teste para observar se se trata de um contexto de especificidade é a possibilidade de alternância por outro marcador de especificidade, como *ai* e *lá*, sem que haja mudança no sentido da sentença. Isso demonstraria que não se trata de um contexto de deiticidade ou então haveria oposições contrastivas. Como se parte do pressuposto que o dialeto de Helvécia foi formado como um crioulo, sendo, portanto, uma variedade da língua que é diferente do PBP e do PB, então tais testes são de difícil aplicação. O que se gera com esses testes, na verdade, é a impressão de um processo de tradução, transferindo algumas correspondências e isso pode ajudar a entender como as diferenças entre as duas variedades, a de Helvécia da do PB.

INF: - Ciumento... pra ININT! Pa se contá, tá [esses home **ali**], ele avai na... vindo pra tirá dinheiro pra andá ININT, p'eu cumprá uma coisa! Ah! não, ININT! ININT dela não! No dela não!

(HV-19)

- b. Conforme o lugá, se fô um lugá de precisão... e tivé num alto, né?... Num alto, é o jeito colocá fogo, né, colocá bujã na boquinha da noite... Tá entendeno? Bom, aí eu tô lá com [uma roçada **ali**]. Ó... Bom dia, dona Benedita! Aí, eu tô lá com o roçado... aí pergunta a ele, pra me vê, aí eu falei assim: “Pôxa, tem uma cabaça ININT...casa de marimbondo assim”... Aí... é pra mim colocá fogo hoje, e vô colocá fogo nele, hoje, pra mim roçá o lugá...

(HV-02)

Em (20a), no DP *esses home ali*, a informante HV-19 faz referência à existência hipotética de homens que o falecido marido buscaria investigar por ser uma pessoa ciumenta. Nesse sentido, não são homens que podem ser identificados exoforicamente, já que são hipotéticos, e são inseridos como primeira menção, não podendo ser anafórico nem dêitico discursivo. Não se trata de um uso recognitivo porque não é um tipo de entidade identificável por conhecimento enciclopédico. Parece que se trata de um contexto em que a informante especifica homens hipotéticos, mas que não são conhecidos pelo ouvinte. Em um DP indefinido¹⁹⁶ *ali* parece ter uma leitura dêitica genérica. No exemplo em (20b), de HV-02, ao relatar que é necessário colocar fogo nas casas dos marimbondos para poder trabalhar na roça, o informante faz uso do DP *uma roçada ali*, sendo uma roça hipotética que ele vai trabalhar e não precisa definir isso ao seu ouvinte. Observa-se que o informante encerra a sentença, comprimenta à outra pessoa que está passando, Dona Benedita, e retoma a entidade que foi mencionada anteriormente com o DP *o roçado*, agora [+ definido]. Nos dois exemplos de (20), *ali* está realizado em um DP [- definido] e parece ter genericidade dêitica. É difícil afirmar o caráter de *ali* como marcador de especificidade porque, se houver substituição por *aí* ou por *lá*, parece haver mudança de conteúdo.

Nos exemplos em (21), a seguir, observa-se o uso de *aqui* também em contextos que parecem ser de genericidade da dêiticidade.

(21) DP [- definido] + *aqui*

¹⁹⁶ Embora a informante use o demonstrativo *esse*, não parece que são homens definidos, podendo haver a substituição de *esses* por *uns*, por exemplo, *ta uns home ali*. No entanto, esse teste é de difícil aplicação porque o dialeto de Helvéciatem especificidades próprias.

- a. Eu falei: “eu num vô duvidá não”, porque tem [uma épa **aqui**]... foi até no mei de agosto, agó(ra) eu num sei... eu num olhei a lua, mas... mas o bicho era todo dia, viu...

(HV-08)

- b. É, tem umas... [uns pôco dia d[esse **aqui**] pa trás], aqui mesmo em Texeira mesmo, diz que sumiro umas menina e as mãe numachô também não.

(HV-05)

Em (21a), o informante HV-08 fala sobre um período em que se ploriferam muitos insetos na região. O DP *uma épa aqui* é indefinido porque nem o falante nem o ouvinte sabem que *época* é. Em (21b), *aqui* a informante HV-05, embora tivesse em mente a noção temporal, não soube ou não quis explicitar quantos dias atrás umas meninas tinham desaparecido. Nos exemplos de *aqui*, (21b) e (21b), parece que há genericidade da dêixis por meio de *aqui*, pois, se houvesse a alternância desse por *lá*, a informação de tempo remoto seria acrescentada.

A partir dos exemplos em (20) e (21), o caráter de *aqui* e *ali* como marcadores de especificidade é questionável, pois parece ser um contexto de genericidadeda dêixis. No entanto, nos outros exemplos, (22) e (23)¹⁹⁷, *ali* e *aqui*, respectivamente, parecem atuar como marcador de especificidade, em que é possível alterar por *aí* e por *lá* sem que haja mudança de significado.

(22) DP [- definido] + *ali* [+ específico]

- a. Graças a Deus... de vez em quando, ela: “Ah! o cabeça, isso assim, assim...” Aí toma chá, toma [um comprimido **ali**], aí mesmo passa. No ôtro dia, vai pra roça; no ôtro dia, vai lavá uma rôpa, um coidado na panela, pa num queimá... e aí vai embora, né?

(HV-24)

- b. Aí eu saí muito enravecido, nunca aconteceu isso não. Tudo bem, eu falei: “é melhó mandá embora”, até poque se sem... se sem [a negoça **ali**], cê acha, toda vez vai dá esse pobrema, é ou num é?

(HV-06)

Em (22a), o falante referencia um comprimido específico que toma para passar a dor de cabeça em um DP [- definido]. Ao relatar sobre suas relações trabalhistas, em (22b), o

¹⁹⁷Os exemplos (22a) e (23) já foram apresentados em (19).

informante HV-06 diz que receberia uma advertência (*balão*) por se recusar a trabalhar no domingo e, desse modo, preferia ser demitido a aceitar a advertência. Ao usar o DP *a negoça ali*, a referência é especificada para o ouvinte e o *ali* atua como um marcador de especificidade em um DP [- definido], por ser primeira menção.

(23) DP [- definido] + *aqui* [+ específico]

A pessoa fica ‘bestalhada, até o cachorro mermo! Se batê nos óio do cachorro... meu irmão tem [um cachorro **aqui**], o cachorro dele é cego.

(HV-07)

Ao observar os usos de *aqui* e de *ali*, nos exemplos em (19), (22) e (23), evidencia-se a possibilidade desses elementos atuarem como marcadores de especificidade. Ou seja, os informantes podem ter em mente ou não a entidade, mas ela é introduzida pelo falante como uma referência em que o ouvinte deduz como uma existência específica. No entanto, em alguns exemplos apresentados, (20) e (21), parece que há uma indeterminação da deiticidade, no sentido de que *aqui* e *ali* não têm traços dêiticos, o que faria com que não fossem propriamente marcadores de especificidade.

O uso de *aqui* e de *ali* como marcadores de especificidade não é favorecido em Helvécia, considerando sua baixa frequência. As estratégias usadas pelos falantes da comunidade para marcar especificidade consistem com mais frequência no uso de artigo indefinido em coocorrência do com *aí* e *lá*.

5.2.1.2 Um marcador de especificidade *aí/lá*

Na análise da quantificação dos usos dos marcadores de especificidade em DP [- definido] (Cf. Tabela 09), constata-se que há uma preferência no uso de *aí* e de *lá* em detrimento de *ali* e de *aqui*. Nos exemplos em (24) e (25)¹⁹⁸, há uso de artigo indefinido em coocorrência com *aí* e com *lá*, respectivamente.

(24) DET-DEF + *aí*

a. Tinha aula aí, né, [uma moça **aí**] dava aula ali, uns pessoal que morava aqui...

(HV-03)

¹⁹⁸Os exemplos em (24a) e (25) já foram apresentados respectivamente em (18a) e (18b).

b. Nói pega [um bezerro **aí**], lá no campo lá e... monta cavalo, e... paco... paco... paco... correno mesmo!

(HV-02)

c. Quem? Eu? Eu... já sim... Eu 'doeci... uma vez... uma vez... mas e... assim... quase assim, eu num... num coisa não... Fazia um chá assim, né... de [uma folha **aí**], quarqué coisa, aí eu tomava, aí... eu levantava, né, qu'eu quase num... num frequenta muito esse negócio de... de métrico...

(HV-07)

d. DOC: Quem é que faz a barba do sinhô?

INF: Quem faz [baba **aí**] é... Julinho. Eu... é Julinho qu'eu manda fazê. Mas agora eu mandei eles pagarem poque esse já é outro. Agora mesmo custa sair.

DOC: Julinho vem aqui, então? Ele vem aqui fazê a barba, né?

INF: O quê?

DOC: Julinho vem aqui?

INF: Nõ. Eu ia lá!

DOC: Hum, sei.

INF: Depois diz, quandi esse... a estrada, aí ficô boa aí ficá bom.

CIRC2: A água de côco tava... dava, doce, hum?

DOC2: Tava sim, muito bom.

INF: É, ficava... eu fica bom. Aí veio. Eu fazia [uma vez **aí**] na casa de Julinho. [Uma vez **aí**] que eu fui fazê. Depois eu nunca mais eu fazê baba. Maria cotô o cabelo, isso mesmo cotô cabelo mais.

(HV-B)

No DP *uma moça aí*, em (24a), a informante HV-03 especifica a moça com uso de *aí* em um DP [- definido]. Do mesmo modo, em (24b), o informante HV-02 relata que ia *no campo para pegar bezerro* e usa um nome nu, embora não se trate de um DP genérico. Ele faz referência a um bezerro específico, leitura possível tendo em vista o uso do especificador *aí*. Em (24c), a informante HV-07 faz chá de *uma folha aí*, uma folha que a informante, embora não tenha querido revelar o nome da folha, especifica utilizando *aí*. No exemplo em (24d), o informante HV-B faz uso do DP *uma vez aí* duas vezes, a primeira na posição de objeto e a segunda como um DP focalizado e, nos dois casos, são DPs indefinidos e específicos.

(25) DET-DEF + *lá*

- a. É por... ‘cê sabe por causa de quê? Surgiu [um negóci’ **lá**] de [uns camarado **lá**], [uns primo **lá**] que num ia com [o ôto **lá**]... e tal...

(HV-08)

- b. ... Esse tipo de coisa... num ficá... se embolano... porque... vê com'é que ‘tão... como as coisa tomo hoje, né?... tomo hoje... [Um **lá**], vamo dizê que um faz [uma coisa **lá**], e ela tá naquele embolada, aí pronto... fala é ela que fez... Às vez ôto fez, e fala é ela que fez, aí por pôco vem... aquela quêxa pra mãe, entom, se fô uma coisa de pagá, entom a mãe tem que pagá o quê?

(HV-07)

- c. Né non, Getulio. essa aí ININT ele conta... ele conta caso direitinho, é o... é o home, é que eu... que falei que tinha por aí eu sei que tinha parecido [um home **lá**], muito bom, em Hevécia, é, mas num conhecia, mai tá conhecendo agora.

(HV-A)

Em (25a), o informante HV-08 faz uso de quatro DPs em que há uso de *lá* como marcador de especificidade. A informante HV-07, em (25b) apresenta um contexto em que uma pessoa, *um lá*, comete um ato, *uma coisa lá*, e culpa outra pessoa. Como se trata de uma situação hipotética, tanto a pessoa como o ato não existem, não havendo deiticidade, e são mencionados pela primeira vez. A informante faz uso dos artigos indefinidos, pois o ouvinte não pode inferir quais são as entidades e faz uso do *lá* para demarcar como referentes específicos. O DP *um hóme lá*, em (25c), também é [- definido] e [+ específico] a partir do momento em que o ouvinte não consegue identificar a entidade e o falante tem a intenção de especificar a referência.

Em (26), há uso de nome nu em coocorrência com *aí* e *lá* para marcar especificidade.

(26) Nome nu + *aí/lá*

- a. Ela prometeu de assiná, mas não assinô, e agora eu num vô dexá assiná mais, que eu vô saí, e assiná cartêra com [saláero baxo **aí**], o saláero tá trinta e doi, né?

(HV-03)

- b. É sim... poque o senhô vê que [rapaz **aí** do seus quinze ano]... os pai mandava ir fazê: “vai lá, vai lavá isso ININT pai”, aí cê falava assim: “ah, eu queria que o senhô me desse seu menino pa fazê esse serviço aqui pra mim”, eu já marcava, ININT tem

que fazê direito, né, hoje um menino desse tamanho ‘cê já num pode mandá ele fazê mais nada que ele vai contano: “quanto cê me dá?

(HV-12)

- c. Dêxa não! E compade Jacó me conversô [merda **lá**], conversô... “O japonês num deu ligança. É! Lá nós acerta.” O cabra ININT. Aí Jacó vêi embora! Quando nós chega, compade Jacó tá conversano com ôtro fazendêro de... criação de gado. Bem feito!

(HV-20)

Em (26a), a informante HV-03 relata sobre sua situação trabalhista e faz uso do DP [- definido] *salário baxo aí* em que *aí* atua como um marcador de especificidade. Em (26b), o informante compara como os jovens de gerações diferentes se comportam quanto aos trabalhos, para isso, pressupõe a existência de *um rapaz de quinze anos* e faz uso do *aí* como marcador de especificidade. Observa-se ainda que, em um discurso indireto, o informante faz uso do DP *esse serviço aqui*, sendo um serviço específico com uma genericidade dêitica. Por fim, em (26c), o informante HV-20 relata que Jacó estava falando *merda lá* para ele, ou seja, falando coisas específicas que o informante discordava, por isso, é um DP [+ específico] e [- definido].

Os exemplos em (27) e (28) são, respectivamente, de uso de determinante definido e pronome indefinido em coocorrência com *aí* e *lá*.

(27) DET_{+DEF} + *lá*

- a. DOC: Hum... Mas a mãe da senhora brincava roda.
INF: Diz ela que cantava mais [os menino **aí**].

(HV-09)

- b. Eu não tenho... o endereço dele não, Bernardino ININT fazê a escritura, teve lá na... na área dele lá em... Rondônia e... e qu'erapr'eu ir lá! Mas ele foi com o fio, o fio ficô lá, num deu certo com [o negó da malária **lá**]... do mosquito. ININT lá, é febre, é muito ININT! E aí Bernadino vortô!

(HV-20)

O DP *os menino aí*, em (27a), também é marcado positivamente para especificidade e negativamente para definitude. Do universo de meninos, trata-se de alguns específicos que brincavam de roda. Embora a informante faça uso do determinante definido *os*, a entidade não é familiar nem para o falante nem para o ouvinte. Em (27b), o informante HV-20 fala sobre a

viagem de Bernadino para Rondônia que teve problemas por conta de algo envolvendo a malária, fazendo uso do *lá* para marcar especificidade. Embora haja uso do artigo definido, o DP é [- definido] porque a referência é inserida pela primeira vez e o ouvinte não pode pressupor familiaridade do universo de possibilidades que envolvem a malária.

(28) PRON (*algum*) + *aí/lá*

- a. Não, senhô. Mas que a criação de primeiro é melhó do que d'agora é. Que os menino d'agora... brincadêra!... ‘Ocê vê... menino d'agora... [algum menino **aí**] xingá mãe bocado nome que... desgramô!...

(HV-10)

- b. DOC(1): E... e... muita confusão também no ônibus...?

INF(5): É, sempre dá confusão no ônibus.

CIRC 1: É.

INF(5): Não é direto não, mas [**lá** alguma vez], dá .

(HV-05)

Em (28a), o informante HV-10 faz uso do DP *algum menino aí* para especificar um referente e *aí* parece atuar como marcador de especificidade em um DP [- definido]. Em (28b), o DP *lá alguma vez* é [- definido] e *lá* parece atuar como marcador de especificidade.

A partir dos exemplos em (18), (24) a (27), observa-se os usos de *aí* e *lá* como marcadores de especificidade no dialeto de Helvécia, sendo que o uso de *aí* é mais frequente do que o de *lá* (Cf. Tabela 09). Parece que, nesses exemplos, se for aplicado um teste de substituição de *aí* por *lá*, o significado da sentença não seria alterado.

5.2.2 Possíveis usos de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* não dêiticos em DPs de referência única

Nesta seção, são apresentados os possíveis usos de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* como marcadores de especificidade em DP [+definido], com entidades em que se parte do pressuposto de unicidade. Ao discutir as noções de identificabilidade e de unicidade, de Lyons (1999) e de Ionin, Ko e Wexler (2004), foram apresentadas as possibilidades de marcação de [+ definido] a um DP por se tratar de uma entidade que é universalmente conhecida ou que se parte da pressuposição de unicidade. Nesses contextos, encaixam-se entidades como *sol*, *lua*, *o primeiro*, *o vencedor*, *o anestesista do plantão*, em que o falante não necessariamente conhece

tais entidades, mas pode depreender sua unicidade seja pela sua natureza única seja pela sua pressuposicionalidade¹⁹⁹.

Observa-se que, no dialeto de Helvécia, há possibilidade de uso de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* em contextos *default*, com pressuposição de unicidade. Nas 34 ocorrências de possíveis usos de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* como marcadores de especificidade em DP [+ definido], não se observa usos com demonstrativos e com artigos indefinidos (Cf. Tabela P, Apêndice 1), o que pode ser um fator para compreender como uso *default*, como nos exemplos em (29), (30), (31) e (32).

(29) DP [+ definido] + *aqui*

- a. Dezoito não, é vinte e um ano. Se jogá no... no juiz de menó, só saí com vinte e um ano! E ele... [juiz de direito **aqui**], ó, que travaia também lá, dezoito ano só de empregadô e, quando é que emprega aqui de menó, mas ele inda tá com resposta dos pais ININT .

(HV-20)

- b. Foi só assim, ficano devagazinho... devagazinho... e... e começo ficá desse jeito, eu corri a... [o médico **aqui**], só eu... só num fui a São Paulo e Rio, mas Belo Horizonte, Vitória, Itabuna... já foi até em Goiânia, eu fui.

(HV-12)

Em (29a), o informante HV-20 relata que menores de idade podem ser presos até completar 21 anos, mas o juiz libera que o jovem trabalhe se tiver menos de 18 com a responsabilidade dos pais. Parece que há três possíveis leituras para o uso de *aqui* em (29a): (i) pode ter uma interpretação de uso dêitico se existir um juiz em uma comunidade rural, sendo situacional; (ii) pode retomar a menção feita anteriormente, tendo uso anafórico; (iii) pode parecer que o informante faz uso do DP *juiz de direito aqui* para denotar uma entidade que se pressupõe unicidade, sendo [+ definido], e *aqui*, sendo um marcador de especificidade. Em (29b), o informante HV-12 faz uso de *aqui* no DP *o médico aqui*, e pode se tratar: (i) de uma entidade localizada deiticamente, sendo o médico que atende na comunidade; (ii) de uma

¹⁹⁹Na subseção 1.3.3, a partir do trabalho de Ionin, Ko e Wexler (2004), são descritas as possibilidades de uso de um demonstrativo em contextos *default* em que a pressuposicionalidade de unicidade é questionada, sendo necessário que haja uma situação discursiva que evidencie a possibilidade de ter mais de um sol, por exemplo, ou mais de um vencedor, ou seja, *não-default*.

entidade que não pode ser localizada deiticamente²⁰⁰ porque não haveria um médico na região sendo necessário viajar para outras localidades (Belo Horizonte, Vitória, Itabuna).

As diversas possibilidades de leitura dos exemplos em (29a) e (29b), tornam difícil a análise de *aqui* como marcador de especificidade em DP [+ definido]. Nesses exemplos, parece que, se for feito um teste de apagamento de *aqui*, não há alteração do significado da sentença. Isso pode demonstrar que é mais um exemplo de deiticidade genérica de *aqui* ou que se trata de um marcador de especificidade em DP [+ definido].

(30) DP [+ definido] + *ali*

- a. Eu fô bora de me adeitá. Depoi esse, ñ eu vêi aí na sala. Pa lá qu'eu num podia largá esse... esse de comê aí abeto aí, ói, carne fresco que Manoé meu fio comprô um quilo de carne. Deixá em cima da mesa que janela abeta! Cachorro subia aí comia esse... num comia? E [o olho **ali**] já queixano comida dento de casa. Ma eu trouxe!

(HV-B)

- b. Aí nisso eu tô no Banco do Brasil todo mês eu vô lá! Quarqué coisa eu entro lá no fóro, hein! [O cáxa **ali**] é muito meu amigo!

(HV-20)

Em (30), o informante HV-B relata que antes de dormir não se pode deixar comida acessível se não o cachorro entra pela janela e come. Algumas interpretações podem ser dadas considerando o DP *o olho ali*: (i) o informante insere uma entidade relacionada ao olho do cachorro, uma anáfora associativa, sendo, portanto, um contexto de [+ definido] e *ali* atua como marcador de especificidade; (ii) *ali* pode ser dêitico fazendo menção ao local em que está o cachorro na janela pedindo comida. Em (30b), o informante HV-20 relata que vai todo mês para o Banco do Brasil e é amigo do atendente. Nesse exemplo, o DP *o cáxa ali* pode ter as seguintes leituras: (i) introduz uma entidade por meio de uma anáfora associativa, tornando única e familiar ao falante e ao ouvinte, portanto, [+ definido] e *ali* atua como marcador de especificidade; (ii) identifica situacionalmente uma entidade.

Parece que, tanto em (30a) como em (30b), a o aplicar o teste de apagamento de *ali*, não há alteração do sentido da sentença, o que permite interpretar que *ali*, nos DPs *o olho ali* e *o cáxa ali*, é usado como marcador de especificidade em um DP [+ definido].

(31) DP [+ definido] + *aí*

²⁰⁰Também não seria anafórica porque a entidade é introduzida como primeira menção.

- a. Somente o largato, poque anda de dia. Com esse sol quente assim! [Minha nora **aí**] tem um cachorim... ele tá deitado aí... ININT. Ele fica assim. Quand'eu só via a coala e vai. E menino bate atrás! Quando chega lá, cada bitelo de lagáta acua no oco!
(HV-19)
- b. Agora io pó sai (r) daí só memo depoi de... da casa grande... da casa grande ININT io fico aí memo... assim memo... assim disputado aí. É... hoje... hoje pá iô cumê. Enquanto eu trabaiava de aposentado é... é... [minha subrinha **aí**] vai recebê meo dieru ININT.
(HV-B)
- c. DOC (1): Num deu pra molhá não, né?
INF (15): Deu, meu sinhô, deu água... como empoçô tudo alí, ó!
DOC (1): É.
INF (15): Tava, táque, táque. [Mãe dela **aí** que tava aí] botô um latão que teve aí, enchê d'agua. Agora, hoje ta chuveno pra lá, ó!
(HV-15)
- d. DOC2: E a senhora conhece muita rezadêra por'aqui? Tem gente que reza?
INF: Por'aqui?! Tem gente que reza lá... ali mermo, ó, numa casa numa rua... [dona **aí**] é assim ó... fica assim, desse lado, assim... ó... lá assim... Ela reza bem, ela benze... benze... reza.
(HV-09)

Nora é um item lexical relacional, estabelecendo uma entidade em que se pressupõe unicidade, a menos que fique explícita a existência de mais de uma *nora*, assim, *a minha nora* ou *minha nora* tendem a ser DPs em contexto [+ definido]. No contexto de (31a), parece que não há nenhuma *nora* presente, apenas o cachorro dela, e não haveria necessidade de denotar deiticamente uma entidade não presente (nem por anáfora). No entanto, a informante faz uso de *aí* no DP nu, *Minha nora*. Entende-se, portanto, que: (i) ou se trata de um uso de *aí* como marcador de [+ específico] para o DP [+ definido]; (ii) ou o DP é [- definido], e *aí* é marcador de especificidade; (iii) ou a *nora* está presente e é localizada situacionalmente. Em (31b), HV-B conversa sobre sua aposentadoria e diz que sua sobrinha é quem vai receber o seu dinheiro. Como *sobrinha* é um item relacional, pode pressupor unicidade. O uso de *aí* pode ser explicado: ou porque há mais de uma sobrinha presente e é necessário um elemento dêitico para realizar oposições entre as sobrinhas; ou porque é um marcador de especificidade em um DP [+ definido]. Em (31c), ao ser perguntada sobre a chuva, a informante HV-15 diz que

choveu o suficiente para deixar tudo empoçado e que a mãe da menina, *Mãe dela aí*, que estava presente na situação discursiva, *que estava aí*, tinha colocado um latão que chegou a encher de água. *Mãe* é um item lexical relacional em que se pressupõe unicidade e que exige um complemento nominal, *dela*, contudo a informante faz uso de *aí* e parece que não pode ser dêitico, sendo um marcador de especificidade em um DP [+ definido]. Parece que em (31d) o *aí* é usado: (i) como um elemento dêitico, localizando uma dona exoforicamente; (ii) ou como um marcador de especificidade em um DP [+ definido] em um contexto de anáfora associativa.

(32) DP [+ definido] + *lá*

a. Quando eu ganhei a menina, [a dotôra **lá**] quiria me operá. Mas, eu fiquei com medo.

(HV-03)

b. Encontra, s... pois se aqui tem [a radia **lá**], eles bota no rádio, aí a rádia acha, guarda as criança, espera...

(HV-05)

Em (32a), a informante HV-03 diz que, quando teve sua filha, a doutora queria fazer uma operação, mas ela ficou com medo. Pode-se pressupor as seguintes leituras do DP a dotôra lá: (i) por estarem uma anáfora associativa, inserindo uma entidade de pressuposição única, a doutora obstétrica do parto, é um DP [+ definido] e *lá* seria um marcador de especificidade; (ii) embora a informante faça uso do artigo definido *a*, o DP é [- definido] e é uma doutora indefinida e específica; (iii) *lá* é dêitico e localiza situacionalmente a doutora por uma ação que ocorreu em um passado remoto. Na sentença em (32b), a informante HV-05 relata que, quando alguma criança se perde, as crianças são levadas para a rádio da região, *aqui*, que circula a informação para que ela seja encontrada pelos pais. Nesse contexto, *aqui* é dêitico e expressa que existe uma rádio na região e *lá* parece não ser dêitico porque a deitidade está marcada em *aqui*. Nesse contexto, *lá* pode atuar como um marcador de especificidade em DP [+ definido], podendo ser retirado sem que houvesse alteração do significado da sentença.

Nesta subseção, apresentaram-se possíveis usos de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* como marcadores de especificidade em DPs em contexto [+ definido], em que há entidades cujo pressuposto é de unicidade, como *a vizinha*, *a mãe*, *o doutor*, ou em contextos de anáfora associativa. No PB, em geral, *aí* e *lá* atuam como marcadores de especificidade em DPs [- definido], não

sendo comum observar tais usos em DPs definidos (TAVARES, 2001a, 2001b; PEREIRA, 2011; CONFESSOR, 2013).

Se se trata de fato de um uso de marcação de especificidade em DP [+ definido], para além de se traçar uma diferenciação com o que ocorre no PB, observa-se mais uma possível evidência da influência do contato linguístico na constituição de um marcador de especificidade no dialeto de Helvécia. Desse modo, *ai* e *lá* atuariam de forma mais parecida aos determinantes pós-nominais das línguas Gbe, marcando especificidade em um DP [+ específico], independente da marcação de definitude, tal como discutido por Aboh (2004). Quando fossem usados em nomes nus, *ai* e *lá* poderiam se configurar quase como determinantes pós-nominais, marcando especificidade.

No entanto, para chegar a uma análise sobre os usos de *ai* e *lá* como determinantes pós-nominais no dialeto de Helvécia, é necessário comparar os usos de determinantes definidos e indefinidos com os usos de nomes nus em que não há coocorrência. Essa análise pode ser feita em estudos futuros. Além disso, quando se compara os usos de marcadores de especificidade em contextos definidos e indefinidos, há uma frequência menor também para os possíveis usos definidos.

Pode-se supor que, no dialeto de Helvécia, existiam as duas formas, marcadores pós-nominais em DP [+ definido] e em DP [- definido]. A primeira forma era frequentemente menos usada e mais suscetível a influências de homogeneização linguística porque, no PB, o sistema de artigos marca definitude e há diversos marcadores que ajudam a identificar quando é o DP indefinido é específico, como possessivos e quantificadores, como é discutido no Capítulo 2.

Parece possível supor que, no dialeto de Helvécia, pode existir um marcador de especificidade pós-nominal em DPs definidos e indefinidos. A segunda forma conseguiria continuar existindo por ter mais frequência de uso e por estar em um contexto menos controlado às influências de processos de nivelamento linguístico (LUCCHESI, 2017). Desse modo, os fatores sociais atuaram diretamente na competição e na seleção de uma forma em detrimento da outra. No entanto, para testar tal hipótese, seriam necessários outros estudos, comparando os usos de marcadores de especificidade em variedades do PBP.

5.2.3 A emergência de um marcador de especificidade no dialeto de Helvécia

A partir dos resultados apresentados neste estudo, entende-se que a formação de um marcador de especificidade no PB e no dialeto de Helvécia pode ser resultado de um processo contato linguístico. Para essa hipótese, tomou-se como base as seguintes características:

- 1) as línguas românicas, em geral, dentre as quais o PE, não têm um marcador de especificidade pós-nominal que foi originado a partir de um elemento, à priori, locativo (PEREIRA, 2011, p. 213-214);
- 2) algumas línguas crioulas apresentam um marcador ou determinante de especificidade pós-nominal que foi formado a partir de um elemento locativo da língua lexificadora, dentre essas línguas está o MC, (GUILLEMIN, 2007, 2009 e 2011), e o HC (ABOH, 2004 e 2015 ; LEFEBVRE, 1998; ROBERTS, 2007, p. 423);
- 3) as línguas do grupo Gbe (ABOH, 2004 e 2015) têm um determinante que marca especificidade e é pós-nominal, e foram línguas de substrato na formação do MC, do HC e do PBP, podendo pressupor uma influência de substrato na formação de determinantes e marcadores de especificidade pós-nominal;
- 4) o PBP foi formado tendo como base situações de contato em um contexto de multilinguismo generalizado, em que a língua portuguesa era a língua alvo e, entre as línguas dos povos africanos escravizados estavam as línguas indígenas, línguas *bantas* e as línguas *kwa*, dentre elas línguas do grupo Gbe.

Reunidos esses fatores sociais e linguísticos, ao analisar os dados da comunidade de Helvécia (uma comunidade em que se formou um crioulo, nos termos de Lucchesi, Baxter, Silva e Figueiredo (2009, p. 94)), observou-se que:

- 1) no dialeto de Helvécia, já existia marcadores de especificidade oriundos de *aí* e *lá*, reforçadores dêiticos. Não se tratava, portanto, de uma inovação nem das faixas etárias 1 e 2, nem dos falantes semi-alfabetizados. Do mesmo modo, não foi um fenômeno trazido por informantes que estiveram fora da comunidade por mais de 6 meses;
- 2) as quantificações de usos de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* como marcadores de especificidade no dialeto de Helvécia apresentam semelhanças com as quantificações de dados do PB em geral, analisados por Confessor (2013). Desse modo, aparentemente é difícil afirmar que há um processo em curso de gramaticalização de locativos em direção a marcadores de especificidade. Em tese, esse processo já deve ter se concretizado, na formação dos marcadores de especificidade, *aí* e *lá*, no contato interlinguístico;

- 3) tal como observado no PB, por Confessor (2013), no dialeto de Helvécia, *aqui* e *ali* não atuam exatamente como marcadores de especificidade em DPs indefinidos, parecendo, em alguns casos, como uma indeterminação dêitica, enquanto que *aí* e *lá* são usados nesses contextos com muito mais frequência e não parecem ser casos de indeterminação dêitica;
- 4) o contexto que facilitou o uso de marcadores de especificidade no dialeto de Helvécia tem uma estrutura indefinida em que o determinante indefinido antecede o DP, seguido de NP e o marcador de especificidade pós-nominal, [DET indef. [NP [*aí* / *lá*]]];
- 5) por fim, entre as ocorrências observadas, há possível uso de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* em contextos não dêíticos em que o DP é [+ definido] e [+ específico]. Parece que esse tipo de uso não é observado no PB em geral. A existência desse fenômeno no dialeto de Helvécia possibilita supor que o uso de *aí* e *lá* como marcadores de especificidade era presente tanto em contextos definidos como em contextos indefinidos. Mas, pela baixa frequência e pelas situações de controle, em termos de nivelamento linguístico (LUCCHESI, 2017), o segundo uso, no processo de competição e de seleção, deixaria de ser presente no dialeto.

5.3 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS DADOS ANALISADOS

Neste capítulo, foi realizada uma descrição dos usos de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* como dêíticos e como marcadores de especificidade em amostras de fala de 22 informantes da comunidade de Helvécia. Listam-se os seguintes resultados obtidos a partir da análise quantitativa dos dados:

- os dados das informantes de Helvécia evidenciam um processo de reordenamento do sistema de deiticidade a partir da insurgência (nas faixas 1 e 2) do demonstrativo *aquele*, como marcador de [- proximidade], e do reforçador *aqui* para situar relações contrastivas de proximidade;
- evidencia-se a existência de *aí* e *lá* atuando marcadores pós-nominais de especificidade em dados de uma comunidade rural afrobrasileira, possibilitando afirmar que esses elementos tornaram-se marcadores de especificidade por conta da situação de contato, principalmente pela influência de línguas de substrato do grupo Gbe;

- a coocorrência de demonstrativos com reforçadores influencia diretamente na marcação de deiticidade enquanto que DPs indefinidos antecidos por determinantes indefinidos tendem a ser um contexto facilitador da marcação de especificidade;
- a observação do uso de reforçadores e de marcadores de especificidade no PBP, a partir dos dados de Helvécia, pode colaborar no entendimento de como se deu o processo de formação da língua portuguesa bem como oferecer uma base de dados para ajudar na compreensão da estrutura sintática do DP nas línguas humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo consiste na descrição dos usos de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* no DP tendo como base dados linguísticos da comunidade rural afro-brasileira de Helvécia-BA.

Além do uso dêitico, esses elementos podem ser usados como marcadores de especificidade, caracterizando uma diferença entre o PB e o PE, em que não há essa possibilidade (PEREIRA, 2011). Esse foi um fator importante para estabelecer a hipótese de que os marcadores de especificidade, principalmente *aí* e *lá*, emergiram no PB como resultado do contato da língua portuguesa com línguas indígenas e com línguas africanas, principalmente as línguas *bantas* e as línguas *kwa*. Assim, os dados da comunidade rural de Helvécia são importantes porque nessa comunidade foi formado um crioulo que rapidamente foi descrioulizado (Lucchesi e Baxter, 2009), como resultado do processo de colonização tardia da região. Uma hipótese subsequente deste estudo é que a estrutura atua como um fator determinante de como esses elementos são usados.

Nos usos dêíticos, o resultado da análise quantitativa dos dados do dialeto de Helvécia possibilita observar que:

- 1) os demonstrativos, principalmente o demonstrativo *esse*, e os artigos definidos coocorrem com mais frequência com reforçadores, respectivamente (64%) e (18%);
- 2) *aqui* é um elemento inovador no dialeto da comunidade, mais comum entre informantes das faixas etárias 1 e 2;
- 3) a baixa frequência dos dados de *ali* (23 ocorrências) não possibilita identificar relações de oposição contrastiva com relação ao tipo de afastamento do falante e do ouvinte;
- 4) as oposições contrastivas de dêiticidade situacional (ou exofórica) são estabelecidas a partir de dois sistemas diferentes. No Sistema de Dêiticidade 1, característico dos informantes da faixa etária 3, há um único demonstrativo, *esse*, e as oposições são realizadas na coocorrência dos reforçadores *aqui* e *aí*, para marcar [+ proximidade], e dos reforçadores *ali* e *lá*, para marcar [- proximidade]. No Sistema de Dêiticidade 2, característico dos informantes das faixas etárias 1 e 2, há dois demonstrativos, *esse* e *aquele*, que marcam, respectivamente, [+ proximidade] e [- proximidade] e a coocorrência com reforçadores permite estabelecer relações contrastivas de [+ proximidade] do ouvinte, *esse aqui*, [+ proximidade do ouvinte], *esse aí*, e [- proximidade] do falante e do ouvinte, *esse/aquele ali* ~ *esse/aquele lá*;

- 5) diferente do que parece ser comum no PB, no dialeto de Helvécia, o demonstrativo *esse* pode coocorrer com os reforçadores para estabelecer relações de uso dêitico e de uso anafórico, a partir de dois sistemas, um sistema observado nos dados de informantes da faixa etária 3 em que há uso exclusivo do demonstrativo *esse* em coocorrência com reforçador *aí* para estabelecer relações de anaforicidade; enquanto que, nos dados dos informantes das faixas etária 1 e 2, há a emergência dos usos de *aqui* e *lá* para estabelecer oposições de anaforicidade, retomando, respectivamente, entidades mencionadas mais recentemente ou mais remotamente;
- 6) o demonstrativo *esse*, principalmente em sua forma *isso*, é usado para marcar dêixis discursiva, coocorrendo quase exclusivamente como reforçador *aí*, para retomar proposições ou eventos mencionados anteriormente;
- 7) no uso recognitivo, os demonstrativos coocorrem com *aqui*, *ali*, *aí* e *lá*, introduzindo uma entidade que faz parte do conhecimento enciclopédico do falante e do ouvinte.

Nos usos de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* como marcadores de especificidade, no dialeto de Helvécia, observa-se que:

- 1) o uso de *aí* e *lá* como marcadores de especificidade, em comparação com os dados sociais dos informantes de Helvécia, possibilita afirmar que esse fenômeno já existia na comunidade;
- 2) *aqui* e *ali* não atuam exatamente como marcadores de especificidade, parecendo atuar, em alguns casos, com indeterminação de dêiticidade;
- 3) o uso de marcadores de especificidade é feito preferencialmente em estruturas indefinidas, quando antecedido por artigo indefinido, *um* (60%), ou por nome nu (22%);
- 4) *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* parecem atuar como marcadores de especificidade pós-nominais em DP [+ definido];
- 5) a possibilidade de *aí* e de *lá* atuarem como marcadores de especificidade no dialeto de Helvécia pode ser explicada como resultado de um processo de contato entre a *koiné* do Português com a *koiné* das línguas *bantas* (principalmente as línguas faladas em Angola, Kimbundu, Kicongo e Umbundo) e a *koiné* das línguas *kwa* (principalmente as línguas do grupo Gbe) a partir de competição e seleção de traços;
- 6) no dialeto de Helvécia, *aí* e *lá* se assemelham ao determinante de especificidade das línguas Gbe e, possivelmente, não deixou de existir no processo homogeneização linguística (Cf. LUCCHESI, 2017) porque é realizado em um contexto não

controlado pelas GTs.

A partir desses resultados, apontam-se questões que podem compor agendas futuras de estudos no intuito de entender o processo de formação do quadro de dêiticidade e de marcação de especificidade no PB e as relações de contato:

- 1) qual é a caracterização mais adequada para demonstrativos em termos sintáticos tendo em vista que, em muitas línguas, demonstrativos, artigos e pronomes têm a mesma forma fonética?
- 2) como são usados os reforçadores no PB em contextos dêíticos de anaforicidade, dêixis discursiva e recognitivo? Por que *aquele* é mais percentualmente realizado para uso recognitivo?
- 3) por que havia apenas um demonstrativo, *esse*, no dialeto de Helvécia? Seria possível estabelecer um paralelo com a formação de demonstrativos de outras línguas crioulas?
- 4) como a hipótese da competição e da seleção pode ajudar a compreender a formação do sistema de deiticidade no PB e em Helvécia a partir da situação de contato?
- 5) quais são os traços das línguas indígenas que contribuíram para a formação do DP no PB?
- 6) como seria o quadro de traços de Helvécia? Quais relações podem ser estabelecidas com o PB?
- 7) por que, segundo Janson (1984) e Lucchesi (1993), em outras línguas crioulas de base lexical portuguesa não se desenvolveu determinantes de especificidade?

REFERÊNCIAS

- ABNEY, Paul S. *The English noun phrase in its sentential aspect*. Cambridge: MIT Press, 1987. 234 p.
- ABOH, Enoch Oladé. *From the Syntax of Gungbe to the Grammar of Gbe*. Sierre: Editions à la CarteSA, 1999. 366 p.
- ABOH, Enoch Oladé. *The morphosyntax of complement-head sequences: Clause structure and word order patterns in Kwa*. New York: Oxford University Press, 2004. 375 p.
- ABOH, Enoch Oladé. *The emergence of hybrid grammars: language contact and change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. 367 p.
- ALEXANDRE, Nélia Maria Pedro. HAGEMEIJER, Tjerk. Bare nouns and the nominal domain in Santome. In: BAPTISTA, Marlyse; GUERÓN, Jaqueline (ed.). *Noun Phrase in Creole languages: a multi-faceted approach*. Amsterdam: John Benjamin, 2007. p. 37-59.
- ARABIC, Learning resources. *Demonstrative and relative pronouns in standard and Egyptian Arabic*. 2011. Disponível em: <http://arabic.desert-sky.net/g_pronouns_demr.html>. Acesso em: 14 jun. 2011.
- BAPTISTA, Marlyse. On the syntax and semantics of DP in Cape Verdean Creole. In: BAPTISTA, M.; GUÉRON, J. (eds.). *Noun phrases in creole languages. A multi-faceted approach*. Philadelphia: John Benjamins, 2007. p. 61-105.
- BAUER, Winifred. *Maori*. London: Routledge, 1993. 601 p.
- BAXTER, Alan; LOPES, Norma. O artigo definido. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Org.). *O Português Afro-Brasileiro*. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 319-330.
- BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 19, p. 65-83, 1997.
- BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. Um paso más hacia la definición Del pasado criollo Del dialecto afro-brasileño de Helvécia (Bahia). In: ZIMMERMANN, Klaus (ed.) *Lenguas criollas de base lexical española y portuguesa*. Madri: iberoamericana, 1999. p. 119-141.
- BEARTH, Thomas. Syntax. In: NURSE, Derek; PHILIPPSON, Gérard. *The Bantu Languages*. Londres e New York: Taylor & Francis, 2003. p. 121-139.
- BERNSTEIN, Judy B.. Demonstratives and reinforcers in Romance and Germanic languages. *Lingua*, v. 102, 1997. p. 87-113.
- BICKERTON, Derek. Pidgin and creole studies. *Annual Review of Anthropology*, v. 5, 1976. p. 169-193.
- BICKERTON, Derek. A sociohistoric examination of afrogenesis. *Journal of Pidgin and Creole Language*, v. 13, 1998. p. 63-92.
- BICKERTON, Derek. The language bioprogram hypothesis. *The Behavior and Brain Sciences*, v. 7, 1984. p. 173-221.

- BICKERTON, Derek. Creole languages and the bioprograma. In: NEWMeyer, Frederick J. *Linguistics*. Cambridge: The Cambridge Survey, 1988. p. 268-284.
- BICKERTON, Derek. *Roots of language*. Berlin: Language Science Press, 2016. 305 p.
- BOLLÉE, Annegret. Le développement du démonstratif dans les créoles de l'Océan Indien. *Creolica*, 2004.11 p. Disponível em: < <http://www.creolica.net/bollee2.pdf> >. Acesso em: 02 out. 2018.
- BOMFIM, Eneida. *Advérbios*. São Paulo: Ática, 1988. 55 p.
- BONVINI, E. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: PETTER, M; FIORIN, J. L. (orgs). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008.
- BÜHLER, Karl. The deitic field of language and deictic words. In: BÜHLER, Karl. *Theory of language: The representational function of language*. Philadelphia: Amsteden, 2011. p. 91-166.
- BUTHERS, Cristiane. *Emergência da ordem [XP V (DP)] no PB contemporâneo e o Parâmetro do Sujeito Nulo: uma abordagem minimalista*. Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. 164 p.
- CÂMARA JR., J. M.. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. 36ª ed.. Petrópolis: Vozes, 2004. 152 p.
- CAMBRAIA, César Nardelli; BIANCHET, S. M. G.. Caleidoscópio latino-românico: demonstrativos. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, nº 35, 2008. p. 15-35.
- CANÇADO, Márcia. *Roteiro de Estudos: introdução à Pragmática*. 2010, 21 p. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/profs/marciacancado/dados/arquivos/roteiro%20de%20estudos.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2018.
- CARMO, Alane Fraga do. *Colonização e escravidão na Bahia: A colônia Leopoldina (1850-1888)*. Salvador: UFBA, 2010. 139 p.
- CASTILHO, Ataliba T. Os mostrativos no português falado. In: CASTILHO, Ataliba T. (org). *Gramática do Português Falado: as abordagens*. v. 3. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 119-147.
- CASTILHO, Ataliba T. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CASTRO, Yeda Pessoa. *Falares Africanos na Bahia (um vocabulário Afro-Brasileiro)*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora e Distribuidora de Livros Ltda., 2001. 366 p.
- CASTRO, Yeda Pessoa. A Matriz Africana no Português do Brasil. In: MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia (Org.) ; MOTTA, J. (Org.) ; CARDOSO, S. A. M. (Org.). *Quinhentos anos de História Linguística do Brasil*. 1. ed. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Expressões indiciais em contextos de uso: por uma caracterização dos dêiticos discursivos*. Recife: UFPE, 2000. 212 p.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 38ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995. 597 p.

CHATELAIN, Heli. *Grammatica elementar do Kinbundo ou língua de Angola*. Geneva: Charles Schuchardt, 1989. 172 p.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge: MIT Press, 1995. 420 p.

CINQUE, Guglielmo. *Adverbs and functional heads: a cross-linguistic perspective*. New York: Oxford University Press, 1999.

CINQUE, Guglielmo; Rizzi, Luigi. The cartography of syntactic structures. *CISCL Working Papers*, Siena, v. 2, 2008. p. 42-58.

CONFESSOR, Francisco Wildson. *Aí, lá, ali e aqui: Gramaticalização de um paradigma emergente no domínio funcional da especificação nominal*. Natal: UFRN (Tese de Doutorado), 2013. 198 p.

DEGRAFF, Michel. *Creole grammars and acquisition of syntax: The case of Haitian Creole*. Pennsylvania : University of Pennsylvania, 1992.

DUARTE, Maria Eugênia L. *A perda do princípio 'evite pronome' no português brasileiro*. Campinas: Unicamp, 1995.

DUARTE, V. *Pronomes demonstrativos de reforço*. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/gramatica/pronomes-demonstrativos-reforco.htm>>. Acesso em: 02 out. 2018.

DIESSEL, Holger. *Demonstratives: form, function, and grammaticalization*. Philadelphia: Amsterdam, 1999. 218 p.

ENÇ, Mürvet. The semantics of specificity. *Linguistic Inquiry* 22, 1991, p. 1-25.

FARACO, Carlos Alberto. Linguística histórica é uma disciplina científica. IN: FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 92-94.

FARES, David. *O uso dos advérbios lá – aqui – ai – ali*. 2012. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/gramatica/3727257>>. Acesso em: 02 out. 2018.

FLORIPI, Simone. Do português Clássico ao Português Europeu Moderno: o mapeamento do artigo. *Letras & Letras*, Umberlândia, v. 30, 2014, p. 122-138.

FILLMORE, C. J. *Lectures on deixis*. Berkeley: University of California, 1971.

FILLMORE, C. J. Towards a descriptive framework for spatial deixis.” In: JARVELLA, R. J.; KLEIN, W. (edit.). *Speech, place and action: studies in deixis and related topics*. New York: John Wiley and Sons, 1982. p. 31-59.

FODOR, J.; SAG, I. Referential and Quantificational Indefinites. *Linguistics and Philosophy*, v. 5, p. 355-398, 1982.

GRECO, Daniele; VITRAL, Lorenzo. *O advérbio 'lá' e a noção de gramaticalização*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 15 p.

GUARDIANO, Cristina. I dimostrativi e il domínio nominale: Note per una lettura parametrica. In: BERTINETTO, Pier Marco; BAMBINI, Valentina; RICCI, Irene e colaboradores. *Linguaggio e cervello / Semantica: Anais do XLII Convegno della Società di Linguistica Italiana*, 2008, Roma, v. 2, 28 p.

- GUARDIANO, Cristina. *The syntax of demonstratives: A parametric analysis*. Comunicação apresentada no 19th Colloquium on Generative Grammar, 2009, Vitoria-Gasteiz.
- GUARDIANO, Cristina. *Demonstratives and the structure of the DP: crosslinguistic remarks*. Comunicação apresentada no Workshop on Disharmony in Nominals, Linguistics Association of Great Britain Annual Meeting, 2010, Leeds University.
- GUARDIANO, Cristina. *Demonstratives and the structure of the DP*. Comunicação apresentada no SyntaxLab da University of Cambridge, 2011, Cambridge.
- GUILLEMIN, Diana. Definiteness and specificity in Mauritian Creole: a syntactic and semantic overview. In: BAKER, Philip; FON SING, Guillaume. *The making of Mauritian Creole*. London: Battlebridge Publications, 2007. p. 63-91.
- GUILLEMIN, Diana. The Mauritian Creole determiner system. In: ABOH, Enoch O.; SMITH, Norval. *Complex Processes in New Languages*. Philadelphia: John Benjamins; 2009. p. 173-200.
- GUILLEMIN, Diana. *Change in noun denotation triggers a new determiner system: The case of Mauritian Creole*. Comunicação apresentada em Conference of the Australian Linguistic Society, 2010. 34 p. Disponível em: <https://www.academia.edu/1571185/Change_in_Noun_Denotation_Triggers_a_New_Determiner_Determiner_System_The_Case_of_Mauritian_Creole>. Acesso em: 22 set. 2016.
- GUILLEMIN, Diana. Mauritian la vs. Seychellois i: Traces of French vs. Bantu influence?. Conferência apresentada em *Society of Pidgin & Creole Linguistics*, 2011. 19 p.
- GUY, Gregory R. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of phonology, syntax and language history*. Pennsylvania: University of Pennsylvania (Tese de Doutorado), 1981. 407 p.
- HAWKINS, John A.. *Definiteness and indefiniteness: a study in reference and Gramaticality prediction*. New Jersey: Humanities Press, 1978. 316 p.
- HIMMELMANN, Nikolaus P. Demonstratives in narrative discourse: a taxonomy of universal uses. In: FOX, Barbara (org.). *Studies in anaphora*. Philadelphia: John Benjamins, 1996. p. 205-254.
- HIMMELMANN, Nikolaus P. Articles. In: HASPELMATH, Martin. KÖNIG, Ekkehard. OESTERREICHER, Wulf. RAIBLE, Wolfgang (org.). *Language Typology and Language Universals: An International Handbook*. Berlin: de Gruyter, 2001. p. 831-841.
- HOLM, John. Popular Brazilian Portuguese; a semi-creole. In: D'ANDRADE, Ernesto; KIHM, Alain. *Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa*. Lisboa: Colibri, 1992. p. 37-66.
- HOLM, John. *An introduction to pidgins and creoles*. Cambridge: Cambridge University Press; 2004. p. 282.
- HOLM, John. *Pidgins and creoles*. v.2. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C.. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

- IDICIONÁRIO AULETE. *Pronomes demonstrativos*. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/gram/cap09-05-pronomes_demonstrativos>. Acesso em: 02 out. 2018.
- ILARI, Rodolfo. *Introdução à semântica: Brincando com a gramática*. São Paulo: Contexto, 2001. 204 p.
- ILARI, Rodolfo. *A categoria advérbio na gramática do português falado*. In.: ILARI, Rodolfo. São Paulo: Alfa, p. 151-174. 2007.
- IONIN, Tania; KO, Heejeong; WEXLER, Kenneth. Article Semantics in L2 Acquisition: The Role of Specificity. Oxford: *Language Acquisition*, v. 12, n. 1, p. 3-69, 2004.
- IONIN, Tania. *Article Semantic in Second Language Acquisition*. Cambridge: MIT (Tese de Doutorado), 2003.
- IONIN, Tania, *et al.* That's the meaning: Interpretation of definite and demonstrative descriptions in L2-English. In: *Selected Proceedings of the 4th Conference on Generative Approaches to Language Acquisition North America (GALANA 2010)*. Somerville: Cascadilla Proceedings Project, 2011, p. 122-138.
- JANSON, Tore. Articles and plural formation in creoles: Change and universals. *Lingua*, v. 64, p. 291-323, 1984.
- KATAMBA, Francis. Bantu nominal morphology. In: NURSE, Derek; PHILIPPSON, Gérard. *The Bantu Languages*. Londres e New York: Taylor & Francis, 2003. p. 103-120.
- KIMAMBO, Gerald Eliniongoze. *The acquisition of (in)definiteness in English as a foreign language by Tanzanian L1 Swahili secondary school learners*. Stellenbosch: Stellenbosch University (Tese de Doutorado), 2016. 334 p.
- LABOV, William. *Principles of Linguistic Change. I: Internal Factors*. Oxford: Blackwell, 1994.
- LEFEBVRE, Claire. *Creole genesis and the acquisition of grammar: the case of Haitian creole*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. 479 p.
- LEFEBVRE, Claire. Reply to McWhorter's: 'Hither and thither in Saramaccan Creole. *Studies in Language*, v. 32, p. 196-205, 2008.
- LEFEBVRE, Claire; MASSAM, Diane. Haitian Creole syntax: A case for DET as head. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, v. 3, p. 213-243, 1988.
- LINGO, Local. *Personal pronouns*. 1998. Disponível em: <<http://www.locallingo.com/czech/grammar/pronouns.html>>. Acesso em: 02 out. 2018.
- LOBO, Tânia. A questão da periodização da história da linguística do Brasil. In.: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês (org.): *Razões e emoção: Miscelânea em homenagem a Maria Helene Mira Mateus*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003. p. 395-409.
- LONGOBARDI, Giuseppe. Reference and proper names: A theory of N-movement in syntax and logical form. *Linguistic Inquiry*, n. 25, p. 609-665, 1994.
- LONGOBARDI, Giuseppe. Toward a Unified Grammar of Reference, *Zeitschrift für Sprachwissenschaft*, v. 24, p.5-44, 2005.

- LUBISCO, Nídia Maria Lienert. VIEIRA, Sônia Chagas. *Manual de estilo acadêmico: Trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses*. 5. ed. Salvador: EDUFBA, 2013. 150 p.
- LUCCHESI, Dante. The article system os Cape Verdand São Tomé Creole Portuguese: general principals and specificfactors. *Jornal of Pidgin and Creole Languages*, Philadelphia: Amsterdam, v. 8, n.1, p. 81-108, 1993.
- LUCCHESI, Dante. *As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil*. DELTA, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97-130, 2001.
- LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI; Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Org.). *O Português Afro-Brasileiro*. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 41-74.
- LUCCHESI, Dante. Os limites da variação e da invariação na estrutura da gramática. *Revista da ABRALIN*, v. eletrônico, n. esp., p. 227-259, 2011.
- LUCCHESI, Dante. A periodização da história sociolinguística do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 347-382, 2017.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI; Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Org.). *O Português Afro-Brasileiro*. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 101-124.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. *A comunidade de fala de Helvécia-BA*. Disponível em: <<http://www.vertentes.ufba.br/a-comunidade-de-fala-de-helvecia-ba>>; Acesso em: 02 out. 2018.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; SILVA, Jorge. A. A.; FIGUEIREDO, Cristina. O português afro-brasileiro: as comunidades de fala analisadas. In: LUCCHESI; Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Org.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 75-100.
- LYONS, Christopher. *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 380 p.
- MARATSOS, Michael P. Preschool children's use of definite and indefinite articles. *Child Development*, v. 45, p. 446-455, 1974.
- MARATSOS, Michael P. *The use of defnite and indefnite reference in young children*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- MARTELOTTA, M.; RÊGO, L. Gramaticalização de lá. In: MARTELOTTA, M.; VOTRE, S.; CEZARIO, M. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 237-250.
- MARTINS, Ana Maria. Negação metalinguística (lá, lá e agora). In: BRITO, A. M.; SILVA, F.; VELOSO, J.; FIÉIS, A.; *Actas do XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: Associação Portuguesa de Linguística, p. 567-587, 2010.
- MARTINS, Ana Maria. Deitic locatives, emphasis and metalinguistic negation. IN: GALVES, C.; CYRINO, S.; LOPES, R.; SANDALO, F.; AVELAR, J.. *Diacronic Syntax: Parameter Theory and Language Change*. Oxford University Press, 2011.39 p.
- MATTOSO, Katia. *Ser escravo no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. 266 p.

- MATTOS E SILVA, R. V.. De fontes sócio-históricas para a história social linguística do Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS E SILVA, R. V. (org.). *Para a história do português brasileiro*, v. 2: primeiros Estudos. São Paulo: Humanitas, 2001. p. 275-302.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Línguas Pluricêntricas e a questão das Línguas Crioulas. In.: SILVA, Augusto S. da; TORRES, Amadeu; GONÇALVES, Miguel (orgs). *Línguas Pluricêntricas: Variação linguística e dimensões sociocognitivas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2011. p. 197-204.
- MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R.E.V. 3. ed. *Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2007, 280 p.
- MOSEL, U.; E. HOVDHAUGEN. *Samoan Reference Grammar*. Oslo: Scandinavian University Press, 1992.
- MÜHLHÄUSLER, Peter. Etymology and Pidgin and Creole Languages. *Proceedings and Publications of the Philological Society*, v. 80, n. 1, p. 99-118, 1982.
- MÜHLHÄUSLER, Peter. *Pidgin & Creole Linguistics*. Londres: Basil Blackwell, 1986.
- MUFWENE, Salikoko S.. *The ecology of language evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. 274 p.
- MUYSKEN, Pieter C.. *Generative Studies on Creole Languages* (Studies in Generative Grammar 6). Dordrecht: Foris, 1981. 221 p.
- NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007. 205 p.
- NOLL, Volker. *O português brasileiro: formação e contrastes*. São Paulo: Globo, 2008.400 p.
- NURSE, Derek; PHILIPPSON, Gérard. Introduction. In: NURSE, Derek; PHILIPPSON, Gérard. *The Bantu Languages*. Londres e New York: Taylor & Francis, 2003. p. 1-11.
- PAIVA, M. C. e DUARTE, M. E. L. (Orgs.). *Mudança Linguística em Tempo Real*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2003. 206 p.
- PARANHOS, Ramon. *Demonstrativos em Helvécia e em Cinzento: sistema binário em discussão*. Salvador: UFBA (Trabalho de Conclusão de Curso), 2011. 100 p.
- PEREIRA, Bruna Karla. *A sintaxe cartográfica de 'lá' no português brasileiro: um estudo da periferia esquerda*. Belo Horizonte: UFMG (Tese de Doutorado), 2011. 254 p.
- PEREIRA, Hélcio Batista. *“Esse” versus “este” no Português Brasileiro e no Europeu*. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – USP, São Paulo, 2005. 109 p.
- PESSOA, Marlos de Barros. *Formação de uma variedade urbana e semi-oralidade: O caso de Recife*. Recife: UFPE, 2003. p. 335 p.
- PETTER, M. Línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice; MOTTA, Jacyra; MATOS e SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.
- PITOT, T. C.. *Quelques observations sur l'ouvrage intitulé 'Voyage à l'île de France par un officier du Roi*. Port-Louis: Mauritius Archives, 1805.

- POTTS, Chris. *Affective demonstratives*. Comunicação apresentada no Ling 236: Seminar in Lexical & Constructional Pragmatics, 2009, Stanford.
- PROGOVAC, L. Non augmented NPs in Kinande as negative polarity. In: MCHOMBO, S.A. (ed.). *Theoretical aspect of Bantu grammar I*. California: CSLI Publication, 1993. 257–270.
- RADFORD, Andrew. *Syntax: a minimalist introduction*. Cambridge: MIT, 1997. 285 p.
- RIBEIRO, Ilza. *O sistema de definitude e de referencialidade de uma falante afro-brasileira idosa*. Comunicação apresentada no congresso da ABECS – Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares, 2010, Salvador.
- RIBEIRO, Ilza; CYRINO, Sônia. M. L. *A estrutura do DP no crioulo de Cabo Verde e no PB de afro-descendentes*. Apresentação de Trabalho/Comunicação, 2010.
- RONCARATI, Cláudia. Os mostrativos na variedade carioca falada. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. (org.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/FAPERJ, 2003. p. 139-157.
- ROBERTS, Ian. Contact, creoles, and change. In: ROBERTS, Ian. *Diachronic syntax*. New York: Oxford University Press, 2007. p. 383-442.
- ROBERTS, Ian. Verb movement and markedness. In: DEGRAFF, Michel (Ed.). *Language creation and language change: creolization, diachrony, and development*. Cambridge: The MIT Press, 1999. p. 287-328.
- ROBERTS, Ian. FOFC in DP: Universal 20 and the Nature of Demonstratives (em construção). In: BIBERAUER, T; HOLMBERG, A.; ROBERTS, Ian; e SHEEHAN, M. *The Final-Over-Final Constraint: A Word-Order Universal and its Implications for Linguistic Theory*. Cambridge: MIT Press, 2011, 38 p.
- SIEGEL, Jeff. Links between SLA and Creole Studies: past and present. In: LEFEBVRE, Claire; WHITE, Lydia; JOURDAN, Christine (Ed.). *L2 acquisition and Creole Genesis: dialogues*. Amsterdam, v. 19, n. 1, p. 15-46, 2006.
- SIEGEL, Jeff. *The Emergence of Pidgin and Creole Languages*. New York: Oxford University Press, 2008. 335 p.
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: INL, 1963.
- SILVA, Sílvia S. da. *Demonstrativos, dêiticos e anafóricos: duas sincronias em confronto (séculos XV e XVI)*. Salvador: UFBA (Dissertação de mestrado), 2000. 306 p.
- SOMMER, Gabriela. Western Savanna (K, R). In: NURSE, Derek; PHILIPPSON, Gérard. *The Bantu Languages*. Londres e New York: Taylor & Francis, 2003. p. 566-571.
- SCHWARTZ, Bonnie D.; SPROUSE, Rex A.. L2 cognitive states and the Full Transfer / Full Access model. *Second Language Research*, v. 12, p. 40-72, 1996.
- SCHWARTZ, Bonnie D.; SPROUSE, Rex A.. When syntactic Theories Envelope: consequences for L2 acquisition research. IN: ARCHIBALD, J. *Second Language Acquisition and Linguistic Theory*. Londres: Blackwell, 2000. p. 156-186.
- TAVARES, Maria Alice. Um especificador aí. *DELTA*, São Paulo, v. 17, n. 2, 2001a, p. 209-235.

TAVARES, Maria Alice. Eu falei com um professor aí”: evidências semântico-sintáticas de um professor de gramaticalização. *Cadernos do CNFL*, Série V, nº 1, 2001b. Disponível em: <www.filologia.org.br>. Acesso em: 02 out. 2018.

TAVARES, Maria Alice. Gramaticalização do aí como especificador de sintagmas nominais indefinidos: a questão dos mecanismos de mudança. *Revista Letras*, Curitiba, n. 58, p. 211-223, 2002.

TARALLO, Fernando; ALKMIN, Tania. *Falares Crioulos: Línguas em contato*. São Paulo: Ática, 1987. 142 p.

VALENTE, José Francisco C. S.. *Gramática Umbundu: A língua do centro de Angola*. Lisboa: Imprensa Portuguesa, 1964. 430 p.

VITRAL, Lorenzo; RAMOS, Jânia. *Gramaticalização: uma abordagem formal*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Belo Horizonte: FALÉ/UFMG (Trabalho de Conclusão de Iniciação Científica), 2006. 191p.

WHINNOM, Keith. Linguistic hybridization and “special case” of pidgins and creoles. In: HYMES, D. (ed.). *Pidginization and creolization of languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. p. 91-115.

WOLTER, Lynsey. *That's that: the semantics and pragmatics of demonstrative noun phrases*. UCSC (Dissertação de Doutorado), 2006.

APÊNDICE 1 - QUANTIFICAÇÕES DOS USOS DE AQUI, ALI, AÍ E LÁ NO DP

Tabela A – Distribuição geral da coocorrência de demonstrativos como *aqui, ali, aí e lá*

	Aqui	Ali	Aí	Lá	Total	(%)
Esse	88	7	271	63	428	94
Aquele	2	5	3	17	28	6
Total	90	12	274	80	456	100

Fonte: Elaboração própria.

Tabela B – Distribuição de demonstrativos em coocorrência com *aqui, ali, aí e lá* por faixa etária

FAIXA 1						
	Aqui	Ali	Aí	Lá	Total	(%)
Esse	47	2	17	4	70	95
Aquele	2	2	0	0	4	5
Total	49	4	17	4	74	100
FAIXA 2						
	Aqui	Ali	Aí	Lá	Total	(%)
Esse	20	5	23	13	61	87
Aquele	0	4	0	5	9	13
Total	20	9	23	18	70	100
FAIXA 3						
	Aqui	Ali	Aí	Lá	Total	(%)
Esse	14	3	95	34	146	97
Aquele	0	2	1	2	5	3
Total	14	5	96	36	151	100

Fonte: Elaboração própria.

Tabela C – Posição de *aqui, ali, aí e lá* no DP

	Aqui	Ali	Aí	Lá	Total	(%)
Final	125	41	466	207	839	95
Outra	8	0	31	6	45	5
Total	133	41	497	215	884	100

Fonte: Elaboração própria.

Tabela D – Distribuição geral do uso *aqui, ali, aí e lá* no DP com elementos intervenientes

	Aqui	Ali	Aí	Lá	Total	%
Quantificador	5	3	51	4	63	33
Pronome	2	4	11	8	25	13
Possessivo	2	1	13	8	24	13
Outros	3	2	42	13	60	32
Mais de um elemento	3	2	9	3	17	9
Total	15	12	126	36	189	100

Fonte: Elaboração própria.

Tabela E – Distribuição geral de elementos que antecedem o *aqui, ali, aí e lá* no DP

	Aqui	Ali	Aí	Lá	Total	%
Adjetivo	1	1	10	5	17	2
Determinante	64	4	157	39	264	30
Pronome	8	3	24	11	46	5
Adjunto adnominal	2	1	28	6	37	4
Núcleo	54	30	250	148	482	55
Quantificador	4	2	25	3	34	4
Total	134	41	497	215	880	100

Fonte: Elaboração própria.

Tabela F – Distribuição geral do uso *aqui, ali, aí e lá* em DPs com núcleo realizado

	Aqui	Ali	Aí	Lá	Total	%
Nãorealizado	25	4	115	41	185	21
Realizado	108	37	382	172	699	79
Total	133	41	497	213	884	100

Fonte: Elaboração própria.

Tabela G – Distribuição geral do uso *aqui, ali, aí e lá* em DPs quanto à animacidade

	Aqui	Ali	Aí	Lá	Total	%
Nãoanimado	105	24	317	127	573	65
Animado	28	17	180	86	311	35
Total	133	41	498	216	884	100

Fonte: Elaboração própria.

Tabela H – Distribuição geral da função sintática do DP em que há *aqui, ali, aí e lá*

	Ali	Aqui	Aí	Lá	Total	%
Adjunto adnominal	4	9	30	16	59	8
Foco	1	9	41	13	64	9
Predicador Nominal	4	4	11	5	24	3
ObjetoDireto	12	22	103	51	188	26
Sujeito	7	43	108	44	202	28
Tópico	2	11	40	17	70	10
PP	6	11	68	32	117	16
Total	36	109	401	178	724	100

Fonte: Elaboração própria.

Tabela I – Distribuição geral do uso *aqui, ali, aí e lá* no DP quanto ao número

	Aqui	Ali	Aí	Lá	Total	%
Singular	108	34	368	179	689	78
Plural	21	4	75	26	126	14
Leitura de plural	5	3	55	11	74	8
Total	134	41	498	216	889	100

Fonte: Elaboração própria.

Tabela J – Distribuição geral de *aqui, ali, aí e lá* por sexo

	Aqui	Ali	Aí	Lá	Total	%
Feminino	78	13	268	111	470	53
Masculino	55	28	229	102	414	47
Total	133	41	497	213	884	100

Fonte: Elaboração própria.

Tabela L – Distribuição geral de *aqui, ali, aí e lá* por escolaridade

	Aqui	Ali	Aí	Lá	Total	%
Analfabeto	49	25	340	131	545	62
Semianalfabeto	84	16	157	82	339	38
Total	133	41	497	213	884	100

Fonte: Elaboração própria.

Tabela M – Distribuição de determinantes em coocorrência com reforçadores em uso anafórico

	Aqui	Ali	Aí	Lá	Total	(%)
Demonstrativo	4	0	71	7	82	72
Pronome	0	1	2	0	3	3
Art. definido	0	1	9	2	12	11
Nome nu	1	0	15	1	17	15
Art. indefinido	0	0	0	0	0	0
Total	5	2	97	10	114	100

Fonte: Elaboração própria.

Tabela N – Distribuição de determinantes em coocorrência com reforçadores em uso dêitico discursivo

	Aqui	Ali	Aí	Lá	Total	(%)
Demonstrativo (<i>esse</i>)	1	0	47	0	48	96
Demonstrativo (<i>aquele</i>)	0	0	0	0	0	0
Pronome	0	0	0	0	0	0
Art. definido	0	0	1	1	2	4
Nome nu	0	0	0	0	0	0
Art. indefinido	0	0	0	0	0	0
Total	1	0	48	1	50	100

Fonte: Elaboração própria.

Tabela O – Distribuição de determinantes em coocorrência com reforçadores no uso recognitivo

	Aqui	Ali	Aí	Lá	Total	(%)
Demonstrativo (<i>esse</i>)	2	0	13	3	18	60
Demonstrativo (<i>aquele</i>)	0	2	0	10	12	40
Pronome	0	0	0	0	0	0
Art. definido	0	0	0	0	0	0
Nome nu	0	0	0	0	0	0
Art. indefinido	0	0	0	0	0	0
Total	2	2	13	13	30	100

Fonte: Elaboração própria.

Tabela P – Distribuição de determinantes em coocorrência com marcadores de especificidade em possíveis contextos de DP [+ definido]

	Aqui	Ali	Aí	Lá	Total	(%)
Demonstrativo	0	0	0	0	0	0
Pronome	0	0	1	0	1	3
Art. definido	1	2	9	4	16	47
Nome nu	1	0	12	4	17	50
Art. indefinido	0	0	0	0	0	0
Total	2	2	22	8	34	100

Fonte: Elaboração própria.